

Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

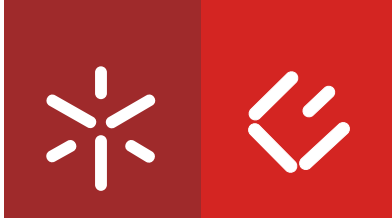
Lucas de Sousa

Potencial Geopolítico da Língua Portuguesa para Timor-Leste

Lucas de Sousa **Potencial Geopolítico da Língua Portuguesa para Timor-Leste**

UMinho | 2016

janeiro de 2016



Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Lucas de Sousa

Potencial Geopolítico da Língua Portuguesa para Timor-Leste

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Relações Internacionais

Trabalho efetuado sob a orientação do
Professor Doutor José António de Passos Palmeira
e da
Professora Doutora Sandra Dias Fernandes

DECLARAÇÃO

Nome: Lucas de Sousa

Endereço eletrónico: **lucassousa@sapo.tl**

Número do Bilhete de Identidade: 14316641

Título dissertação: Potencial Geopolítico da Língua Portuguesa para Timor-Leste

Orientadores: Professor Doutor José António de Passos Palmeira e Professora

Doutora Sandra Dias Fernandes

Ano de conclusão: 2016

Designação do Mestrado: Mestrado em Relações Internacionais

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO PARCIAL DESTA DISSERTAÇÃO APENAS PARA
EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO,
QUE A TAL SE COMPROMETE.

Universidade do Minho, 2016

Assinatura _____

AGRADECIMENTOS

A concretização deste trabalho não teria sido possível sem a preciosa colaboração de algumas pessoas, às quais quero agora expressar os meus sinceros agradecimentos.

Ao Professor Doutor José António de Passos Palmeira e à Professora Doutora Sandra Dias Fernandes, pelo incentivo constante, pela flexibilidade manifestada, pela sábia instrução que possibilitou vencer certos obstáculos e guiar-me na conclusão desta dissertação.

Ao governo de Timor-Leste, que criou o Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano no seio do Ministério da Educação para conceder bolsas de estudo aos cidadãos timorenses no âmbito do desenvolvimento dos seus recursos humanos.

Ao Magnífico Reitor da Universidade Nacional Timor Lorosa'e, na pessoa do Professor Doutor Aurélio Guterres e da equipa do Gabinete da Cooperação, que me proporcionou a oportunidade de estudar na Universidade do Minho, em Portugal.

Aos professores e professoras do Departamento de Relações Internacionais e Administração Pública da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho, pela sabedoria e pelo mérito profissional, que tanto me motivaram a ter coragem e acreditar na conclusão do curso.

Aos professores da Faculdade de Economia e Gestão, aos estudantes do Departamento do Comércio e Turismo da Faculdade de Economia e Gestão da UNTL, aos membros do governo e aos deputados, aos representantes da Igreja Católica e da Sociedade Civil timorenses, pela constante partilha cultural e disponibilidade para contribuir na execução da presente investigação.

À minha querida família (esposa, filhos e filhas), aos meus pais, irmãos e colegas, pelo incansável apoio moral e material, e pela paciência durante a minha ausência junto deles.

RESUMO

No presente trabalho pretende-se refletir sobre as perspetivas de políticos, académicos, representantes da Igreja Católica e da Sociedade Civil, acerca do potencial geopolítico da língua portuguesa para Timor-Leste. A reflexão tem como ponto de partida uma descrição dos parâmetros atuais do ensino da língua portuguesa nesse país. Baseado num questionário aplicado a uma amostra de cerca de 100 respondentes, o estudo considera um conjunto de dimensões do objeto de estudo. As entidades envolvidas neste estudo dão grande importância à língua portuguesa, tendo o governo de Timor-Leste optado por elegê-la como língua oficial do país, o que fez com que, simultaneamente, esta viesse a representar a identidade nacional, e isto tem vindo a ser confirmado através das opiniões recolhidas no campo da investigação. Entretanto, considerando o potencial geopolítico da língua portuguesa para Timor-Leste, a opção pela língua portuguesa foi sem dúvida uma opção corajosa e vitoriosa, e que vai no sentido de ajudar a combater o isolamento político de Timor-Leste face às duas potências regionais, a Indonésia e a Austrália. A adesão de Timor-Leste à CPLP, e a presidência da mesma durante o período de 2014 até 2016, fixaram quatro objetivos principais: representação dos interesses comuns da organização no contexto da Ásia-Pacífico; alargar a concertação político-diplomática, particularmente no âmbito das organizações internacionais, para dar expressão crescente na cena regional aos interesses e necessidades comuns; reforçar a cooperação bi-e multilateral, especialmente nos domínios económico, social, cultural, jurídico e técnico-científico; incentivar a difusão e enriquecimento da língua portuguesa de modo a assegurar a sua acrescida afirmação internacional. A língua, como elemento unificador, exerce um forte impacto nas economias a vários níveis, nomeadamente, na dinamização das trocas comerciais, na promoção da globalização empresarial, no desenvolvimento das relações políticas e sociais, no intercâmbio de ideias e no fluxo de pessoas. Podemos considerar que a língua portuguesa tem potencial geopolítico não só para Timor-Leste, em particular no contexto regional em que Timor-Leste está inserido.

Palavras-Chave: Comunidade de Países da Língua Portuguesa, Língua Portuguesa, Potencial Geopolítico, Timor-Leste.

ABSTRACT

The present work pretends to reflect on and understand the perspective of politicians, academicians, representatives of the Catholic Church and of the civil society on the geopolitical potential of the Portuguese language for East Timor. The reflection starts by describing the actual parameters of the teaching of the Portuguese language in that nation. Based on a questionnaire applied to a sample of 100 people, the study considers a number of dimensions about the object of study. Those involved in this study recognize the importance of the Portuguese language, as the Government of East Timor opted for this language as the official language of the country, which at the same time represents our national identity, and this facts are confirmed throughout the opinions expressed on the research. However, addressing the geopolitical potential of the Portuguese language for East Timor, no doubt that the choice of the Portuguese language was a bold and successful move in order to drive the country away from political isolation in face of the two regional powers, Indonesia and Australia. The accession of East Timor to the CPLP, and its presidency between the years of 2014 and 2016, brings forward four main objectives: to represent the common interests of the organization in the context of Asia and the Pacific; to expand political and diplomatic coordination, particularly within international organizations, and thus, increasingly, to give expression in the regional scene to the common interests and needs; to strengthen bilateral and multilateral cooperation, especially in the economic, social, cultural, legal, technical and scientific fields; and to boost the dissemination and enrichment of the Portuguese language in order to ensure its international standing. The language, as unifying feature, has a strong impact on the economies at various levels, particularly in boosting trade, in promoting corporate globalization, the development of political and social relations, the exchange of ideas, and the flow of people. We can consider that the Portuguese language has geopolitical potential not only for East Timor, but also in the regional context in which East Timor takes part.

Keywords: Community of Portuguese Speaking Countries, East Timor, Portuguese Language, Potential Geopolitics.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	iii
RESUMO	v
ABSTRACT	vii
ÍNDICE	ix
ÍNDICES DE FIGURAS	xiii
LISTA DE APÊNDICES DOS GRÁFICOS	xiv
LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS	xvii

INTRODUÇÃO	1
1. Objeto de estudo	1
2. Parâmetros atuais do ensino da língua portuguesa em Timor-Leste.....	10
3. Enquadramento temático.....	12
4. Estrutura da dissertação.....	14

CAPÍTULO I – METODOLOGIA E RESULTADO DOS INQUÉRITOS.....	17
1.1. Fase metodológica	17
1.2. Desenho da investigação	18
1.3. Procedimentos da pesquisa	19
1.4. Fase empírica.....	21
1.4.1. Apresentação, interpretação e discussão dos resultados	21
1.4.2. Respostas sobre as potencialidades geopolíticas da língua portuguesa para Timor-Leste	22
1.4.3. Respostas sobre os constrangimentos do potencial geopolítico da língua portuguesa para Timor-Leste.....	33
1.4.4. Principais contributos do potencial geopolítico da língua portuguesa para Timor-Leste	42
1.4.5. Satisfação do potencial geopolítico da língua portuguesa para Timor-Leste.....	46
1.5. Análise dos resultados	50

CAPÍTULO II - POTENCIAL GEOPOLÍTICO DA LÍNGUA

PORTUGUESA PARA TIMOR-LESTE	55
2.1. O valor universal da língua	55
2.2. Fator identitário	56
2.3. Equilíbrio geopolítico regional.....	58
2.4. Vantagens comparativas e projeção económica.....	61
2.5. Cooperação internacional	65

CAPÍTULO III. TIMOR-LESTE E A CPLP

3.1. O processo histórico de constituição da CPLP	67
3.2. Evolução da CPLP	70
3.3. Enquadramento histórico de Timor-Leste na CPLP	74
3.4. O poder da língua portuguesa na esfera global.....	76
3.5. A CPLP no sistema político internacional.....	79
3.6. Programa indicativo de cooperação.....	84
3.6.1. Promoção e difusão da língua portuguesa.....	87
3.6.2. Quadro de cooperação técnico-militar da CPLP com Timor-Leste.....	91
3.7. Concertação político-diplomática entre Timor-Leste e a CPLP.....	95
3.8. Empreendedorismo	97
3.8.1. Conselho empresarial da CPLP.....	98
3.9. Desafios e oportunidades para Timor-Leste.....	101

CAPÍTULO IV. TIMOR-LESTE E A GEOPOLÍTICA REGIONAL.....

4.1. O posicionamento de Timor-Leste na região.....	103
4.1.1. Vetor geopolítico.....	104
4.1.2. Vetor geoeconómico.....	107
4.1.3. Vetor geoestratégico.....	112
4.2. Relações bilaterais com a Austrália.....	114
4.3. Relações bilaterais com a Indonésia.....	117
4.4. Relações com a ASEAN.....	120
4.5. Relações com o Pacífico do Sul.....	123
4.6. Relações bilaterais com outros países – Japão, China, EUA e Portugal.....	125

Conclusão	131
Apêndices	137
Anexos	187
Bibliografia	189

ÍNDICES DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da posição geográfica de Timor-Leste na região Ásia-Pacífico	60
Figura 2 – Mapa antigo do domínio de Portugal das rotas comerciais no mundo, hoje transformado na CPLP	64
Figura 3 - X Cimeira da CPLP em Timor-Leste, 23 de Julho de 2014.....	72
Figura 4 - Mapa da configuração dos estados-membros plenos da CPLP, dos países observadores associados à CPLP e dos países e regiões em negociações de adesão à CPLP.....	73
Figura 5 – Mapa dos falantes da língua portuguesa nos quatro continentes	77

LISTA DE APÊNDICES: QUESTIONÁRIO E GRÁFICOS	137
Apêndice I – Questionário.....	139
Apêndice II - Caracterização social da amostra.....	149
Gráfico 1- Representação gráfica do género dos inquiridos.	151
Gráfico 2- Representação gráfica da idade dos inquiridos	152
Gráfico 3- Representação gráfica da identificação dos respondentes por profissão.....	153
Apêndice III - As potencialidades geopolíticas da língua portuguesa para Timor-Leste.....	155
Gráfico 4- A língua portuguesa é fundamental para a política interna e externa de Timor-Leste...157	
Gráfico 5- A opção pela língua portuguesa como língua oficial para Timor-Leste.....	157
Gráfico 6- Diferencia a sua identidade como Estado soberano e permite afastar-se do isolamento político em termos externos.....	158
Gráfico 7- Promove conhecimentos científicos e tecnológicos no setor da educação.....	158
Gráfico 8- O interesse capital da língua portuguesa é o interesse nacional	159
Gráfico 9- A influência da língua nos setores dos negócios e do comércio	159
Gráfico 10-Dá resposta aos interesses nacionais do país	160
Gráfico 11-A adesão de Timor-Leste à CPLP foi fundamental	160
Gráfico 12-Valoriza os laços históricos e culturais entre nações da CPLP.....	161
Gráfico 13-Estimula a participação de Timor-Leste na política internacional.....	161
Gráfico 14-O valor estratégico que a CPLP representa para Timor-Leste como Estado-membro	162
Gráfico 15-O contributo da CPLP para a libertação de Timor-Leste.....	162
Gráfico 16-O sentido da integração de Timor-Leste na CPLP	163
Gráfico 17-A adesão de Timor-Leste à CPLP expande as redes de comércio na região da ASEAN, no Pacífico e no mundo.....	163
Gráfico 18-Timor-Leste como janela de oportunidade que oferece expansão económica para Estados-membros da CPLP.....	164
Gráfico 19-Portugal, Brasil, Angola e Timor-Leste representam uma identidade política, económica e cultural nos quatro Continentes.....	164

Gráfico 20-A adesão de Timor-Leste à CPLP representa os interesses dos Estados-membros na região.....	165
Apêndice IV - Os constrangimentos do potencial geopolítico da língua portuguesa para Timor-Leste.....	167
Gráfico 21-As opiniões pró e contra a opção da língua portuguesa como língua oficial de Timor-Leste.....	169
Gráfico 22-Os jovens só falam o bahasa indonésio e há falta de interesse em aprender.....	169
Gráfico 23-A língua portuguesa é falada apenas pelas gerações mais velhas	170
Gráfica 24-Há falta de professores e de materiais didáticos de apoio para o desenvolvimento da língua portuguesa	170
Gráfico 25-A cooperação com Portugal e Brasil no âmbito do desenvolvimento da língua portuguesa.....	171
Gráfico 26-A utilização obrigatória da língua portuguesa nas escolas timorenses	171
Gráfico 27-A falta de socialização da importância da língua portuguesa.....	172
Gráfico 28- Os políticos devem utilizar a língua portuguesa no seu local de trabalho.....	172
Gráfico 29-A socialização intensiva sobre a adesão de Timor-Leste à CPLP.....	173
Gráfico 30-Explorar vantagens políticas e económicas que Timor-Leste pode retirar da integração na CPLP	173
Gráfico 31-As embaixadas timorenses devem desempenhar um papel mais pró-ativo na sua política externa.....	174
Gráfico 32-Intensificar os objetivos da CPLP aos países vizinhos.....	174
Gráfico 33-A falta de recursos humanos implica a lentidão do processo.....	175
Gráfico 34-Falta de promoção e mobilização dos recursos existentes	175
Gráfico 35-A falta de envolvimento e de participação ativa de todos os intervenientes.....	176
Apêndice V - Os principais contributos do potencial geopolítico da língua portuguesa para Timor-Leste.....	177
Gráfico 36-Principais contributos do potencial geopolítico da língua portuguesa para Timor-Leste	178
Apêndice VI - Satisfação do potencial geopolítico da língua portuguesa para Timor-Leste.....	179
Gráfico 37-O ideal da opção da língua portuguesa para Timor-Leste	181

Gráfico 38-A satisfação com a política do governo na implementação da língua portuguesa.....	181
Gráfico 39-A motivação para aprender a língua portuguesa	182
Gráfico 40-A influência da língua portuguesa na geopolítica do sistema internacional.....	182
Gráfico 41-O desenvolvimento de competências por usar a língua portuguesa.....	183
Gráfico 42-O potencial geopolítico da língua portuguesa	183
Gráfico 43-É fundamental que Timor-Leste faça parte da CPLP	184
Gráfico 44-A presidência de Timor-Leste da CPLP	184
Gráfico 45-O prestígio de Timor-Leste na cena internacional no futuro	185

LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

AACL	Área Asiática de Comércio Livre
ABC	Agência Brasileira de Cooperação
ACP	África, Caraíbas e Pacífico
ADB	Asian Development Bank
AFTA	ASEAN Free Trade Area
AIA	ASEAN Investment Area
AICO	ASEAN Industrial Cooperation Scheme
ALALC	Aliança Latino-Americana de Comércio Livre
ANP	Autoridade Nacional do Petróleo
ASDT	Associação Social Democrática de Timor
ARF	ASEAN Regional Forum
ASEM	Asia-Europe Meeting
ASEAN	Associação dos Países do Sudeste Asiático
BNU	Banco Nacional Ultramarino
CE	Conselho da Europa
CCEG	Cimeira da Conferência dos Chefes de Estado e Governo
CECPLP	Conselho Empresarial da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CITOAP	Centro de Instrução e Treino de Operações de Apoio à Paz
CEAP	Comissão Económica da Ásia-Pacífico

CEDAA	Comunidade Económica de Desenvolvimento da África Austral
CEEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CMATS	Tratado sobre determinados ajustes marítimos no mar de Timor
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CREDE	Centros Regionais de Excelência em Desenvolvimento Empresarial
CREAP	Centros Regionais de Excelência para Administração Pública
CSIS	Centro para Estratégia e Estudos Internacionais
EUA	Estados Unidos da América
EU	European Union
FALINTIL	Forças Armadas da Libertação Nacional de Timor-Leste
FDTL	Forças de Defesa de Timor-Leste
FIFA	Fédération Internationale de Football Association
FRETILIN	Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente
GN	Gás Natural
GNR	Guarda Nacional Republicana
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INTERFET	International Force for East Timor
IILP	Instituto Internacional da Língua Portuguesa
LPG	Liquefied Petroleum Gas

LNG	Liquefied Natural Gas
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MNE	Ministro dos Negócios Estrangeiros
NATO	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OSCE	Organização de Segurança e Cooperação na Europa
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milénio
OEA	Organização dos Estudos Americanos
OEIA	Organização dos Estudos Ibero-americanos
OIT	Organização Internacional de Trabalho
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
ONG	Organização Não Governamental
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OUA	Organização da Unidade Africana
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PCM	Plano do IV Governo Constitucional
PED	Plano Estratégico de Desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto

PIC	Programa Indicativo de Cooperação
PNB	Produto Nacional Bruto
PNQ	Plano Nacional de Qualificação
RDTL	República Democrática de Timor-Leste
RNB	Rendimento Nacional Bruto
SLOC	Sea Lines of Communications
TNI	Tentara Nasional Indonésia (Sigla em língua indonésia)
TIJ	Tribunal Internacional de Justiça
UA	União Africana
UDT	União Democrática de Timor
UE	União Europeia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
UNMIT	Missão das Nações Unidas em Timor-Leste
UNTL	Universidade Nacional de Timor Lorosa'e
ZDC	Zona de Cooperação para o Desenvolvimento

Introdução

1. Objeto de estudo

Esta dissertação tem como objetivo principal apresentar uma linha de orientação para a construção de um quadro de referência no que se refere às razões políticas para a escolha do português como língua oficial, que representa a sua identidade, e analisar o seu potencial geopolítico para Timor-Leste como novo Estado independente e quais as vantagens e os contributos do seu uso.

Timor-Leste, confinado a viver paredes meias com a Indonésia, seu mais recente colonizador, e a ser objeto de observação constante por parte da Austrália, tem procurado afirmar a sua identidade optando pela língua portuguesa, a língua do seu mais antigo colonizador, como língua oficial, e pela sua integração na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), o que lhe veio conferir outros privilégios e obrigações. Durante os 24 anos de ocupação indonésia, o bahasa malaio-indonésio foi imposto a toda a população de Timor-Leste e o uso da língua portuguesa proibido. Consequentemente, hoje, os membros mais velhos da população falam e optam pela língua portuguesa, ao passo que os mais novos falam e optam pelo bahasa malaio-indonésio.

Entretanto, depois de se terem realizado as eleições promovidas pela Organização das Nações Unidas (ONU), no seguimento do Referendo de 1999, era essencial relançar a língua portuguesa em Timor-Leste, por forma a sinalizar distanciamento e diferença na região, e a livrar-se do isolamento face aos dois gigantes vizinhos na região.

E isto veio a ser concretizado em 2000. Nas palavras do linguista australiano Geoffrey Hull, que se bateu pela escolha da língua portuguesa como língua oficial no Congresso Nacional: “O mais importante símbolo nacional é sem dúvida a língua. As dúvidas acerca da língua oficial envolvem também importantes questões acerca da identidade nacional”¹. Depois de apresentar vários argumentos para valorizar a presença de Portugal e da sua língua em Timor-Leste, por oposição à língua indonésia e ao inglês, o linguista australiano continuou:

“Parece-me que o papel central da Língua Portuguesa na civilização timorense é completamente inquestionável. Em poucas palavras, se Timor-Leste deseja manter uma relação com o seu passado, deve manter o Português. Se escolher outra via, um povo com uma longa memória tornar-se-á numa nação de amnésicos e Timor-Leste sofrerá o mesmo destino que todos os países que, voltando as costas ao seu passado, têm privado os seus cidadãos do

¹ Hull, Geoffrey (2001) “Timor-Leste: Identidade, Língua e Política Educacional” ed. IC p. 39.

conhecimento das línguas que desempenharam um papel fulcral na génese da cultura nacional”².

Para reforçar o objeto deste estudo, é importante começar por identificar alguns conceitos considerados relevantes para o tema, tornando-os desta forma como guião ou ferramenta na elaboração do trabalho, simultaneamente permitindo ajudar o investigador no processo da construção da dissertação. Nesta perspetiva, os dois conceitos principais que visam fundamentar o tema em curso são:

- i. Conceito do nacionalismo timorense;
- ii. Conceito da geopolítica da língua com base nos seus elementos principais, tais como:
 - Espaço-Poder;
 - A ultrapassagem da relação Centro-Periferia;
 - Território e fatores geográficos.

Para complementar estes conceitos no âmbito do reforço e da sua contribuição para a análise desta investigação, apresentar-se-á também, como instrumento de suporte, os resultados das respostas das perceções e opiniões dos inquiridos que foram selecionados como público-alvo da sociedade timorense.

Apresentar o tema “Potencial Geopolítico da Língua Portuguesa para Timor-Leste” neste trabalho requer uma abordagem específica do conceito de “nacionalismo timorense”, que deve analisar os motivos e as causas da resistência timorense face à ocupação da Indonésia no território e a recusa da integração de Timor-Leste como 27^a província da Indonésia pelo movimento independentista, a Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN).

Segundo Ferro³, as potências coloniais europeias, após a Segunda Guerra Mundial, começaram a entrar em declínio, situação que anda a par com o surgir e o romper dos nacionalismos, quer em África, quer na Ásia. A descolonização surge, deste modo, como um movimento histórico continuado. No caso de Timor-Leste⁴, o movimento anticolonialista surgiu depois da revolução de 25 de Abril de 1974. É de salientar que a relação de Timor-Leste com Portugal nunca originou movimentos nacionalistas contra o regime, algo que contrasta com as relações de Portugal com as outras províncias ultramarinas de África. Timor-Leste foi a única província ultramarina em que Portugal não conseguiu

² _____, “Timor-Leste: Identidade, Língua e Política Educacional”, (...), 2001, p. 40.

³ Ferro, Marc, “ História das Colonizações: Das conquistas às independências – séculos XIII-XX”, Lisboa, Editorial Presença, 1996, citado por Alberto, M.V.Branco, (2009), “O Nacionalismo nos séculos XVII-XIX-XX: O princípio construtivo da modernidade numa perspetiva histórico-filosófica e ideológica. Um caso paradigmático:Alémna, p. 13. Disponível online em:www.ipv.pt/milenium/Milenium/36/7.pdf.

⁴ Silva, L.M. (2000), “Descolonização, nacionalismo e separatismo no Sudeste Asiático: os casos da Indonésia e Timor-Leste”, Lusotopie, 359-374. Disponível em <http://lusotopie.sciencespobordeaux.fr/marques.pdf>.

resolver a questão da autodeterminação depois da revolução dos cravos. Sem solução política à vista, abriu-se o caminho para a invasão indonésia.

O nacionalismo timorense⁵ surge definitivamente após a invasão militar indonésia no dia 7 de Dezembro de 1975. Na altura, a Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN), era o único partido que acomodava os grupos de movimentos independentistas no território, com uma missão bem clara na defesa do seu povo, da sua cultura e da sua soberania como Estado independente, tal como declarado unilateralmente no dia 28 de Novembro de 1975. Por sua vez, partidos como a Associação Popular Democrática de Timor, (APODETI) e a União Democrática de Timor (UDT), alinharam com a Indonésia, defendendo a integração de Timor-Leste na Indonésia.

Depois da anexação, Timor-Leste permaneceu fechado e isolado do resto do mundo, de dezembro de 1975 até Janeiro de 1989⁶. Não era autorizada a entrada de pessoas estrangeiras no território, pois o regime receava a denúncia da violação de direitos humanos, perpetrada pelos militares. Esta política de não abertura do território ao mundo deu liberdade e espaço aos militares indonésios para praticarem o genocídio físico do povo timorense, aproveitando também para destruir o património cultural, uma descaraterização da história de Timor-Leste que tinha em vista a disseminação da ideologia da grande Indonésia, e com o fim de obrigar o povo timorense a inserir-se na civilização indonésia, proibindo definitivamente a implementação da língua portuguesa nas escolas e substituindo esta pelo bahasa, língua oficial do invasor.

Assente nas constantes e repetidas violações dos direitos humanos ao longo de 24 anos, a união do povo com a sua resistência armada na luta contra a ocupação, tornou-se única e criativa na recusa de tudo o que foi imposto pelo regime indonésio, expressando assim, claramente, a sua intenção de defender os valores da sua cultura em áreas como a língua, a religião, os costumes, etc. Estas representavam (e representam), pois a identidade do povo timorense⁷. O nacionalismo timorense assenta bem nos nacionalismos de tipo romântico.

A resistência do povo de Timor-Leste, sacrificando as próprias vidas na recusa da cultura do invasor, está em conformidade com a afirmação de Santos, quando este defende que a relação entre a memória e a construção das nações está associada a duas questões: a primeira refere-se ao processo histórico das construções simbólicas, ao passo que a segunda questão está intimamente ligada com a

⁵ Hill, H.. (2002), "Stirrings of Nationalism in East Timor, FRETILIN 1974-1978, Oxford Press.

⁶ Taylor, John G.. (1993), "Timor: a história oculta", Bertrand Editora p. 199.

⁷ Gusmão, Xanana, (1994), "Timor-Leste: Um Povo, Uma Pátria", Lisboa: Edições Colibri p. 53.

memória coletiva. Desta forma, relativamente às construções simbólicas, o autor comenta que “não devem ser consideradas invenções ou imposições de sentido de um grupo sobre outros, mas sim como resultado de processos históricos particulares”. Neste sentido, o “nacionalismo moderno expressa uma identidade que é sustentada por determinadas comunidades e grupos sociais, por meio de sentimentos, motivações e ações comuns que são partilhadas”⁸.

Assim, a escolha do tema “Potencial Geopolítico da Língua Portuguesa para Timor-Leste” considera-se relevante, porque está em sintonia com os princípios da luta da libertação do país logo que alcançou a sua independência em 2002. A opção pela língua portuguesa como língua oficial baseou-se na convicção firme e consistente dos líderes que tanto lutaram e defenderam os valores do país de que esta é uma causa nobre. As razões fundamentais assentam nos seguintes aspetos:

- O português é uma língua da resistência: Segundo as afirmações de Batoréo “o português sobreviveu como língua de resistência, sendo utilizada pela FRETILIN e pelas outras organizações da oposição ao ocupante nas suas comunicações internas e no contacto para o exterior”⁹. Neste contexto, a resistência contra a ocupação indonésia veio reforçar o reconhecimento das Organizações das Nações Unidas (ONU) do papel de Portugal como única potência administrante do país e à condução da independência de Timor-Leste como único caminho aceite pela comunidade internacional;

- A língua portuguesa representa a identidade timorense e a afirmação de diferença: Nas palavras de Almeida, o português funciona como um elemento de distinção identitária, uma afirmação da diferença. O português é “uma língua de identidade histórica e do presente, válida porque serve de elo de ligação entre a grande família dos países lusófonos, que oferece ao país uma identidade única em todo o Sudoeste Asiático e o acesso à rica tradição literária e cultural da Europa”¹⁰. É com base nesta afirmação que Timor-Leste quer marcar a sua identidade própria e diferenciar-se dos vizinhos da região e integrar-se na CPLP;

- Fatores históricos de herança cultural e tradição: Nas palavras de Xanana Gusmão, pelo peso da sua tradição: “O português é a nossa identidade histórica, que ironicamente nos foi concedida pela presença colonial”¹¹. É de reconhecer que se não fosse a presença de Portugal durante quatro séculos e meio,

⁸ Santos, S. Myrian, (2000), “ Os museus Brasileiros e a constituição do imaginário nacional”. Sociedade e Estado. Vol.15 no.2, p. 271-302.

⁹ Batoréo, H. J. (2010), “ Ensinar Português no Enquadramento Poliglóstico de Timor-Leste”, in Palavras, 37, Lisboa: Associação de Professores de Português, Primavera de 2010, p. 59.

¹⁰ Almeida, N. C. (2011), “A Língua Portuguesa na Escola: uma política virtual ou língua portuguesa: Uma ponte para o mundo”, in Comunicação para a (re) introdução da língua portuguesa em Timor-Leste, III SIMELP, Macau. pp. 2-6.

¹¹ Ensinar Português no Enquadramento Poliglóstico de Timor-Leste”, (...), 2010, p.59.

hoje Timor-Leste pertenceria à Indonésia;

- **Fatores político-estratégicos:** Nas afirmações do ex-presidente do Parlamento Nacional e atual presidente da FRETILIN, Francisco Guterres, trata-se de “uma opção política de natureza estratégica para afirmação da nossa identidade pela diferença que se impôs ao mundo”. Trata-se também de “por uma decisão político-estratégica de marcar a identidade nacional timorense diante da Indonésia e da Austrália e de ressaltar a sua especificidade no contexto regional do Sudoeste Asiático e Oceânia”¹². A língua portuguesa para Timor-Leste tem a sua importância política no sentido de não estar muito dependente dos dois países vizinhos;

- **A língua portuguesa servindo como instrumento administrativo, religioso e cultural:** “O português mantém-se, ainda hoje, como a língua da escrita, da religião, da escola e da escolarização, da administração e da cultura”¹³. Depois de estar consagrado na Constituição da RDTL em 2002 como língua oficial, a par do Tétum, hoje a língua portuguesa é um instrumento no ensino obrigatório nas escolas nacionais e nas instituições públicas do Estado;

- **O português como simbolismo e afetividade:** “Segundo estudiosos da área, o Português goza de uma forte carga simbólica e de uma grande afetividade, rara noutros países em relação a uma antiga língua colonial, constituindo «cimento aglutinador da identidade cultural entre os povos do Timor Oriental» e «cordão umbilical que articula as culturas locais».”¹⁴ E a história veio confirmar que o vizinho indonésio, depois de proclamar a sua independência em 17 de Agosto de 1945, excluiu a língua holandesa da sua constituição, substituindo-a com o bahasa indonésio, língua oficial atual;

- **Valorização e desenvolvimento do tétum:** Nas palavras do [antigo] presidente de Timor [José Ramos-Horta]: “A língua portuguesa é fundamental para a nossa identidade. O próprio tétum, para se desenvolver, precisa do português. Alimenta-se dele.”¹⁵. A realidade que se apresenta no Tétum é que a expressão das palavras na comunicação oral e escrita são na sua maioria utilizadas na língua portuguesa.

Pela natureza deste trabalho, para além do conceito do nacionalismo, pretende-se explicitar o

¹² Ibidem.

¹³ Ibidem.

¹⁴ Thomaz, L.F.F.R. (2002), “Babel Loro Sae: O problema linguístico de Timor-Leste, Cadernos Camões, Lisboa: Instituto Camões, p. 140.

¹⁵ Batoréo, H. J. (2009), “A língua Portuguesa em Timor: de que forma deve o ensino de Português adaptar-se às diferentes realidades nacionais”, in Estudos Linguísticos/linguistic Studies, 4, Lisboa: Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas-Universidade Nova de Lisboa. P. 4.

conceito de geopolítica, tendo em consideração os elementos que compõem a geopolítica da língua, pois serão instrumentos úteis na análise do objeto de estudo.

Segundo Fernando Cristóvão, como palavra composta que é «geopolítica», ela reflete já na sua etimologia a união de dois vetores essenciais: o vetor «geográfico» que abrange um vasto território que vai da Geografia Descritiva à Geografia Humana enquanto influencia a política, e o vetor “política” que encerra as noções de estratégias de poder, conquista de espaços, mercados, alianças por parte de um e vários estados.¹⁶ Nesta perspetiva, ao interligar a área cultural e linguística do espaço da CPLP em geral e de Timor-Leste em particular pretende-se abordar a hegemonia da língua portuguesa nos aspetos económico e sociocultural a nível nacional e regional na conjuntura da política atual, tendo em vista apresentar alguns pressupostos essenciais que podem fundamentar uma estratégia comum servindo-se de alguns modelos geopolíticos e dando ênfase aos seguintes elementos.

- **Espaço - Poder**

“Regressando ao período da expansão portuguesa no século XVI, foi a língua portuguesa um fator de comunicação por excelência. A língua é o fator de “soft power” mais importante para Portugal de hoje, confinado geograficamente a um dos extremos do continente europeu, em termos da antiga cartografia na “cabeça da Europa”¹⁷.

Portugal ganhou maior espaço e poder na altura através dos Descobrimientos, pela África, América do Sul até a Ásia. Se no início a presença portuguesa e os seus contactos com os povos nestes continentes eram meramente considerados de carácter comercial e religioso, já Fernando Pessoa apressou-se a transformar esse quinto império da fé em império cultural baseado na língua portuguesa, fazendo dela uma Pátria, que, para ter sólidos fundamentos, devia utilizar uma língua que reunisse algumas “condições imediatas do império da Cultura”, de entre elas: “uma língua apta para isso, isto é: rica, gramaticalmente completa, fortemente nacional”.¹⁸

No contexto da geopolítica da língua, em torno do “espaço – poder”, que no passado foi sempre controlado pelo “Centro”, ou seja, por Portugal, e que toda a periferia estava sujeito a ele, com a independência das suas ex-colónias era preciso reformular essa tradição, para que territórios que falam a língua portuguesa fossem organizados num bloco com maior autonomia. Só assim se faria uma CPLP eficaz e sólida.

¹⁶ Cristóvão, Fernando, (2010), “Geopolítica da Língua-Observatório da Língua Portuguesa” Artigo disponível online em: www.observalinguaportuguesa.org/geopolitica-da-lingua-portuguesa.

¹⁷ Carneiro, T. Armando, (2015), “Uma visão geopolítica do espaço da língua portuguesa”, Artigo publicado no observatório da língua portuguesa. Disponível online em: www.iscia.edu.pt/.../uma-visao-geopolitica-do-espaco-da-lingua-portuguesa.

¹⁸ Fernando Pessoa, in Joel Serrão (coord.), *Sobre Portugal*, Lisboa, Ática, 1978, p.229, citado por Fernando Cristóvão, (2010), “Geopolítica da Língua-Observatório da Língua Portuguesa”, p. 2. Disponível online em: www.observalinguaportuguesa.org/geopolitica-da-lingua-portuguesa.

Porém, é de sublinhar o papel de Portugal, pois a sua presença nestes quatro continentes contribuiu para a edificação da CPLP, hoje uma organização que é reconhecida pelo seu peso no mundo. Todos os Estados-membros desta grande comunidade só têm que se orgulhar com a língua portuguesa como elo de ligação que os une e que deve oferecer vantagens em termos de economia, de ciência/tecnologia e nos aspetos socioculturais.

- **A ultrapassagem da relação Centro – Periferia;**

No tempo colonial, “o exercício do poder, tanto em questões políticas, como culturas e linguísticas, foi sempre o de se impor o critério do Centro sobre o da Periferia (Metrópole/Colónia) ”.¹⁹

No contexto atual, em que as ex-colónias se tornaram independentes, e em que esses Estados adotaram a língua portuguesa como língua oficial, esta prática do “Centro” fazer imposições à “Periferia” jamais seria admitida. É necessário romper esta tradição de forma conjunta e adequar o balanço de poder à situação política atual.

Nesta perspetiva, idealmente, os Estados que compõem a CPLP e devem deter o mesmo espaço e poder no “Centro”, com maior autonomia e flexibilidade que garanta a cada Estado-membro o desenvolvimento das suas ações no âmbito da projeção e difusão da língua portuguesa no seu território nacional e procurar sair do isolamento da “Periferia”, que contém uma maior dependência para com os Estados mais estáveis, tais como Portugal e Brasil, que detém o “soft power”.

Ao aferir o poder do “Centro”, todos os Estados da CPLP devem assumir um compromisso único através de uma cooperação sólida e apoiar com fundos financeiros o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) que, como instituição de importância estratégica, pode desempenhar um papel determinante no desenvolvimento da geopolítica da língua portuguesa, quer no espaço da CPLP, quer junto das Organizações Internacionais.

A estratégia atual da geopolítica linguística deve passar pelo respeito das antinomias e diferenças, procurando a unidade na diversidade e dando ênfase ao reconhecimento e consolidação das diversas variantes nacionais linguísticas na unidade da língua comum.

¹⁹ ____,”Geopolítica da Língua-Observatório da Língua Portuguesa”, (...), 2010, p. 3.

- **Território e Fatores geográficos.**

É de considerar que a complexidade territorial e o fator geográfico que separam os países da CPLP nos quatro continentes, por si só, representa alguns entraves e desafios para o futuro. Nesta perspetiva, requer-se a vontade e a responsabilidade dos governos de unirem esforços para ultrapassar os problemas que podem pôr em causa o processo de desenvolvimento da língua portuguesa no seio da organização.

Porém, há sinais positivos que começam já a produzir bons resultados, como por exemplo o Acordo Ortográfico da língua comum. Com a boa vontade política de Portugal, que detém o “soft power”, deliberou-se as competências do “Centro” para os restantes Estados-membros. Isto serviu também como um grande contributo para dinamizar ainda mais a língua portuguesa no futuro, através do Instituto Internacional da Língua Portuguesa.

Como afirmou Barbosa Lima,

Há que pensar num idioma que não seja monopólio de portugueses e brasileiros, nenhuma nação do mundo lusofónico pode ter a pretensão pueril de querer ditar normas e usos linguísticos às demais. No caso, o que todas as nações devem fazer é proceder ao conhecimento das diferenças, sempre em busca de uma unidade superior. Até porque a norma culta da língua comum estará sempre onde houver o desenvolvimento de cultura e civilizações como hoje ninguém ignora. Sem outras palavras, todas as nações do mundo lusofónico falam a mesma língua, mas cada uma a seu modo.²⁰

Particularmente em relação a Timor-Leste, com o seu posicionamento na Ásia-Pacífico, tendo a autonomia e privilégio de direitos iguais do poder do “Centro”, representa uma mais-valia na extensão e expansão da língua portuguesa na região. Apesar de ser um país pequeno, a sua posição geográfica é considerada estratégica, pois é único país da CPLP que defenderá todos os objetivos e interesses comuns da CPLP em termos económicos e socioculturais no Sudoeste Asiático. É com base nesta estratégia que se afigura o potencial geopolítico da língua portuguesa para Timor-Leste no médio e longo prazo. Desta forma, pode-se dizer que Timor-Leste, ao estar inserido na CPLP como Estado-membro permanente, e ao utilizar a língua portuguesa como sua língua oficial, reúne todas as condições para não estar excessivamente dependente do apoio externo em áreas económicas e sobretudo políticas dos seus Estados vizinhos, Indonésia e Austrália.

Considerando a hipótese do valor estratégico da língua portuguesa para Timor-Leste, os objetivos principais deste trabalho são:

- Analisar a implementação da língua portuguesa nas escolas timorenses, pelo facto de ser língua

²⁰ Barbosa Lima Sobrinho, “A Língua Portuguesa e a Unidade do Brasil”, Rio, 1985, p. 117. Cit. Fernando Cristóvão, (2008), “Da Lusitanidade à Lusofonia”, Edições Almedina, SA, Coimbra. P.31.

oficial e língua de instrução, e tentar perceber os fatores positivos e os seus constrangimentos;

- Conhecer as perceções da população timorense, nomeadamente, dos políticos, da Igreja Católica, da sociedade civil, dos académicos e dos estudantes que foram selecionados como amostra da investigação, em relação à importância e ao contributo da língua portuguesa como representação da identidade política, económica e sociocultural do país nos níveis, regional e internacional;
- Considerar o papel central de Timor-Leste como único país da CPLP na Ásia-Pacífico e, portanto, como representante dos interesses comuns da CPLP na região, bem como quais os benefícios mútuos que a organização pode usufruir do valor estratégico da língua portuguesa no contexto regional, tanto no aspeto político como económico;
- Refletir sobre a importância da CPLP no âmbito da cooperação bilateral para o desenvolvimento de Timor-Leste, particularmente nos domínios económico, social, cultural, educativo e da defesa/segurança;
- Considerar os pontos fortes e fracos em termos da defesa e segurança, com relação ao seu posicionamento geopolítico face aos países vizinhos;
- Analisar os eixos importantes de cooperação que Timor-Leste procura desenvolver com os dois maiores vizinhos, Austrália e Indonésia, com a ASEAN e com países fora da região.

Outro dos aspetos que este trabalho pretende analisar é o papel da CPLP no âmbito da concertação político-diplomática que tem vindo a ser desenvolvida durante as últimas décadas nos fóruns internacionais, nomeadamente, sobre a questão da autodeterminação de Timor-Leste, para a qual o contributo da CPLP foi determinante. Relativamente ao potencial geopolítico da língua portuguesa para Timor-Leste, as questões fundamentais que se colocam são: como facilitar a imersão na língua portuguesa e potenciar a sua eficácia e atratividade na prossecução dos objetivos comuns da CPLP na região? Que políticas estão a ser implementadas para a promoção do potencial da língua portuguesa e qual o seu impacto real a nível nacional e regional?

É de salientar que Timor-Leste, ao assumir a presidência rotativa da CPLP, de 2014 até 2016, poderá dinamizar a língua portuguesa no contexto regional, e poderá também abrir novas oportunidades de

investimento estrangeiro por parte dos países vizinhos. Ao defender os interesses comuns da organização, Timor-Leste estará evidentemente a assegurar que os benefícios possam ser usufruídos por todos.

Nesta perspetiva, o presente trabalho pretende oferecer respostas para as questões acima colocadas, projetando as oportunidades que a CPLP oferece no mundo e, em especial, no contexto da região Ásia-Pacífico. De igual modo, procurar-se-á examinar os benefícios que Timor-Leste poderá obter pela sua inserção na CPLP, de um ponto de vista económico, mas também político e sociocultural.

2. Parâmetros atuais do ensino da língua portuguesa em Timor-Leste

“A educação e a formação são as chaves para melhorar as oportunidades de vida do nosso povo para o ajudar a concretizar todo o seu potencial. São também vitais para o crescimento e desenvolvimento económico de Timor-Leste. A nossa visão é de que todas as crianças timorenses devem ir à escola e receber uma educação de qualidade que lhes dê os conhecimentos e as qualificações que lhes permitam virem a ter vidas saudáveis e produtivas, contribuindo de forma ativa para o desenvolvimento da Nação”²¹.

Depois de restaurar a sua independência no dia 20 de Maio de 2002, Timor-Leste escolheu a língua portuguesa como língua co-oficial do país (a par do tétum), o que está consagrado na Constituição da República Democrática de Timor-Leste. Os objetivos educativos definidos no Plano Estratégico de Desenvolvimento de 2011-2030 para Timor-Leste são considerados ambiciosos, porém requerem políticas adequadas que visem apoiar o sistema de ensino a curto, médio e longo prazo de forma sustentável. É evidente que hoje a educação é um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento de um país.

Neste contexto, é de salientar que por ser vítima duma longa ocupação pela Indonésia, inicialmente, o governo está consciente que deverá enfrentar uma série de dificuldades na implementação da reintrodução da língua portuguesa nas escolas nacionais, tanto em termos de professores especializados na literatura de língua portuguesa, de materiais didáticos e da mudança do próprio sistema de ensino deixado pela Indonésia.

Contudo, o governo de Timor-Leste deverá manter a consistência e persistir na sua decisão política de optar pela língua portuguesa como um elemento-chave que, para além de representar a sua identidade, procura por outro lado desenvolvê-la através da ciência e do conhecimento, por forma a garantir para os seus cidadãos um futuro melhor. De facto, neste primeiros 10 anos de independência, a reintrodução da língua portuguesa tem enfrentado bastantes obstáculos de vários níveis no âmbito do processo de aprendizagem,

²¹ Timor-Leste, “Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030”, Capítulo II, p. 18. Disponível em: www.timor-leste.gov.tl.

mas, com o desenrolar do tempo, e com a convicção firme por parte do governo timorense na fórmula «a língua portuguesa veio para ficar», têm-se vindo a verificar avanços significativos no sistema de ensino, especialmente na implementação da língua portuguesa nas escolas nacionais.

Esta convicção do governo justifica-se através das palavras do Presidente em exercício do Parlamento Nacional de Timor-Leste na sua intervenção no Colóquio de Díli sobre o tema «CPLP – Uma Língua, várias identidades»:

a expansão da língua portuguesa na nação timorense tem que sair do discurso. É altura de se pensar num programa de alfabetização, não só para os jovens, mas para os adultos”, afirmou Adérito Hugo da Costa, vincando que “as medidas que façam parte de uma política da língua têm de incluir a alfabetização em larga escala, a melhoria do ensino no nível do básico, com a qualificação dos professores em língua portuguesa e o incentivo a publicações didáticas adequadas.²²

Este desejo de preservar a sua identidade através da língua de Camões tem vindo a ser uma das prioridades nacionais. Tanto os governantes como a própria sociedade timorense tomam a uma voz o lema: «Para ser diferente na região, a única solução para um Timor seguro e próspero é promover e desenvolver a língua portuguesa como parte integrante da sua identidade e da sua soberania.»²³ Esta convicção traduz-se em esforços por parte de todos os intervenientes, diretos e indiretos, notando-se hoje já um progresso significativo nas escolas, quer nas Escolas de Referência da Língua Portuguesa, quer nas nacionais.

Anualmente, a percentagem de crianças e jovens timorenses que querem ingressar nas Escolas de Referência da Língua Portuguesa tem ultrapassado as expectativas, pelo que existe agora uma maior atenção dada a esta questão por parte do governo português. Na prática, isto refletiu-se nas lamentações por parte dos pais dos alunos aquando da visita do primeiro-ministro português, Pedro Passos Coelho, à Escola de Referência da Língua Portuguesa de Balide, em Díli, na altura da participação deste na Conferência dos Chefes de Estado e Governo na X Cimeira da CPLP, que se realizou em Díli, em Julho de 2014. Segundo o primeiro-ministro português, Portugal pretende participar de forma ativa nesta “nova fase de desenvolvimento”²⁴ de Timor-Leste, assumindo ainda o “compromisso de não falhar na altura que é mais decisiva para a construção deste Estado democrático”²⁵.

As Escolas de Referência da Língua Portuguesa, pelas quais o governo português é responsável, eram

²² Costa, H. Adérito, “Entrevista pela Lusa, na intervenção do Colóquio de Díli sobre Tema: CPLP-Uma Língua, Várias Identidades”, Disponível em: www.lusa.pt/sap/noticiastimor-lesteonline, 6 de Maio de 2015.

²³ Matan Ruak, T. (2001), “A importância da língua portuguesa na resistência contra a ocupação indonésia”, Camões, Revista de Letras e Culturas Lusófonas, nº 14 jul/set, 41-42.

²⁴ Revista Presidente, (2014), “Povo Livre”, p. 6. Disponível em: <http://www.psd.ficheiros/povo livre/ficheiro.1406796896.pdf>. Acesso em 15 -01-2015.

²⁵ *Ibidem*, p. 7.

até 2013 apenas três em todo o território, mas em 2014 o número subiu para treze, o que significa que a nível nacional os treze distritos estão todos contemplados. Esta resposta por parte do governo português traduz-se, no fundo, como um apoio ao governo de Timor-Leste, que surge com o intuito de garantir a qualidade de ensino da língua portuguesa e de absorver mais crianças e jovens timorenses em todas as escolas já estabelecidas.

Por sua vez, o governo de Timor-Leste, através do Ministério da Educação²⁶, tem, de 2013 para cá, vindo a melhorar o sistema de ensino a nível nacional. O governo, em parceria com Portugal e Brasil, intensificou a formação de língua portuguesa para professores, do ensino básico até ao nível universitário. Fez também mudanças nos currículos nacionais, colocando a língua portuguesa como disciplina obrigatória. Em relação ao apoio em termos de material didático da língua portuguesa, as escolas nacionais do Ministério da Educação de Timor-Leste têm vindo a fazer grandes investimentos para suportar os manuais em todas as escolas a nível nacional.

Partindo deste princípio, pode-se garantir que nos próximos vinte e cinco anos os resultados do desenvolvimento da língua portuguesa serão visíveis e que as gerações futuras assegurarão a continuidade da língua portuguesa na região. O facto de Timor-Leste ser um pequeno país situado na região entre Ásia e Pacífico, com a utilização da língua portuguesa, e contando com os restantes estados-membros da CPLP, dará a Timor-Leste outra postura e dimensão em termos regionais, tanto política, como económica ou sociocultural.

3. Enquadramento temático

Depois de revelado o âmbito em que vai ser inserida a dissertação, passa-se agora a explicar o porquê da escolha do tema. Como foi referido, a escolha deste tema baseia-se no amplo consenso entre os políticos e a própria Igreja Católica de Timor-Leste na defesa da língua portuguesa como símbolo e património da identidade nacional ao longo dos séculos.

Por outro lado, um timorense orgulha-se de utilizar a língua portuguesa como língua oficial, substituindo o bahasa indonésio e o inglês, justificando-se tal através de três razões. Primeiro porque o povo de Timor-Leste nunca se quis identificar como indonésio no tempo da ocupação; o sentimento de pertença era mais o de ser português e sentia-se mais europeu do que asiático. Em segundo lugar, apesar de o inglês

²⁶ Freitas, Bendito, "Intervenção do ministro da Educação de Timor-Leste na Conferência de "Promoção e Difusão da Língua Portuguesa" Universidade de Aveiro 11/4/2014. Disponível em: www.ua.pt/conferenciapdlp/ReadObject.aspx?obj=33507.

ser considerado um idioma de cariz internacional, foi recusado como língua oficial porque a Austrália, parceiro estratégico da Indonésia, em termos políticos, apoiou continuamente a integração de Timor-Leste na Indonésia durante 24 anos.

Do ponto de vista político e geográfico, Timor-Leste sente-se isolado no seio das duas potências regionais. Neste contexto, para se livrar deste isolamento, tornou-se conveniente e seguro ficar com a CPLP, e em particular com Portugal, pelo facto de Portugal ser membro da União Europeia. Ultimamente, os factos evidenciam isto mesmo, através da postura da política externa australiana face ao país, devido ao petróleo e gás natural no mar de Timor-Leste. Em terceiro lugar, ou em última análise, a opção pela língua portuguesa como língua oficial de Timor-Leste justifica-se pelo facto de ter sido esta o único veículo de comunicação da resistência armada e da sua ação político-diplomática ao longo da ocupação indonésia.

Este trabalho tem por objetivo examinar a importância, as vantagens e os benefícios que Timor-Leste pode obter com a sua integração na CPLP, a nível político, económico e sociocultural. Do ponto de vista político-diplomático, a língua portuguesa e a sua comunidade são expressões de liberdade e refletem o estreitamento das relações sociais e da aproximação entre povos e nações, atribuindo-lhes um reconhecimento pela política de concertação, pelos esforços na luta pela libertação de Timor-Leste e de afirmação da independência do país.

Não se pode subestimar a importância do que a CPLP representa para os seus Estados-membros. Este é um fórum multilateral privilegiado para o aprofundamento das relações sociais, culturais e políticas através da cooperação entre Estados-membros, de concertação política e diplomática nos fóruns internacionais, e de apoio à consolidação dos Estados-membros e prossecução dos seus objetivos nacionais.

A escolha deste tema tem por objetivo analisar qual a importância geopolítica da língua portuguesa. Numa análise de raiz pode-se dizer que o interesse capital da língua é o interesse nacional, cujas premissas assentam nos valores demonstrados pelo capital linguístico lusófono. Neste contexto, apontam-se os seguintes valores: o equilíbrio geopolítico de Timor-Leste passa pelo reforço da cooperação privilegiada com outros países da CPLP, e também pelo multilateralismo e pela projeção de uma economia de envergadura, pela concertação político-diplomática, pelas vertentes sociais, culturais e pelas vantagens comparativas e competitivas com outros povos não lusófonos.

Ao enunciar-se a importância geopolítica da língua portuguesa e ao assumir-se Timor-Leste como Estado-membro de pleno direito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, comunidade que, convém lembrar, está presente nos quatro continentes, Timor-Leste assume a importância do valor estratégico que

esta estrutura multilateral de Estados falantes de uma língua comum representa. Esta importância geopolítica assume cada vez maior projeção no mundo com a concertação política e diplomática dos seus Estados-membros, com o reforço da cooperação a nível económico, social e tecnológico, e com a defesa dos seus interesses nacionais.

Outro dos objetivos deste trabalho é examinar o estreitamento das relações que Timor-Leste procura desenvolver não só com os países da CPLP, mas também na medida em que Timor-Leste pretende defender os seus interesses nacionais no contexto do equilíbrio geopolítico regional. Nesta perspetiva, para além do aprofundamento das relações com as diversas organizações internacionais, entre as quais a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, e com as plataformas regionais, seria igualmente imprescindível e natural promover-se a franca cooperação com os Estados vizinhos no âmbito de uma política de boa vizinhança e de intercâmbio comercial.

Por outro lado, torna-se de suma importância o desenvolvimento de Timor-Leste no sentido de uma diminuição da dependência do apoio externo. Como é sabido, Timor-Leste detém uma posição e um valor estratégico de grande importância, uma vez que está situado num dos quatro principais canais de passagem marítima que faz ligação entre os Oceanos Índico e Pacífico. Por estar localizado na fronteira entre o sudeste do continente asiático e a Oceânia, é necessário que haja uma sensibilidade acrescida para esta questão.

4. Estrutura da dissertação

Este trabalho organiza-se em quatro capítulos. O primeiro capítulo diz respeito à metodologia subjacente à presente dissertação. Neste capítulo procede-se à descrição das investigações desenvolvidas, nomeadamente, análise das perceções do público, em especial de políticos, académicos, representantes da Igreja Católica e das ONGs timorenses, no âmbito do potencial da língua portuguesa para Timor-Leste. Nesta fase do trabalho será feita a explicação referente à recolha dos dados.

No segundo capítulo, desenvolve-se o potencial da língua portuguesa para Timor-Leste, descrevendo o valor universal da língua, bem como o fator identitário nela representado. Neste capítulo aborda-se também a importância da língua portuguesa no equilíbrio geopolítico regional, interligando as vantagens e projeções económicas que Timor-Leste deverá usufruir através das cooperações internacionais.

No terceiro capítulo, procede-se à contextualização histórica da CPLP e à descrição do vetor de concertação político-diplomática da CPLP, de que Timor-Leste faz parte. Apresentam-se também contributos

para a conceção do quadro de cooperação bilateral que Timor-Leste pretende desenvolver com a CPLP. A descrição da cooperação será nas áreas da promoção e difusão da língua, da cooperação técnico-militar, da concertação político-diplomática, do setor privado, bem como dos desafios e oportunidades que Timor-Leste pode beneficiar neste quadro de cooperação.

O quarto capítulo incide sobre a posição de Timor-Leste no contexto geopolítico regional. São de igual modo abordados os vetores da geopolítica, da geoestratégia e da geoeconomia. Para dinamizar a política externa de Timor-Leste é apresentado também o quadro de cooperação com os países vizinhos, da ASEAN e, também, Japão, China, EUA e Portugal.

Na parte final apresentam-se as conclusões do trabalho, formuladas com base nos resultados das análises, acompanhadas de uma reflexão, no sentido de se corresponder aos objetivos inicialmente definidos.

Capítulo I. Metodologia e Resultados dos Inquéritos

1.1. Fase Metodológica

Uma investigação é algo que se procura, implicando hesitações, desvios e incertezas. O investigador deve obrigar-se a escolher um fio condutor tão claro quanto possível, para que o seu trabalho se estruture em coerência²⁷. Assim, não se pode propor uma abordagem única no campo de investigação, pois corre-se o risco de esta ser inadequada. Contudo, existem várias etapas que poderão ser seguidas no decorrer da elaboração de uma dissertação.

O primeiro aspeto a ter em conta é, sem dúvida, a escolha de uma pergunta ou várias de partida, para que toda a investigação tenha um ponto central e unificador, e para que não se fuja ao tema a estudar. Neste caso as perguntas são: Como facilitar a imersão na língua portuguesa e potenciar a sua eficácia e atratividade na prossecução dos objetivos comuns da CPLP na região? Que políticas estão a ser implementadas para a promoção do potencial da língua portuguesa e qual o seu impacto real a nível nacional e regional?

A metodologia consiste nos passos a seguir aquando da elaboração de uma dissertação, isto é, traduz-se numa descrição meticulosa, rigorosa, do objeto de estudo, bem como das técnicas a utilizar. Assim, a metodologia é composta pelo método e pelas técnicas.

A postura epistemológica que se adotará nesta dissertação é a interpretativa, uma vez que o propósito é a análise de fontes primárias e secundárias com o objetivo de se tirar ilações subjetivas. Assim, pressupõe-se que, ao escolher a abordagem epistemológica interpretativa, se utilizará o método qualitativo. “A investigação qualitativa centra-se na compreensão dos problemas, analisando os comportamentos, as atitudes ou os valores”.²⁸

Uma vez que o método se prende com a natureza dos dados, e já que os que serão utilizados nesta dissertação não são quantificáveis, deduz-se que o método mais adequado é, realmente, o qualitativo, em vez do quantitativo, ideal para os dados estatísticos. A técnica de recolha e tratamento de dados a utilizar será a análise documental, de fontes primárias e secundárias, como referi acima, permitindo observar, bem como

²⁷ Raymond Quivy & Luc Van Campenhoudt, “Manual de Investigação em Ciências Sociais” Disponível online em: www.fep.up.pt/docentes/João/material/manualinvestigação.pdf.

²⁸ Maria José S. & Cristina S. Baptista, (2011), «Como fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios, segundo Bolonha», 4ª Edição, p. 56.

interpretar os documentos.

Por outro lado, como a pesquisa foi efetuada em Timor-Leste, pretende-se utilizar o método de recolha de informações através de inquéritos por questionário, que consiste em colocar a um conjunto de inquiridos, representativo da população timorense, uma série de perguntas relativas às suas opiniões, às suas atitudes, às suas expectativas e ao seu nível de conhecimento em relação ao potencial geopolítico da língua portuguesa para Timor-Leste. Também será utilizada a análise de conteúdo, nomeadamente dos testemunhos, quer dos políticos, quer das entidades da Igreja Católica de Timor-Leste, que sempre defenderam a língua portuguesa como língua oficial.

Numa segunda fase, a pesquisa de informação para o tema em questão irá ser exclusivamente feita a partir de livros e documentos com esclarecimentos teóricos para que se consiga começar a abordar o assunto de forma clara e concisa. Isto porque um bom conhecimento de todos os parâmetros que se pretende abordar é fulcral para que se consiga explicar o tema e para que seja de fácil entendimento para todos os leitores.

1.2. Desenho de Investigação

O estudo desenvolveu-se em Timor-Leste. Os inquiridos selecionados para esta pesquisa foram agrupadas em seis componentes com um total de 100 respondentes ordenados da seguinte forma:

1. Membros do governo;
2. Deputados do Parlamento Nacional;
3. Representantes da Igreja Católica;
4. ONGs;
5. Professores da Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Nacional de Timor Lorosa'e;
6. Estudantes do Departamento do Comércio e Turismo da Faculdade de Economia e Gestão da UNTL.

Procedeu-se à inquirição das perceções, sob a forma de um questionário com perguntas fechadas, para apurar as atitudes, as expectativas e os conhecimentos dos inquiridos sobre o potencial geopolítico da língua portuguesa para Timor-Leste.

Esta investigação passou por cinco etapas: A primeira etapa foi a escolha do tema da pesquisa. A segunda foi a análise documental. Nesta etapa foi escolhido o potencial da língua portuguesa para Timor-Leste como foco do estudo. A partir daqui foi elaborado um questionário com afirmações relativas às componentes do tema e demais informações gerais sobre os inquiridos que constituem o alvo de inquirição.

Na terceira etapa foi definido o universo e a amostra a investigar. Na quarta procedeu-se à aplicação do método de pesquisa, tendo o questionário sido aplicado a políticos, académicos, representantes da Igreja Católica e ONGs. Seguimos algumas das propostas de Manuela Magalhães e Andrew Hill, no livro *Investigação por Questionário*, o que por sua vez justifica a opção por um universo de respondentes com dimensão de entre 100 e 500 casos, como o aqui escolhido. “De um ponto de vista prático, esta opção é, provavelmente, a mais indicada para uma investigação que é feita como parte de uma licenciatura ou de um mestrado e se pretende utilizar a análise de dados quantitativos”²⁹.

A motivação para esta investigação assenta na curiosidade do investigador em conhecer as opiniões da população timorense face à opção pela língua portuguesa como língua oficial de Timor-Leste, e apurar de perto as opiniões e os comportamentos dos inquiridos, por forma a avaliar o potencial desta mesma língua para Timor-Leste, tanto a nível nacional como regional.

Para este fim, construiu-se um questionário:

Um questionário é instrumento de investigação que visa recolher informações baseando-se, geralmente, na inquirição de um grupo representativo da população em estudo. Para tal, coloca-se uma série de questões que abrangem um tema de interesse para os investigadores, não havendo interação direta entre estes e os inquiridos.³⁰

1.3. Procedimento da pesquisa

Como afirmam Manuela Magalhães e Andrew Hill, “numa investigação onde se aplica um questionário, frequentemente, todas as variáveis são medidas a partir das perguntas do questionário”³¹.

As variáveis presentes neste estudo são classificadas como variáveis independentes, dependentes e de atributo. Entende-se por variável independente: “a que o investigador manipula (.....) para medir o seu efeito na variável dependente”³².

Fortin define variável dependente como: “a que sofre o efeito esperado da variável independente, é o comportamento, a resposta, ou o resultado observado que é devido à presença da variável independente”³³.

Assim, a variável dependente do estudo é: Opinião dos políticos, representantes da Igreja Católica, ONGs, professores e estudantes sobre o potencial geopolítico da língua portuguesa para Timor-Leste.

²⁹ Manuela Magalhães & Andrew Hill, (2006), “Investigação por Questionário” 2ª Edição, Sílabo, p. 43.

³⁰ Maria José S. & Cristina S. Baptista, (2011), «Como Fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios ”-Segundo Bolonha» 4ª Edição. P. 90.

³¹ _____, “Investigação por Questionário”, (...), 2ª Edição, Sílabo, p. 43.

³² Marie-Fabene Fortin, (2003), “ O processo de Investigação”- Da Conceção à Realização, 3ª Edição, publicação Lusociência, pp. 37-38.

³³ *ibidem*.

Fortin define variáveis atributo como “as características dos sujeitos num estudo. Estas geralmente são variáveis demográficas: idade, escolaridade, sexo, estado civil, rendimento, etnia, etc.”³⁴

Com base nesta afirmação, foi aplicado um questionário fechado a 100 respondentes. O questionário foi aplicado em duas fases; a primeira, a partir do dia 6 de agosto até 8 de setembro de 2014, foi dirigida os membros do governo, deputados e representantes da Igreja Católica e ONGs; a segunda fase, de 2 de Outubro até 4 de Novembro de 2014, foi dirigida aos professores e estudantes da Faculdade de Economia e Gestão da UNTL.

Nesta investigação, o investigador conseguiu visitar duas Escolas Católicas Salesianas de D. Bosco, situadas nos distritos de Lospalos e Baucau, a fim de recolher os questionários já preenchidos pelos missionários e mães das referidas escolas. Já os dos professores e estudantes foram recolhidas na Faculdade de Economia e Gestão da UNTL, através de uma aula aberta, na qual o tema abordado foi precisamente o potencial geopolítico da língua portuguesa para Timor-Leste. A documentação desta aula pode ser vista no anexo I. Os respondentes que participaram nesta pesquisa foram representados da seguinte forma:

1. 6 respondentes por parte dos membros de governo;
2. 5 por parte dos deputados do Parlamento Nacional;
3. 15 por parte da Igreja Católica;
4. 5 das ONGs;
5. 23 por parte dos professores;
6. 46 por parte dos estudantes do Departamento do Comércio e Turismo da Faculdade de Economia e Gestão da UNTL.

Para a obtenção de dados de uma forma científica é necessário proceder à elaboração de um instrumento de recolha de dados que, neste caso, foi um questionário devidamente estruturado e adaptado à realidade da população-alvo utilizada no projeto de investigação. A exigência de precisão conduz à necessidade de testar o questionário antes da sua administração.

Assim, o pré-teste, segundo Fortin, “consiste no preenchimento do questionário por uma pequena amostra que reflita a diversidade da população visada (...) a fim de verificar se as questões podem ser bem compreendidas (...), permite corrigir ou modificar o questionário, resolver problemas imprevistos e verificar a

³⁴ Marie-Fabene Fortin, (2003), “ O processo de Investigação”- Da Conceção à Realização, 3ª Edição, publicação Lusociência, pp. 37-38.

redação e ordem das questões”.³⁵

Deste modo, o pré-teste foi realizado na Faculdade de Economia e Gestão da UNTL por 10 estudantes que não foram incluídos na amostra. O objetivo foi avaliar a eficácia e pertinência do questionário. Por forma salvaguardar os aspetos éticos, os estudantes consentiram participar na investigação, tendo sido respeitados os aspetos éticos inerentes.

Após a recolha de dados através do questionário aplicado, tornou-se importante realizar o tratamento estatístico dos mesmos. Para a organização dos dados obtidos foi utilizado o software Microsoft Excel 2013, para ambiente Windows.

Todos os resultados obtidos foram transformados em gráficos e quadros com a respetiva descrição. As questões de avaliação ou estimação foram organizadas de acordo com as respostas dadas e tratadas quantitativamente.

1.4. Fase Empírica

1.4.1. Apresentação, Interpretação e Discussão dos Resultados

Este trabalho de investigação tem como finalidade dar a conhecer a opinião dos políticos, representantes da Igreja Católica, ONGs, professores e estudantes acerca do potencial geopolítico da língua portuguesa para Timor-Leste. Por meio da metodologia utilizada, foi elaborado um questionário com o intuito de atingir os objetivos propostos.

Esta consulta foi dividida em quatro partes. Na primeira parte foram colocadas dezassete questões sobre o potencial geopolítico da língua portuguesa para Timor-Leste e quinze questões sobre os constrangimentos.

Na segunda parte, foram colocadas dez questões sobre os principais contributos do potencial geopolítico da língua portuguesa para Timor-Leste. Por fim, na terceira parte, foram colocadas nove questões para saber qual o nível de satisfação com o potencial geopolítico da língua portuguesa para Timor-Leste (**ver apêndice I**).

Após a aplicação do questionário, efetuou-se a análise dos dados, convertendo-os em gráficos e com as devidas percentagens. Segundo Fortin: “A análise dos dados permite produzir resultados que podem ser

³⁵ _____, “O processo de Investigação: Da Conceção à Realização”, (.....), 2003, p.253.

interpretados pelo investigador. Os dados são analisados em função do objeto de estudo segundo se trata de explorar ou descrever os fenómenos, ou de verificar relações entre variáveis.”³⁶ Todos os gráficos apresentados obedecem à ordem do questionário.

De seguida é efetuada a caracterização da amostra **(ver apêndice II)** e, posteriormente, é apresentada a opinião dos membros do governo, deputados, representantes da Igreja Católica, ONGs, professores e estudantes acerca do potencial geopolítico da língua portuguesa para Timor-Leste. Em conjunto com esta apresentação é feita a discussão dos resultados, confrontando-se os mesmos com diversos autores com o intuito de verificar e refletir se os resultados obtidos vão ao encontro da bibliografia apresentada.

1.4.2. RESPOSTAS SOBRE AS POTENCIALIDADES DA GEOPOLÍTICA DA LÍNGUA PORTUGUESA PARA TIMOR-LESTE E A SUA ADESÃO À CPLP.

No primeiro quadro (A) pode ver-se um conjunto de afirmações que são, por vezes, proferidas por alunos, professores, membros do governo/Parlamento Nacional, representantes da Igreja Católica e da sociedade civil, quando se referem ao potencial da língua portuguesa para Timor-Leste e à adesão do seu país à CPLP **(ver apêndice I)**.

De seguida, apresentar-se-á a análise dos resultados de cada item consoante as respostas expressadas pelos inquiridos, fazendo-se posteriormente uma articulação com a realidade atual da política do governo de Timor-Leste.

1.4.2.1 A língua portuguesa é fundamental para a política interna e externa de Timor-Leste.

Neste ponto **(ver apêndice III, Gráfico 4)**, o resultado das respostas demonstra que, dos 100 inquiridos, 71% concordam totalmente e acham que a língua portuguesa foi fundamental para a política interna e externa de Timor-Leste, 24% concordam em parte e apenas 5% discordam em parte.

Resumindo os resultados apresentados neste gráfico, considera-se que a maior parte dos inquiridos estão de acordo com a escolha da língua portuguesa como língua oficial e creem no seu potencial geopolítico para Timor-Leste. De facto, é uma realidade na sociedade timorense que todos os pais desejam que os filhos possam estudar nas Escolas de Referência, pois consideram que o domínio da língua portuguesa pode, no futuro, abrir boas possibilidades de emprego para os seus filhos.

³⁶ Marie- Fabiene Fortin, (1999), “ O processo de Investigação: Da Conceção à Realização”, Pub. Loures: Lusociência, p.42.

Isto, por sua vez, vai ao encontro das palavras do Ex-Reitor da Universidade de Timor Lorosa'e e atual diretor do Instituto Nacional da Língua Portuguesa, Benjamim Corte Real:

Penso que é preciso dar uma nova dinâmica a todo o sistema e a presidência da CPLP durante os dois próximos anos vai servir de propulsor para todos os componentes da sociedade e as diversas instâncias do Estado fazerem da língua portuguesa uma língua do dia-a-dia, uma língua não só falada, mas também dominada na escrita e sobretudo nas escolas, torná-la um instrumento de trabalho eficaz para não mais se invocar a ideia de que uma língua estrangeira está a ser forçada às nossas crianças.³⁷

"Os mais adultos, mais velhos talvez vão com pouca vontade," continuou Corte Real, "mas não vejo essa atitude, quando se trata da educação dos filhos. Um taxista preocupa-se muito em colocar o filho ou a filha numa escola que garanta a aprendizagem nas línguas oficiais, incluindo a língua portuguesa".³⁸

Quanto à importância da língua portuguesa para a política externa, esta foi claramente expressa pelo Ex-Ministro dos Negócios, José Luís Guterres:

Um dos desideratos da política externa timorense passa pela participação ativa na CPLP e pelo reforço das relações com a UE. A primeira numa perspetiva de promoção da língua portuguesa, e a segunda porque poderá ter um papel na estruturação da situação política timorense, e funcionar como garantia de abertura de Timor-Leste ao mundo.³⁹

1.4.2.2. A opção pela língua portuguesa como língua oficial para Timor-Leste tem importância geopolítica no domínio político, económico e sociocultural no contexto internacional.

Quanto à segunda questão, dos 100 inquiridos, 60 concordam totalmente, 32 concordam em parte, 7 discordam em parte e 1 discorda totalmente.

Dos inquiridos acima referidos (**ver apêndice III, Gráfico 5**), 60% concordam totalmente com a opção pela língua portuguesa como língua oficial para Timor-Leste, 32% concordam em parte, 7% discordam em parte e apenas 1 % discorda totalmente.

As opiniões expressadas pelos inquiridos vão ao encontro das palavras do Professor Palmeira: "O português é considerado um idioma de grande importância para Timor-Leste, pois, sendo uma importante

³⁷ Real, C. Benjamin, "Entrevista pela Lusa na Preparação da X Cimeira CPLP" Dili, 21/6/ 2014). Disponível em: www.noticiasominuto.com/237783/cplp-vai-impulsionar-a-lingua-portuguesa-em-timor-leste. Acesso em 27-12-2014.

³⁸ *ibidem*.

³⁹ PCM-"Programa do IV Governo Constitucional" (2007-2012) -Presidência do Concelho de Ministros, República Democrática de Timor-Leste, (2007, pp.12-78). Disponível em: <http://www.timor-leste.gov.tl>

língua internacional, falada por mais de duzentos milhões de pessoas nos países da CPLP, podem proporcionar a Timor-Leste vantagens sociais e culturais e benefícios materiais”⁴⁰.

1.4.2.3. Diferencia a sua identidade como Estado soberano e afasta-se do isolamento político perante as duas potências regionais, a Austrália e a Indonésia.

Relativamente à terceira questão, dos 100 inquiridos que participaram na investigação **(ver apêndice III, Gráfico 6)**, 48% concordam totalmente que a opção pela língua portuguesa como língua oficial permite diferenciar a identidade timorense e afastar-se do isolamento das duas potências regionais, a Austrália e a Indonésia, 31% concordam em parte, 5% discordam totalmente e 2 % dos respondentes não têm opinião sobre a questão colocada.

Considera-se, desta forma, que a escolha da língua portuguesa marca a diferença do país para com os seus vizinhos, e isto tem muito a ver com o passado muito difícil das relações de Timor-Leste com os dois gigantes da região. Esta perceção vai ao encontro da afirmação do Professor Adriano Moreira: "Timor é obrigado a dormir com o inimigo, redefinindo a atitude em relação à Indonésia que sacrificou o seu povo, e à Austrália que teve olhares sobretudo para o petróleo".⁴¹

1.4.2.4. A língua portuguesa promove conhecimentos científicos e tecnológicos no setor da educação.

Quanto à quarta questão, dos 100 inquiridos, 63 concordam totalmente, 27 concordam em parte, 7 discordam em parte, 2 discordam totalmente e 1 não teve opinião. Assim **(ver Apêndice III, Gráfico 7)**, 63% concordam totalmente, 27% concordam em parte, 7% discordam em parte, 2 % discordam totalmente e 1% dos respondentes não teve opinião sobre a questão colada.

Ao analisar as opiniões expressadas pelos participantes, nota-se que as mesmas vão ao encontro das palavras do Ex-Presidente de Timor-Leste, José Ramos Horta, numa intervenção efetuada no CSIS (Centro para Estratégia e Estudos Internacionais), em Washington, intitulada “Challenges to PeaceMaking and Peacebuilding in Asia” . Quando questionado sobre a escolha da língua portuguesa e do Tétum como línguas oficiais, em Maio de 2013, Ramos Horta respondeu:

⁴⁰ Palmeira, José “ O Potencial de Timor-Leste na geopolítica da CPLP”. Disponível em: http://www.tlstudies/Pdfs/chp_07.pdf

⁴¹ Moreira, Adriano, (2007) “A Diplomacia Portuguesa” In vários Negócios Estrangeiros, N° 10, p. 22.

“Eu devo dizer que um bom amigo meu de Washington, do Senado dos Estados Unidos (não devo dizer o seu nome, um senador, indivíduo adorável, o homem mais decente que se pode encontrar em Capitol Hill), certo dia me convidou a Washington, mobilizando toda a gente para este café comigo. Até o Joe Biden estava lá (ainda senador na altura) e o Ted Kennedy. Ele então disse: “José, você sabe que toda a gente o adora nesta casa. Sempre que pede isto ou aquilo, nós ajudamos, mas esta ideia de ter o português como língua oficial é uma das maiores tolices que já ouvi”, e ainda acrescentou: “Se escolher o inglês, Timor-Leste entrará imediatamente no século XXI.” Bom, naquela altura, a Libéria estava na capa de todos os jornais dos Estados Unidos e eu disse ao senador (tenho de ter cuidado para não dizer o nome dele): “Estará a dizer que a vossa antiga colónia Libéria já está no séc. XXI?” O inglês é importante mas não abre as portas para o paraíso. Posso mencionar uma inúmera lista de países na Ásia e em África que têm o inglês como língua oficial desde a sua independência e não estão propriamente no séc. XXI. Posso também citar alguns países em África que têm o português como língua oficial e estão a fazer um grande trabalho sem ter petróleo e sem terem gás. Cabo Verde! Cabo Verde é um dos países com melhor governação em África ou no Mundo. Sem gás, sem petróleo, têm apenas pedras, rochas e agora o turismo... e falam português. Posso mencionar outros... Costa Rica! Sem exército, sem petróleo, muito rica... Falam espanhol! Não o inglês. Agora alguns acham que o inglês resolve todos os problemas da humanidade... não é verdade. Ajuda, sim, no acesso à ciência, tecnologia e por aí fora”.⁴²

1.4.2.5. O interesse capital da língua portuguesa é o interesse nacional.

Em relação à quinta questão, dos 100 inquiridos, 59 concordam totalmente, 31 concordam em parte, 6 discordam em parte e 4 discordam totalmente. Ou seja, 59% concordam totalmente (**ver Apêndice III, Gráfico 8**), 31% concordam em parte, 6% discordam em parte e 4% discordam totalmente face à questão colocada.

Em prol dos resultados apresentados no gráfico, conclui-se que há correspondência entre as opiniões recolhidas e a decisão política do país, e que realmente representa o interesse nacional, tal como consta no artigo 13º da Constituição RDTL, em que se define a língua portuguesa como língua oficial de Timor-Leste juntamente com a língua Tétum, esta que, para além de oficial, é também a língua nacional do país.

Um bom exemplo da aceitação popular da língua portuguesa é o facto de 70% dos apelidos e 98% dos nomes próprios dos timorenses serem, ainda hoje, portugueses. Os dirigentes timorenses têm a clara noção de que foi graças à colonização dos portugueses que Timor-Leste (com o enclave de Oecússi e a ilha de Ataúro) criou uma identidade própria e se diferenciou da outra metade da ilha e das restantes milhares de ilhas que compõem o arquipélago. Para além disso, a opinião dos inquiridos vêm ao encontro das palavras do

⁴² Horta, R. José, “Intervention at the CSIS about the Timor-Leste_ Official Languages”. Disponível online em: <http://www.In the news, news, the Blog, Timor-Leste> . Acesso em 20 de Janeiro de 2015.

atual Presidente da República, Taur Matan Ruak, em entrevista à Rádio ONU, diz que “ O português veio para ficar”, e com a Língua e uma “ligação histórica e cultural” do país com a CPLP, “Timor vai continuar a fazer a diferença”⁴³

1.4.2.6. No contexto atual, a língua não representa exclusivamente a identidade, mas influencia também os setores dos negócios e do comércio a nível internacional.

Quanto à sexta questão, dos 100 indivíduos participantes, 35 concordam totalmente, 47 concordam em parte, 8 discordam em parte e 10 dos respondentes discordam totalmente. Em suma **(ver Apêndice III, Gráfico 9)**, 35% concordam totalmente, 47% concordam em parte, 8% discordam em parte e 10% discordam totalmente face à questão colocada.

É de salientar que ao abordar a língua portuguesa, a noção que logo surge na mente é a CPLP. A língua, como característica unificadora, exerce um forte impacto nas economias a vários níveis, nomeadamente, na dinamização das trocas comerciais, na promoção da globalização empresarial, no desenvolvimento das relações políticas e sociais, no intercâmbio de ideias, e no fluxo de pessoas.

O maior crescimento económico das geografias emergentes, e a redução do protecionismo, diluindo barreiras concorrenciais e aumentando a interdependência entre as economias, com novos atores e novas rotas comerciais, traduz-se num novo mosaico de acrescida intensidade da atividade económica internacional. E isto vai ao encontro do posicionamento geopolítico dos países que compõem a CPLP. Como notou o primeiro-ministro português na X Cimeira da CPLP em Dili, “a economia deverá assumir um papel cada vez mais central na CPLP, acrescentando ter convidado os Estados-membros exportadores de hidrocarbonetos a usarem Portugal como porta de entrada na Europa. Em conferência de imprensa, o Primeiro-Ministro acrescentou ainda que “é hoje consensual que a economia deverá assumir um papel cada vez mais central”, constituindo-se como “um vetor privilegiado da organização”.⁴⁴

1.4.2.7. Vai ao encontro dos interesses nacionais e das necessidades de desenvolvimento do País.

Dos 100 inquiridos **(ver Apêndice III, Gráfico 10)**, 61% concordam totalmente que a opção da língua portuguesa vai ao encontro dos interesses nacionais e das necessidades do desenvolvimento do país,

⁴³ Grayley, Mónica Villela, “Timor-Leste reitera compromisso com promoção da Língua Portuguesa”. Extraído da Rádio ONU – Organização das Nações Unidas, Nova York. Publicado em: 25 set. 2013. Disponível online em: [Ventos da lusofonia-lusofonia5.rssing.com/chan-31463051/all.p1.htm](http://ventos.lusofonia-lusofonia5.rssing.com/chan-31463051/all.p1.htm).

⁴⁴ Revista Presidente, (2014), “Povo Livre”, p. 3. Disponível em: http://www.psd.ficheiros/povo_livre/ficheiro.1406796896.pdf. Acesso em 15-01-2015.

28% concordam em parte, 6% discordam em parte e 5% discordam totalmente.

Se analisarmos os resultados apontados neste gráfico, os inquiridos na sua maioria concordam, e é de sublinhar que a opção pela língua portuguesa de facto vem ao encontro dos interesses nacionais e de desenvolvimento do país.

E isto veio a ser concretizado em 2000, nas palavras do linguista australiano Geoffrey Hull, que se bateu pela escolha da língua portuguesa como língua oficial no Congresso Nacional, afirmando: “O mais importante símbolo nacional é sem dúvida a língua. As dúvidas acerca da língua oficial envolvem também importantes questões acerca da identidade nacional.”⁴⁵ E depois de apresentar vários argumentos para valorizar a presença de Portugal e da sua língua em Timor-Leste, por oposição à língua indonésia e ao inglês, continuou:

“Parece-me que o papel central da Língua Portuguesa na civilização timorense é completamente inquestionável. Em poucas palavras, se Timor-Leste deseja manter uma relação com o seu passado, deve manter o português. Se escolher outra via, um povo com uma longa memória tornar-se-á numa nação de amnésicos e Timor-Leste sofrerá o mesmo destino que todos os países que, voltando as costas ao seu passado, têm privado os seus cidadãos do conhecimento das línguas que desempenharam um papel fulcral na génese da cultura nacional”.

Ainda assim, quando um comentador de Singapura recomendou recentemente que o Timor-Leste adotasse o inglês como língua oficial para abraçar a globalização, Ramos-Horta defendeu a sua escolha de manter a língua portuguesa:

Talvez nós não sejamos tão práticos como nossos irmãos de Singapura. Confesso que nós somos um pouco românticos, temos uma perspetiva histórica porque temos uma longa história e não nos temos uma mentalidade de Singapura de estilo comercial. Isso significa que estamos condenados a desacelerar o crescimento, por ter uma sociedade multilingue e uma sociedade rica, vibrante e colorida, que nos faz apreciar as belezas da vida com mais frequência? Tenho certeza que a resposta é não.⁴⁶

A língua portuguesa pode nunca ultrapassar o tétum como língua franca de Timor-Leste, mas parece estar determinado a permanecer como uma das línguas oficiais do país.

1.4.2.8. A adesão de Timor-Leste à CPLP foi fundamental.

Dos 100 inquiridos, a maioria (73%) concorda totalmente que a adesão do país à CPLP foi

⁴⁵ Hull, Geoffrey, “Timor-Leste: Identidade, Língua e Política Educacional”, 2001, ed. IC p. 39.

⁴⁶ Post-Western World, (2014).disponível em:www.postwesternworld.com/2014/07/07/portugues-sobrevivera-sudeste-da-asia. Acesso em 1/02/2015.

fundamental, ao passo que 21% concordam, 2% discordam e 4% discordam totalmente **(ver Apêndice III, Gráfico 11)**.

Desta forma, pode-se dizer que a maioria dos respondentes mostram-se claramente a favor da adesão de Timor-Leste à CPLP. Resta agora saber como os governantes vão gerir as suas políticas nas diversas áreas junto da CPLP.

A importância atribuída pelos respondentes à adesão de Timor-Leste à CPLP encontra ressonância junto dos responsáveis dos outros Estados-membros da comunidade, tal como se pode ver pelas afirmações do Ministro dos Negócios Estrangeiros português aos jornalistas na X Cimeira da CPLP, em Timor-Leste, tendo este considerado que a presidência de Timor-Leste da CPLP vai reforçar a língua portuguesa e vai ser "muito importante para a expansão da CPLP", indicou Rui Machete. "Porque a CPLP vai reunir-se na Ásia – Timor-Leste é o país da CPLP que é asiático, e está em vésperas de ingressar na ASEAN – há aqui uma conjugação de fatores que acentuam que a CPLP está num processo de mudança," sublinhou o chefe da diplomacia portuguesa. Ainda segundo Machete, tal mudança caracteriza-se pela "difusão e a importância da Língua Portuguesa do ponto de vista geográfico", como "língua de cultura e também como língua de instrumento de negócios". Assinalou ainda a "acentuação da dimensão económica e social da CPLP, sem perder a importância cultural e o valor da língua como mutação identitária".⁴⁷

1.4.2.9. Valoriza os laços históricos e culturais entre as nações da CPLP.

No que diz respeito à nona afirmação, num universo de 100 respostas obtidas, 63 concordam totalmente, 28 concordam em parte, 3 discordam em parte, 3 discordam totalmente e 3 não tiveram opinião sobre a afirmação colocada. Deste modo **(ver Apêndice III, Gráfico 12)**, 63% dos inquiridos concordaram totalmente que a língua portuguesa valoriza os laços históricos e culturais entre as nações da CPLP, 28% concordam em parte, 3% discordam em parte, 3% discordam totalmente e 3% não têm opinião.

De acordo com o resultado exposto no gráfico, conclui-se que realmente face a esta questão a maioria dos respondentes consideram que os laços históricos de Timor-Leste com os Estados-membros da CPLP é um tema indiscutível, particularmente com Portugal. A justificação é simples, se Timor-Leste não tivesse parte como província ultramarina portuguesa ao longo de quatro séculos e meio, dificilmente hoje falaríamos de um Estado independente.

⁴⁷ Machete, Rui, "Entrevista pela Lusa na Cimeira da X Conferência de Chefes de Estados e Governos da CPLP", Dili Julho 2014. Disponível em: www.lusa.pt.

Esta opinião é partilhada pelo ex-Presidente de Timor-Leste, José Ramos Horta, que considera que "deve-se muito a Portugal o facto de termos chegado onde chegámos. Portugal batalhou nos grandes palcos internacionais, por vezes sofreu derrotas, foi humilhado pelos seus próprios parceiros", tendo acrescentado que "as relações de cooperação Portugal – Timor-Leste não têm limites. Não creio que haja dois países no mundo que tenham estas relações tão íntimas."⁴⁸

1.4.2.10. Ao utilizar a língua portuguesa estimula-se a participação pró-ativa de Timor-Leste no seio da CPLP e na política internacional.

Conforme os dados que demonstram (**ver Apêndice III, Gráfico 13**), em relação à décima afirmação, 53% concordam totalmente, 33% concordam em parte, 11% discordam em parte, apenas 2% discordam totalmente e 1% em não têm opinião. Estes resultados são claros e expressivos, e vão ao encontro de uma ideia do Professor Nuno Canas Mendes, em que este considera que "a necessidade estratégica de aproximação a vários tabuleiros políticos por forma a aumentar a sua margem de ação nas relações internacionais, evitando concomitantemente tendências hegemónicas, e a pertença ao mundo dos países de língua portuguesa é um importante fator político e diplomático que justificou a adesão à CPLP".⁴⁹

1.4.2.11. Ao assumir-se como Estado-membro de pleno direito da CPLP, presente nos quatro continentes, Timor-Leste assume naturalmente a importância do valor estratégico que esta estrutura multilateral de Estados, confluente falantes de uma língua comum, representa.

Quanto à décima primeira afirmação, dos 100 respondentes, 50 concordam totalmente, 29 concordam em parte, 17 discordam em parte, 2 discordam totalmente e 2 não tiveram opinião.

Deste modo (**ver Apêndice III, Gráfico 14**), 50% dos inquiridos concordam totalmente, 29% concordam em parte, 17% discordam em parte, 2% discordam totalmente e os últimos 2% não têm opinião sobre a afirmação acima colocada.

Ao analisar os resultados expostos no gráfico, conclui-se que acima de 50% dos inquiridos entendem que a CPLP, considerada como uma peça fundamental para Timor-Leste, tem valor estratégico para as políticas do país em diversas áreas, e que com o peso da CPLP no contexto mundial, Timor-Leste sente que detém maior poder regional.

⁴⁸ Horta, R. José (1999) "A política Externa de Timor" in vários, o mundo português, Ano I N.º 2, p. 7-9.

⁴⁹ Mendes, C. Nuno (2005) "A Construção do Nacionalismo Timorense" in vários Ensaios sobre nacionalismos em Timor-Leste, Coleção Biblioteca Diplomática, Série A, n.º 4, Instituto Diplomático do MNE, p. 223.

Em ideia encontra expressão nas palavras do Ex-Primeiro Ministro Xanana Gusmão na abertura do Seminário de Economia CPLP-Ásia e Pacífico na X Cimeira da Conferência dos Chefes de Estados e Governos realizada em Díli, “A visão que Timor-Leste tem para a CPLP passa por percorrermos juntos esses novos rumos e neles sabermos traçar uma promessa de futuro melhor para os nossos Povos, para alcançarmos em conjunto o destino comum do desenvolvimento”⁵⁰

1.4.2.12. Respeita e valoriza a contribuição política da CPLP nos fóruns regionais e internacionais sobre a libertação de Timor-Leste.

Em relação à décima segunda questão, dos 100 inquiridos, 73 concordam totalmente com a afirmação, 16 concordam em parte, 6 discordam em parte, 3 discordam totalmente e 2 não têm opinião. Ou seja, 73% dos respondentes concordam totalmente, 16% concordam em parte, 6% discordam em parte, 3% discordam totalmente e 2% não têm opinião **(ver Apêndice III, Gráfico 15)**.

O povo timorense tem consciência de que sem a ajuda da CPLP Timor-Leste seria hoje uma causa perdida. O papel da CPLP na libertação de Timor-Leste é reconhecido pelos responsáveis do país. Nas palavras do Ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros de Timor-Leste, José Luís Guterres:

Dentro dos países da CPLP, destacam-se as relações de Timor-Leste com Portugal e o Brasil, que sempre tiveram um comportamento correto, ao nível da ONU, na questão de Timor-Leste. Estes países, no processo de transição, apoiaram Timor-Leste nas questões de lei e ordem e com a presença de militares. Outros países da CPLP com os quais Timor-Leste mantinha relações especiais eram Angola e Moçambique, pois tinham uma experiência que não podia ser negligenciada.⁵¹

1.4.2.13. A integração de Timor-Leste na CPLP vai no sentido de uma diminuição da dependência de apoio externo.

Os resultados **(ver Apêndice III, Gráfico 16)** indicam que 40% dos inquiridos concordam, 42% concordam em parte, 10% discordam em parte, 6% discordam totalmente e 2% não têm opinião. Face ao exposto, verifica-se que há dúvidas sobre se a integração de Timor-Leste na CPLP ajuda a diminuir a dependência externa de Timor-Leste.

Uma das explicações para este resultado é que os jovens pouco conhecem a realidade do que a CPLP representa. Contudo, não há razões para o pessimismo, já que a realização da Cimeira da CPLP em Díli

⁵⁰ Gusmão, Xanana, “X Cimeira da CPLP-a Cimeira da lusofonia”, ampliada in Lusofonia e diversidade, o mundo de Língua Portuguesa on 24 de Julho de 2014 by ronsoar tagged: CPLP, economia, Língua Portuguesa, legislação, Lusofonia, Timor-Leste, Extraído das agências Lusa e AngolaPress.

⁵¹ Guterres, L. José, (2002) “O mundo em português, Ano III N° 33, pp. 4-5.

despertou interesse no seio dos jovens em conhecerem melhor o papel da CPLP. E isto vai ao encontro da política do IV Governo Constitucional:

Um dos desideratos da política externa timorense passa pela participação ativa na CPLP e pelo reforço das relações com a UE. A primeira numa perspetiva de promoção da Língua Portuguesa, e a segunda porque poderá ter um papel na estruturação da situação política timorense, e funcionar como garantia de abertura de Timor-Leste ao mundo.⁵²

1.4.2.14. Do ponto de vista económico, a adesão de Timor-Leste à CPLP expande as redes de comércio na região da ASEAN, no Pacífico e no mundo.

Relativamente à décima quarta questão, dos 100 inquiridos, 53 concordam totalmente, 33 concordam em parte, 8 discordam em parte e 6 discordam totalmente.

Ou seja, 53% concordam totalmente, 33% concordam em parte, 8% discordam em parte e 6% discordam totalmente **(ver Apêndice III, Gráfico 17)**.

Com a adesão de Timor-Leste à CPLP, isto trará mais benefícios em termos económicos pelo facto de os países da CPLP estarem distribuídos por quatro continentes. Esta ideia foi expressa pelo Ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros de Timor-Leste: "Uma das opções externas de Timor-Leste passa pela CPLP e pelo relacionamento com Portugal."⁵³ José Luís Guterres refere mesmo que Portugal e os portugueses "foram os porta-vozes de Timor na Europa e poderão continuar a ser a porta de Timor para a União Europeia".⁵⁴ Hoje isto reflete-se na política externa do país e está bem presente na política do IV Governo Constitucional. Do lado da CPLP, procurar-se-á aproveitar o posicionamento geográfico de Timor-Leste, por forma a expandir os seus interesses económicos na região.

1.4.2.15. A posição geográfica de Timor-Leste na região servirá como janela de oportunidade para expandir as oportunidades de negócios e de comércio para os Estados-membros da CPLP.

Dos 100 inquiridos, 56 concordam totalmente com a afirmação, 32 concordam em parte, 7 discordam em parte, 4 discordam totalmente e 1 não tem opinião.

Em termos percentuais **(ver Apêndice III, Gráfico 18)**, 56% concordam totalmente, 32% concordam em parte, 7% discordam em parte, 4% discordam totalmente e 1% não tem opinião.

⁵² Plano do IV Governo Constitucional da RDTL, (2007-2012), p.7. Disponível em: <http://www.timor-leste.gov.tl>

⁵³ _____, "O mundo em português", (...), 2002, Ano III N° 33, p. 7.

⁵⁴ *ibidem*.

Conclui-se que a maioria dos inquiridos estão de acordo com a questão colocada. E isto justifica-se nas palavras do secretário-executivo da CPLP: “A presidência de Timor-Leste da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) terá como prioridade a cooperação económica e empresarial, aproveitando o facto de ser o único país da organização na Ásia, região com um forte dinamismo económico”⁵⁵.

1.4.2.16. Portugal, Brasil, Angola e Timor-Leste representam a identidade, a política e economia dos Estados-membros falantes de língua portuguesa nos quatro continentes.

Quanto à décima sexta questão, dos 100 inquiridos, 63 concordam totalmente, 25 concordaram em parte, 8 discordam em parte, 2 discordam totalmente e 2 não têm opinião.

Em termos percentuais **(ver Apêndice III, Gráfico 19)**, 63% concordam totalmente, 25% concordam em parte, 8% discordam em parte, 2% discordam totalmente e 2% não se pronunciaram sobre a questão. Em prol destes dados pode-se afirmar que a maioria dos inquiridos estão absolutamente de acordo que realmente os quatro Estados-membros representam todos os interesses, quer culturais quer económicas, dos países da CPLP no mundo. Isto vai ao encontro das palavras do Ex-Embaixador de Timor-Leste para Portugal António Abrantes afirmando:

Nesta Organização estão representadas as regiões mais prósperas do Mundo. Projeção da Língua Portuguesa nos quatro continentes. A língua é falada na África pelos países que formam os países Africanos de Língua Oficial portuguesa (PALOP), na América Latina pelo Brasil, na Europa por Portugal e na Ásia por Timor-Leste. É considerável o peso que esta língua tem no mundo. Hoje mais de 230 milhões de pessoas falam o Português, o equivalente a cerca de quatro por cento da população mundial.⁵⁶

Assim, Timor-Leste deve-se orgulhar pelo facto de ser o único país na Ásia que representa a CPLP. Ao integrar a CPLP, com certeza que irá beneficiar de muitas oportunidades. Assim também vai ao encontro das palavras do Ex-primeiro-ministro, Xanana Gusmão, proferidas por ocasião do seminário com o tema: Globalização Económica e Oportunidades de Investimento - A CPLP e a Região da Ásia-Pacífico, realizada no dia 24 de Julho de 2014: “Observando este pulsar da Ásia, Timor-Leste quer capitalizar a sua posição geoestratégica única, e oferecer uma plataforma de complementaridade entre a região da Ásia-Pacífico e os polos Europeus, Africanos e Latino-americanos a que têm acesso os países da CPLP”.⁵⁷

⁵⁵ Murade Murargy, “Entrevista pela lusa na Cimeira da X Conferência dos Chefes de Estados e Governos da CPLP”, Dili, (2014), Disponível em: www.lusa.pt.

⁵⁶ Revista Timor-Leste Embaixada (2008), “A Língua Portuguesa: Um património Comum, um futuro Global. P. 10.

⁵⁷ Gusmão, Xanana, “Discurso no Seminário Internacional CPLP e a região da Ásia-Pacífico”, Dili, 2014. Disponível online em: www.timor-leste.gov.tl.

1.4.2.17. A adesão de Timor-Leste à CPLP representa os interesses económicos dos países membros na região.

Na décima sétima questão, dos 100 respondentes, 49 concordam totalmente, 35 concordam em parte, 10 discordam em parte, 4 discordam totalmente e 2 não têm opinião.

Em suma, **(ver Apêndice III, Gráfico 20)**, 49% concordam totalmente, 35% concordam em parte, 10% discordam em parte, 4% discordam totalmente e 2% não têm opinião. De uma forma geral, todas as opiniões expressadas nesta investigação correspondem à visão do “Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional”.⁵⁸

A adesão de Timor-Leste à CPLP é considerada fundamental para os interesses dos Estados-membros da CPLP na região pelo facto de ser único Estado na região que fala a língua portuguesa.

1.4.3. RESPOSTAS SOBRE OS CONSTRANGIMENTOS/DIFICULDADES, NO ÂMBITO DA ESCOLHA DA LÍNGUA PORTUGUESA COMO LÍNGUA OFICIAL E DA ADESÃO DE TIMOR-LESTE À CPLP.

O segundo quadro (B) contém um conjunto de afirmações que são, por vezes, proferidas por alunos, professores, membros do governo/parlamento nacional, representantes da Igreja Católica e Sociedade Civil, quando se referem aos constrangimentos/dificuldades no âmbito da escolha da língua portuguesa como língua oficial e da adesão de Timor-Leste à CPLP **(ver Apêndice I)**.

De igual modo, apresentar-se-á uma análise dos resultados de cada item de acordo com os resultados das opiniões dos respondentes, articulando-os com a realidade atual da política do Governo de Timor-Leste.

1.4.3.1. A influência da Indonésia durante a ocupação de 24 anos trouxe opiniões pró e contra a opção pela língua portuguesa como língua oficial de Timor-Leste.

Em relação à primeira questão, no universo de 100 inquiridos que participaram nesta investigação, 56 concordam totalmente, 32 concordam em parte, 4 discordam em parte, 6 discordam totalmente e 2 não têm opinião sobre a questão colocada.

⁵⁸ Plano Estratégico do Desenvolvimento Nacional (2011-2030), Disponível em: <http://www.laohamutuk.org/econ/1oTLDPM/RDTLStratDevPlanSummi7Apr2010En.pdf>

Desta forma, em termos percentuais (**ver Apêndice IV, Gráfico 21**), 56% concordam totalmente, 32% concordam em parte, 4% discordam em parte, 6% discordam totalmente e 2% não expressaram opinião.

Estes resultados demonstram que os inquiridos percebem que a ocupação forçada da Indonésia ao longo de 24 anos, com a imposição do bahasa indonésio, tem influência na forma como a língua portuguesa é atualmente percebida na sociedade timorense. Mas isto não impede o governo de tomar uma opção política para o desenvolvimento da implementação da língua portuguesa como língua oficial que está consagrada na sua Constituição.

Isto vai ao encontro das palavras do presidente Taur Matan Ruak:

“O português veio para ficar. É parte da nossa identidade. Estranho era escolher o indonésio o inglês dos australianos. E mesmo assim ainda há pessoas que continuam a questionar se vale a pena ter o português como língua oficial. Desculpem lá...não percamos tempo. Repito, o português é uma opção política e faz parte da nossa identidade”⁵⁹.

1.4.3.2. A maioria dos jovens só fala o bahasa Indonésio e há falta de interesse de aprender a língua portuguesa.

Relativamente esta afirmação, dos 100 inquiridos, 44 concordam totalmente, 29 concordam em parte, 20 discordam em parte, 6 discordam totalmente e 1 não tem opinião.

Assim, com os resultados expressos (**ver Apêndice IV, Gráfico 21**), 44% concordam totalmente, 29% concordam em parte, 20% discordam em parte, 6% discordam totalmente e 1% não tem opinião.

O facto de a Indonésia ter proibido o uso da língua portuguesa nas escolas públicas e privadas em Timor-Leste durante a ocupação teve grande influência na cultura timorense, particularmente entre a população nascida depois de 1975. Isto encontra-se refletido nas opiniões dos inquiridos, e vai ao encontro da resposta dada pelo Diretor do Instituto Linguístico à Agência Lusa, em Díli, na véspera da Cimeira da CPLP, em que este defendeu que a reintrodução da língua portuguesa "poderia ter andado mais rápido se [Timor-Leste] tivesse escolhido as políticas adequadas". Continuou ele: "Não o fez porque no momento em que o país se começou a organizar outras prioridades ganharam a atenção dos governantes e a parte da reintrodução da Língua Portuguesa ficou um bocado marginal e à mercê de escolhas individuais das escolas e

⁵⁹ Ruak, T. M. (2012), "Com pobreza não há arma que garanta a segurança" -Entrevista de Luciano Alvarez, Público, 19 de Maio de 2012. Disponível online em: <http://www.publico.pt/mundo/noticia/taur-matan-ruak-com-pobreza-nao-ha-arma-que-garanta-a-seguranca-1546759#/0>

dos diretores das escolas"⁶⁰.

Neste ponto, destaca-se a opinião de Geoffrey Hull, que, no seu livro *Timor-Leste: Identidade, Língua e Política Educacional*, defende que "a juventude deve fazer um esforço coletivo para aprender ou reaprender" a língua portuguesa. Um dever que ele qualifica de "patriótico".⁶¹

1.4.3.3. A língua portuguesa é falada apenas pelas gerações mais velhas, que representam uma percentagem pequena da sociedade timorense.

Quanto à terceira afirmação, dos 100 inquiridos, 39 concordam totalmente com a afirmação, 36 concordam em parte, 20 discordam em parte e 5 discordam totalmente. Em termos percentuais (**ver Apêndice IV, Gráfico 23**), 39% concordam totalmente, 36% concordam em parte, 20% discordam em parte" e 5% discordam totalmente.

De facto, entende-se que a situação atual em Timor-Leste está de acordo com as opiniões expressadas pelos inquiridos, o que, por sua vez, está em conformidade com os resultados da pesquisa efetuada pelo linguista Geoffrey Hull, que concluiu que "até 1999 havia apenas 5,3% dos timorenses que falavam a Língua Portuguesa"⁶².

1.4.3.4. A falta de professores e de materiais didáticos de apoio dificulta o desenvolvimento da implementação da língua portuguesa em Timor-Leste.

Nesta questão (**ver Apêndice IV, Gráfico 24**), 61% dos inquiridos concordam totalmente, 29% concordam em parte e 10% discordam em parte.

Apesar de que nos últimos dez anos o governo de Timor-Leste, através do Ministério da Educação, ter vindo a mobilizar esforços para responder às necessidades educacionais do país, ainda há escassez de recursos, tanto humanos como materiais, em particular nas escolas que se situam nas zonas rurais do país.

A falta de professores de língua portuguesa qualificados é o primeiro de vários fatores que condiciona o processo de aprendizagem. O segundo fator está relacionado com a falta de material didático, uma vez que a distribuição a nível nacional ainda apresenta deficiências. O terceiro fator tem a ver com a própria política

⁶⁰ Real, C. Benjamin, "Entrevista pela lusa, na reunião da preparação para a X Cimeira da CPLP", 2014. Disponível em: www.lusa.pt.

⁶¹ Hull, Geoffrey (2001) "Timor-Leste: Identidade, Língua e Política Educacional" ed. IC p. 5

⁶² Hull, Geoffrey (1999), "Timor Lorosa'e 500 anos", ISBN: 9729418-80-2, Livros do Oriente, Macau.

educacional do Governo. Tal como defende Nely Carvalho⁶³, no seu artigo “Empréstimos e identidade cultural: O fenómeno linguístico/cultura do empréstimo”:

uma política de alfabetização é fundamental para a expansão de qualquer língua. Medidas que façam parte de uma política da língua não precisam de incluir regulamentação de empréstimos. Basta que inclua a alfabetização em larga escala, a melhoria do ensino no nível básico, com a qualificação de professores de língua portuguesa, e incentivos para a produção de publicações didáticas adequadas.

Para se desenvolver a língua portuguesa como língua de comunicação nacional é necessário considerar o facto de que os sujeitos que se pretende envolver possuem outras línguas, com as suas lógicas próprias, por vezes baseadas na oralidade e, portanto, sem código escrito.

1.4.3.5. O governo de Timor-Leste deve intensificar a cooperação com Portugal e Brasil no âmbito de desenvolver a língua portuguesa a nível nacional.

Em termos percentuais (**ver Apêndice IV, Gráfico 25**), 60% dos inquiridos concordam totalmente que será necessário que o governo de Timor-Leste intensifique a cooperação com Portugal e Brasil, 30% concorda em parte, 6% discorda em parte, 2% discordam totalmente e 2% não têm opinião.

As respostas expressadas pelos inquiridos estão de acordo com as dificuldades que o país enfrenta. Para o desenvolvimento da língua portuguesa em Timor-Leste, o que o Ministério da Educação deve fazer é continuar a estreitar os laços de cooperação com Portugal e Brasil. Particularmente Portugal, que tem sido o país que nunca se cansou de ajudar Timor-Leste, especialmente na área de Educação. A importância deste apoio é reconhecida por Timor-Leste. Ainda recentemente, o ex-Ministro da Educação de Timor-Leste, no seu discurso de intervenção na conferência “Promoção e Difusão da Língua Portuguesa”, que se realizou na Universidade de Aveiro, em 11 de Abril de 2014 afirmou o seguinte:

Gostaria de aproveitar esta oportunidade para louvar o contributo de Portugal na reestruturação curricular do Ensino Secundário Geral de Timor-Leste, através de uma parceria envolvendo o Instituto Camões, a Fundação Calouste Gulbenkian e a Universidade de Aveiro. Este permitiu desenvolverem-se os Programas, os Manuais para alunos e os Guias para professores dos três anos do Ensino Secundário Geral. Timor-Leste dispõe hoje de um Currículo para o Ensino Secundário Geral, apoiado por recursos didáticos para alunos e professores, concebido segundo rigorosos padrões internacionais.⁶⁴

⁶³ Carvalho, Nelly, “Empréstimos e identidade cultural- O fenómeno linguístico/cultura do empréstimo, Disponível em: <http://www.universia.com.br/materia/materia.jsp?materia=8585>. Acesso em 20 de Janeiro de 2015.

⁶⁴ Freitas, Bendito, “Discurso do Ministro da Educação de Timor-Leste na Conferência de “Promoção e Difusão da Língua Portuguesa” Universidade de Aveiro 11/4/2014. Disponível em: www.ua.pt/conferenciapdlp/ReadObject.aspx?obj=33507.

Destaca-se ainda, no âmbito da cooperação portuguesa, a importância do atual Projeto de Formação Inicial e Contínua de Professores, a decorrer desde 2012, com mais de 100 professores portugueses espalhados por todos os distritos, formando diariamente um universo de mais de 10 mil docentes. Em Janeiro de 2015, os ministros da Educação de Timor-Leste e Portugal assinaram um protocolo que definiu o envio, em Fevereiro de 2015, de mais 150 professores para o país.⁶⁵

1.4.3.6. O governo, através do Ministério da Educação, deve criar uma política nacional e comunicar à sociedade a utilização obrigatória da língua portuguesa nas escolas timorenses.

Quanto à sexta afirmação, 59 dos inquiridos concordam totalmente, 21 concordam em parte, 16 discordam em parte, 2 não concordam totalmente e 2 não expressaram a sua opinião sobre o assunto.

Deste modo **(ver Apêndice IV, Gráfico 26)**, 59% concordam totalmente, 21% concordam em parte, 16% discordam em parte, 2% não concordam totalmente e 2% não têm opinião.

As repostas reveladas neste gráfico vão ao encontro do interesse nacional, em que a língua portuguesa se configura como um elemento indispensável da identidade histórica, cultural e política de Timor-Leste. Durante a ocupação indonésia, a língua portuguesa continuou viva em Timor-Leste, como um dos símbolos da resistência.

Assim, o governo deverá delinear e implementar as estratégias de ação de acordo com o Plano Estratégico de Desenvolvimento, no qual consta, no Capítulo II:

Até 2030, iremos investir em educação e formação a fim de garantir que o Povo timorense estará a viver numa Nação onde as pessoas são instruídas e cultas, capazes de viver vidas longas e produtivas e com oportunidades para acederem a um ensino de qualidade que lhes permita participar no desenvolvimento económico, social e político da nossa Nação.⁶⁶

1.4.3.7. A falta da socialização da importância da língua portuguesa no contexto geopolítico e geoeconómico para a sociedade timorense.

Os resultados apontam **(ver Apêndice IV, Gráfico 27)** que 40% dos inquiridos concordam totalmente, 39% concordam em parte, 16% discordam em parte e 5% discordam totalmente.

⁶⁵ Porta-voz V Governo Constitucional: Comunicado de Imprensa 8 de Janeiro de 2015. Disponível em: <http://www.timor-leste.gov.tl>.

⁶⁶ Timor-Leste, "Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030", Capítulo II, p. 20. Disponível em: <http://www.laohamutuk.org/econ/1oTLDPM/RDTLStratDevPlanSumm7Apr2010En.pdf>

A opinião dos inquiridos justifica as dificuldades enfrentadas pelo governo na reintrodução da língua portuguesa. Mas a implementação obrigatória da disciplina em todas as escolas do território é um indício positivo da parte do governo para dar resposta à questão acima colocada. Hoje começa a notar-se este sentido de responsabilidade por parte do governo, que tem procurado dar prioridade à implementação da língua portuguesa a par do Tétum. É claro que o Estado timorense, com apenas 12 anos de existência, ainda é novo e tem muito a fazer. Porém, é de salientar que as autoridades timorenses estão a trilhar um caminho novo na direção certa: “No mundo atual é o conhecimento que impulsiona o crescimento e o desenvolvimento económico. Desta forma, a educação e o investimento transversal em todas as fases do sistema educativo são aspetos centrais da política do V Governo Constitucional, liderado por S. Exa. o Primeiro Ministro Kay Rala Xanana Gusmão”⁶⁷.

1.4.3.8. Os políticos devem utilizar a língua portuguesa no local de trabalho para que sirva de modelo à comunidade timorense.

Com base nos resultados **(ver Apêndice IV, Gráfico 28)**, 48% concorda totalmente que existe a falta de utilização da língua portuguesa no local de trabalho pelos órgãos de Estado, 30% concordam em parte, 15% discordam em parte, 6% discordam totalmente e 1% não tem opinião sobre o assunto.

De facto, nota-se que há na sociedade timorense uma certa ânsia por ver a língua portuguesa implementada, que é tida como de interesse nacional. Os órgãos de soberania do país, a começar pelo Parlamento, passaram a utilizar a língua portuguesa nos seus debates em todas as segundas-feiras. A decisão foi tomada com o fim de conferir respeito pela língua oficial do país e melhorar a forma como é utilizada por alguns deputados. Alguns deputados demonstram dificuldades em se expressar na língua portuguesa, mas o esforço está a valer a pena. O deputado da FRETILIN, Francisco Miranda Branco, crê que “a política irá ajudar os deputados a melhorar o seu uso da Língua Portuguesa”⁶⁸.

1.4.3.9: É necessária uma socialização intensiva a nível nacional por parte do governo, através do Ministério dos Negócios Estrangeiros, sobre a importância da adesão de Timor-Leste à CPLP.

Com base nos dados apresentados **(ver Apêndice IV, Gráfico 29)**, 56% dos inquiridos concordam

⁶⁷ Plano do IV Governo Constitucional-2007-2012. P.7-8. Disponível em: www.gov.tl.org.com.

⁶⁸ Branco, M. Francisco, (2014) .”A língua portuguesa é utilizada no Parlamento Nacional”, Disponível em: <http://www.timordigital.com>

totalmente com a necessidade de intensificar a socialização da importância da adesão de Timor-Leste à CPLP, 35% concordam em parte, 3% discordam em parte, 2% discordam totalmente e 4% não têm opinião sobre o assunto.

Os resultados obtidos vão ao encontro das dificuldades do governo em encarar este problema como uma causa nacional. A maioria da população, particularmente os que residem nos distritos, desconhecem a CPLP como organização internacional em que Timor-Leste toma parte. Como se pode verificar nas palavras do ex-Reitor da UNTL, na X Cimeira dos Chefes de Estados e Governo em Dili:

Penso que é preciso dar uma nova dinâmica a todo o sistema e a presidência da CPLP nos dois próximos anos vai servir de propulsor para todos os componentes da sociedade e as diversas instâncias do Estado fazerem da Língua Portuguesa uma língua do dia-a-dia, uma língua não só falada, mas também dominada na escrita e sobretudo nas escolas, torná-la um instrumento de trabalho eficaz para não mais se invocar a ideia de que uma língua estrangeira está a ser forçada às nossas crianças.⁶⁹

1.4.3.10. O papel do governo deve ser identificar e explorar vantagens políticas e económicas que Timor-Leste pode retirar da integração na CPLP.

Em relação a esta afirmação, os resultados apontam **(ver Apêndice IV, Gráfico 30)** que 41% dos inquiridos concordam totalmente, 28% concordam em parte, 20% discordam em parte, 10% discordam totalmente e 1% não tinha opinião sobre esta matéria.

A opinião dos inquiridos vai ao encontro de um estudo feito pela Associação Industrial Portuguesa-Câmara de Comércio e Indústria, que concluiu que, “relativamente à facilidade em se fazer negócios, quando comparado com os diferentes países da CPLP, Timor-Leste encontra-se numa das últimas posições do ranking”.⁷⁰

A intensificação das trocas comerciais exige complementaridade industrial das economias, implicando níveis de especialização diferenciados entre parceiros. Com a presidência da CPLP, Timor-Leste deverá aproveitar esta oportunidade para identificar as lacunas e definir estratégias centradas no setor económico.

⁶⁹ Real, C. Benjamin, “Entrevista pela lusa na Preparação da X Cimeira da CPLP”, Julho, 2014. Disponível em: www.lusa.pt.

⁷⁰ Economia Lusófona, (2014) “Timor-Leste: Integração Regional na ASEAN e Relacionamento com os países da CPLP” Atratividade de Timor-Leste no contexto da CPLP, pp.168-169.

1.4.3.11. No espaço da CPLP, o Ministério dos Negócios Estrangeiros, através das embaixadas timorenses, deve desempenhar um papel mais pró-ativo na sua política externa.

Dos dados apresentados (**ver Apêndice IV, Gráfico 31**), 50% dos inquiridos concordam totalmente, 33% concordam em parte, 8% dos inquiridos discordam em parte e 9% discordam totalmente.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros até agora tem vindo a reconhecer esta fragilidade, sobretudo no potencial dos diplomatas timorenses colocados nas embaixadas dos países da CPLP. Como é evidente, pelo facto de Timor-Leste ser uma nação jovem, e tendo em vista as prioridades de desenvolvimento do país em diversas áreas, estas exigências não podem ser resolvidas dentro dum curto espaço de tempo.

Contudo, o governo mantém-se firme com as políticas já definidas, conforme o Plano de Desenvolvimento Nacional (PEDN, 2011-2030), que prevê que até 2020 estas lacunas sejam resolvidas. Nas palavras do ex-Presidente da RDTL, José Ramos Horta, citado no Jornal Timor-Lorosa'e: "Que no futuro a nomeação dos embaixadores devem ser pessoas provenientes de carreira profissional. Basta com os políticos. Há muitos embaixadores que pouco falam e dominam o inglês e fará mais o português"⁷¹

1.4.3.12. Em busca de vantagens económicas na região, Timor-Leste, como membro de Pleno Direito da CPLP, procura intensificar os objetivos comuns da CPLP juntos dos países vizinhos na região.

De acordo com os dados (**ver Apêndice IV, Gráfico 32**), 48% dos inquiridos concordam totalmente, 31% concordam em parte, 15% dos inquiridos discordam em parte, 5% discorda totalmente e 1% não tem opinião sobre esta matéria.

Ao articular com a realidade política de Timor-Leste, de facto há muita coisa pela frente para fazer. Treze anos após a adesão à CPLP, e com a presidência da CPLP nos próximos dois anos, cabe agora aos governantes de Timor-Leste, em conjunto com os seus membros, identificarem as áreas económicas que devem ser desenvolvidas. Timor-Leste, na sua concertação político-diplomático com os países da região, pode defender os interesses comuns da organização.

E isto vai ao encontro das palavras do secretário-executivo da CPLP: "A prioridade de Timor é desenvolver a parte económica, promover o desenvolvimento empresarial e investimentos e a cooperação económica e empresarial". Murade Murargy disse ainda que Timor-Leste "está numa zona extremamente

⁷¹ Horta, R. José, "Entrevista pela STL, sobre o papel dos embaixadores Timorenses", Dili, 2014. Disponível em: <http://www.suara-timor-lorosae.com>.

dinâmica em termos de economia e quer aproveitar para expandir a CPLP em termos económicos e empresariais para essa zona”⁷².

1.4.3.13. A falta de recursos humanos implica a lentidão do processo.

Relativamente a esta questão **(ver Apêndice IV, Gráfico 33)**, 54% concordam totalmente, 28% concordam em parte, 8% discordam em parte, 9% discordam totalmente e 1% não tem opinião sobre o assunto.

Esta perceção dos inquiridos encontra reflexo na situação de país, que enfrenta grandes dificuldades a nível do desenvolvimento de recursos humanos. O governo está a investir na área da educação. O setor universitário assumirá aqui uma importância vital, formando os futuros líderes do país. Embora seja muito positivo que um grande número de alunos vá estudar para o estrangeiro, trazendo com eles no seu regresso qualificações e conhecimentos que irão promover a competitividade global a longo prazo de Timor-Leste, o país precisa igualmente desenvolver a sua própria qualidade e capacidade no que se refere ao ensino superior, começando com a Universidade Nacional de Timor-Leste. Isto vai ao encontro do que está delineado no Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional.

1.4.3.14. Falta de promoção e mobilização dos recursos existentes implica uma inefetividade na resposta às exigências da política internacional.

Da análise dos resultados constata-se que **(ver Apêndice IV, Gráfico 34)** 52% dos inquiridos concordam totalmente com a afirmação, 27% concordam em parte, 13% discordam em parte, 6% discordam totalmente e, por último, 2% dos inquiridos não têm opinião sobre o assunto.

É evidente que Timor-Leste enfrenta várias dificuldades em diversas áreas consideradas vitais, como os recursos humanos. Apesar de ter o petróleo como recurso financiador do Orçamento Geral do Estado timorense, por si só isto ainda não é suficiente, porque o governo tem também pela frente outras prioridades, como as infraestruturas, a agricultura, a saúde, o turismo, entre outras que vão ao encontro das necessidades da sua população.

Mas isto não implica que o governo não dá atenção especial ao assunto. Foi nesta perspetiva que o governo definiu o Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional, para gerir o desenvolvimento do país duma

⁷² Murargy, Murade, “Entrevista pela lusa na X Cimeira da CPLP”, Julho de 2014. Disponível online em: Ventosdalusofonia-lusofonia5.rssing.com/channel/31463051/all.p1.htm

forma equilibrada.

1.4.3.15. A falta de envolvimento e de participação ativa de todos os intervenientes pode causar lentidão no desenvolvimento nacional

Em relação a esta afirmação **(ver Apêndice IV, Gráfico 35)**, 52% concordam totalmente, 31% concordam em parte, 11% discordam em parte, 5% discordam totalmente e apenas 1% não tem opinião sobre o assunto.

De facto há esta dificuldade de se sentir na sociedade timorense a falta de participação de todos os cidadãos na construção do país, o que representará um retrocesso no desenvolvimento nacional.

O V Governo Constitucional, no seu Plano de Desenvolvimento Nacional, garante a liberdade e os direitos fundamentais dos seus cidadãos, mas não vai ceder aos seus cidadãos um Estado de providência. E para tal o governo instiga os seus cidadãos a trabalhar mais, transformando as mentalidades em ideias inovadoras para a contribuição do próprio desenvolvimento de Timor-Leste. De acordo com o estabelecido no PEDN, “os cidadãos deverão tomar iniciativas em atividades que sejam rentáveis para diminuir a dependência do Estado, e o governo suportará financeiramente estas iniciativas, através de concessões de créditos às microempresas”⁷³. Programa lançado em 2011 através do estabelecimento do banco Nacional de Comércio de Timor-Leste, que hoje agências em todo o território nacional, com o intuito de estar próximo dos cidadãos.

1.4.4. PRINCIPAIS CONTRIBUTOS DO POTENCIAL GEOPOLÍTICO DA LÍNGUA PORTUGUESA PARA TIMOR-LESTE.

O quadro três (C) contém os contributos do Potencial Geopolítico da Língua Portuguesa para Timor-Leste, tendo sido colocadas 10 perguntas para que os inquiridos se possam pronunciar consoante as suas opiniões, seus comportamentos e suas expectativas em relação às vantagens e desvantagens, ordenando-os do mais importante a menos importante. De seguida analisamos os resultados de cada item **(ver Apêndice I)**.

Em relação à primeira questão **“Reflexão para a afirmação da identidade nacional e reconstruir uma ligação histórica e cultural com todos os países da CPLP” (ver Apêndice V, Gráfico 36)**, dos 100 respondentes, 75% acharam «mais importante» que a opção pela língua portuguesa

⁷³ Timor-Leste: Plano Estratégico do Desenvolvimento Nacional (2011-2030), Disponível em: <http://www.laohamutuk.org/econ/1oTLDPM/RDTLStratDevPlanSumm7Apr2010En.pdf>.

como língua oficial do país contribuiu muito para a sua identidade, política, económica e sociocultural, enquanto 25% dos inquiridos acharam «menos importante».

E isto vai ao encontro da afirmação do Valente de Araújo, no seu artigo sobre a língua portuguesa como língua segunda/estrangeira:

O enquadramento de Timor-Leste na CPLP, e tendo uma única língua comum, tornar-se-á fácil o entendimento e a comunicação dos mesmos que fortaleça a cooperação entre os Estados. Esta mesma língua cria também laços de amizade, solidariedade, sentido de defesa mútuos e de interesses comuns de cada um dos Países de Língua Portuguesa.⁷⁴

Quanto à segunda questão “**Diferenciar-se na região e sair do isolamento político junto das duas potências regionais**”, 43% dos inquiridos consideram «mais importante» no contributo para se afastar deste isolamento político, enquanto 53% consideram «menos importante» (**ver Apêndice V, Gráfico 36**). Esta perceção confirma-se na afirmação do ex-primeiro-ministro timorense Mari Alkatiri:

Face ao que foi dito, permitimo-nos concluir que, do nosso ponto de vista, a escolha do português, “instrumento de colonização” e “arma da resistência”, como língua oficial decorre de vários fatores: um peso simbólico pelo facto de ter sido a língua utilizada pela “guerrilha”; um peso identitário, pelo seu passado no território; um peso afetivo, decorrente da sua ligação ao catolicismo e, finalmente, um peso geoestratégico: confinado a um pequeno espaço entre a Indonésia e a Austrália.⁷⁵

Relativamente à terceira questão, “**Contribui para o conhecimento científico e tecnológico do país na região**”, 52% dos respondentes consideram «mais importante», enquanto 48% dos inquiridos consideram «menos importante» (**ver Apêndice V, Gráfico 36**). E isto vai ao encontro das palavras proferidas pelo ex-primeiro-ministro Mari Alkatiri, no seu discurso no II Congresso da Educação de Timor-Leste, a 10 de dezembro de 2008:

Queremos consolidar a nossa Independência. Sendo um país pequeno entre dois gigantes regionais sabemos quão importante é esta necessidade de ser diferente para ser independente. (...) Queremos ser parte do mundo global. E sê-lo-emos se conseguirmos converter as nossas fronteiras físicas e histórico-culturais em pontes para a relação global. (...) As sucessivas relações de Timor-Leste com o mundo abriram-nos o caminho para opções estratégicas claras no domínio da Língua. E elas foram feitas. O tétum e o português como línguas oficiais para marcar a nossa diferença identitária (juntamente e na intenção com outras línguas nacionais) e o bahasa indonésio e o inglês como línguas de trabalho para o aprofundamento do relacionamento com a região e com o mundo global.⁷⁶

⁷⁴ Araújo, Valente, “Português 2ª Língua Estrangeira: O português em Timor-Leste e os seus desafios,” Disponível em: valentedearaujo-untl.blogspot.com/.../0-português-em-timor-leste.

⁷⁵ Alkatiri, M. (2005) – “A construção da Nação Timorense”.

⁷⁶ *Ibidem*, “Discurso no II Congresso da Educação de Timor-Leste: Há investidas contra a Língua Portuguesa”, Disponível em: timor-online.blogspot.com/2008_12_10_archive.html.

Na quarta questão, “**Desempenha um papel importantíssimo na rede de negócios e de comércio internacional**”, dos 100 inquiridos que participaram na investigação, 55% consideram que a língua portuguesa é «mais importante» na rede dos negócios e do comércio internacional, enquanto 45% dos inquiridos consideram «menos importante» **(ver Apêndice V, Gráfico 36)**.

As opiniões expressadas neste quadro vão ao encontro dos objetivos da CPLP:

um novo projeto político cujo fundamento é a Língua Portuguesa, vínculo histórico e património comum dos Oito – que constituem um espaço geograficamente descontínuo, mas identificado pelo idioma comum. A CPLP tem como objetivos gerais a concertação política e a cooperação nos domínios social, cultural e económico.⁷⁷

Em relação à quinta questão, “**A língua portuguesa como detentor da política externa de Timor-Leste no sistema político internacional**”, dos 100 respondentes 66% consideram «mais importante» o facto de Timor-Leste beneficiar do uso da língua portuguesa, quer na sua política externa, quer no sistema internacional, ao passo que 34% dos inquiridos consideram «menos importante» **(ver Apêndice V, Gráfico 36)**.

Isto justifica-se através da afirmação do Ex- Ministro dos Negócios Estrangeiros da RDTL, José Luís Guterres:

Um dos desideratos da política externa timorense passa pela participação ativa na CPLP e pelo reforço das relações com a UE. A primeira numa perspetiva de promoção da língua portuguesa, e a segunda porque poderá ter um papel na estruturação da situação política timorense, e funcionar como garantia de abertura de Timor-Leste ao mundo.⁷⁸

Relativamente à sexta questão, “**Alargamento do espaço económico a nível internacional através da CPLP**”, do universo de 100 inquiridos, 64% consideram «mais importante», enquanto 36% consideram «menos importante» **(ver Apêndice V, Gráfico 36)**. Este contexto justifica-se através das palavras do Professor José Palmeira:

A participação do novo Estado na CPLP reforça o seu poder regional, uma vez que entre os parceiros lusófonos se contam países com elevado potencial (como Brasil e Angola) ou que integram blocos influentes (caso de Portugal na União Europeia). Por seu turno, Timor-Leste dá profundidade estratégica à CPLP que alarga o seu raio de influência ao sudeste asiático e à Oceânia.⁷⁹

Quanto à sétima questão, “**Um privilégio para Timor-Leste na CPLP como Estado-membro de pleno de direito**”, dos 100 inquiridos, 69% consideram «mais importante», ao passo que 31% consideram

⁷⁷ Sítio oficial da Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa. Disponível online em: <http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=241> (consultado a 15 de janeiro de 2015).

⁷⁸ Plano do IV Governo Constitucional (2007-2012, p.78) Disponível em: <http://www.timor-leste.gov.tl>.

⁷⁹ Palmeira, José “ O Potencial de Timor-Leste na geopolítica da CPLP”. Disponível em: http://www.tlstudies/Pdfs/chp_07.pdf.

«menos importante» **(ver Apêndice V, Gráfico 36)**.

Em conformidade com os dados acima apresentados, não há dúvidas que integrar este bloco é para Timor-Leste um privilégio e que lhe traz prestígio na cena internacional, e isto vai ao encontro das afirmações do atual Presidente Taur Matan Ruak, na X Cimeira da CPLP, em Julho de 2014 em Dili: “A estrada principal são os nossos valores e a língua. Agora temos de ir criando outros subsídios que possam dar mais força a esta componente político-diplomática, como a parte empresarial, a mobilidade, a criação de um Erasmus para a CPLP”.⁸⁰

Em relação à oitava questão, **“Alargamento do espaço político e económico na região”**, os resultados **(ver Apêndice V, Gráfico 36)** indicam que 65% consideram «mais importante», enquanto 35% consideram «menos importante». As respostas dadas a esta questão estão em sintonia com a Plataforma da CPLP, citada no Diário da Economia Lusófono: “O facto de Timor-Leste pertencer à região da Ásia Oriental, permiti-lhe ainda o contacto com algumas das grandes economias emergentes tais como a China ou a Indonésia”.⁸¹

Relativamente à nona questão, **“Ajuda Timor-Leste a sair da dependência da ajuda externa”**, dos 100 respondentes **(ver Apêndice V, Gráfico 36)**, 60% dos inquiridos consideram «mais importante», enquanto 40% consideram «menos importante». Isto vai ao encontro das palavras do secretário-executivo da CPLP, em Dili, na véspera da X Cimeira da CPLP:

A presidência de Timor-Leste da CPLP terá como prioridade a cooperação económica e empresarial, aproveitando o facto de ser o único país da organização na Ásia, região com um forte dinamismo económico. A prioridade de Timor é desenvolver a parte económica, promover o desenvolvimento empresarial e investimentos e a cooperação económica e empresarial.⁸²

Quanto à décima questão, **“Projeção da imagem de Timor-Leste nas organizações internacionais”**, dos 100 inquiridos **(ver Apêndice V, Gráfico 36)**, 63% consideram «mais importante», ao passo que 37% consideram «menos importante». As respostas vão ao encontro da política do IV Governo Constitucional:

[O] Governo pretende consolidar laços de solidariedade, amizade e cooperação entre os Países integrantes da CPLP que, com a língua portuguesa como pano de fundo, detêm uma expressão de universalismo que favorece o

⁸⁰ Ruak, T. M. “Discurso proferido por altura da abertura da X Cimeira da CPLP com tema: CPLP e a Globalização”, Julho 2014.

⁸¹ Economia Lusófono, “Timor-Leste: Integração Regional na ASEAN e Relacionamento com os países da CPLP” 2014, p.105.

⁸² Murargy, Murade “Entrevista sobre o papel da presidência de Timor-Leste no Biénio 2014-2016” Disponível em: www.lusa.pt/Jornal_Sapo_Noticias_Timor-Leste.

relacionamento de Timor-Leste, com África, América e Europa. (...) [O governo] orientará a sua política externa na consolidação da sua atual rede diplomática e consular, alargando-a em função do interesse do Estado de Timor-Leste em aprofundar a sua presença em importantes espaços estratégicos – políticos e económicos, regionais e culturais – como a ASEAN, a CPLP e a União Europeia.⁸³

1.4.5. SATISFAÇÃO COM O POTENCIAL GEOPOLÍTICO DA LÍNGUA PORTUGUESA PARA TIMOR-LESTE.

Por fim, no quadro (D), foram colocadas 9 questões aos participantes para saber em que medida foi alcançado o desenvolvimento da implementação da língua portuguesa em Timor-Leste. O quadro a seguir contém as opiniões, atitudes e comportamento dos inquiridos, relativas à satisfação com que encaram o potencial geopolítico da língua portuguesa, quer a nível nacional, quer na região (**ver Apêndice I**). De seguida, apresentar-se-á a análise dos resultados de cada item, interligando-os com a realidade da política atual do governo de Timor-Leste.

1.4.5.1. Acha que é ideal a opção pela língua portuguesa como língua oficial de Timor-Leste?

De acordo com os dados apresentados (**ver Apêndice VI, Gráfico 37**), verifica-se que 62% dos inquiridos estão muito satisfeitos com o uso da língua portuguesa e com o seu potencial para o país, 31% dos inquiridos estão satisfeitos, 4 % dos inquiridos estão pouco satisfeitos e 3% insatisfeitos. A satisfação dos inquiridos atingiu mais de 60%, o que vai ao encontro com o que está definido na Constituição da RDTL que consagra, no seu 13.º Artigo, a língua portuguesa juntamente com o tétum, como as duas línguas oficiais.

1.4.5.2. Ficou satisfeito com a política do governo da RDTL para apoiar a implementação da língua portuguesa a nível nacional?

Dos resultados apresentados (**ver Apêndice VI, Gráfico 38**), verifica-se que 53% dos inquiridos estão muito satisfeitos, 29% dos inquiridos estão satisfeitos, 14% estão pouco satisfeitos e 4% dos participantes mostram-se insatisfeitos.

As respostas dos inquiridos mostram que mais de 50% estão muito satisfeitos e isto encontra

⁸³ Plano do IV governo Constitucional (PCM, 2007, p. 78) Disponível em: <http://www.timor-leste.gov.tl>.

correspondência na política atual do governo de modernizar o sistema educativo numa forma intensiva a nível nacional.

De igual modo, depois do esforço do governo em desenvolver a reintrodução da língua portuguesa de forma sustentável durante os últimos 10 anos, hoje notam-se já resultados positivos, com a língua portuguesa, paulatinamente, a ganhar importância no território, correspondendo a visão e as metas definidas pelo “Plano do Ministério da Educação”⁸⁴

1.4.5.3. Ficou motivado para aprender a língua portuguesa?

Em relação a esta afirmação **(ver Apêndice VI, Gráfico 39)**, dos 100 inquiridos, 51% estão muito satisfeitos, 38% satisfeitos, 8% pouco satisfeitos e 3% insatisfeito.

Hoje, a maioria dos timorenses, em particular os jovens, quer ingressar nas Escolas de Referência da Língua Portuguesa e consideram que aprender a língua portuguesa é fundamental. Nas palavras do diretor do Instituto de Linguística da Língua Portuguesa de Timor-Leste, Professor Benjamin Corte Real: "Os mais adultos, mais velhos talvez vão com pouca vontade, mas não vejo essa atitude, quando se trata da educação dos filhos. Um taxista preocupa-se muito em colocar o filho ou a filha numa escola que garanta a aprendizagem nas línguas oficiais, incluindo a língua portuguesa".⁸⁵

1.4.5.4. A língua portuguesa tem valor e influência geopolítica no sistema internacional.

Face a esta questão os dados apontam **(ver Apêndice VI, Gráfico 40)** que 47% dos inquiridos estão muito satisfeitos, 32% satisfeitos, 16% pouco satisfeitos, 4% insatisfeitos e 1% não tem opinião sobre esta questão.

Em conformidade com os dados apresentados neste gráfico, percebe-se que, ao abordar o valor e a influência geopolítica da língua portuguesa no sistema internacional, a maioria dos inquiridos concordaram com a afirmação. No contexto global, a língua portuguesa hoje é falada por mais de 230 milhões de pessoas espalhadas nos quatro continentes, esse número por si só já representa uma grande influência a nível mundial. Mas é igualmente encorajador notar que a população timorense está consciente deste facto.

⁸⁴ Ministério da Educação de Timor-Leste, "Lei n.º 14/2008 de 29 de Outubro-Lei de Bases da Educação. Disponível online em: <http://www.jornal.gov.tl/?mod=artigo&id=1453>.

⁸⁵ Real, C. Benjamin, (2014) "Entrevista pela Agência Lusa" Disponível em: www.noticiasominuto.com/237783/cplp-vai-impulsionar-a-lingua-portuguesa-em-timor-leste.

1.4.5.5. Sente que desenvolveu competências por usar a língua portuguesa?

Atendendo aos dados expressos pelos inquiridos (**ver Apêndice VI, Gráfico 41**), verifica-se que 43% dos participantes estão muito satisfeitos, 39% estão satisfeitos, 13% estão pouco satisfeitos e apenas 4% estão insatisfeitos, ao passo que 1% não tem opinião sobre o assunto.

Estes resultados indicam que a larga maioria dos inquiridos está satisfeita com os benefícios proporcionados pela língua portuguesa. Sendo língua oficial, impõe-se que todos os cidadãos possam aprender a língua portuguesa e beneficiar das potencialidades oferecidas pela mesma, uma vez que a língua portuguesa é uma língua de saber que poderá ajudar a garantir o futuro a muitos dos cidadãos timorenses.

1.4.5.6. O potencial geopolítico da língua portuguesa para Timor-Leste tem dimensão política e económica nas relações internacionais.

Em relação a esta questão, os resultados demonstram que (**ver Apêndice VI, Gráfico 42**), dos 100 inquiridos, 49% estão muito satisfeitos, 34% satisfeitos, 15% pouco satisfeitos e 2% insatisfeitos.

Isto vai ao encontro do discurso do Presidente de Timor-Leste na abertura da X Cimeira da CPLP afirmando, “A Língua Portuguesa é considerada como uma peça fundamental para a afirmação do poder político e económico de Timor-Leste na região”⁸⁶

Neste relacionamento estratégico, designadamente com a cooperação com Portugal, Brasil, Angola e Cabo-Verde. De notar que atualmente o Brasil e Angola constituem Estados potencialmente emergentes, o primeiro a nível mundial e o segundo a nível regional. É na cooperação que se tornam reais as vantagens privilegiadas que Timor-Leste usufrui com as suas relações com Portugal e o Brasil em áreas diversas, desde a construção de infraestruturas básicas, o desenvolvimento rural, a agricultura, pequenas e médias tecnologias, setores da saúde, ensino e educação, setores da justiça, segurança e defesa. Pode-se também beneficiar da presença de Portugal na União Europeia.

⁸⁶ Ruak, M. Taur “Discurso na Cimeira da X Conferência de Chefes de Estados e Governos da CPLP”, Dili, Julho 2014. Disponível em: www.timor-leste.gov.tl.

1.4.5.7. Acha fundamental que Timor-Leste faça parte da CPLP?

Os dados recolhidos indicam **(ver Apêndice VI, Gráfico 43)** que 60% dos participantes mostraram-se muito satisfeitos, 35% satisfeitos, 3% pouco satisfeitos, 1% insatisfeitos e, por último, 1% não tem opinião.

Os resultados vão ao encontro da política do país. Como afirmou o presidente da República Cavaco Silva, na sua visita oficial a Timor-Leste em 2012, "Ao chegar a Timor-Leste, pude constatar que a ligação entre os dois povos, é uma ligação muito profunda em termos históricos, culturais e de amizade". O português é a língua da resistência, é um símbolo da identidade de Timor-Leste e Timor-Leste é presença da CPLP na Ásia".⁸⁷ O enquadramento de Timor-Leste na CPLP tonará fácil o entendimento e a cooperação entre os Estados.

1.4.5.8. Ficou satisfeito com o facto de Timor-Leste presidir à CPLP durante o período de 2 anos (2014-2016)?

Com base nos resultados **(ver Apêndice VI, Gráfico 44)**, metade dos participantes, 50%, considera-se muito satisfeito com a presidência de Timor-Leste, 43% satisfeitos, 4% pouco satisfeitos, 2% insatisfeitos e 1% não tem opinião.

Pelo facto de Timor-Leste ser uma nação jovem, a presidência rotativa de dois anos trará benefícios em diversas áreas, particularmente no setor político e económico.

E isto vai ao encontro das palavras proferidas pelo atual presidente da República de Timor-Leste na X Cimeira dos Chefes de Estado e Governos da CPLP:

esta Conferência fica na história da CPLP por ser a Conferência do Alargamento. A Guiné Equatorial expressou de forma reiterada e consistente a vontade de aderir à CPLP e aceitar as regras e valores que tornam a Comunidade uma referência. A aceitação do pedido de adesão decidida em Dili manifesta a determinação e disponibilidade da CPLP para apoiar a Guiné Equatorial nos seus esforços para partilhar os nossos valores e se integrar na Comunidade.⁸⁸

⁸⁷ Silva, Cavaco, (2012) "Presidente assistiu às cerimónias do décimo aniversário da independência de Timor-Leste, assim tomada de posse do Presidente Taur Matan Ruak". Disponível online em: www.sapotimorlestenoticias.com.

⁸⁸ ——— "Discurso na Cimeira da X Conferência dos Chefes de Estados e Governos da CPLP", (.....), Dili, 2014.

1.4.5.9. Como membro de pleno direito da CPLP, Timor-Leste terá mais prestígio na cena internacional no futuro.

Relativamente a esta questão, os dados apontam que **(ver Apêndice VI, Gráfico 45)**, dos 100 inquiridos, 52% consideram-se muito satisfeitos, 37% ficaram satisfeitos e 6% pouco satisfeitos. Por último, apenas 4% se mostram insatisfeitos, sendo que 1% não se pronunciou sobre a questão.

Timor-Leste, como membro de pleno direito da CPLP, com certeza que irá ter maior prestígio, quer político, económico e sociocultural, na cena internacional. E isto justifica-se através do potencial geopolítico da CPLP na esfera global em áreas vitais, com o espaço geográfico que ela detém, o espaço económico e a dimensão cultural em que a língua é um vetor de união na afirmação internacional.

1.5. Análise dos Resultados da Investigação

Finalizando a investigação, é importante interpretar e refletir acerca dos resultados obtidos no decorrer do estudo. Um dos objetivos desta conclusão é também responder às perguntas levantadas no início da investigação. A grande motivação para abordar este tema foram, sem dúvida, analisar e perceber de perto as opiniões, atitudes e comportamentos dos inquiridos face ao potencial da língua portuguesa para Timor-Leste.

Os objetivos definidos foram atingidos, visto que o instrumento de recolha de dados foi elaborado com afirmações/questões que vão ao encontro dos aspetos fundamentais a investigar (perceções sobre potencialidades, constrangimentos, principais contributos e satisfação do potencial geopolítico da língua portuguesa para Timor-Leste).

E todas as respostas obtidas estão em consonância com a bibliografia apresentada ao longo do trabalho de investigação. A língua portuguesa é uma língua de saber; vai permitir aplicar e consolidar os conhecimentos de ciência e tecnologia dos jovens e, em simultâneo, representa a identidade nacional dos timorenses, marcando a diferença com os países vizinhos da região.

Dos resultados anteriormente apresentados, podemos concluir em termos gerais que a população timorense está muito satisfeita com a utilização da língua portuguesa como língua oficial de Timor-Leste. Prova disso é o facto dos resultados obtidos apresentarem, nas quatro dimensões, uma média de satisfação de 74,35%.

Há ainda muitos aspetos que poderão ser melhorados no desenvolvimento da língua portuguesa e nas condições do sistema educativo. O programa do governo nos últimos dez anos tem contribuído para responder a estes interesses concretos dos cidadãos. Entretanto, os resultados expostos nos gráficos, em relação à modernização do sistema de ensino, sugerem que esta deve ser mais orientada para as pessoas, tal como está definido no Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional.⁸⁹

Outra questão focada neste estudo é a fortificação da cooperação bilateral que Timor-Leste deve continuar a desenvolver com Portugal e Brasil, nomeadamente, na implementação da língua portuguesa. Atendendo às dificuldades do país, desde 2011 que têm vindo a ser colocados professores portugueses nas escolas, não só no ensino pré-escolar e no 1º e 2º ciclo do ensino básico, como também para dar formação a professores timorenses.

Em 2015, o reforço no apoio vai permitir uma melhoria na formação de professores, bem como na formação do pessoal administrativo das escolas e dos gestores escolares. Os planos para este ano também incluem a criação de Escolas de Referência em Viqueque e Ainaro. Este reforço elevará para 13 o número total de Escolas de Referência, funcionando uma escola em cada um dos Municípios de Timor-Leste. Os cerca de 30 professores timorenses, que concluíram a sua formação nas Escolas de Referência, serão agora integrados nos Centros de Aprendizagem e Formação de Professores para partilhar as suas competências com alunos e professores.

O Ministro da Educação e Ciência português, Nuno Crato, afirmou que a cooperação entre Portugal e Timor-Leste na área da educação foi "exemplar".⁹⁰ E isto vai ao encontro das respostas expressadas no segundo quadro, relacionado com os constrangimentos com que ainda se depara o país, tendo a maioria dos inquiridos respondido que o governo de Timor-Leste deve fortificar a cooperação com Portugal e Brasil, com o objetivo de acelerar o desenvolvimento da língua portuguesa no país.

Em suma, o gesto de generosidade e solidariedade que o governo português teve para com Timor-Leste surge com o intuito de criar todas as condições necessárias para facilitar o processo de aprendizagem da língua portuguesa aos cidadãos timorenses, esperando-se que nos próximos 10 anos os resultados sejam visíveis. Todo este esforço coletivo dos governos português e brasileiro, em parceria com Timor-Leste, reivindica a confiança do povo timorense e vai, de resto, ao encontro das opiniões e apreciações dos inquiridos.

⁸⁹ Governo, "Plano Estratégico do Desenvolvimento Nacional" (2011-2030), Disponível em: <http://www.laohamutuk.org/econ/1oTLDPM/RDTLStratDevPlanSumm7Apr2010En.pdf>.

⁹⁰ Porta-voz do V Governo Constitucional da RDTL: Comunicado de Imprensa 8 de Janeiro de 2015. Disponível em: <http://www.timor-leste.gov.tl>.

É de salientar que a opção pela língua portuguesa representa o interesse nacional, pelo facto de representar a identidade timorense como nação, privilegiando o seu posicionamento geopolítico e geoeconómico na sua política externa, nos fóruns internacionais e, particularmente, na região. Esta língua de Camões que une Timor-Leste com os seus irmãos da CPLP nos quatro continentes é considerada como uma peça fundamental para a afirmação do seu poder político e económico. Torna-se prioritário este relacionamento estratégico com os Estados-membros da CPLP, designadamente com a cooperação portuguesa, brasileira, angolana e cabo-verdiana. Nota-se que atualmente o Brasil e Angola constituem Estados potencialmente emergentes, o primeiro a nível mundial e o segundo a nível regional.

É na cooperação que se tornam reais as vantagens privilegiadas que Timor-Leste usufrui com Portugal e Brasil em áreas diversas, desde a construção de infraestruturas básicas, para o povo e para a construção do aparelho do Estado, o desenvolvimento rural, a agricultura, as pequenas e médias tecnologias, os setores da saúde, ensino e educação, os setores da justiça, segurança e defesa. Pode-se beneficiar ainda da União Europeia através de Portugal, como membro de pleno direito. Existe algum pessimismo na nossa população, particularmente os que residem nas zonas mais remotas do território, sobre o potencial da CPLP, tal como é confirmado nas opiniões expressadas no segundo quadro, que aborda os constrangimentos.

Mas a adesão de Timor-Leste à CPLP em 2002⁹¹, e a presidência timorense da CPLP em 2014, corresponderam às expectativas da sociedade timorense, pelo facto de esta comunidade ser muito dinâmica em aspetos culturais e na concertação-político-diplomático e económica. Timor-Leste deve agradecer o papel ativo da CPLP junto da ONU e de outras Organizações Internacionais pelo seu papel na libertação do povo timorense e na sua autodeterminação.

Todos os timorenses estão conscientes sobre este incansável trabalho que a CPLP, e particularmente Portugal, desenvolveram na luta pelos direitos de um povo que deseja ser livre e independente. Sem a CPLP, a resistência do povo timorense não teria sentido e seria considerada como uma causa perdida na cena política internacional. Mas, em suma, esta luta produziu resultados com a restauração da independência de Timor-Leste no dia 20 de Maio de 2002. Esta perspetiva está de acordo com as respostas dadas pelos inquiridos no tocante à importância da adesão do país à CPLP.

Por seu turno, Timor-Leste, ao liderar a presidência rotativa da CPLP nestes dois anos, deve mobilizar todos os esforços para defender os interesses comuns da CPLP, nomeadamente na área económica, com os países vizinhos da região, particularmente com a ASEAN e o Fórum da Ásia-Pacífico. Assim, as oportunidades

⁹¹ CPLP, "Conferência dos Chefes de Estado e de Governo", 2002. Disponível em: http://www.cplp.org/estrutura_org_conferencia_X.asp

económicas deverão beneficiar todos os países da CPLP, e poder-se-á contribuir para minimizar a dependência do apoio externo.

Com a dimensão desta organização nos fóruns internacionais, Timor-Leste pode diminuir a sua dependência externa, facto que trará alívio ao povo timorense, tal como trouxe o facto de os dois países vizinhos, Austrália e Indonésia, terem solicitado negociações para a adesão à CPLP, que deverá diminuir a influência política nociva dos dois em Timor-Leste, particularmente a da Austrália, que é considerada como uma ameaça política, económica e, em particular, nas questões ligadas à segurança e defesa da soberania nacional, algo que se deve aos recursos que a nação tem em termos de gás e petróleo. Isto está, mais uma vez, em sintonia com as opiniões dos inquiridos. O potencial geopolítico da língua portuguesa para Timor-Leste surge não só na cena mundial, mas também a nível regional.

O projeto de investigação foi para nós de extrema importância, pois com a problemática identificada surgiu a necessidade de aprofundar conhecimentos, com vista a atingir os objetivos de estudo e ir ao encontro de preocupações pessoais. As grandes dificuldades encontradas ao longo da realização deste trabalho foram sem dúvida a gestão do tempo e das condições geográficas do país.

Este trabalho foi difícil, mas valeu a pena para ter um contacto mais próximo com os sujeitos selecionados na concretização desta investigação, pois sem colaboração dos mesmos este trabalho não faria sentido, nem poderia atingir os objetivos traçados. Os resultados obtidos nas quatro dimensões foram excelentes, e estão de acordo com as necessidades do país e em sintonia com a política do governo. Estamos conscientes de que temos desafios pela frente, mas interessa-nos cultivar o otimismo, para garantir a sustentabilidade do desenvolvimento da língua portuguesa, de acordo com o Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional (PEDN-2011-2030).

Capítulo II. Potencial geopolítico da língua portuguesa para Timor-Leste.

2.1.0 Valor Universal da Língua

Tal como refere Cristóvão: “A Língua Portuguesa é uma língua histórica, formada no século XIII, ainda no contexto galaico-português. Com o evoluir dos séculos enriqueceu-se e embelezou-se nas várias culturas do mundo, sendo hoje uma das mais prestigiadas entre as europeias”⁹².

Neste contexto ela é detentora de um património que não lhe pertence exclusivamente, que é partilhado com outros povos e nações, entre os quais Timor-Leste. A opção política de Timor-Leste em ter a língua portuguesa como língua oficial do país não surge exclusivamente como um desejo oportunista de integrar o mundo lusófono. Este desejo é justificado através da relação afetiva com Portugal durante quase cinco séculos.

“Esta aculturação de quinhentos anos, alicerçada na língua de Camões, na religião católica e, por exemplo, na gastronomia, transformou Timor-Leste e tornou o seu povo diferentes dos outros povos da região”⁹³.

É no reconhecimento destes factos, juntamente com o reconhecimento da influência e do poder da língua portuguesa no mundo atual, que surge esta tentativa de reintroduzir Timor-Leste no mundo lusófono. A língua portuguesa é hoje uma língua do saber, uma porta de entrada para o mundo. Como língua de cariz universal que é, a língua portuguesa traz consigo conhecimento científico, tecnológico e humanístico.

Neste contexto a língua portuguesa, ela é, atualmente língua materna ou oficial de nove países independentes, representa 3,8 % da população mundial, porque falada por mais de duzentos e trinta milhões de pessoas. A respeito do Brasil na sua dimensão geográfica, demográfica e sobretudo económica, a constituição de um bloco político de nações que têm o português como língua oficial, e a entrada de Portugal e da sua língua na União Europeia, vem concretizar o estatuto de grande língua internacional, que cada vez mais incentiva a intenção de vários países a aderir nesta comunidade. Estes são indicadores que tem vindo reforçar o valor universal da língua portuguesa na esfera mundial.

A partir desta constatação, e especialmente após a restauração da independência de Timor-Leste em 2002, é também fundamental reconhecer, como fizemos anteriormente, o papel inalienável de Portugal e da

⁹² Cristóvão, Fernando, (2008).-Da Lusitanidade à Lusofonia, Edições Almedina. Sa, Coimbra, p. 190.

⁹³ Timor-Leste Embaixada, (2008),”A Língua Portuguesa: Um Património Comum, um futuro global. Lisboa, p.7.

língua portuguesa na luta pela liberdade durante os tempos da ocupação indonésia. Cresceram assim, em torno desta língua, valores inconfundíveis que são uma das bases estruturantes da nação timorense e do seu povo.

E que valores mais importantes do que a liberdade e a democracia se podem associar a uma língua? É também por aqui que se constrói a universalidade da língua portuguesa tal como ela é vista hoje, em pleno século XXI.

É indiscutível que a língua portuguesa, como denominador comum e vetor de comunicação nos quatro cantos do globo, desenvolve e faz desenvolver fortes relações entre os povos, sendo fator de união, identidade e força. É de salientar que a língua como característica unificadora, exerce também um forte impacto nas economias a vários níveis, nomeadamente, na dinamização das trocas comerciais, na promoção da globalização empresarial, no desenvolvimento das relações políticas e sociais, no intercâmbio de ideias, e no fluxo de pessoas.

2.2.Fator Identitário

“A caracterização desta identidade veiculada pela língua não se esconde e nem se prescreve no tempo. Foi ganha de forma expressiva com a conquista da independência de Timor-Leste”⁹⁴.

A guerra sangrenta, sem ajuda externa, que causou sofrimento ao seu povo ao longo dos 24 anos de ocupação indonésia, foi precisamente para defender a sua identidade como povo e nação. Neste âmbito, a abordagem da questão da identidade timorense assenta em dois aspetos fundamentais: o primeiro é a língua portuguesa e o segundo é a religião católica. Foram esses dois fatores que se tornaram o alicerce e a razão fundamental de um povo indefeso para defender o seu direito à autodeterminação.

Timor-Leste, apesar de geograficamente fazer fronteira direta com a Indonésia, nunca se quis identificar com o seu vizinho mais próximo. A questão que se coloca é: Como é que os timorenses conseguiram resistir face a este país gigante que tudo fez para os convencer? A justificação, a resposta ideal, teve a ver pura e simplesmente com as questões da língua e da religião. Enquanto Timor-Leste tinha a língua portuguesa como língua oficial e sua religião católica antes da invasão, os indonésios, pelo contrário, tinham o bahasa como língua oficial e, em termos religiosos, eram maioritariamente muçulmanos.

Em termos de identidade, não existe semelhança entre os dois povos que não seja a partilha de um

⁹⁴ _____, “A Língua Portuguesa: Um Património Comum um futuro global”, (.....) 2008, Lisboa, p. 7.

mesmo espaço geográfico. Os dois povos, nas suas tradições e costumes, são diametralmente opostos. Esta foi a razão primordial para os timorenses preferirem morrer na defesa da sua identidade como povo e nação a estar integrados na Indonésia. Sem ajuda externa, os timorenses sempre acreditaram na sua luta. E a História veio confirmar isso através do Referendo de 1999, realizada sob os auspícios da Organização das Nações Unidas (ONU), em que Timor-Leste conseguiu alcançar a vitória pela independência, sabendo que para defender esta causa nobre tinha que sacrificar o seu povo em diversas circunstâncias.

O uso da língua portuguesa é um orgulho para todos os timorenses, particularmente para os que defenderam a independência de Timor-Leste durante mais de duas décadas, batalhando e recusando firmemente a política do invasor que proibiu o uso da língua portuguesa no sistema educativo timorense. Por razões políticas e de direitos fundamentais, como é evidente, o povo timorense não quis ver a sua identidade negada e excluída pelo invasor. A Indonésia fez tudo para destruir a herança deixada por Portugal, que fora construída durante quinhentos anos.

É de salientar que a língua portuguesa foi adotada por Timor-Leste como língua oficial, a par do tétum, porque foi a única que permaneceu viva na memória de todos os timorenses, como um tesouro que representa a sua história e a sua identidade, e que teve, de igual modo, valor estratégico na construção do Estado timorense. A língua portuguesa era, durante os tempos de ocupação, a única capaz de servir como meio de comunicação dos guerrilheiros com a Igreja Católica e com a frente diplomática timorense no exterior.

Por isso, para além de ser um meio de comunicação, a língua portuguesa foi proclamada língua de unidade nacional. É, para o povo timorense, a língua da razão e da liberdade. Através dela se exprime ainda hoje a vontade de um povo em continuar livre. Afirmam-se valores de cidadania e história, escrevem-se ainda as bases da fundação da sua nacionalidade, a constituição política, e serve de elo de ligação com muitos povos e países espalhados pelo mundo.

Foi esta identidade que levou Timor-Leste a aderir ao espaço lusófono, uma ligação privilegiada entre povos e nações de vários continentes. Esta identidade traz autoestima aos seus povos e interação entre os mesmos.

A soberania do seu espaço e do seu território faz de Timor-Leste um país insular de 15007 km² com a sua orla marítima, uma bandeira da lusofonia na Ásia-Pacífico. Deste modo, considerara-se que para além de ser fundamental para o país, a língua portuguesa reforça a sua soberania. É através dela que se alcança o equilíbrio geopolítico e económico na região.

Reconhecido este valor de identidade nacional, a língua portuguesa é o vetor de ligação e comunicação com os países da CPLP e, logo, com a identidade lusófona do país. A língua e a cultura, fatores intrínsecos e insubstituíveis, são valores encontrados nesta identidade lusófona. Nesta perspetiva, é de destacar que a língua portuguesa constitui, de facto, um património comum, um futuro global.

Segundo o antigo embaixador timorense em Lisboa, Manuel Soares Abrantes:

o valor universal da língua portuguesa concebida pela sua dimensão cultural, social, científica e histórica na confluência de civilizações, constituem reconhecimentos alicerces fundamentais na identificação da vida da nação timorense e o seu Estado. (...) [O] fenómeno de aculturação de séculos veiculada pela língua portuguesa e pela Religião plasmada por normas e do Direito de matriz civilista ou continental, pujante de manifestação de cultura, gastronomia, arte e conhecimento que remonta séculos de existência, fez de Timor-Leste a moldura cultura de referência (...). Em torno desta língua, nascem e crescem valores inconfundíveis que embrionaram o espírito da nação timorense, constituindo as bases estruturantes para o desenvolvimento social, político económico do País.⁹⁵

Assim, é de reconhecer esta afinidade que une os dois países e que jamais alguém poderia impor outra civilização ou cultura. Exemplo disso é a ocupação indonésia, que sempre foi contestada pelo povo timorense.

Do ponto de vista político, a presença colonial portuguesa foi considerada muito reduzida no território, se comparada com outras províncias ultramarinas. Portugal, no entanto, nunca excluiu as culturas originais nativas; pelo contrário, respeitou-as e manteve-as como património do seu povo. Apesar das dificuldades e da distância, conseguiram fornecer os quadros mentais às etnias locais, contendo as suas tradicionais lutas, e criando, ao mesmo tempo, fatores identitários que se mantiveram além da descolonização e consequente ocupação indonésia.

Destaca-se também nesta aparente plasticidade da herança colonial portuguesa, por último, a religião.

2.3. Equilíbrio Geopolítico Regional

Timor-Leste, desde que restaurou a sua independência em 20 de Maio de 2002, teve e continuará a ter pela frente uma agenda política que deverá ser bem planeada e delineada em prol dos interesses nacionais. As relações com as diversas organizações internacionais serão consideradas importantes, com a

⁹⁵ "Timor-Leste irá assumir a Presidência da CPLP, pela primeira vez, em Julho de 2014-Revista lusofonia" in http://www.revistalusofonia.pt/politica/artigo.php?id=o_futuro_da_cplp.

CPLP e com outras plataformas regionais, mas será no contexto geopolítico pouco favorável em termos de segurança/defesa e na salvaguarda dos seus recursos naturais que haverá necessidade de promover também uma cooperação específica e compreensível com os dois grandes Estados vizinhos, a Austrália e a Indonésia, no âmbito de uma política de boa vizinhança e de intercâmbio comercial.

Como detentor de uma posição marítima privilegiada e com um valor geoestratégico de grande relevo por estar situado num dos quatro principais canais de passagens de mercadorias de grande escala, que faz a ligação entre os Oceanos Índico e Pacífico, Timor-Leste deverá aproveitar ao máximo esta sua posição para desenvolver a economia de forma sustentável, sendo que só assim poderá diminuir a sua dependência do apoio externo, quer a médio, quer a longo prazo:

Por estar localizado na fronteira entre o sudeste do continente asiático e a Oceânia, faz com que haja necessidade de haver uma sensibilidade acrescida sobre esta questão. Tendo em vista os objetivos de interesse nacional enunciados, seria pertinente que Timor-Leste pudesse usufruir da plenitude os seus recursos, desde o capital humano aos recursos naturais⁹⁶.

Assim, por exemplo, a importância que a área marítima soberana representa requer um reforço da vigilância das suas águas territoriais.

Como tem sido constatado pelo ministério da agricultura de Timor-Leste, “as águas territoriais de Timor-Leste têm sido por vezes alvo de incursões ligadas à atividades de pesca ilegal. Anualmente, Timor-Leste tem um prejuízo de cerca de 30 milhões de dólares (19,8 milhões de euros) devido a estas atividades que prejudicam os recursos naturais e violam a soberania do país”⁹⁷. O Plano do IV Governo Constitucional caracteriza Timor-Leste, no capítulo dos Negócios Estrangeiros, enquanto “uma localização geográfica altamente estratégica, sendo que a riqueza de recursos naturais e a segurança dependerão da nossa capacidade de mantermos relacionamentos positivos com os nossos vizinhos e amigos”⁹⁸.

Timor-Leste, como um Estado independente com apenas 13 anos, tem pela frente vários desafios. Em termos de controlo do seu espaço aéreo e marítimo, o país ainda não dispõe de meios suficientes para garantir a segurança dos recursos existentes. Nesta matéria, para a proteção da sua riqueza, terá que desenvolver relações especiais com os países mais próximos, a Austrália e a Indonésia, pois Timor-Leste tem fronteiras marítimas, aéreas e terrestres com os dois. Por outro lado, para não estar demasiado dependente desta situação, é evidente que Timor-Leste deverá procurar também desenvolver e fortalecer as relações

⁹⁶ _____, “A Língua Portuguesa: Um património comum, um futuro global”, (.....) 2008.

⁹⁷ Governo, (2011) -“ Relatório anual do Ministério da Agricultura e Pescas de Timor-Leste”, MAP, p.112. Disponível em: www.gov.org.tl.

⁹⁸ Timor-Leste: “Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional” Disponível em <http://timor-leste.gov.tl/?cat=3a&lang=pt#foc334006217>.

bilaterais com parceiros regionais enquanto mantém os esforços para se tornar membro permanente da ASEAN.

Figura 1: Posição geográfica de Timor-Leste na Ásia-Pacífico



Fonte: Mapa da Inserção de Timor-Leste na região Wallacea, ou seja, no mundo australásia. Disponível em <http://www.asia-turismo.com/mapas/mapa/mapa-timor-leste.jpg>. Acedido no dia 10 Dezembro de 2014.

Esta aposta multilateralista deverá ser orientada também na participação ativa na Assembleia Geral da ONU e noutras instituições e organizações internacionais relevantes, tanto para a defesa dos interesses timorenses como para a defesa dos interesses gerais da população, quer em termos de defesa dos direitos humanos, quer em termos de segurança, terrorismo e crimes transnacionais.

Assume-se como imperativa a manutenção do bom relacionamento com os EUA, pela sua contribuição na manutenção da segurança e do desenvolvimento timorense, bem como com as outras potências regionais, entre as quais se destacam Japão, China e Coreia do Sul.

Se analisarmos a sua posição geopolítica, vemos também esforços de enquadramento político-diplomático regional. Timor-Leste desenvolveu, desde 2002, grandes esforços no sentido de promover o seu

papel dentro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, vendo a língua portuguesa “como denominador comum e vetor de comunicação num universo de mais de 230 milhões de falantes do idioma nos quatro cantos do globo”.⁹⁹

2.4.Vantagens Comparativas e Projeção Económica

O grupo de pensadores globalistas, considerados globalistas puros, encaram a realidade internacional como uma nova realidade que, resultante do fenómeno da globalização, tem irreversivelmente a economia como fator explicativo determinante das relações internacionais, e uma vez que as relações económicas assumam uma configuração livre, isto é, que se instaure de fato o livre comércio nas relações internacionais, e, por consequência, vigorem as regras de concorrência perfeita, as vantagens de todos os atores serão maximizadas.

Nessa perspetiva está Rosencrance, que, pelas teorias liberais clássicas da economia, encara “os mercados como únicos reguladores possíveis das relações internacionais. O livre comércio permitiria o funcionamento dos mercados como eficientes mecanismos de equilíbrio nas relações entre as nações. O sistema internacional transformar-se-ia, portanto, num sistema de relações entre nações comerciantes¹⁰⁰”.

Com base nas teorias acima referidas, debatidas entre liberais e realistas, é que se desenvolve a teoria globalista das relações internacionais, abrindo uma grande linha de discussão e argumentação que tem vindo a ganhar espaço nas últimas duas décadas. Esse debate tem por intuito abordar as mudanças estruturais na organização das sociedades, em articulação com os problemas internacionais na forma como afetam ou são afetadas pelas decisões políticas nacionais.

Nesse sentido, autores como Milner têm examinado a forma como os atores domésticos e seus interesses de grupo influenciam a tomada de decisão dos Estados¹⁰¹ e, naturalmente, como esses grupos e interesses se relacionam com a realidade externa. Por outro lado, autores como Ruggie¹⁰² procuram enfatizar a importância da cultura e das ideias para o entendimento das relações internacionais atuais, constituindo uma perspetiva “construtivista” dentro da perspetiva globalista de análise das relações internacionais.

Consciente de que hoje a globalização invade todos os espaços com maior dimensão, de tal forma

⁹⁹ Revista Lusofonia, “Timor-Leste irá assumir a Presidência da CPLP, pela primeira vez, em Julho de 2014”In http://www.revistalusofonia.pt/politica/artigo.php?id=o_futuro_da_CPLP

¹⁰⁰ Rosencrance, Richard, “The rice of the Trading State: Commerce and Conquest in the Modern World. New York: Basic Books, 1986.

¹⁰¹ Milner, H. “The Limits of European Integration”. NY: Columbia University Press, 1983.

¹⁰² Ruggie, John, “Internaatinal Political Economy:Beyond hegemonic Stability” Foreign Policy, Washington, Spring. 1998.

que, mesmo que motivado por questões económicas, esse fenómeno revela, em várias situações, maior intensidade em outros campos da realidade. Este argumento fortificaria a visão desses autores pela maior identificação dos interesses extraeconómicos dos Estados observada na realidade atual, como resultado da assimetria reinante entre estes no campo económico.

Partindo deste pressuposto é que podemos retirar alguns exemplos de afirmação dos Estados-membros da CPLP no mundo, como é o caso do Brasil, ao interligar com o seu espaço geográfico, que é quase o de um continente, e os índices de desenvolvimento que tem revelado para que se torne numa potência mundial, desde já como líder do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), a par dos esforços verificados dos países emergentes da CPLP como Angola, Cabo Verde e Moçambique para se tornarem importantes intervenientes regionais (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental - CEDA, Comunidade de Desenvolvimento da África Austral - SADC, União Africana - UA) e ainda Portugal, como Estado-membro da União Europeia.

O posicionamento de Portugal é estratégico e, com o conjunto de infraestruturas de transporte existentes, tem condições para servir de ligação entre a China e o Atlântico Sul, promovendo relevantes rotas marítimas internacionais do Oriente ao Pacífico.

A forte ligação de Portugal aos países de língua portuguesa é evidenciada também pelo volume de exportações de bens para estes países, as quais, entre 2006 e 2011, apresentaram um crescimento médio de 14.8% (comparando com 3.5% para o resto do mundo)¹⁰³.

Em relação a Timor-Leste, cabe agora ao governo saber gerir as oportunidades e as vantagens económicas de que pode beneficiar através das relações com os parceiros estratégicos da CPLP. Como foi constatado anteriormente, a sua posição geográfica na Ásia-Pacífico é considerada estratégica, servindo como janela de oportunidades para o investimento direto estrangeiro nos países da região.

“A noção de regionalismo económico pode ser dada como a vontade política dos governos no sentido de favorecer o desenvolvimento de elos económicos internacionais com países geograficamente vizinhos”¹⁰⁴

Neste contexto, salienta-se que o modelo de cooperação económica mais atrativo para as economias dos países da ASEAN, em que Timor-Leste neste momento assume o estatuto de observador, é baseada no regionalismo aberto. Por outro lado, é de reconhecer, tal como faz Pedro Parreira, que “o processo de forte industrialização e diversificação produtiva revelou-se para estes países ser uma peça fundamental do sucesso

¹⁰³ Revista Economia-Lusófona, (2014). “A economia portuguesa com os países lusófonos”, p. 8.

¹⁰⁴ Medeiros, R. Eduardo. (1998), “Blocos Regionais de Integração Económica no Mundo”, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, p.94.

económico alcançado. Na atualidade são dos países que apresentam as maiores taxas de abertura das economias a nível mundial”.¹⁰⁵

A presidência rotativa da CPLP no biênio 2014-2016 por parte de Timor-Leste será considerada como uma das grandes oportunidades para defender e levar os interesses económicos comuns da Organização junto dos países daquela região, assim como junto da China e da Austrália, pois estes são grandes parceiros económicos de Timor-Leste.

Em síntese, a posição geográfica de Timor-Leste trará aos Estados-membros da CPLP vantagens no acesso a oportunidades de investimento em diversas áreas da economia, particularmente no comércio. Se os governos da Organização tomarem em simultâneo medidas adequadas, ao nível do investimento e dos negócios, é evidente que juntos alcançarão os objetivos e as metas traçadas. Tal como afirmou o Presidente da República de Timor-Leste, Taur Matan Ruak, no seu discurso proferido na abertura da Cimeira da X Conferência da CPLP, realizada no dia 23 de Julho de 2014, em Díli: “Estamos em condições de trabalhar para alargar a sua influência e ação, alargando a esfera da cooperação multilateral na CPLP e, simultaneamente, a cooperação dela com organizações multilaterais regionais de que os nossos Estados são membros”.¹⁰⁶

Por fim, para confirmar as vantagens comparativas e a projeção económica que a CPLP detém na conjuntura atual, veja-se a figura seguinte:

¹⁰⁵ Parreira, N. C. Pedro, (2003), “A economia de Timor-Leste: transição e integração regional e mundial”, Gabinete de Estudos e Prospetiva Económica-Ministério da Economia, p. 87.

¹⁰⁶ 18 Anos CPLP, “Os desafios do Futuro: aos 18 anos, a CPLP pode olhar o futuro com confiança”, 2014, p. 10. Disponível online em: www.cplp.org/id-4453.aspx?PID=11131&M=newsv2&Action.

Figura 2 : Mapa antigo domínio de Portugal nas rotas comerciais do Mundo, e hoje transformado na CPLP.



Fonte: Disponível em: [http:// www.cecplp.org/lusografo/imagens/lusofonia.g.f](http://www.cecplp.org/lusografo/imagens/lusofonia.g.f)

Na CPLP estão representadas as regiões mais prósperas do mundo. É considerável o peso que a língua portuguesa tem atualmente no mundo. Hoje, 230 milhões de pessoas falam a língua portuguesa, o equivalente a cerca de 4% da população mundial, oferecendo capacidade de projeção de influência e poder a cada Estado-membro da CPLP nos diferentes espaços geográficos, tanto terrestres como marítimos, recordando a possibilidade de estreitamento de laços de cooperação com as organizações regionais onde se inserem os Estados-membros pertencentes à comunidade.

“No conceito da maritimidade da CPLP, será importante recordar que o mar cobre mais de 9/12 da superfície do planeta. É e continuará a ser no futuro próximo a via mais eficiente para as trocas comerciais. Além disso, é nas zonas costeiras no planeta que se situam as sociedades mais prósperas”¹⁰⁷.

¹⁰⁷ Timor-Leste Embaixada, (2008). “A Língua Portuguesa: um património comum e um futuro global”, Lisboa, p.11.

Para justificar esta realidade no espaço geopolítico da CPLP, apresentamos estudos relevantes sobre “a importância da Lusofonia no Panorama Energético Mundial em matéria de hidrocarbonetos nos mares da Lusofonia, dados estatísticos revelados pela Galp Energia e divulgados pelo Chefe do Gabinete da Presidência em Lisboa”¹⁰⁸, no dia 29 de Outubro de 2013, referem que 50% das novas descobertas de petróleo e gás realizadas no mundo, desde 2005, estão localizadas nos países de língua portuguesa: Brasil, Moçambique, Angola e Timor-Leste.

As reservas de Angola ascendem a entre 9,5 e 13,5 mil milhões de barris localizadas na (estimativas da IEA e BP, respetivamente). Descobertas de Gás Natural em 2011 e 2012 farão de Moçambique um importante fornecedor mundial de GN, transformando radicalmente a economia nacional. Houve descobertas também no pré-sal das bacias de Santos, Campos e Espírito Santo (Brasil). Só a Bacia de Santos contará com mais de 50 mil milhões de barris de reservas, segundo a ANP, colocando o Brasil entre os maiores produtores mundiais de petróleo e de gás. O Campo Lula é designado como uma das mais importantes descobertas mundiais dos últimos 30 anos.

2.5. Cooperação Internacional

“Alargamos a possibilidade de transformar em comuns os centros de investigação e de formação, tecendo as solidariedades que finalmente podem ter expressão significativa nos órgãos de diálogo, cooperação e decisão que se multiplicam neste mundo globalizado, mas atento às identidades culturais e aos seus interesses”¹⁰⁹

Um dos elementos-chave para uma eficaz cooperação internacional entre Estados é a língua. Neste contexto, a língua portuguesa é considerada um fator comum na união entre os seus Estados-membros, porque garante um bom entendimento e a comunicação entre os mesmos, o que fortalece a cooperação dentro da Comunidade. É através dela que se torna mais fácil estabelecer laços de solidariedade, sentido de defesa mútuo e de interesse comum entre os países de língua portuguesa.

É evidente que para Timor-Leste este relacionamento é estratégico, designadamente a cooperação com Portugal, Brasil, Angola e Cabo-Verde. Sendo um país recentemente independente, Timor-Leste tem as mesmas oportunidades disponíveis em diversas áreas de cooperação que os restantes Estados-membros têm, restando agora apenas saber explorar as vantagens que o possam beneficiar no seu desenvolvimento económico. É importante destacar a dinâmica desta organização quer em termos políticos, quer em termos

¹⁰⁸ Relatório da GALP Energia (2011): Ciência e inovação/ Inovação e Negócio. “Importância da Lusofonia no Panorama Energético Mundial “Hidrocarbonetos nos Mares da Lusofonia, pp.23-24.

¹⁰⁹ Moreira, Adriano. (1999).” Teoria das Relações Internacionais”, Livraria Almedina-Coimbra, 3ª Edição, p. 14.

económicos.

É na cooperação que se tornam reais as vantagens estratégicas que Timor-Leste usufrui de Portugal e Brasil, em áreas tão diversas como a construção de infraestruturas básicas para o povo e para o aparelho de Estado, o desenvolvimento rural, a agricultura, as pequenas e médias tecnologias, os setores da saúde, do ensino e da educação, o setor da justiça e a segurança e defesa. Timor-Leste¹¹⁰, através da sua cooperação bilateral com Portugal, absorve 40 por cento do pacote de ajudas da cooperação internacional portuguesa, baseada nas referências da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), o que constitui Portugal como o segundo maior doador de Timor-Leste a seguir à Austrália, tendo canalizado no período de 1999-2010 para Díli um total de 512 milhões de dólares americanos (cerca de 495,748 milhões de euros). O mesmo tratamento é dado a Timor-Leste pelo Brasil através da Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Existe ainda uma manifestação de intenção do reforço da cooperação com Angola e Cabo-Verde e, num futuro próximo, com outros Estados-membros da CPLP, oriundos dos PALOP, nos formatos bilateral e trilateral.

Para além do setor económico, outra área estratégica que Timor-Leste deve desenvolver com os seus parceiros da CPLP, é a cooperação no desenvolvimento e na dinamização da língua portuguesa, pelo facto de ser a língua oficial do país, simultaneamente também representa os interesses comuns da organização na região do sudeste asiático. A projeção da língua portuguesa não reflete apenas sobre o aspeto cultural, mas servirá também como um elemento fundamental no comércio com os países vizinhos. A Comunidade tem contribuído para a difusão da língua portuguesa, em particular através do Instituto Internacional para a Língua Portuguesa¹¹¹. Neste contexto, o papel do Instituto Internacional para a Língua Portuguesa, é decisivo, pois tem maximizado a cooperação multilateral entre os seus Estados-membros, por via de implementação de projetos de ajuda ao desenvolvimento e de parcerias orientadas muitas vezes através de convenções internacionais, em áreas como a cultura, a justiça, a saúde ou a segurança e a defesa.

¹¹⁰ MNE, (1999-2010) -Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, p.417. Disponível em: <https://info.europa.eu/ocid.pt/files/database/000048001./000048166pdf>. (Acesso em 7 de Maio de 2015).

¹¹¹ Mendes, C. Nuno & Coutinho, Francisco, (2014), "Enciclopédia das Relações Internacionais " Publicações Dom Quixote, Lisboa, p.86.

Capítulo III. Timor-Leste e a CPLP

3.1 O Processo Histórico da Constituição da CPLP

“Marcado ou não pelo «episódio do Maranhão», o certo é que o projeto da CPLP só ganhou novo impulso em 1994. Até lá, à margem de reuniões e assembleias da ONU, por iniciativa do Brasil – e com o papel ativo de Portugal e Angola – realizaram-se encontros informais entre os sete países”.¹¹²

Com o fim da guerra fria, e com a entrada de Portugal na comunidade europeia em 1986, abre-se o caminho para que Portugal possa reformular a sua política externa face às suas ex-colónias. Esta iniciativa divide-se em dois grandes objetivos: o primeiro trata do desenvolvimento de uma aproximação profunda dos PALOP, com o intuito de retomar e normalizar as relações políticas pouco animadoras legadas pelo passado. O segundo objetivo trata de estabelecer e fortificar as relações socioculturais com o Brasil.

A iniciativa da criação de uma organização internacional como a CPLP¹¹³ tem como objetivo a definição estatutária de um fórum multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade entre os seus membros, através da concertação político-diplomática em matéria de relações internacionais, da cooperação em todos os domínios e da promoção e difusão da língua portuguesa.

Nesta perspetiva, a defesa da língua comum seria um dos elementos-chave, servindo como ponte de ligação e de contacto entre Portugal e as suas antigas colónias. Obviamente que Portugal estava consciente de que nas suas relações com os PALOP ainda se vivia um clima de tensão.

Porém, todo o esforço de Portugal naquela altura em torno da iniciativa encontrou e gerou muitos obstáculos. Relativamente às ex-colónias portuguesas na África, a questão da guerra civil de Angola e a sua política externa orientada para a ideologia marxista e leninista também serviu de entrave para o início das negociações entre os dois países.

Por outro lado, o Brasil também não via com bons olhos a iniciativa portuguesa. Isto revela-se através dum encontro de âmbito cultural que decorreu em Brasília, no dia 30 de Outubro de 1994, em que alguns dirigentes brasileiros afirmaram mesmo que “Portugal ainda padecia de uma certa nostalgia do Império”.¹¹⁴

¹¹² Luís Ferreira Lopes & Octávio dos Santos, (2006) “Os Novos Descobrimentos: Do Império à CPLP”: Ensaio sobre História, Política, Economia e Culturas Lusófonas, pág. 28.

¹¹³ Mendes, C. Nuno & Coutinho, P. Francisco, (2014), “Enciclopédia das Relações Internacionais”, Publicação Dom Quixote, 1ª Edição, Lisboa p.85.

¹¹⁴ ——— “Os Novos Descobrimentos: Do Império à CPLP”, (.....) 2006, p. 31.

No fundo, o Brasil, com as suas dimensões geográfica e demográfica, e com os recursos naturais que detém, aparece como grande obstáculo, opondo-se às iniciativas do governo português, uma vez que quer atuar sozinho no espaço que os países que falam a língua portuguesa ocupam, especialmente em África e no espaço europeu.

Independentemente de todos os esforços naquela altura, o contributo de Cavaco Silva e Durão Barroso¹¹⁵, presente nos seus discursos como responsáveis pela diplomacia portuguesa, entre 1993-95, ilustra bem o momento de viragem que se dá neste período nas relações de Lisboa com os países africanos lusófonos. Mas é, sobretudo, durante os Governos de Aníbal Cavaco Silva, o atual Presidente da República Portuguesa, que o projeto da Comunidade e, especialmente, a cooperação com os PALOP conhecem um impulso evidente, resultante de um contexto político menos problemático e de uma visão política mais pragmática das relações internacionais, económicas e culturais entre os Estados africanos lusófonos e Portugal, quer por parte do executivo português, quer por parte da maioria dos governos africanos, entre 1985 e 1995, em especial desde que estes países enveredaram pelo processo político democrático (não totalmente concretizado nalguns casos) e pelo abandono do protecionismo político e ideológico soviético.

A estratégia dos governos de Cavaco Silva¹¹⁶ baseou-se numa atitude de diálogo e na coerência de princípios praticada no relacionamento caso a caso – Estado a Estado –, procurando afastar perceções erradas, provocadas ou alimentadas pelas divergências ideológicas e político-partidárias que, até então, marcavam – mais nuns casos do que noutros – as relações entre Portugal e alguns países africanos lusófonos.

Esta generosa iniciativa do governo de Cavaco Silva conseguiu incutir confiança nas relações entre os Estados intervenientes, pondo cobro à desconfiança que até então grassava entre eles. A partir de 1985 abriu-se um novo capítulo de cooperação, e para Portugal este marco histórico assumiu-se como uma política de interesse nacional e de longo prazo, dando maior ênfase ao respeito mútuo, à democracia, à defesa dos direitos humanos e à não ingerência nos assuntos políticos internos dos Estados que mais tarde viriam a constituir a CPLP.

Para a formalização deste marco histórico da organização era necessário criar um entendimento comum de modo legalizar e fortificar o seu estatuto quer no âmbito do seio da CPLP e quer na sua projeção internacional.¹¹⁷

¹¹⁵ Barroso, José Manuel Durão, (1995). "Portugal-Dez anos de Política de Cooperação" Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, p.11.

¹¹⁶ ————"Os Novos Descobrimentos: Do Império à CPLP", (.....) 2006, p.21.

¹¹⁷ I Conferência dos Chefes de Estado e Governo da CPLP, 1996 em Lisboa. Disponível em: [http://www.cplp.org/estrutura_org_conferencia X.asp](http://www.cplp.org/estrutura_org_conferencia_X.asp).

O resultado deste encontro de Chefes de Estado e de Governo, para além dos vários projetos já delineados, a peça fundamental que inspirava o futuro desta comunidade era a língua portuguesa, considerada como vínculo histórico e património comum dos sete, que constituem um espaço geograficamente descontínuo, mas identificado pelo idioma comum. A defesa da língua comum será um dos pontos a privilegiar nos contactos com um e outros¹¹⁸. Obviamente que a língua portuguesa aparece como um fator unificador com fundamentos claros, assente numa visão de atuação conjunta cada vez mais significativa e influente no contexto mundial.

Em cima da mesa estavam a concertação política e a cooperação nos setores social, cultural e económico, tidos como objetivos gerais da comunidade. É de salientar que para a realização desses objetivos a CPLP tem desde então vindo a promover uma coordenação de forma sistemática no âmbito das atividades tanto das instituições públicas como das entidades privadas envolvidas na cooperação entre os seus estados-membros. As ações desenvolvidas pela CPLP têm objetivos precisos e traduzem-se em diretivas concretas, voltadas para setores prioritários, como a saúde e a educação. Para tal, procura-se mobilizar interna e externamente esforços e recursos, criando novos mecanismos e dinamizando os já existentes.

A reunião deste grupo de Estados – situados em quatro continentes e englobando mais de 230 milhões de pessoas consolidou uma realidade já existente, resultante da tradicional cooperação Portugal-Brasil e dos novos laços de fraternidade e cooperação que, a partir de meados da década de 1970, se foram criando entre estes dois países e as novas nações de língua oficial portuguesa.

A institucionalização da CPLP traduziu, assim, um propósito comum: projetar e consolidar, no plano externo, os especiais laços de amizade entre os países de língua portuguesa, dando a essas nações maior capacidade para defender os seus valores e interesses, alicerçados sobretudo na defesa da democracia, na promoção do desenvolvimento e na criação de um ambiente internacional mais equilibrado e pacífico. Neste esforço, são utilizados não apenas recursos cedidos pelos governos dos países membros, mas também, de forma crescente, os meios disponibilizados através de parcerias com outros organismos internacionais, organizações não-governamentais, empresas e entidades privadas, interessadas no apoio ao desenvolvimento social e económico dos países de língua portuguesa.

No tocante à concertação político-diplomática, tem-se dado expressão crescente aos interesses e necessidades comuns em organizações multilaterais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), a Organização das Nações

¹¹⁸ Gama, Jaime, “Os grandes objetivos da Política Externa Portuguesa, in Política Externa Portuguesa 1983-1985, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Biblioteca Diplomática, Série C, Setembro de 1985, p. 12.

Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Nos fóruns regionais e nas negociações internacionais de carácter político e económico, a CPLP tem-se assumido como um fator capaz de fortalecer o potencial de negociação de cada um dos seus Estados-membros. No campo económico, procura-se aproveitar os instrumentos de cooperação internacional de um modo mais consistente, através de uma concertação regular entre os Estados-membro.

É de destacar que a finalização do processo de edificação da CPLP não foi fácil, pois teve que enfrentar várias fases difíceis. Antes da realização da cimeira que instituiria, em Julho, a Comunidade dos Países de língua portuguesa, teve lugar em Lisboa, no dia 25 de Junho, o primeiro encontro interparlamentar dos países lusófonos, com ausência do Brasil. Vários seminários sobre comunicação, juventude e cooperação económica e empresarial decorreram na capital portuguesa, precedendo o ato constitutivo. A 16 de Julho, os chefes das diplomacias dos sete reuniram-se para finalizar os últimos preparativos. A última fase é marcada pelo encontro histórico, em Lisboa, dos altos representantes dos sete, no dia 17 de Julho de 1996. Foi então criada oficialmente a CPLP, integrando Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

3.2 Evolução da CPLP.

A Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP)¹¹⁹ é uma comunidade de afetos, alicerçada num património histórico, cultural e linguístico comum, que articula, através dos seus membros, quatro continentes e três oceanos, que tem capacidade para se afirmar internacionalmente, graças a teia de compromissos institucionais de natureza regional dos Estados-membros e à sua natureza de soft power, e que harmoniza a diversidade étnica e religiosa, dois dos elementos fraturantes da desejável concórdia universal.

A língua portuguesa e a sua comunidade constituem fatores de estreitamento de relações sociais e de relacionamento entre povos e nações, que concentraram esforços na luta pela libertação de Timor-Leste e de afirmação da independência do país.

Neste contexto, é indispensável reconhecer o papel fundamental da CPLP. Esta organização é considerada um fórum multilateral privilegiado, tem como missão manter e aprofundar as relações sociais, culturais e políticas entre os membros. Para o fortalecimento destas relações, um dos elementos-chave é apostar na

¹¹⁹ Fontoura, Luís, (2013). "Segurança e Defesa Nacional: Um conceito Estratégico", Edições Almedina, SA. p. 89

cooperação entre os Estados-membros, de modo apoiar e consolidar a concretização dos seus objetivos nacionais, e, por outro lado, a CPLP procura intensificar a sua afirmação nos fóruns internacionais, dando ênfase à via da concertação política e diplomática.

Diríamos, neste mesmo sentido, que a CPLP é uma organização internacional constituída através de uma permanente associação de Estados equipada com órgãos capazes de tomar e executar decisões, e na qual o seu objeto e poderes não se confundem com os dos seus Estados-membros. “A CPLP é a única que desfruta de um momento de crescimento em termos da sua visibilidade económica, política e cultural, mas também no que diz respeito à sua credibilidade internacional”¹²⁰. A Declaração Final da X Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa,¹²¹ que se realizou em Díli, em 23 de Julho de 2014, é um documento indicador de uma nova fase que promove um novo dinamismo e que poderá representar uma alavancagem económico-diplomática a partir da própria importância crescente da língua portuguesa.

À luz da X Cimeira e da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Díli, marcou-se um novo capítulo na história da CPLP, pois os oito Estados-membros formalizaram, por unanimidade, a adesão da Guiné Equatorial como membro de pleno direito da comunidade, e assim a CPLP passou a ter nove Estados-membros de pleno direito. A existência da CPLP não assenta exclusivamente no domínio cultural, mas também no potencial económico que esta organização representa, o que faz com que cada vez mais Estados de diferentes regiões do globo queiram tomar parte na CPLP. Com a entrada da Guiné Equatorial na CPLP, tornando-se esta assim a segunda maior organização a nível mundial no que se diz respeito à produção de petróleo e gás natural, a comunidade adquire um maior peso enquanto agente no espaço internacional. É de salientar, neste contexto, que a CPLP entra numa nova era, desde logo pelo reequilíbrio do balanço de forças entre os seus membros, mas também porque a torna mais dinâmica, devido ao peso económico que a CPLP agora começa a representar na esfera global.

¹²⁰ Leandro, José Francisco. (2014), “Revista, Univ. Macau”- CPLP a herdeira do Caminho Comum, p.12

¹²¹ CPLP, “X Conferência dos Chefes de Estado e de Governo”, 2014. Disponível em: http://www.cplp.org/estrutura_org_conferencia_X.asp.

Figura 3: X Cimeira da CPLP em Timor-Leste 23 de Julho de 2014



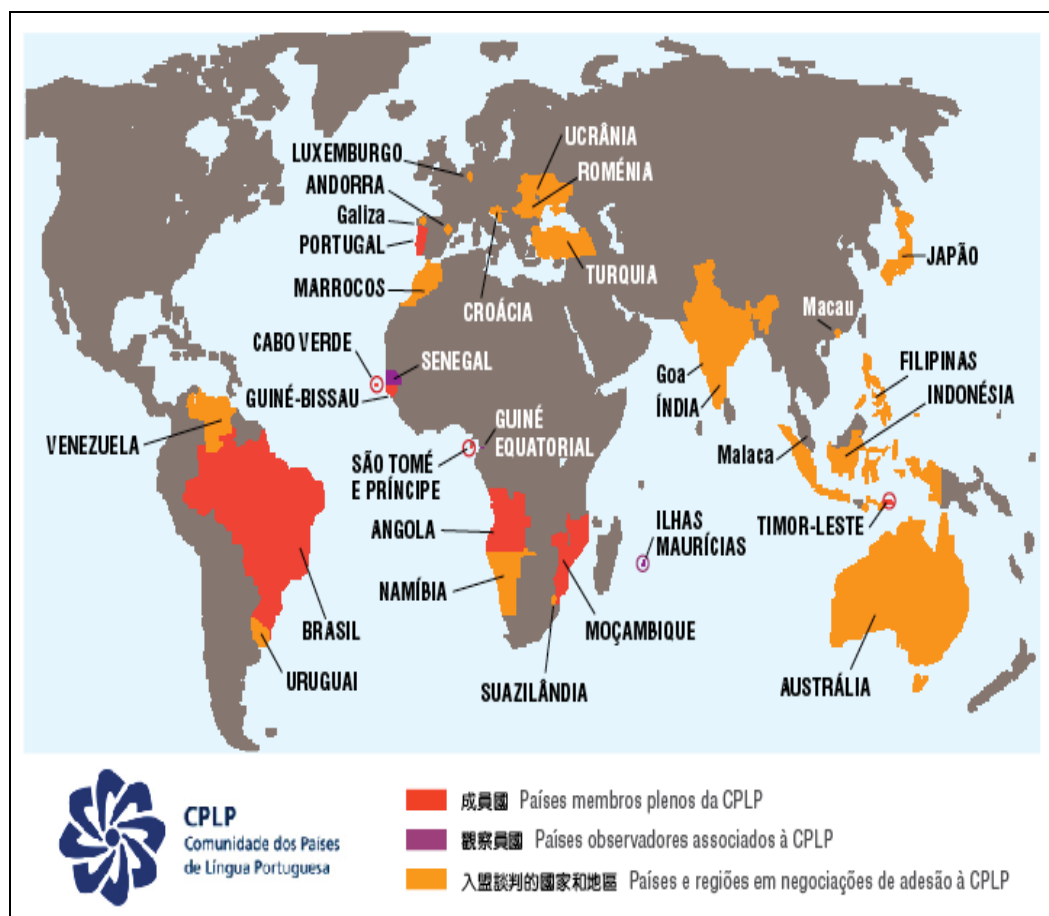
Fonte disponível em: <http://www.presidencia.pt/?idc=10&idi=86186>, Acesso em 2/2/2015

À medida que aumenta o número de Estados-membros (Brasil, Portugal, Timor-Leste, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Guiné Equatorial (9)), de observadores-associados (República da Ilha Maurícia, Geórgia, República da Namíbia, República da Turquia, Senegal e Japão (6)), e de observadores-consultivos (cerca de 60), fortalece-se, também, a importância geoestratégica, geoeconómica e geopolítica da CPLP e potencia-se a língua portuguesa como um instrumento de concertação, de desenvolvimento e de estabilidade.

Como pode verificar na figura 3, durante a Cimeira de Díli, em 2014, “ocorreu a adesão de mais quatro novos membros associados da CPLP, tais como: a Namíbia, a Turquia, a Geórgia e o Japão”.¹²²

¹²² Governo, “Declaração Constitutiva dos Chefes de Estados e Governos na X Cimeira da CPLP”, Díli, 2014. Disponível online em: <https://ventosdalusofonia.wordpress.com/tag/timor-leste>.

Figura 4: Configuração dos países membros plenos da CPLP, países observadores associados à CPLP e países e região em negociações de adesão à CPLP.



Fonte: Disponível em: [http:// www.plataformamacau.com](http://www.plataformamacau.com)

Cabe neste momento a Timor-Leste, assumindo a presidência rotativa da CPLP (2014-2016), encarar os interesses da organização, fortalecer a diplomacia no contexto político, social, cultural e, particularmente, económica com os países da região, por forma a alcançar os objetivos comuns da CPLP.

Timor-Leste, desde que se tornou membro de pleno direito da CPLP, em 2002, tem pela frente a grande tarefa de utilizar esta organização para desenvolver uma política de forma concertada e dinâmica, quer com os dois vizinhos mais próximos, e que detêm maior capacidade nos setores vitais, como defesa e segurança, quer com outros países e organizações da região, como a ASEAN e o Fórum Pacífico do Sul, pelo facto de ser um país frágil em termos de segurança.

A sobrevivência do Estado timorense, em termos políticos e na questão da defesa e segurança na região, é considerada frágil porque Timor-Leste está geograficamente situado entre dois vizinhos, Austrália e Indonésia, com os quais nunca teve no passado boas relações.

Urge, assim, que os governantes timorenses encararem a CPLP com o peso que esta detém junto de outras organizações internacionais, que podem ajudar Timor-Leste a salvaguardar os seus interesses nacionais. Com a Cimeira dos Chefes de Estado e de Governos dos países da CPLP realizada em Dili, abriu-se um novo capítulo para a política externa de Timor-Leste. Nesta cimeira, a Austrália e a Indonésia solicitaram o estatuto de países observadores associados à CPLP, o que pode querer dizer que esta ameaça constante que Timor-Leste enfrenta pode ser reduzida, dependendo da habilidade do Ministério dos Negócios Estrangeiros e dos quadros diplomáticos timorenses em saber lidar com o novo contexto político-diplomático.

3.3 Enquadramento Histórico de Timor-Leste na CPLP

A República Democrática de Timor-Leste (RDTL) tornou-se no oitavo Estado-membro de pleno direito da CPLP, a 1 de Agosto do ano de 2002, aquando da aprovação da “Declaração sobre a Aceitação do Pedido de Adesão da RDTL à CPLP”, na IV Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP realizada em Brasília, no Brasil, seis anos após a criação da CPLP”¹²³.

Como é evidente, o objetivo de Timor-Leste aderir à CPLP foi algo que foi sendo planeado desde a criação desta comunidade, nos tempos da resistência, através dos seus líderes. Por outro lado, é de destacar o papel fundamental da concertação político-diplomática da CPLP, particularmente de Portugal, que levou a cabo a defesa do direito de autodeterminação de Timor-Leste junto das Nações Unidas, sonho este, o da restauração da independência, que se tornou realidade em 1999, através do referendo organizado sob os auspícios da ONU.

A crise aguda de Timor, que mobilizou a solidariedade dos portugueses dentro e fora das fronteiras, também parece ter sido o facto pela primeira vez determinante de uma manifestação de unidade da Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa¹²⁴

Ao olhar para os laços históricos e culturais, a língua portuguesa sempre se assumiu como fundamental para a união entre as nações e povos que são falantes deste idioma. É bom recordar que, se a CPLP foi e é crucial para Timor-Leste, Timor-Leste tem a mesma importância estratégica para a CPLP, pois ao situar-se na região da Ásia-Pacífico, este jovem país também representa uma janela de oportunidade para os outros Estados-membros.

O desejo de levar Timor-Leste a integrar a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa teve a sua

¹²³ CPLP, “Conferência dos Chefes de Estado e de Governo”, 2002. Disponível (em http://www.cplp.org/estrutura_org_conferencia_IV.asp)

¹²⁴ Moreira, Adriano, (1999), “Estudos da Conjuntura Internacional: Timor e a CPLP”, Publicações Dom Quixote, Lda. Lisboa, p.530.

origem em 1996, quando a Comissão Coordenadora da Frente Diplomática da Resistência do povo maubere teve direito de intervenção na I Conferência dos Chefes de Estado e de governo da CPLP, em Lisboa, expondo as dificuldades sobre a situação real em que se encontrava Timor-Leste, e ao mesmo tempo apresentado a sua firmeza na luta para a liberdade e dignidade do seu povo, de retomar o seu exercício de direito indiscutível à autodeterminação.

Este acontecimento marca os princípios fundamentais de um povo indefeso, e de facto foi bem recebido. A reação dos então Chefes de Estado e de Governo da CPLP foi no sentido de afirmar a sua firmeza em promover ações concertadas com o intuito de garantir o respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais no território, com o objetivo de obter uma solução justa, global e internacionalmente aceite para a questão de Timor-Leste, no pleno respeito pelos legítimos direitos e aspirações do seu povo, e em conformidade com o Direito Internacional.

Dois anos volvidos, em 1998, durante a reunião do Conselho de Ministros da CPLP, na cidade da Praia, em Cabo Verde, Timor-Leste foi formalmente aceite na CPLP com o estatuto de observador convidado. O ano seguinte, 1999, foi um ano crucial e marcante para as negociações entre Portugal e a Indonésia, sob mediação da ONU, com o intuito de realizar um referendo sobre a questão de Timor-Leste. Antes do resultado do referendo e da decisão do povo timorense a favor da independência, os governos dos Estados-membros da CPLP já tinham expressado o seu total apoio ao processo, mobilizando uma missão de observação eleitoral e quadros para a Missão das Nações Unidas em Timor-Leste (UNAMET), por forma a garantir o êxito da consulta popular.

Por outro lado, as preocupações de segurança no território eram considerados de maior risco pela falta de boa vontade do regime Indonésio em garantir uma política de neutralidade, e daí os governos dos Estados-membros da CPLP apelarem às autoridades indonésias, e em particular às suas forças armadas, para respeitarem o acordo de 5 de Maio, realizado em Nova Iorque, pondo termo à condenação da violência e intimidação, a fim de estabelecer condições para uma consulta aceitável, livre e democrática.

Depois de ter ganho o referendo para a independência, a 1 de Outubro de 1999, o Presidente do Conselho Nacional da Resistência Timorense (CNRT), Comandante Kay Rala Xanana Gusmão, fez a sua primeira visita ao Secretariado Executivo da CPLP, Marcelino Moco na altura. Na entrada do novo milénio, estava já previsto que Timor-Leste viria a ser o oitavo Estado-membro da CPLP, logo que a sua independência fosse restaurada, sendo garantida a adoção da língua portuguesa a par do tétum como idiomas oficiais.

Após o referendo de 1999, a vontade de apoiar a reconstrução de Timor-Leste não tardou a ser

manifestada. Durante a III Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em que estava presente pela primeira vez o Presidente do CNRT, Kay Rala Xanana Gusmão, os Estados-membros da CPLP, de forma unânime, assumiram o compromisso de apoiar o desenvolvimento institucional, político, cultural e social de Timor-Leste, com o forte desejo de ver fixadas datas para a realização de eleições gerais e formalização da restauração da sua independência.

Finalmente, na IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Brasília, em 2002, deu-se a conclusão do processo de integração da República Democrática de Timor-Leste na CPLP, tornando-se assim Timor-Leste um Estado-membro de pleno direito, cumprindo-se, por outro lado, a vontade expressada pelos Estados-membros da comunidade de apoiar a libertação do país com quem partilham uma história e língua comuns.

3.4 O poder da língua portuguesa na esfera global

A Língua Portuguesa é atualmente um idioma de comunicação internacional com projeção global, com cerca de 230 milhões de falantes, dos quais cerca de doze milhões encontram-se na Europa, com cerca de 10 milhões em Portugal. O Brasil é o país da CPLP que detém a maior comunidade de falantes de língua portuguesa, com 190 milhões¹²⁵. Esta realidade ilustra-se bem patente na figura seguinte:

¹²⁵ Censos 2011,"Instituto Nacional de Estatística" disponível em: <http://www.census.ine.pt>

financiados pela Comissão Europeia como meio de potenciar recursos e tecnologias da linguagem. Por outro lado, é de salientar que, na esfera global, a língua portuguesa é utilizada também como língua administrativa e de trabalho em 27 organizações internacionais, incluindo, por exemplo, o Mercosul e a União Latina.

É de reconhecer, no entanto, que apesar do seu peso e de sua progressiva projeção, a língua portuguesa pode enfrentar alguns desafios no que toca à sua posição como língua de comunicação internacional. Na América Latina, com cerca de 190 milhões de falantes, a língua portuguesa coexiste com grandes comunidades de falantes de castelhano. Na Europa, um continente multilingue, a língua portuguesa conta apenas com cerca de doze milhões de falantes, incluindo as comunidades de emigrantes. Na Ásia, é língua oficial e falada somente em Timor-Leste e Macau. E em África, a par do facto de muitas línguas nativas coexistirem com a língua portuguesa, dá-se o facto de as línguas inglesa e francesa serem mais fortes e terem maior relevo nesse continente.

Um apanhado geral dos dados estatísticos sobre a língua portuguesa revela que esta é uma das línguas mais utilizadas na Internet. De acordo com estimativas recentes, a língua portuguesa é a quinta língua mais utilizada na Internet, sendo ultrapassada apenas por inglês, chinês, espanhol e japonês¹²⁷. Uma pesquisa feita por investigadores da Universidade de Lisboa sobre “A Língua Portuguesa na era Digital”, em 2012, mostra que cerca de 82,5 milhões de utilizadores usam a língua portuguesa para navegar na Internet, e que no espaço de uma década, entre 2000 e 2010, o número de utilizadores que usam a língua portuguesa registou uma surpreendente expansão de 990%. A língua portuguesa está particularmente bem posicionada quando se trata da presença nas redes sociais. Um estudo semântico e quantitativo de 2,8 milhões de tweets, realizado pela SemioCast, revela que a língua portuguesa é a terceira língua mais usada no Twitter, depois do inglês e do japonês¹²⁸.

A língua portuguesa é a quinta mais utilizada na Internet, onde registou um surpreendente crescimento de 990% na última década. Isto resulta do enorme aumento do acesso à Internet no Brasil, particularmente entre os jovens. Este país tem um dos maiores números de utilizadores de Internet em todo o mundo, com 72 milhões de internautas¹²⁹, e as respostas a um questionário revelaram que o número de utilizadores de Internet com 10 anos ou mais deu um salto de doze milhões desde 2008¹³⁰. Portugal, por sua vez, tem cerca de 5 milhões de utilizadores de Internet, e as estatísticas revelam que o número de subscritores de acesso à Internet tem registado um aumento notório: em 2001 havia pouco menos de 500

¹²⁷ “Internet world users by language. Top 10 languages” internet world stats. Internet. Disponível em : <http://www.internetworldstats.com/stats7.htm>.

¹²⁸ “Most Used Languages on Twitter. SemioCast, Internet”, disponível em: http://www.semioCast.com/downloads/semioCast_half_of_messages_on_twitter_are_not_in_English_20100224.pdf.

¹²⁹ “Top 20 Countries with the Highest Number of Internet Users” internet world stats. Internet, Disponível em : <http://www.internetworldstats.com/top20.htm>

¹³⁰ Rudolph Muller, “Internet in Brazil booms.Mybroadband”, Internet, Disponível em: <http://mybroadband.co.za/news/internet/15031-internet-access-Brazil-booms.htm>

mil assinantes, ao passo que as últimas estimativas indicam perto de 2 milhões de assinantes¹³¹.

A par dos dados acima apresentados, vale a pena realçar que a língua portuguesa está presente em vários sites de instituições políticas e económicas internacionais, como os sites da União Europeia ou do Mercosul, só para citar dois exemplos, devendo ser dada continuidade aos esforços para que esta língua esteja presente noutras instituições onde ainda não é opção, pois, como diz Fernando Cristóvão: “Se a língua é o elemento aglutinador de pessoas, instituições, nações e regiões, e se não se preconiza a existência de uma só cultura e língua, pois são múltiplas as culturas e línguas até dentro de cada uma das várias nações lusófonas, há que reconhecer que o principal elo de ligação entre todos é a língua que lhes é mais comum, a portuguesa”.¹³²

Celso Cunha adiantava ainda, em opúsculo especial: “Essa república do português não tem uma capital demarcada. Não está em Lisboa nem em Coimbra; não está em Brasília nem no Rio de Janeiro. A capital da língua portuguesa está onde estiver o meridiano da cultura”¹³³. As nações lusófonas só têm a ganhar por pertencerem a esta “república” ou “império”, quer pelos diversos tipos de diálogo e iniciativa que estabelecem entre elas, quer por mais bem poderem resistir às invasões de outros grupos linguísticos com ambições hegemónicas, que agora são, sobretudo, de carácter comercial e cultural, mas poderão voltar a transformar-se em projetos de dominação territorial.

A resistência principal é ao inglês, mas numa era digital como a nossa o futuro joga-se sobretudo na Internet e, portanto, é também no espaço digital e no âmbito das novas tecnologias que se joga o futuro da Lusofonia.

3.5. A CPLP no sistema internacional

Numa altura em que a CPLP está prestes a fazer dezanove anos, importa fazer um balanço do cumprimento dos objetivos que justificaram a sua criação. Uma das maiores apostas da CPLP no sistema internacional é maximizar a cooperação multilateral entre os seus Estados-membros, através da implementação de projetos de ajuda ao desenvolvimento e de parcerias em áreas como a cultura, a justiça, a saúde ou a segurança e defesa.

No que concerne à concertação político-diplomática, a CPLP permitiu maximizar a projeção dos seus

¹³¹ “Internet Users in Europe, Internet World Stats, Internet, Disponível em: <http://www.internetworldstats.com/stats4htm>.

¹³² Cristóvão, Fernando (2008) “Da Lusitanidade à Lusofonia”, Edições Almedina Coimbra, p.35.

¹³³ —“Da Lusitanidade à Lusofonia”, (...) 2008, op. cit., p. 38.

Estados-membros nos areópagos internacionais. As bem-sucedidas candidaturas destes aos órgãos de organizações internacionais como a Organizações das Nações Unidas ou a União Africana e os esforços diplomáticos que redundaram na independência de Timor-Leste constituem inegáveis sucessos neste âmbito¹³⁴.

Para atingir esses objetivos, a CPLP tem de aparecer como um grande bloco. Torna-se, por isso, essencial uma cooperação a todos os níveis entre estes países. Outro dos grandes objetivos passa pela aposta no Instituto Internacional da Língua Portuguesa, enquanto base do desenvolvimento de um sistema educativo eficiente nos países de língua portuguesa. A CPLP¹³⁵ aparece-nos como o culminar de uma permanente e íntima relação com cerca de quinhentos anos, onde é partilhada uma história, laços de amizade e evidentemente a língua portuguesa.

Esta condição leva-nos a falar na necessidade de desenvolver uma cooperação multidisciplinar, associada à concertação político-diplomática em matéria de relações internacionais, assim como à oportunidade de desenvolvimento de programas sustentáveis de promoção e difusão da língua portuguesa. Estes objetivos da comunidade estão consagrados na Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, de 17 de Julho de 1996.¹³⁶

Como se pode facilmente observar, os propósitos e objetivos da CPLP eram bastante abrangentes, não se restringindo a questões culturais, o que torna o projeto ainda mais ambicioso e o seu sucesso ainda mais importante. Podemos, no entanto, indicar como sendo os principais objetivos da comunidade: a concertação político-diplomática entre seus Estados-membros, nomeadamente no reforço da sua presença no cenário internacional; a cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social; a materialização de projetos de promoção e difusão da língua portuguesa.

A estes objetivos estão diretamente ligados os princípios da CPLP, tais como: a igualdade soberana dos Estados-membros e a não ingerência nos assuntos internos dos Estados; o respeito pelas diferentes identidades nacionais e pelas suas integridades territoriais; a reciprocidade de tratamento; o primado da paz, da democracia, do Estado de direito, dos direitos humanos e da justiça social; a promoção do desenvolvimento e da cooperação. A CPLP é uma comunidade bastante recente, onde alguns dos membros ainda procuram alcançar a estabilidade interna nos seus Estados. Esse será, desde logo, um dos grandes

¹³⁴ ——— "Enciclopédia das Relações Internacionais" (.....) 2014, p.86.

¹³⁵ Moco, Marcolino, "A CPLP e os seus objetivos Estratégicos", in Fernando Santos Neves (ed.), A Globalização Social Contemporânea e o Espaço Lusófono: Mitideologias, Realidades e Potencialidades, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, 2000, pág. 305.

¹³⁶ CPLP, "Declaração Constitutiva" 1996. Disponível em: (http://www.cplp.org/documentos_declaracao.asp)

desafios da comunidade, contribuir para a estabilidade interna dos seus membros.

As relações entre os Estados modernos são de natureza extremamente complexa e variada o que, só por si, fornece já à diplomacia moderna um conteúdo mais rico e diversificado, exigindo ao agente diplomático uma maior preparação¹³⁷.

Para isso, será importante a ação dos Estados mais estáveis, como Portugal, o Brasil, Cabo Verde e mesmo Angola, cuja guerra civil terminou apenas em 2002, mas que apresenta já taxas de crescimento bastante interessantes para um país africano. Não obstante, essa estabilidade interna adivinha-se difícil, principalmente em Timor-Leste e na Guiné-Bissau. A concertação de posições comuns por parte dos Estados-membros, de forma a usufruírem de uma posição mais forte no cenário internacional, será muito importante, mas, mais uma vez, nem sempre será fácil, dados os interesses e as necessidades divergentes dos diversos Estados.

Apesar disto, devem-se salientar os esforços que os países da CPLP levaram a cabo por forma a pressionar a comunidade internacional para atuar em Timor-Leste, ou mesmo o desenvolvimento de uma posição comum de apoio à candidatura brasileira a um lugar de membro permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas¹³⁸. A atribuição de um lugar permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas ao Brasil seria muito importante para o mundo lusófono em geral, e para a CPLP em particular, podendo-lhes dar uma voz mais ativa no âmbito da segurança internacional¹³⁹.

Para a justificação dos problemas que ainda hoje esta comunidade enfrenta na sua operacionalização organizacional verificam-se aspetos importantes como podemos destacar a seguir: Em termos geográficos, existe a questão da CPLP não representar um espaço único; a cooperação entre Estados que não estão ligados territorialmente é, regra geral, mais difícil manter. Em segundo lugar, os países da CPLP apresentam características muito diferentes, desde a estabilidade interna ao desenvolvimento económico e social, passando pelo seu potencial e acabando nas suas necessidades essenciais, pelo que é difícil de conseguir desenvolver uma cooperação que se torne estável e globalmente inteligível. Um outro aspeto fundamental que a CPLP deverá levar em conta é a necessidade de que haja vontade política e sensibilidade dos Estados-membros para envolver a sociedade civil e estimulá-la a participar e contribuir de forma pró-ativa para o desenvolvimento da comunidade. Todos esses constrangimentos foram abordados no décimo aniversário da CPLP, em que se realizou um balanço não muito satisfatório da atividade da mesma. Considera-se, no

¹³⁷ Magalhães, Calvet, José. (2001), "Manual Diplomático -Direito Diplomático e Prática Diplomática" 4ª Edição, Editorial Bizâncio, Lisboa, p. 30.

¹³⁸ CPLP, "Declaração de Bissau", 2006 (em [http://www.cplp.org/docs/estrutura/CCEG/Declara%C3%A7%C3%A3o Bissau.pdf](http://www.cplp.org/docs/estrutura/CCEG/Declara%C3%A7%C3%A3o%20Bissau.pdf))

¹³⁹ Palmeira, José, (2005) " A segurança internacional também fala português", Perspetivas, Volume 1, 11, pág. 119.

entanto, que ainda é muito cedo para se chegar a grandes conclusões.

A par dos problemas identificados, a questão que se coloca aos nove Estados é: Que medidas deverá a CPLP tomar para dinamizar a organização no futuro? Como uma organização que está a afirmar-se no sistema internacional, para além dos problemas políticos internos que cada Estado enfrenta, como, por exemplo, os casos recentes da crise política e militar em Timor-Leste, em 2006, do derrube do governo democraticamente eleito da Guiné-Bissau, da instabilidade política interna de Moçambique e da atuação pouco democrática do governo de Angola. Estes episódios representam alguns dos desafios mais sérios que a organização enfrentou e enfrenta, sinais de que há ainda muito para fazer no futuro.

Neste contexto, Portugal e Brasil, considerados mais estáveis em termos políticos e económicos, devem assumir um papel mais pró-ativo na persecução dos objetivos comuns da CPLP. É evidente que não se pode negar o papel fundamental que a CPLP tem desempenhado junto das organizações internacionais, particularmente o papel que Portugal desempenhou em certas questões, tais como, a defesa e divulgação da questão da crise política e militar de Timor-Leste em 2006, junto da União Europeia e da comunidade internacional, ou a crise na Guiné-Bissau.

É óbvio que, sendo uma comunidade ainda relativamente nova, a CPLP tem pela frente muitos desafios e não consegue escapar às críticas, porém, na demanda da sua afirmação no sistema político internacional, urge que os Estados-membros deem as mãos e fortifiquem a união, por forma a projetar e dinamizar os seus objetivos comuns no seio da comunidade internacional. Dito isto, note-se que ainda existe algum desconforto por parte de alguns Estados-membros para com a CPLP (por exemplo, Angola e Brasil, que não participaram na Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo em Timor-Leste, realizada no dia 23 de Julho de 2014).

Outras críticas dirigem-se, ao invés, à sua forma, havendo quem defenda que o sucesso da CPLP tem de passar por um aprofundamento das questões económicas, ou, como defendem autores tais como Adriano Moreira ou Fernando Santos Neves, que “a CPLP deveria ser uma comunidade dos povos de língua portuguesa, salientando a importância da sociedade civil para o sucesso da organização”.¹⁴⁰

Apesar destas divergências na forma de encarar a CPLP e o seu futuro, é de salientar que a maioria dos Estados membros estão a procurar de forma ativa soluções para responder aos vários desafios que a comunidade enfrenta, o que pode implicar algum retrocesso no seu desenvolvimento como organização internacional.

¹⁴⁰ Neves, Fernando Santos, (2000) “ Para uma Crítica da Razão Lusófona: Onze teses sobre a CPLP” in Fernando Santos Neves ed.), A globalização Societal Contemporânea e o Espaço Lusófono: Mitideologias, Realidades e Potencialidades, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, pág. 9.

Independentemente das questões acima colocadas, a verdade é que a CPLP tem grande preponderância, proveniente de diversos fatores. Desde logo, assenta num idioma comum que serve de fator unificador entre os Estados-membros e que criou laços de amizade entre eles. Para além da língua, que atinge enormes dimensões em termos globais, a CPLP representa uma realidade significativa em vários outros termos, começando, desde logo, pela sua configuração.

É fundamental que os Estados membros se unam e encarem o projeto da organização numa forma otimista. A CPLP é hoje encarada como uma comunidade que se está a afirmar na cena internacional, quer no contexto da língua e cultura, quer na sua projeção económica. Os dois indicadores apontam para uma confirmação desta realidade, pois hoje há já muitas solicitações por diversos Estados que demonstram interesse em aderir à comunidade.

A criação da CPLP aparece-nos, portanto, como uma aposta estratégica de elevado valor que deverá ser defendida pelos seus membros. No entanto, graves dificuldades apresentam-se a alguns desses membros, casos de instabilidade interna, pobreza, falta de condições socioeconómicas, falta de condições de vida, entre outros aspetos, como já foi acima referido. Estes factos marcam a CPLP como uma comunidade profundamente heterogénea, pelo que o interesse e a contribuição dos diversos Estados-membros para com a organização varia bastante.

Apesar de tudo, os objetivos da comunidade são bastante abrangentes, desde a promoção da língua portuguesa, passando por uma cooperação transversal entre os Estados e acabando no desenvolvimento de uma prática diplomática convergente na comunidade internacional. Para este facto contribui, igualmente, a orgânica da CPLP, bastante ambiciosa, com a criação de uma Assembleia Parlamentar, que em muito contribuirá para o sucesso da comunidade. Não obstante, a CPLP não escapa às críticas, e está longe de ser uma aliança com o apoio unânime dos cidadãos dos Estados-membros, mas também ninguém esperava que assim fosse.

A sociedade civil pode desempenhar, no entanto, um papel vital na evolução da aliança, havendo até quem defenda que a CPLP deva ser uma comunidade dos povos. A contribuição dos Estados continuará, todavia, a ser essencial para a sua sobrevivência, pois estes têm meios privilegiados para a promoção da comunidade. Indiferente a tudo isto está o facto de que o sucesso da CPLP está ligado ao que esta pode oferecer aos seus Estados-membros; mas o interesse particular dos Estados tem de ir ao encontro da existência da comunidade. No entanto, se os Estados não tirarem benefícios da organização, estes não demonstrarão vontade em sustentar a CPLP, podendo-se concluir, sem receios de parecer simplista, que o

real sucesso da comunidade passa pela vontade – a vontade política dos Estados e a vontade de agir da sociedade civil.

3.6. Programa Indicativo de cooperação

Consciente das suas limitações estruturais, Timor-Leste pode obter vantagens da sua ligação com Portugal, Brasil e com os PALOP através da CPLP. Apostar no reforço da capacidade competitiva dos produtos timorenses e, simultaneamente, numa política solidamente delineada de promoção da imagem de Timor-Leste no exterior é, mais do que nunca, vital para a viabilidade económica e para o futuro do país.

Trata-se, sobretudo, de uma “estratégia do governo”¹⁴¹, de um modo de fazer política e negócios com o exterior e, rapidamente, reorientar e revitalizar os investimentos, petróleo e gás, comércio, agricultura e turismo de Timor-Leste, bem como a Câmara do Comércio e da Indústria timorense, instrumentos privilegiados para a aplicação planificada das novas estratégias. Exige-se, única e simplesmente, que governantes e empresários despertem e acreditem nas capacidades dos timorenses, na produção com qualidade e no investimento mais esclarecido e dinâmico em novos mercados.

Obviamente, Timor-Leste, como nação jovem, depara-se com enormes dificuldades em termos de formação de recursos humanos, designadamente nas áreas técnico-administrativos, mas sem pôr de lado o empreendedorismo e o seu tecido económico e comercial.

Contudo, o Estado está otimista, e nesta perspetiva irá contar sempre com o apoio da CPLP, particularmente de Portugal e Brasil, considerados os mais evoluídos em termos de capacidade organizativa e no apoio à defesa dos interesses de Timor-Leste, e, dentre os dois, particularmente de Portugal, pois como refere Pedro Parreira: “O relacionamento com Portugal assume contornos diferentes. Desde logo, tal facto compreende-se pela enorme importância que a cooperação portuguesa tem dado à (re) construção do Estado de Timor e à consolidação da sua identidade”¹⁴².

As relações entre Timor-Leste e Portugal¹⁴³ baseiam-se em afinidades históricas e culturais. É de salientar que os dois países têm, desde há longos anos, relações estruturantes de cooperação, as quais devem evoluir para um modelo consentâneo com o nível de relacionamento alcançado, de uma verdadeira aliança estratégica, com reflexos nos campos económico e político.

¹⁴¹ Gabinete da Presidência do Conselho de Ministros, “Programa do IV Governo Constitucional (2007-2012). Disponível em : www.gov.tl.

¹⁴² Parreira, Pedro Nuno Conceição, (2003), “A economia de Timor-Leste: transição e integração regional e mundial”, Gepe, gabinete de estudos e prospetivos económicos, Ministério da Economia, p. 146.

¹⁴³ Instituto Camões, “Programa Estratégico de Cooperação Portugal-Timor-Leste, 2014-2017”, Disponível online em: www.instituto-camoes.pt.

As prioridades estabelecidas pelo governo de Timor-Leste através do PED e dos planos setoriais nacionais, bem como os vetores e modalidades de contribuição dos parceiros, guiam a definição dos seguintes eixos de cooperação entre Timor-Leste e Portugal.

- Eixo 1. Quadro Institucional-Governança, Estado de Direito e Direitos Humanos: É uma das áreas em que a cooperação assenta na promoção de uma governação efetiva e eficaz, através do fortalecimento da gestão do setor público, dos setores judiciais e dos setores de segurança e defesa, assim como de uma participação ativa em fóruns internacionais;
- Eixo 2. Capital Social-Desenvolvimento humano e bens públicos globais: A promoção de oportunidades para todos os cidadãos timorenses, através do acesso ao sistema de educação e a serviços de saúde de qualidade, bem como ao reforço dos sistemas de proteção social e à promoção de políticas de inclusão social;
- Eixo 3. Desenvolvimento económico-Promoção do crescimento económico sustentável: Através do desenvolvimento de serviços turísticos, da melhoria de oportunidades no setor agrícola e das condições de vidas rurais, incluindo o apoio ao setor privado e a melhoria das condições ambientais, através do uso sustentável dos recursos naturais e da utilização de tecnologias renováveis;
- Eixo 4. Desenvolvimento de infraestruturas: Este é um dos setores considerado indispensável para uma economia produtiva, nomeadamente no desenvolvimento de redes rodoviárias, sistemas de água e saneamento, eletricidade, portos, aeroportos e telecomunicações. Portugal fornecerá uma estimativa dos compromissos a médio prazo, a qual será revista anualmente, no âmbito do programa financeiro indicativo para 2014-2017, no valor de 42 milhões de euros.

Relativamente ao Brasil¹⁴⁴, a cooperação bilateral foi reforçada em diversas áreas na sequência da visita oficial do ex-primeiro-ministro Xanana Gusmão a Brasília em Março de 2011. A Presidenta Dilma Rousseff manifestou a sua grande satisfação em receber Xanana Gusmão, recordando que Timor-Leste e o Brasil compartilham uma herança histórica cuja especificidade maior reside na língua portuguesa, como idioma oficial de ambos os países.

¹⁴⁴ República Democrática de Timor-Leste: Atos assinados por ocasião da visita do Ex-primeiro ministro da RDTL, Xanana Gusmão ao Brasil, 2 a 5 de Março de 2011. Disponível online em: www.hamaraty.gov.br./index.php?option=com.

Dentre as novas áreas de cooperação, os dois mandatários coincidiram na importância de projetos tais como:

- A inclusão social e o apoio ao empreendedorismo;
- Capacitação da pesca e agricultura;
- Projetos de infraestrutura, fortalecendo ainda mais a base institucional das relações;
- A intensificação do intercâmbio bilateral na área militar e de defesa, que é considerada elemento integrante das relações entre os dois países;
- Reiteração da importância atribuída à cooperação no campo da justiça, como forma de consolidar as instituições de Estado de Timor-Leste, e a continuação de iniciativas na área de educação, com um novo envio de professores brasileiros para Timor-Leste.

Para além do acima referidos, durante a visita foram assinados os seguintes atos:

- Ajuste Complementar para implantação do Programa de Fortalecimento do Setor da Justiça de Timor-Leste;
- Ajuste Complementar para implementação do Projeto "Casa Brasil – Timor-Leste";
- Apoio à Inclusão Social de Jovens;
- Ajuste Complementar para implementação do Projeto “Capacitação Técnica da Polícia Nacional de Timor-Leste”;
- Ajuste Complementar para Implementação do Programa de Qualificação e Formação de Docentes e Ensino de Língua Portuguesa;

Timor-Leste, desde que se tornou membro de pleno direito da CPLP, em 2002, tem vindo a encarar esta organização como uma oportunidade para se afirmar internacionalmente, estreitando laços de amizade e de cooperação com os outros Estados-membros no desenvolvimento da língua e da cultura, mas também, e sobretudo, no domínio da diplomacia económica.

A CPLP nasceu de uma identidade cultural partilhada com o objetivo de criar um espaço de procura

de soluções para o desenvolvimento coletivo de cada um dos seus Estados-membros. Nestas quase duas décadas de história, desde 1996 até ao presente, a CPLP centrou-se sobretudo em três componentes fundamentais: a solidariedade diplomática, a cooperação técnica e o desenvolvimento da língua portuguesa, que lhe está na génese.

Porém, Timor-Leste, ao assumir a Presidência da CPLP no Biénio de 2014 a 2015,¹⁴⁵ e ao refletir sobre que CPLP deseja para o futuro, reconhecendo o seu imenso potencial, considera que a organização podia e devia ir mais além, até porque se trata de uma comunidade de países que reúne mais de 230 milhões de habitantes, recursos naturais incomparáveis e uma posição geoestratégica acumulada que dá acesso aos grandes polos de crescimento económico atualmente em expansão no mundo.

Foi neste sentido que o governo de Timor-Leste apresentou na Cimeira de Dili o programa de ação da sua presidência, o qual reflete, num dos seus eixos prioritários, esta intenção de ir mais além. Durante a sua presidência, Timor-Leste procurará estimular o desenvolvimento de projetos empresariais entre Estados-membros que reforcem os setores privados nacionais, e que, aproveitando a transferência de tecnologia e de conhecimento que a comunidade possibilita, promover novas parcerias estratégicas, capitalizando a sua integração em diferentes regiões-chave no sistema económico globalizado.

3.6.1. Promoção e Difusão da Língua Portuguesa

“A língua tem um enorme valor estratégico, quer pela sua história, quer pela sua origem contribuindo decisivamente para a aproximação entre pessoas e representado uma realidade multicultural que é bastante importante e enriquecedora”¹⁴⁶

Neste contexto, a língua é uma tão essencial expressão da identidade de um povo, um tão indispensável instrumento de afirmação no mundo, que se não deve estranhar que as discussões não sejam apenas técnicas, mas que possam também ser sentidas como um bem precioso, como um direito de pertença, para todas as pessoas que a utilizam. É um valor essencial que a cidadania não pode deixar de acompanhar, recetora de criatividades que surpreendem, que exige cuidados, mas sem perder a qualidade de ser a pátria que é a nossa.

A educação é considerada um dos setores fundamentais para o desenvolvimento de um país. No contexto de Timor-Leste, como um país novo, tem pela frente grandes desafios. É preciso encará-los com a

¹⁴⁵ Cimeira Dili, “X Conferência dos Chefes de Estado e de Governos da CPLP”, Julho de 2014. Disponível online em: www.timor-leste.gov.tl.

¹⁴⁶ Redondo, João da Costa, (2008), “A importância de alianças assentes nas similitudes linguísticas: o caso da CPLP”, p.2.

maior atenção e responsabilidade.

Neste quadro, o grande desafio colocado é a continuação da aposta no crescimento do nível educacional durante as próximas décadas, com total prioridade para a promoção da universalidade do ensino básico. Outro dos fatores que condicionam o desenvolvimento da língua portuguesa em Timor-Leste, a curto e médio prazo, será o reflexo da política do país no passado. Com a ocupação da Indonésia durante 24 anos, os jovens com a idade escolar não tinham conhecimentos de língua portuguesa, uma vez que esta foi proibida.

Sabendo que o desenvolvimento e a sobrevivência da língua portuguesa no futuro não estará apenas dependente da criação de infraestruturas e de outras condições ligadas à educação, tendo, por outro lado, muito a ver com a participação, a dedicação e a vontade dos jovens timorenses em se envolverem no processo, pois a realidade demonstra que a maioria desses jovens estão frustrados com o processo de transição, estando muitos mais à vontade com o bahasa e o inglês do que com a língua portuguesa.

O governo está consciente com esta situação e deve focar na implementação de um modelo sustentável e inclusivo de desenvolvimento, ao mesmo tempo que está a consolidar as instituições e a promover a participação das novas gerações. É de afirmar que o país tem nas suas mãos a responsabilidade plena da construção do futuro do seu Estado. E é com expectativa e otimismo que se encara esse mesmo futuro.

No setor educativo,¹⁴⁷ o desafio com que se depararam os primeiros governos foi o da reconstrução de todo um sistema educativo, que não só alimentasse e contribuísse para o desenvolvimento económico, mas também fosse relevante para a construção da identidade nacional. Apesar do inegável crescimento do país e do setor educativo ao longo destes primeiros 12 anos, deve reconhecer-se as diversas dificuldades e desafios que o sistema ainda enfrenta.

O investimento na educação deve ser transversal a todos os níveis de ensino e a todos os setores sociais, incluindo uma atenção específica aos grupos mais frágeis e socialmente marginalizados, para que nenhuma criança seja esquecida. A meta que serve de guião é a da educação de qualidade. Quando fala de educação de qualidade, fala-se de muito mais do que ler, escrever ou memorizar factos. Fala-se na capacidade de ler o mundo, na capacidade de aprendizagem contínua para o conhecimento e para a mudança.

¹⁴⁷ Gov. (2008). Lei n.º14/2008 de 29 de Outubro – Lei de Bases da Educação. Disponível online em: <http://www.jornal.gov.tl/?mod=artigo&id=1453> (consultado a 23 de Janeiro de 2015).

Hoje em dia, exige-se que, aliado ao conhecimento técnico e científico, os estudantes possuam elevadas competências comportamentais, espírito de empreendedorismo, raciocínio analítico e espírito crítico. No mundo atual é o conhecimento que impulsiona o crescimento e o desenvolvimento económico. Desta forma, a educação e o investimento transversal a todas as fases do sistema educativo são aspetos centrais da política do V Governo Constitucional.¹⁴⁸

É evidente que só o conhecimento produzirá progresso. Nas palavras do Ex-Ministro da Educação de Timor-Leste, Bendito Freitas afirmou, “Os países da CPLP considerados mais desenvolvidos provam isso, uma vez que construíram o seu caminho investindo em educação, ciência e tecnologia, inovando e aplicando o progresso tecnológico e os avanços científicos aos diferentes setores estratégicos nacionais”¹⁴⁹.

Relativamente com a difusão e promoção da língua portuguesa em Timor-Leste o governo através do Ministério da Educação tem muito a fazer no que diz respeito à melhoria da qualidade e adequação do ensino ministrado. Desde logo:

- É necessário desenvolver persistentemente ações pedagógicas, sobretudo nos meios rurais, onde se veicule que a aprendizagem tem que ser ministrada em sede própria e por pessoas devidamente formadas e habilitadas. Ao mesmo tempo, como forma de motivar a frequência escolar, será também muito importante envolver as comunidades locais nas atividades escolares;
- Incremento do número de professores, especialmente no ensino básico, em que o rácio em termos médios deve ser proporcional, ao contrário do que atualmente acontece em Timor-Leste, em que o rácio professor/aluno é de 1 para 62¹⁵⁰, e as condições mínimas de aprendizagem, tais como salas de aula, mesas, cadeiras, manuais, etc., devem ser vistas como prioritárias;
- Na harmonização dos currículos escolares – uma vez que persiste, como legado indonésio, um enorme desfasamento entre o ensino e a realidade timorenses, e um elevado grau de matérias repetidas –, enfatizando-se matérias como as ciências, a matemática e as línguas;
- O desenvolvimento da língua portuguesa em Timor-Leste deve assumir um papel importante a par do tétum, devendo ser implementada em todas as camadas da sociedade timorense, a partir da escola formal, informal, e das instituições do estado: aos funcionários públicos, às forças armadas, à polícia

¹⁴⁸ Timor-Leste: Plano Estratégico do Desenvolvimento Nacional (2011-2030, p.18).

¹⁴⁹ Freitas, Bendito, “Intervenção do ministro da Educação de Timor-Leste na Conferência de “Promoção e Difusão da Língua Portuguesa” Universidade de Aveiro 11/4/2014. Disponível em: www.ua.pt/conferenciapdlp/ReadObject.aspx?obj=33507.

¹⁵⁰ UNDP, “O processo da educação em Timor-Leste”, 2002.

e à liderança comunitária, pois estes são considerados grandes mentores para a própria difusão e promoção da língua portuguesa a curto, médio e longo prazo;

- O Ministério da tutela deve desenvolver uma parceria com a TVTL, única televisão pública do país, de modo a inserir um programa exclusivo de difusão e promoção da língua portuguesa em Timor-Leste, pois é único meio de expandir o conhecimento até às zonas mais isoladas do país;
- Outra das ações concretas no âmbito da difusão e promoção da língua portuguesa é o Ministério da Educação de Timor-Leste desenvolver uma parceria estratégica com as universidades lusófonas, de modo a realizar programas de intercâmbio entre estudantes timorenses e estudantes lusófonos no espaço da CPLP;
- Envolver os estudantes mais jovens de Timor-Leste, particularmente os estudantes universitários, nos eventos da juventude da CPLP, tais como, por exemplo, intercâmbio cultural e desportivo;
- Enviar mais jovens estudantes timorenses com boas prestações no ensino para estudar nas universidades portuguesas e brasileiras;
- Estabelecer um memorando de entendimento com universidades portuguesas e brasileiras no âmbito do envio de professores para desenvolver o processo de ensino da língua portuguesa na Universidade Nacional de Timor-Leste, pois esta é uma das áreas consideradas vitais para o desenvolvimento e capacitação dos recursos humanos no futuro.

Por outro lado, é de louvar o contributo de Portugal na reestruturação curricular do Ensino Secundário Geral de Timor-Leste, através de uma parceria envolvendo o Instituto Camões, a Fundação Calouste Gulbenkian e a Universidade de Aveiro. Este permitiu desenvolverem-se programas, manuais e os guias do professor para os três anos do Ensino Secundário Geral. Timor-Leste dispõe hoje de um currículo para o Ensino Secundário Geral, apoiado por recursos didáticos para alunos e professores, concebido segundo rigorosos padrões internacionais.

Destaca-se ainda, no âmbito da cooperação portuguesa, a importância do atual Projeto de Formação Inicial e Contínua de Professores, a decorrer em Timor-Leste desde 2012, e que conta atualmente com mais de 100 professores portugueses espalhados por todos os distritos, formando e capacitando diariamente um

universo total de mais de 10 mil docentes, incluindo nos esforços de implementação dos novos currículos do 3º ciclo do Ensino Básico e do Ensino Secundário Geral.

3.6.2. Quadro de Cooperação Técnico Militar CPLP com Timor-Leste

“No desenvolvimento de uma F-FDTL (Falintil-Força de Defesa de Timor-Leste), forte e profissional, seremos guiados pelos objetivos da Constituição de Timor-Leste de adoção de uma estratégia de defesa, que se baseia na diplomacia e na discussão como formas de prevenir e resolver conflitos. Esta estratégia inclui alianças com nossos países vizinhos e amigos, contribuindo para discussões de defesa regional e global, participar em fóruns e integrar forças internacionais de manutenção da paz”¹⁵¹.

Em relação à questão da defesa de Timor-Leste, logo depois da restauração da independência, em 20 de Maio de 2002, e com a formalização do seu estatuto como membro de pleno direito da CPLP, uma das prioridades do programa do governo foi procurar desenvolver a área da defesa, particularmente as forças armadas de Timor-Leste, tradicionalmente frágeis, e transformá-las numa força moderna e convencional.

Neste contexto, o governo procura intensificar e fortificar a cooperação bilateral com a CPLP, designadamente com Portugal e Brasil, no âmbito de dar apoio e assistência técnica na formação dos elementos das F-FDTL, em áreas vitais como são:

- Capacitação dos recursos humanos, a partir dos soldados até aos oficiais do exército, na área militar em matérias ligadas à defesa da soberania do Estado;
- Capacitação institucional, nomeadamente na questão da liderança e chefia;
- Formação contínua em diversas áreas ligadas às componentes de cada companhia, como a terrestre, naval e força aérea;
- Capacitação das forças armadas para o envolvimento nas missões de manutenção da paz sob a égide das Nações Unidas.

No âmbito da CPLP, na cooperação bilateral que Timor-Leste tem desenvolvido desde a sua

¹⁵¹ Gov. (2001), “Plano Estratégico de Desenvolvimento, 2011-2030”, Capítulo 5, p. 200. Disponível online em: <http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2012/02/Plano-Estrategico-de-desenvolvimento>.

independência, destaca-se particularmente o papel de Portugal, pois é com Portugal que hoje os resultados da cooperação começam a dar frutos, resultantes de um trabalho de 12 anos nesta área, que é considerada crucial para defender a soberania do Estado.

A História mostra-nos que países que se tornaram independentes saídos dum conflito nunca apresentaram sinais de segurança e de paz ao nível da política interna. O desenvolvimento económico de um país no mundo atual requer estabilidade e segurança para poder atrair investimento estrangeiro.

Nesta perspetiva, o governo está consciente de que o maior desafio com que Timor-Leste atualmente se depara é a escassez de recursos humanos. Destacam-se três fatores que se podem transformar em condicionalismos para uma futura força mais moderna e profissional capaz de garantir a defesa dos interesses nacionais:

- Qualquer que seja o governo no futuro, o desafio com que Timor-Leste se depara é o de transformar uma força de guerrilha em uma força convencional. É nesta linha de pensamento que se pretende desenvolver uma cooperação intensa com os Estados- membros da CPLP, particularmente com Portugal, para que seja prestado apoio às forças armadas timorenses em todos os domínios;
- O segundo fator é uma combinação dos recursos internos e externos que garanta o financiamento apropriado de todas as forças de defesa, não só para assegurar o treino, para o qual Portugal têm sido o maior contribuinte, fornecendo recursos financeiros e cooperação técnica, mas também para o desenvolvimento de infraestruturas e equipamento que garantam a operacionalidade e a capacidade de resposta. A falta de recursos pode diminuir a capacidade operacional das FDTL e a sua imagem enquanto força credível, aumentando assim – em vez de diminuir – a vulnerabilidade de Timor-Leste perante ameaças externas;
- O terceiro fator trata da questão da subordinação militar ao poder civil. Este é um dos temas mais importantes para os quais o governo tenciona delinear estratégias políticas corretas, para não cair em manobras partidárias (exemplo disso é o caso da crise política e militar em 2006).

Desde 2007, após a crise, o governo de Timor-Leste implementou um programa de desmobilização dos veteranos, criando condições dignas para que estes se pudessem reintegrar na vida civil. Esta foi uma

estratégia de sucesso e hoje o país encontra-se numa situação política de paz e estabilidade. Tudo o que está a acontecer em Timor-Leste é fruto da capacidade do governo em controlar de forma efetiva as forças de defesa. Isto é importante não só para reforçar a estabilidade doméstica, ao evitar que os militares se envolvam na política, mas também para prevenir que atos incontrolados provoquem tensões externas.

A cooperação bilateral no quadro técnico-militar entre Timor-Leste e Portugal¹⁵², o governo português compromete em continuar a apoiar o desenvolvimento do setor da Defesa de Timor-Leste. O compromisso do governo português mantém-se firme desde 2002, e tem vindo a ser reforçado através de um acordo de cooperação assinado no dia 25 de Novembro de 2014 pelo ex-primeiro-ministro timorense e pelo ministro da Defesa de Portugal, José Pedro Aguiar-Branco.

A cerimónia de assinatura realizou-se no Palácio de Governo e foi testemunhada por membros da delegação de Portugal e membros do governo de Timor-Leste. O primeiro-ministro e o ministro da Defesa e Segurança timorense, e o ministro português da Defesa, numa reunião bilateral ampliada, abordaram questões como os desafios e as ameaças à segurança e à manutenção da estabilidade e paz, a segurança na CPLP e a identidade da defesa e da cooperação técnico-militar entre a F-FDTL e as Forças Armadas Portuguesas.

Ambos os governos consideraram que a cooperação na área da defesa é particularmente importante para enfrentar as ameaças que a comunidade global enfrenta, e afirmaram o compromisso de trabalhar em conjunto com os outros países da CPLP para a consolidação de umas forças de defesa modernas e profissionais, capazes de responder a qualquer ajuda ou intervenção humanitária, operações de manutenção da paz ou até mesmo ajudar em caso de catástrofes naturais.

As áreas de cooperação que foram acordadas na assinatura do memorando de entendimento entre as duas partes incluíram:

- A construção e operação do Centro de Língua Portuguesa, para a educação e formação de componentes das F-FDTL no quartel-general em Metinaro, pois a consolidação da língua portuguesa no seio das forças armadas trará benefícios para o relacionamento entre os dois países e com os restantes Estados-membros da CPLP. Este acordo traduz-se na reafirmação dos compromissos dos governos de Timor-Leste e de Portugal nas áreas da cooperação e consolidação da língua portuguesa;

¹⁵² Portal Timor Digital (26-11-2014). Disponível em: www.timordigital.com, Acesso em 30-01-2015.

- Protocolo de cooperação com o Instituto de Defesa Nacional¹⁵³ na área de formação para os oficiais das F-FDTL em Portugal, nas componentes terrestres, naval e aérea. Esta formação tem equivalência a curso de mestrado.

Nesta ocasião, o ministro da Defesa de Portugal, Aguiar-Branco, disse que o seu governo está satisfeito por manter o apoio à instituição das forças de defesa de Timor-Leste. O acordo permite que Lisboa apoie a criação de um centro de formação de língua portuguesa para habilitar oficiais da defesa timorense. “Portugal vai prosseguir os seus apoios ao setor da defesa com o sentimento de cooperação histórico,”¹⁵⁴ disse Aguiar-Branco, acrescentando que Portugal e Timor-Leste são «bons amigos» e que os dois países são irmãos.

Do lado timorense, Xanana Gusmão disse que aprecia o compromisso de Portugal em continuar o seu apoio aos jovens das F-FDTL: “Eu gostaria de dizer que no setor da defesa contamos com Portugal como um bom amigo e irmão, que tem ajudado Timor-Leste há doze anos”¹⁵⁵. Também o Comandante das F-FDTL, o Major General Lere Anan Timur, disse estar satisfeito com a continuação e vontade do Governo português em ajudar a instituição que lidera¹⁵⁶.

Outra área de cooperação técnico-militar com a CPLP, no âmbito de desenvolver a capacidade técnica e profissional das Forças Armadas de Timor-Leste, no domínio na área militar e na salvaguarda dos interesses nacionais e internacionais, foi o envolvimento de um contingente de 21 militares do Exército e da Marinha no exercício FELINO. Esta foi uma das primeiras atividades em que as forças de defesa de Timor-Leste participaram fora do seu território.

Os exercícios militares Felino realizam-se com tropas no terreno ou ao nível de postos de Comando e visam “a interoperabilidade das forças armadas lusófonas, habilitando-as se for essa vontade política dos países da CPLP- a participarem em ações humanitárias e de manutenção de paz, sob a égide das Nações Unidas.”¹⁵⁷

O local escolhido para os exercícios foi nas imediações da Base de São Jacinto, em Aveiro, Portugal. O embaixador de Timor-Leste em Lisboa esteve presente na cerimónia inaugural dos exercícios militares em que Timor-Leste tomou parte, testemunhando assim de perto a participação das Falintil - Forças de Defesa de Timor-Leste.

¹⁵³ Protocolo de Cooperação IDN-Timor-Leste, Disponível online em: www.diarioaveiro.pt/noticias/isla-assina-protocolo-com-o-idn-de-timor.

¹⁵⁴ Branco, Aguiar, “Discurso do ministro da defesa na assinatura do Memorando de Entendimento”, 2014. Disponível online em: Disponível em: www.timordigital.com, Acesso em 30-01-2015.

¹⁵⁵ _____ “Discurso Xanana-Gusmão”, (.....), 2014.

¹⁵⁶ _____, “Discurso Lere Anan Timur”, (.....), 2014.

¹⁵⁷ Declaração da V Reunião dos Ministros da Defesa da CPLP, Lisboa, 2002, <http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=387>.

O exercício foi inspecionado pelo Presidente da República Portuguesa, e Comandante Supremo das Forças Armadas, que realizou uma visita ao aprontamento das forças militares dos três ramos, representantes dos vários Estados-membros da CPLP. A presença do Presidente da República teve o intuito de ver de perto a capacidade de atuação militar da componente de defesa da CPLP.

O cenário do exercício foi fictício e apresentou uma situação de crise humanitária com implicações de segurança. Para além deste exercício, houve também atividades de formação de quadros.¹⁵⁸

A participação das Forças Armadas de Timor-Leste neste exercício poderá contribuir para elevar a capacidade profissional dos próprios oficiais, na medida em que o país está a apostar num exército que seja profissional e credível com intuito de assegurar os interesses da nação.

3.7. A concertação Político-diplomático entre Timor-Leste e à CPLP

“Fazer o levantamento de todas as formas e meios para viabilizar e garantir o «futuro da cooperação luso-timorense» e, enfim, de qualquer iniciativa que vise participar na construção de uma nova Nação para o novo milénio e para sempre, não deixará de deparar com dificuldades e obstáculos: é uma aventura que implica riscos, mas vale a pena todo o risco quando a esperança é grande e bela a recompensa: a independência de uma nação irmã: Timor Lorosae”¹⁵⁹.

Com este marco histórico, continua-se hoje a desenvolver uma ação estratégica de projeção internacional no plano da concertação político-diplomática, consolidando-a através da cooperação com organizações internacionais e regionais em matérias de interesse comum, algo que é crucial para o reforço da CPLP.

Na perspetiva de Timor-Leste, como país novo com falta de experiência governativa, é crucial estreitar a cooperação com os Estados-membros da CPLP, com o objetivo principal que a organização possa prestar uma melhor assistência no âmbito do acompanhamento regular da situação interna, ajudando a identificar e minorar os problemas e procurando soluções para prevenir conflitos, designadamente através do reforço do diálogo entre as autoridades nacionais e da consolidação das instituições.

Destaque-se o estabelecimento da Representação Permanente da CPLP em Dili, projeto deliberado

¹⁵⁸ <http://www.presidencia.pt/comandantesupremo/?dc=354>.

¹⁵⁹ Garcia, Leandro, (2001) "Povos e Culturas: Timor Hoje", Revista-Faculdade de Ciências Humanas-Universidade Católica Portuguesa, p. 38. Disponível online em: www.fch.lisboa.ucp.pt/resources/.../Povos%20E%20CULTURAS_7.pdf.

pela sétima CCEG-CPLP¹⁶⁰, com o objetivo primordial de promover a concertação político-diplomática a nível nacional e regional, e iniciativas que contribuam para a consolidação do Estado de Direito e respeito pelos Direitos Humanos, no quadro dos princípios consagrados pela organização.

Desta forma, a CPLP reforçará, também, a sua presença no país e na região, consubstanciando a cooperação com Timor-Leste. Atendendo à importância que as diásporas representam para o desenvolvimento do país, os Chefes de Estado e de Governo da CPLP frisaram a necessidade de dar continuidade à concertação diplomática para, em conjunto, desenvolver programas que permitam aproximar as comunidades emigradas dos Estados-membros, nelas incluindo a diáspora timorense, tendo em consideração que a língua portuguesa é um fator de união das comunidades emigradas originárias dos diferentes Estados-membros da CPLP.

Timor-Leste, apesar de ser um país novo e com grandes fragilidades, envolveu-se recentemente numa ação concreta que visa ajudar a Guiné-Bissau a retomar a ordem Constitucional,¹⁶¹ comprometido que está com os laços de solidariedade que unem os países da CPLP e guiado pela vontade de compreender a difícil e complexa realidade que se vivia há décadas na Guiné-Bissau, que fora agravada pelo golpe de Estado de Abril de 2012.

À luz deste cenário, o governo da Guiné-Bissau, numa visita oficial a Timor-Leste, em Setembro de 2013, e em face das dificuldades de implementação do processo eleitoral naquele país e da reconhecida experiência de Timor-Leste no domínio eleitoral, formulou oficialmente um pedido de apoio ao governo timorense para a preparação das eleições gerais na Guiné-Bissau. O governo timorense decidiu apoiar financeiramente o governo guineense com uma verba de seis milhões de dólares¹⁶², destinados a apoiar as atividades de recenseamento eleitoral, no âmbito do estabelecimento de uma Missão de Apoio ao Processo Eleitoral da Guiné-Bissau.

Timor-Leste é uma jovem democracia, que conta com pouco mais de doze anos de existência enquanto República soberana. No entanto, é também um Estado consciente das responsabilidades internacionais que sobre si recaem, especialmente no quadro da lusofonia e particularmente no apoio que deve prestar a todos quantos fraternalmente lhe prestaram apoio durante a sua luta de libertação nacional.

A ajuda bilateral à Guiné-Bissau foi considerada como um processo histórico para Timor-Leste, pois conseguiu realizar as duas eleições, as presidenciais e as legislativas, com sucesso, e, por fim, o povo

¹⁶⁰ CPLP "Conferência dos Chefes de Estado e de Governo", 2010. Disponível em: http://www.cplp.org/estrutura_org_conferencia_VII.asp.

¹⁶¹ Governo, "O apoio de Timor-Leste à República da Guiné-Bissau no Retorno à Ordem Constitucional", Outubro de 2013 a Junho de 2014. P.5

¹⁶² — "Concessão do governo da RDTL ao governo de Transição da Guiné-Bissau), (.....), 2013. P. 154.

guineense retomou a sua democracia. Desta forma, no contexto político-diplomático, Timor-Leste, em nome da CPLP, contribuiu também para a normalidade na Guiné-Bissau, um Estado-membro da CPLP.

3.8. Empreendedorismo

“Queremos promover desde o primeiro momento ciclos de conferências que desenvolvam temas sobre empreendedorismo, comércio, investimento, indústria, turismo, especialmente ecoturismo e turismo comunitário, e dar ênfase à cooperação económica no sector dos hidrocarbonetos”.¹⁶³

Em pleno século XXI, todos os Estados-membros da CPLP estão convictos que o desenvolvimento económico ocupa um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento de cada país. É óbvio que todos deverão estar unidos de forma a definir estratégias políticas e económicas comuns que visam oferecer benefícios para a Comunidade.

No espaço geopolítico da CPLP, em termos de reservas de recursos energéticos, ocupam cada vez mais um lugar em destaque. Começamos pelo Brasil e Angola que estão inseridos nos 20 maiores produtores de petróleo no mundo. Em relação a Moçambique, as descobertas de gás natural que tem vindo a demonstrar recentemente, pode-se tornar uma potência mundial quer em termos de produção e quer em termos de exportação a curto e médio prazo. De igual modo São Tomé e Príncipe também tem potencial na sua zona marítima conjunta com a Nigéria, que poderá tornar um dos grandes exportadores de recursos minerais. Por último estão Timor-Leste e a Guiné Equatorial que detêm as riquezas em petróleo e gás natural.

É evidente que os países da CPLP tem os recursos a sua disposição, contudo, cabe neste momento a organização definir as áreas de cooperação. No contexto de Timor-Leste está disponível e empenhado em iniciar a consolidar uma nova vertente de cooperação económica, reunir consensos dos Estados-membros neste objetivo, com intuito de erradicar a pobreza na agenda comum, reforçando assim o pilar de cooperação, particularmente no setor do empreendedorismo.

Este é um desafio sério, considerando as características heterogéneas e as próprias realidades económicas, sociais e políticas de cada um dos Estados, mas os ganhos poderão ser vantajosos quer em termos de expansão de mercados quer de fluxos de investimento e, sobretudo, em termos de transferência de conhecimentos e experiências que visam oferecer um novo impulso ao desenvolvimento económico comum. O objetivo da CPLP é dinamizar em conjunto as economias de modo a obter benefícios mútuos e melhorar a

¹⁶³ Gusmão Xanana, "Discurso do 1º ministro timorense por ocasião da Conferência Científica internacional sob o tema: Investigação, Educação, Cooperação e Desenvolvimento nos Países de Língua Oficial Portuguesa", Dili, 16-7-2014, p. 9.

vida dos seus povos. Nesta perspetiva, a visão global para o futuro comum estão assentes em mobilizar vontades e esforços político-diplomáticos mas também recursos humanos, científicos, tecnológicos e financeiros, para permitir o desenvolvimento e o bem-estar de cada um dos cidadãos da Organização.

Para além do sector económico, outro dos pontos a destacar, é que o empreendedorismo na CPLP terá de passar pela perceção e consciencialização da importância que representa num mercado global a possibilidade de se projetar nos cinco continentes, e fazendo-o com um comunidade constituída por mais de 230 milhões de pessoas. Isto representa várias vantagens, através da partilha de uma mesma história, pela influência de uma matriz cultural comum, pelo meio de comunicação ser feito por uma mesma língua. São conhecimentos mútuos, ideias, inovações, informações privilegiadas que circulam, que poderão traduzir-se na riqueza dos povos e no desenvolvimento do bem comum.

A presidência timorense da CPLP no biênio de 2014 a 2016, deverá gerir bem as oportunidades que possam ser benéficos para o interesse comum da Organização aproveitando o facto de ser o único país da organização na Ásia, região com um forte dinamismo económico. A delimitação das fronteiras, pelo avanço das tecnologias de informação e de comunicação, conduziu a uma rápida expansão dos mercados e a uma enorme interdependência de economias tão diversas como as que constituem, por exemplo, o espaço da CPLP.

3.8.1. Conselho Empresarial da CPLP

O CE-CPLP teve a sua origem na proposta realizada pelo I Fórum Empresarial no ano de 2002, e visa a promoção da troca de informações, cooperação empresarial e prospeção de novas oportunidades de negócios e de investimentos no espaço da CPLP. Está apostado na dinamização das relações entre empresas e entidades suas representantes no âmbito espacial da lusofonia, com o fim de se constituir como um instrumento privilegiado da contribuição dos seus associados para o desenvolvimento, o crescimento e o bom funcionamento das economias no sistema económico mundial, a promoção das atividades privadas e o reforço da confiança entre todos os parceiros económicos e instituições de financiamento daqueles Estados e, ainda, a erradicação da pobreza, a promoção do desenvolvimento sustentável e a diminuição das assimetrias entre aqueles Estados.

As atividades do Conselho Empresarial serão orientadas no sentido de promover e incrementar o comércio e o investimento entre os nove Estados-membros da CPLP e os países das regiões económicas onde cada um deles se insere, procurando ser um «ponto de encontro» para aquele efeito e um facilitador de

contactos empresariais e políticos que permitam o desenvolvimento de parcerias.

O Conselho atuará junto das organizações multilaterais de financiamento do desenvolvimento com vista à captação de fundos para a execução de projetos a desenvolver nos Estados-membros, nomeadamente no âmbito dos fundos do Acordo de Cotonou, que une a União Europeia e os Estados de África, Caraíbas e Pacífico (ACP).

O Conselho Empresarial procurará ainda identificar sistematicamente os problemas que impedem o salutar desenvolvimento da atividade das empresas, propondo aos governos medidas e soluções para um melhor clima de negócios e investimentos. Neste sentido, o Conselho diligenciará a obtenção de recursos para o reforço institucional das associações empresariais, nomeadamente através da formação profissional e da sua capacitação técnica.

A entidade impulsionadora para a constituição do CE-CPLP foi a ELO – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e a Cooperação¹⁶⁴, e participaram outras associações de índole empresarial dos restantes Estados-membros da CPLP, tendo Timor-Leste sido representado pela Associação Empresarial de Timor-Leste.

No contexto Timor-Leste quer dar particular relevância ao setor dos hidrocarbonetos, estudando nomeadamente a criação de um consórcio entre empresas dos Estados-membros, por forma a assegurar que as imensas reservas de que dispõe se traduzam numa riqueza justa para o interesse das nações da CPLP.

Com isso para se tornarem realidades a CPLP deve apostar mais na área económica. Como afirmou Xanana Gusmão, quer dar um “cariz económico” à organização. “Queremos mudar a face da CPLP para uma comunidade de países com investimentos estratégicos, aproveitando o know-how (saber técnico) de um país, as necessidades de outro e aproveitando a capacidade financeira de outro”¹⁶⁵

Este intuito, de fomentar uma nova dinamização económica entre os países da CPLP, inicia já uma reflexão alargada sobre que mecanismos e instrumentos estão ao seu dispor ou poderão ser criadas para assegurar que o processo de desenvolvimento se faça ao serviço de melhores condições de vida para os povos desta comunidade.

Timor-Leste tem uma taxa de crescimento média de 11,9% desde 2007, e se bem que este resultado é um bom incentivo, obviamente que não é mais do que um número que só tem real significado se for traduzido em crescimento sustentável e inclusivo, objetivo primordial do Plano Estratégico de Desenvolvimento

¹⁶⁴ Associação Industrial Portuguesa, (2014). “Timor-Leste Integração regional na ASEAN e Relacionamento com os países da CPLP”, pp. 154-155.

¹⁶⁵ In Lusofonia e Diversidade, O Mundo de Língua Portuguesa on 8 de Outubro de 2013 by ronsoar Tagged:CPLP, economia, Língua Portuguesa, Lusofonia, Timor-Leste. Extraído da Agência Lusa.

2011-2030. O plano procura desenvolver uma economia diversificada, assente em três setores fundamentais: o turismo, a agricultura e o setor petrolífero. Para tal, o governo sabe que é imprescindível um setor privado fortalecido. Conscientes de que o setor privado precisa de ser alavancado, o governo está a investir na construção das infraestruturas, tais como um porto, um novo aeroporto internacional e uma rede rodoviária para desenvolver a atividade comercial e atrair o investimento. Timor-Leste tem também taxas fiscais baixas que são atrativas para o investimento estrangeiro.

Mari Alkatiri, atual responsável da Autoridade da Região Administrativa e da Zona Especial de Economia Social de Mercado (ZEEMS) de Oecússi¹⁶⁶ falava à Lusa na véspera dos 500 anos da chegada a Lifau, no enclave de Oecússi, dos primeiros navegadores portugueses, que a CPLP deve ter uma nova visão de investimento em Timor-Leste.

E hoje começam a notar-se sinais de resposta positiva por parte das empresas provenientes do espaço da CPLP. Exemplo disso são a ENSUL, e a INTERWAY TL, empresas portuguesas que estão a operar na construção das infraestruturas com maior destaque nos megaprojetos na zona especial de economia social de mercado (ZEEMS) e no comércio de bens primários, a Petrobras do Brasil e a GALP Energia de Portugal, que vão integrar juntamente com a Timor Gap um consórcio para a exploração de petróleo e gás na zona de Bayu Udan.

No desenvolvimento do setor privado, o presidente da Confederação Empresarial da CPLP, Jorge Serrano tomou iniciativa de convidar os seus parceiros da CPLP na reunião de Díli, em 1 de Março de 2015¹⁶⁷. No encontro de Díli, as intervenções previstas antecipam-se a apresentação da União de Exportadores da CPLP. Uma apresentação sobre as oportunidades para o setor privado timorense¹⁶⁸ e uma outra sobre a zona especial de economia social de mercado (ZEEMS), do enclave de Oecússi. Recorde-se que a ZEEMS é uma aposta prioritária do governo, englobando projetos estratégicos plurianuais de carácter social e económica, incluindo infraestruturas rodoviárias, portos e aeroportos, hospitais e outras infraestruturas sociais, instalações de água e saneamento e redes de distribuição energética e ainda telecomunicações, entre outros.

Neste contexto a CE-CPLP de Timor-Leste, convida as confederações empresariais da CPLP para poderem fazer parte no investimento nas áreas já definidas e só assim poderão alcançar os objetivos traçados. Do lado timorense salienta a necessidade de os Estados-membros da CPLP colocarem um fim às barreiras ao investimento, dando resposta à necessidade sentida pelos empresários lusófonos de que haja

¹⁶⁶ Alkatiri, Mari, (2014). "Entrevista à Lusa: Timor-Leste pode ser entreposto para empresas portuguesas na Ásia". Disponível online em: www.noticiasaoiminuto.com/.../timor-leste-pode-ser-entreposto-para-empresas-portuguesas-na-Asia.

¹⁶⁷ Gov. (2015) "Reunião da CE- CPLP", Disponível online em: observador.pt/.../timor-leste-assume-presidencia-da-confederacao-empresarial.

¹⁶⁸ Gov. "Lei nº 14/2011" Lei do Investimento Privado. Disponível online em: www.timor-leste.gov.tl

uma circulação de bens e pessoas. A visão que Timor-Leste tem para a CPLP passa por percorrer em conjunto os novos rumos que foram traçados, por forma a criar um futuro melhor para o país e para a comunidade.

3.9. Desafios e oportunidades para Timor-Leste

No contexto timorense, como país novo que se juntou à CPLP em 2002, deve-se afirmar que a situação atual está repleta de oportunidades, mas também de desafios. A economia de Timor-Leste é considerada vulnerável, pelo facto de estar assente no comércio tradicional, numa cultura de subsistência predominantemente agrária, na produção de café, cravo e copra, elegendo como principal bem de exportação o café.

Nesta ótica, ao integrar na CPLP, cabe aos governantes timorenses aproveitar as experiências dos seus parceiros Estados-membros considerados mais evoluídos, como o caso de Portugal e Brasil, para transformar as vulnerabilidades em potencialidades económicas. Se, por um lado, a economia assenta no setor primário, por outro, os vastos recursos marítimos e energéticos poderão traduzir-se no desenvolvimento de indústrias que explorem os recursos energéticos descobertos no Mar de Timor nos últimos anos. De facto, estes recursos naturais oferecem certas garantias no apoio ao desenvolvimento,¹⁶⁹ mas torna-se também imperativo que a economia de Timor-Leste se vá desenvolvendo e diversificando, através da vontade empreendedora dos seus empresários, e aproveitando as sinergias e as oportunidades propiciadas pela cooperação intracomunitária com a CPLP, que oferece acesso privilegiado a outras plataformas económicas e comerciais regionais e internacionais, tais como o Mercosul, a União Europeia, a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental.

Para Timor-Leste, que em breve integrará a ASEAN, é um mundo que se abre, numa das regiões mais prósperas e promissoras do mundo. A cooperação económica diz respeito a um conjunto de ações destinadas a promover o crescimento dos países envolvidos.¹⁷⁰ Na abordagem dos desafios no contexto de Timor-Leste, há dois fatores cruciais que podem condicionar o desenvolvimento económico do país. O governo deverá tomar considerações sérias, considerando dois fatores, um externo e um interno:

Relativamente ao fator externo, com a posição geoestratégica de Timor-Leste na região, rodeado de países com economias emergentes, como são os casos da Indonésia, da Austrália, da Nova Zelândia e da

¹⁶⁹ Gov. (2011a). PED-2011-2030. Disponível online em: http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2012/02/Plano-Estrategico-de-Desenvolvimento_PT1.pdf (consultado a 12 de Janeiro de 2015).

¹⁷⁰ Medeiros, R. Eduardo. (1998), "Blocos Regionais de Integração Económica no Mundo", Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, p. 24.

ASEAN, é da responsabilidade do governo saber gerir as oportunidades e levar em conta os interesses comuns da CPLP na região, por forma a viabilizar e rentabilizar os benefícios mútuos, quer para Timor-Leste, quer para os restantes Estados-membros da CPLP. Para garantir o sucesso e a acessibilidade dos mercados destes países é importante a diplomacia económica e a implementação de uma política de boa vizinhança.

No que diz respeito ao fator interno, o governo de Timor-Leste deve garantir a segurança e estabilidade do país, pelo facto de ser este um dos elementos-chave para o desenvolvimento económico. Sem estabilidade, torna-se difícil atrair investimentos estrangeiros a curto, médio e longo prazo.

Por forma a evitar a instabilidade a curto prazo, é necessário criar políticas adequadas para resolver os problemas do desemprego jovem e das desigualdades sociais. Nesta perspetiva, a nível interno, o governo de Timor-Leste está empenhado na implementação de medidas adequadas que fomentam a criação de emprego, nomeadamente nas áreas rurais, onde reside cerca de 75% da população do país.¹⁷¹

Na conjuntura política atual, a globalização também coloca desafios sérios, onde o monopólio dos países industrializados desemboca na existência de pouca competitividade no plano internacional, potenciando frequentemente tendências individualistas, com cada Estado isolado a tentar fazer frente aos seus próprios desafios. Porém, a dinâmica global oferece também oportunidades e ganhos adicionais para impulsionar sinergias estratégicas, capazes de gerar verdadeiros benefícios sociais e económicos.

Observando o crescimento económico da Ásia, o século atual será incontornavelmente marcado pela emergência da China nos mercados internacionais, parceiro crucial de Timor-Leste e que soube estender-se ao mundo, maximizando o potencial oferecido pelas novas redes globais. Timor-Leste quer capitalizar a sua posição geoestratégica única, e oferecer uma plataforma de complementaridade entre a região da Ásia-Pacífico e os países europeus, africanos e latino-americanos a que têm acesso os países da CPLP.

Timor-Leste está consciente, por experiência própria, que parceiros estratégicos, nomeadamente com os países da CPLP, são hoje o cerne de uma economia que pretende inserir-se no sistema globalizado. Timor-Leste é, como todos sabem, um país jovem que na tentativa de encontrar o seu lugar no mundo sempre procurou aprender de outras experiências, aplicando-as depois às suas realidades intrínsecas. Desde sempre o caminho escolhido por Timor-Leste foi feito lado a lado com os seus parceiros de desenvolvimento. As medidas de sucesso que têm vindo a experimentar nestes anos de independência, se bem que modestas, demonstram que escolheu um bom caminho, particularmente com a CPLP.

¹⁷¹ Lusofonia Económica, (2014).-Timor-Leste: Integração Regional na ASEAN e Relacionamento com os países da CPLP. p. 146.

Capítulo IV. Timor-Leste e a Geopolítica Regional

4.1. O posicionamento de Timor-Leste na região

Timor-Leste é um país do Sudeste Asiático entre as regiões Ásia-Pacífico, posicionado no eixo estratégico entre os dois oceanos, Índico e Pacífico, que corresponde à confluência de importantes rotas marítimas. A sua localização geográfica, a caracterização marítima e os importantes recursos energéticos aumentaram o seu interesse político e o potencial estratégico a nível regional e internacional, partilhando fronteiras territoriais e marítimas com a Indonésia e Austrália, que têm grande importância geopolítica.

O território de Timor-Leste é constituído por parcelas territoriais da ilha de Oecússi, encravado em território indonésio, pela ilha de Ataúro e pelo ilhéu de Jaco.¹⁷² A parcela territorial mais importante tem como limites, a norte, leste e sul, o Oceano Índico e, a oeste, as fronteiras terrestres (202 km) com a metade ocidental da ilha de Timor. Timor Ocidental e Timor-Leste foram separados através da Convenção Luso-holandesa, de 1904, que foi reforçada pela sentença arbitral de 25 de Junho de 1914. Esta separação colocou Timor-Leste sob o domínio de Portugal,¹⁷³ enquanto Timor Ocidental ficou sob o domínio holandês, que em seguida ficou conhecido como República Unitária da Indonésia.

Ao abordar questões inerentes à sua posição geográfica e geopolítica, é necessário abordar a definição de Timor-Leste como uma fronteira entre Estados, impérios e civilizações, o que resume a sua história no século XX, durante o qual o estatuto político da antiga colónia portuguesa foi sucessivamente posto em causa.

Desde a Grande Guerra, a pretexto do risco de ocupação alemã, a Austrália admitiu apropriar-se da meia-ilha, sem conseguir forçar a retirada de Portugal. Durante a II Guerra Mundial, em finais de 1941, Timor foi efetivamente ocupado, primeiro pelas tropas aliadas holandesas e australianas, e logo a seguir pelo Japão, que transformou o território na fronteira estratégica entre os seus domínios – a Esfera de Coprosperidade da Grande Ásia Oriental - e a Austrália. Na sequência dessa demonstração do valor crucial de Timor para a sua defesa, a Austrália, no fim da guerra, voltou a pôr à prova a soberania portuguesa, mais uma vez sem sucesso.

Trinta anos depois, num momento crítico da Guerra Fria, a Indonésia invadiu e anexou Timor-Leste

¹⁷² Banco Nacional Ultramarino: (1968), Estrutura Geográfica Economia de Timor, Segundo Trimestre 2 (74), pp. 1-41.

¹⁷³ Waldman, Mauricio (2003) -Geografia do Timor-Leste: ensaio elaborado. Disponível em: http://www.timorcrocodilovoador.com.br/geografia-mauricio_waldman.htm.

como a mais oriental – Timor Timur – das suas províncias, restaurando, desse modo, uma fronteira asiática com a Austrália no mar de Timor, contestada por Portugal como potência administradora do território.

Na viragem do século, tudo voltou a mudar, com a retirada da Indonésia, a intervenção de uma força militar internacional comandada pela Austrália e a instalação de uma administração das Nações Unidas, com mandato para preparar a transição para a independência de Timor-Leste. Finalmente, em 20 de Maio de 2002, Timor-Leste tornou-se independente.

O Estado timorense terá a responsabilidade de definir as políticas externas que possam ultrapassar a instabilidade recorrente que marcou a história e a geografia timorense nos últimos cem anos. A sobrevivência política e a soberania de Timor-Leste dependem da qualidade dessas políticas, as quais são, por um lado, inseparáveis da estabilidade e da coesão política interna e, por outro lado, dependentes de uma resposta consistente do primeiro novo Estado do século XXI aos condicionamentos externos da sua posição internacional entre a Indonésia e a Austrália, entre a Ásia Oriental e o Pacífico, entre o velho e o novo mundo.

4.1.1. Vetor geopolítico

Sendo um país pequeno situado no eixo de duas potências regionais sem capacidade militar a todos os níveis, a melhor solução para a política externa de Timor-Leste é apostar na paz numa perspetiva de uma nova geopolítica. Como refere Pedro de Pezarat Correia: “A paz já não é, apenas, a sobrevivência de uma relação de poder, mas a sobrevivência da própria espécie humana e a preservação do espaço onde se insere, o planeta Terra”.¹⁷⁴

Só a abordagem da geopolítica numa perspetiva da nova geopolítica, separando-a da geoestratégia e retirando-a da análise dos fatores espaciais para servir o poder, pressupondo a gestão da conflitualidade que a disputa pelo espaço contempla, permite inserir a problemática da paz no campo da geopolítica.

Um olhar além da realidade imediatista do mundo, que pretenda interpretar o passado e perspetivá-lo no presente contexto de interesses geopolíticos e geoestratégicos, revela que as nações com excessivo uso e abuso do poder impõem aos países vulneráveis o seu domínio económico. Esta é a realidade nitidamente visível, embora inadmissível, aos olhos e consciências de cada pessoa.

Em relação à posição de Timor-Leste no panorama geopolítico, é necessário fazer uma reflexão na perspetiva política de segurança e defesa no período da Guerra Fria, isto é, fazer uma abordagem crítica sobre

¹⁷⁴ Pedro de Pezarat Correia, (2010) "Manual de Geopolítica e Geoestratégica-Volume I: Conceitos, Teorias, Doutrinas, Ed Almedina. SA, Coimbra, p. 289.

o bipolarismo entre as duas superpotências, os Estados Unidos com os seus aliados ocidentais por um lado, e a União Soviética com os seus aliados dos países do Leste por outro. Do ponto de vista geopolítico, numa primeira fase, seria ideal refletir dois contextos: o primeiro sobre o posicionamento geopolítico de Timor-Leste nos anos de 1975 e o segundo na década de 1990, ou seja, com o fim do bipolarismo.

Com o 25 de Abril, Portugal abriu caminho à descolonização e concedeu a independência às suas províncias ultramarinas. O mesmo ocorreu, claro, com Timor-Leste, que no dia 28 de Novembro de 1975 proclamou, unilateralmente, a sua independência, pela FRETILIN.

Este mesmo ano de 1975 é considerado um ano negro na história de Timor-Leste, ano de uma descolonização abortada, de guerra civil, negligência e desprezo, imaturidade coletiva dos aspirantes à liderança política timorense e de invasão sangrenta. Foi igualmente um ano de grandes convulsões na região e no mundo. As grandes disputas entre as duas superpotências nos quatro continentes: o domínio soviético na África e na Indochina, e o compromisso dos Estados Unidos da América em manter o seu domínio no Mar Vermelho e no Índico, foram eventos que o pareciam confirmar. É neste contexto de dramáticas alterações no equilíbrio regional que surge a questão de Timor-Leste.

Assim, para os Estados Unidos da América, humilhados e traumatizados pelo Vietname, com a sua credibilidade de guardião do status quo e da estabilidade seriamente afetada, o problema de Timor-Leste não iria certamente merecer a atenção das altas figuras do Departamento de Estado e do Conselho de Segurança Nacional. Aliás, o então secretário de Estado americano, Henry Kissinger, instruiu o seu Embaixador em Jacarta, em 1975, para reduzir o volume de relatórios sobre Timor-Leste para o Departamento de Estado porque, segundo ele, «os EUA têm outras preocupações maiores em outras partes do mundo».¹⁷⁵ Toda esta instrução tem muito a ver com a ideologia adotada pela FRETILIN, de caráter marxista e comunista, o único partido que autoproclamou a independência de Timor-Leste na altura.

O desinteresse por parte dos americanos traduzir-se-ia em «luz verde» para os militares indonésios resolverem o problema como melhor entendessem. Também para os militares indonésios, os dramáticos eventos de 1975 tiveram um impacto profundo. A onda de vitória das forças de esquerda nos vários continentes não deixava de os inquietar, sabendo que a Indonésia era o maior aliado dos Estados Unidos da América. Assim, a instalação em Timor-Leste de um regime marxista era simplesmente intolerável.

Depois da queda do muro de Berlim, em 1989, o quadro regional e internacional é drasticamente diferente do de 1975. A ameaça comunista que justificava os desmandos dos regimes autoritários está

¹⁷⁵ Barbedo, Magalhães, António, (1992), "Timor-Leste. Ocupação Indonésia e Genocídio", Reitoria da Universidade do Porto.

desacreditada.

Os mitos de irreversibilidade foram destruídos, cedendo lugar à democracia, à autodeterminação dos povos e a uma maior aceitação da universalidade da aplicação da legislação de defesa dos direitos humanos. E foi pelo fim do bipolarismo que houve mudanças em todos os continentes, mudanças que pouco se têm feito sentir na Indonésia.

No plano tático-militar, a Indonésia teve toda a iniciativa e superioridade ofensiva em Timor-Leste. A resistência armada timorense não tinha meios básicos que pudessem influenciar uma alteração no plano estratégico. As ações da guerrilha foram limitadas, esporádicas e sem grande impacto. A presença militar indonésia, foi brutal e pôs em causa a vida dos timorenses.

Consciente de que a resistência armada não dispunha de meios suficientes para superar a potência militar indonésia, houve que recorrer a outras formas de pressão cujo impacto fosse equivalente aos custos militares. Nesta ótica, na frente diplomática timorense, através de Ramos Horta, foi levada a cabo uma ofensiva diplomática assente no conceito de “conversações de mesa redonda sem pré-condições, no quadro da Resolução 30/37, da Assembleia Geral das Nações Unidas”¹⁷⁶ O conceito de conversações sem pré-condições atiraria a Indonésia para a defensiva, ao mesmo tempo retomando a iniciativa diplomática, multiplicando as ações em várias frentes, como foi o caso com os Estados Unidos da América, grande parceiro estratégico da Indonésia, para alterar as suas posições no domínio da formulação das grandes iniciativas diplomáticas, com o intuito do respeito pela democracia e pela liberdade do povo timorense.

Com os acontecimentos de 12 de Novembro de 1991, reconhecido como “Massacre de Santa Cruz”, houve viragem política por parte da comunidade internacional face à violação dos direitos humanos do povo timorense. Em torno deste acontecimento, abriram-se finalmente os olhos do mundo, que acordou para o pesadelo da brutalidade militar do regime indonésio, e, por sua vez, vieram a confirmar-se as dúvidas acerca da barbaridade dos militares indonésios, que sempre a negaram ter praticado ao longo de duas décadas e meia.

Países como os Estados Unidos da América e o Reino Unido, grandes fornecedores de armas e equipamentos militares à Indonésia, decretaram o embargo militar, propuseram a diplomacia política como forma mais viável para a resolução do conflito de Timor-Leste. Encontraram-se, finalmente, formas de apoiar a resistência timorense nas várias frentes de luta. E tudo foi concretizado em 1999, através de um Referendo supervisionado pela ONU, que deu vitória aos independentistas, pondo o fim a um conflito que vitimou mais

¹⁷⁶ Barbedo, Magalhães, António, (1990), “TIMOR-LESTE: Terra de Esperança”, II Jornadas de Timor da Universidade do Porto, p. 192

de um terço da população timorense ao longo de 24 anos.

4.1.2. Vetor geoeconómico

“Como dimensão da nova geopolítica, ou seja, numa relação entre espaço e poder, ou entre geografia económica, a geoeconomia deve ser entendida como a política orientada para intervir na resolução de problemas especiais associados à economia, gestão de recursos, de fluxos, de resposta equilibrada às necessidades humanas. São questões que entroncam em grandes temas, como a capacidade de carga da Terra e a qualidade de vida dos seus habitantes”¹⁷⁷

Partindo dos pressupostos acima referidos, é de salientar que ao abordar a questão geoeconómica no seu sentido mais amplo, em que se define a eficácia da economia como arma da estratégia, esta depende de uma série de potencialidades ou vulnerabilidades. Neste contexto, cabe ao governo de Timor-Leste delinear estratégias políticas que sejam favoráveis e vantajosas para a sua economia no médio e longo prazo, dando ênfase aos aspetos inerentes ao vetor geoeconómico, de como desenvolver uma interconexão de longa duração que assente nas relações globais entre Estados, quer a nível regional, quer mundial, e particularmente com os dois gigantes vizinhos, Indonésia e Austrália.

Um dos pontos a destacar, associado às potencialidades ou vulnerabilidades, tem a ver com a interdependência económica, pois reflete um conjunto de relações em que os acontecimentos ocorridos numa sociedade influenciam decisivamente outra. No caso de Timor-Leste, a sua política externa face aos dois vizinhos deverá desenvolver-se de uma forma cuidadosa, pois a questão de segurança de momento considera-se muito frágil.

Outro aspeto da geoeconomia é o problema da dependência económica, pois está ligada à interdependência, e este é um dos problemas sérios com que se depara Timor-Leste atualmente. Por último, é necessário entender que tipo de vulnerabilidade económica é que Timor-Leste poderá enfrentar em relação aos seus vizinhos na região. Pois a vulnerabilidade na geoeconomia é entendida como as limitações que condicionam um Estado e o impedem de ser autónomo em relação aos outros, o que não é a mesma coisa que a dependência, uma vez que pode ser-se vulnerável sem ser dependente.

Em torno dos fatores acima citados, e em articulação com a realidade geoeconómica do país, passaremos a analisar a capacidade do território em fornecer riquezas para sustentar a qualidade de vida dos

¹⁷⁷ —, “Manual de Geopolítica e Geoestratégia-Volume I: Conceitos, Teorias, Doutrinas” (...), 2010, p. 279

seus habitantes, e, em termos políticos, quais as intervenções dos recursos existentes, para a resolução dos problemas especiais associados à economia do país.

Timor-Leste é considerado um país rico em recursos naturais, mas não dispensa outros setores produtivos, como a agricultura e o turismo. Estes dois serão alternativas para encaixar receitas económicas, depois do setor petrolífero. Timor-Leste¹⁷⁸ é um país abençoado com recursos naturais abundantes, em particular recursos energéticos. Há uma grande quantidade de recursos energéticos que podem ser utilizados de forma eficiente para melhorar a economia e a renda nacional do país.

Os recursos naturais são um dos vetores vitais e estratégicos para a sustentação do desenvolvimento de um país. Contudo, os recursos naturais desencadeiam também fenómenos de disputa global, abrindo oportunidades para conflitos multidimensionais caracterizados por guerras de interesses estratégicos. Timor-Leste foi dotado pela própria natureza de vários tipos de recursos naturais abundantes, distribuídos por minerais nas categorias¹⁷⁹ A e B (vital e estratégico), categoria C (não-vital e não-estratégico), petróleo, gás e possivelmente hidro-energia. De seguida apresenta-se uma listagem dos recursos naturais existentes em Timor-Leste, definidos por categorias: a) recursos Energéticos: Petróleo e gás natural; energia hidráulica; energia solar; energia eólica. b) minerais: Manganésio; Ouro; prata; estanho; chromium; fosfatos; bentonite; mármore; dolomite; wollastonite; gypsum; clay-argila (matéria-prima para cerâmica e porcelana); kalium sediment.

Uma das políticas atuais do governo da RDTL é focalizar o desenvolvimento de uma economia energética centrada no setor petrolífero. Para além disto, a extração e exploração dos outros tipos de recursos energéticos e minerais existentes também poderão vir a reverter para o Estado, como capital de investimento e desenvolvimento, e como reservas para benefício de todo o povo.

A partilha do resultado das receitas provenientes da extração e exploração do petróleo e gás natural do Timor Gap tem vindo a apresentar um saldo muito positivo, representando um aumento significativo de verbas para a dotação do Orçamento Geral do Estado e contribuiu para um crescimento notável do Produto Nacional Bruto (PNB) nestes últimos 12 anos.

Como resultado da priorização de uma economia com base no setor petrolífero, o desenvolvimento atual da economia de Timor-Leste apresenta-se acentuadamente dualista, com um setor petrolífero e um setor não-petrolífero bem demarcados e desequilibrados em termos do contributo para o crescimento económico e

¹⁷⁸ Gov. (2011). Recursos Naturais de Timor-Leste que a ser feito com o petróleo, com o gás e com os minerais que existem no país. Disponível em: <http://www.timor-leste.gov.tl/?p=2186&n=1>.

¹⁷⁹ Ministério das Finanças da RDTL-Recursos Naturais, 2007 p.3. Disponível em: www.timor-leste.gov.tl.

para a estrutura de emprego nacionais. Nesta perspetiva, em relação ao desenvolvimento da economia de Timor-Leste no futuro, as políticas do governo deverão centrar-se nos eixos acima referidos: setor petrolífero e setor não-petrolífero.

No setor petrolífero, os dados apresentados nos últimos dez anos indicam que o crescimento económico registado em Timor-Leste¹⁸⁰ está em grande parte ligado ao crescimento anual das exportações (32,7%), impulsionadas pelo petróleo e pelo gás natural. O Rendimento Nacional Bruto (RNB) aumentou 228% entre 2005 e 2010. O RNB é de 3.366 milhões USD e o PIB de 1.235 milhões USD. O PIB não é o indicador de referência devido à diferença significativa entre os dois agregados económicos. O PIB não inclui as receitas relativas ao rendimento do fundo petrolífero. O fundo petrolífero, criado em 2005, semelhante ao da Noruega, é um dos melhores do mundo. O capital desse fundo no início de 2013 era cerca de 14 mil milhões USD (10 mil milhões de euros). Cresce em média 324 milhões USD/mês.

No entanto, é de salientar que os dados acima referidos, considerados satisfatórios, requerem da parte do governo um investimento destes fundos provenientes do setor petrolífero nos setores produtivos em correspondência com a realidade do país. De acordo com o Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030, aprovado pelo Parlamento Nacional em 2011, a grande prioridade do investimento do fundo petrolífero é orientada para o desenvolvimento do capital humano e para a erradicação da pobreza.

O governo está consciente de que os recursos naturais disponíveis podem sustentar o desenvolvimento da economia do país apenas no médio prazo, pois esses recursos também se esgotarão, uma vez que não são renováveis: “O sector petrolífero, incluindo a produção de petróleo e gás e as indústrias de “downstream”, providenciará uma base industrial para a economia. O turismo e sobretudo o ecoturismo contribuirão de forma significativa para a economia nacional, sendo que as indústrias ligeiras complementarão e diversificarão a economia”.¹⁸¹

Nesta perspetiva, a grande aposta para o desenvolvimento económico de Timor-Leste no futuro será provavelmente no setor não petrolífero, e assentará em torno do crescimento de duas indústrias essenciais que são alternativas ao setor petrolífero: a agricultura e o turismo. É de destacar que a economia de Timor-Leste é dominada por uma agricultura de subsistência, que absorve mais de 75% da população ativa, com um contributo de pouco mais de 25% para o PIB.¹⁸²

¹⁸⁰ JDR, (2013) - “Jornal de Defesa e Relações Internacionais”, p.4. Disponível online em www.jornaldefesa.pt. Citado pelo estudo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: breve retrato estatístico” em <http://www.cplp.org/Default.&X?ID=316&Action=18Newsid=2888&M=NewsV2&PID=304>.

¹⁸¹ Gov: PED, 2011-2030. “Desenvolvimento Económico de Timor-Leste”, Capítulo 4, p. 128. Disponível em: www.timor-leste.gov.tl.

¹⁸² Parreira, N. C. Pedro, (2003). “A economia de Timor-Leste: Transição e Integração Regional e Mundial”, Gabinete de Estudos e Prospetivos Económicos, Lisboa, p.185.

Neste contexto, o governo tem apostado em investimentos no setor agrícola desde 2007, apostando na melhoria da irrigação a nível nacional, por forma a dar maior impulso aos agricultores na expansão e diversificação dos produtos nacionais, como o arroz e o milho, e reduzir ao máximo as importações do estrangeiro. Para a modernização deste setor, o governo, em parceria com as lideranças comunitárias, tem vindo a formar grupos de agricultores em todo o território, com o intuito de elevar as capacidades e aperfeiçoar os conhecimentos, e assim transformar a agricultura de subsistência numa agricultura de mercado.

A agricultura de subsistência será substituída por agricultura empresarial, praticada por pequenos proprietários. Timor-Leste será auto-suficiente, em termos alimentares, e produzirá uma gama de produtos agrícolas para os mercados mundiais, incluindo bens alimentares básicos, pecuária, produtos hortícolas e frutícolas e outras culturas de rendimento, bem como produtos florestais e piscatórios.

Depois de apresentar as prioridades de intervenção no setor agrícola, entende-se ser pertinente tecer algumas considerações sobre o potencial do café para Timor-Leste. Este produto é uma fonte vital na obtenção de rendimentos e de divisas. Mesmo após os piores anos, a produção demonstrou uma notável capacidade de recuperação. O café constitui quase 80% das exportações não-petrolíferas. Estima-se que cerca de 50.000 famílias são produtoras de café, dele dependendo para o seu sustento. As principais áreas de produção são Aileu, Ainaro, Bobonaro, Ermera, Liquiçá e Manufahi, com Ermera a representar metade da produção total de café.

Os dados de 2013¹⁸³ indicam que a exportação de café atingiu 24,3 milhões de dólares americanos. Embora Timor-Leste produza menos de 0,2% do fornecimento de café a nível global, o país possui uma vantagem competitiva a nível da produção orgânica, sendo mesmo o maior produtor de café orgânico do mundo. O Timor Hybrid, um enxerto natural das variedades Robusta e Arábica, é reconhecido no mercado internacional como um café orgânico de alta qualidade.

Uma outra área de grande potencial seria a pesca. A indústria piscatória ainda é considerada tradicional, pois até à data ainda não existem empresas multinacionais que envolvem diretamente a explorar esta área:

Timor-Leste tem um grande potencial de pesca com muitas variedades valiosas, incluindo atum, peixe-serra, pargo e camarões. Cerca de 10.000 famílias dependem, pelo menos parcialmente, da pesca. Metade vive em Díli ou na ilha de Ataúro. O volume potencial de pesca tem sido estimado em cerca de 600.000 toneladas anuais, apesar de,

¹⁸³ Estudo de Mercado de Timor-Leste, (2013). Disponível online em: www.ceso.pt/upload/pdf/content_inteligence/..../Estudo_Timor.pdf.

provavelmente, menos de 1% destas ser atualmente colhida.¹⁸⁴.

Atendendo à riqueza que Timor-Leste detém no seu território nacional, cabe ao governo definir e delinear estratégias para o desenvolvimento deste setor. O governo timorense deve investir mais na área piscatória, capacitando os pescadores que habitualmente estão envolvidas em pescas tradicionais para uma pesca mais moderna e sofisticada.

Por outro lado, o governo deve estabelecer uma legislação sobre a pesca, pois existem pescas ilegais no mar de Timor, o que afeta a economia do país. Se isto for feito permitirá ao governo obter receitas, a partir das licenças de pesca, de cerca \$2 milhões por ano, bem como um rendimento para a Marinha de Timor-Leste constituído pelas multas aplicadas. O Ministério da Agricultura e Pescas definiu uma estratégia para as pescas de Timor-Leste. Nela se afirma que as capacidades pesqueiras serão aproximadamente 33 vezes maiores do que as do passado e que a captura anual poderia representar entre \$25 e \$35 milhões. A estratégia de pesca deve tomar em consideração questões como a sustentabilidade do esforço de pesca e a proteção dos interesses das comunidades de pescadores tradicionais.

Outra estratégia para o desenvolvimento do setor a médio e longo prazo será o governo estabelecer uma parceria com os investidores estrangeiros, por forma a garantir o processamento da indústria de peixe. Pois este setor deverá oferecer muitos empregos à população local, assim diminuindo as despesas do Estado. Para a concretização deste processo urge ao Ministério da Agricultura e Pescas fazer um estudo de viabilidade para dar resposta aos interesses económicos do país e contribuir para o desenvolvimento e bem-estar do povo.

O setor que deverá ser desenvolvido para oferecer receitas aos cofres do Estado no futuro será provavelmente o turismo. Apesar do seu desenvolvimento ser ainda considerado lento, uma das prioridades do governo é dinamizar esta área, pois o país oferece excelentes condições em termos de praias, turismo histórico-cultural, turismo religioso e de peregrinação, turismo de aventura e de desporto e turismo de conferências e convenções.

Para atrair turistas internacionais, o governo deve desenvolver parcerias com o setor privado, tendo em vista um melhoramento das infraestruturas, nomeadamente, as condições da rede rodoviária, hotéis e aeroportos de classe internacional para garantir a sua sustentabilidade. É de salientar que Timor-Leste tem o privilégio de estar situado na região Ásia-Pacífico, cujo mercado internacional tem tido um valor muito acrescido. A política do governo de conceder vistos turísticos também é uma das formas de incentivar mais

¹⁸⁴ PNUD, (2002).-Relatório do Desenvolvimento Humano de Timor-Leste-Ukun Rasik A'an: O caminho à nossa frente" p. 68.

peessoas a visitarem o país.

O país tem procura turística à sua disposição, cabe agora formular modelos de construção do setor. O Ministério do Turismo tem o papel de promover o seu potencial turístico no mercado internacional e de criar condições de acordo com os requisitos internacionais, o que contribuirá muito para o desenvolvimento económico do país e como solução alternativa assim que a exploração do petróleo e gás acabar.

Em suma, a situação geoeconómica de Timor-Leste oferece uma abundância de riqueza ao país, e sustentará o bem-estar do seu povo num futuro que se afigura bastante melhor. Para alcançar o desenvolvimento económico de forma sustentável, depender-se-á também das boas relações políticas, de segurança e defesa com os seus dois vizinhos, pois tudo dependerá do bom senso da parte dos dois em deixar Timor-Leste em paz para este se poder desenvolver. Este é um dos aspetos que Timor-Leste tem vindo a olhar com maior desconfiança, pelo facto de ter um passado pouco favorável. Esta desconfiança recai muito sobre a Austrália, devido à disputa das fronteiras marítimas de Timor nos últimos anos, que têm muito a ver com petróleo e gás.

4.1.3. Vetor geoestratégico

Qualquer estratégia de afirmação nacional deverá equacionar os objetivos e vantagens nacionais no quadro limitado da fronteira política, exigindo desempenho no espaço internacional. A internacionalização, para Timor-Leste como para maioria dos países, tem que passar no espaço global pela criação de vantagens competitivas face à iniciativa dos concorrentes. Com o crescente ritmo de mudança e forte potencial de deslocalização, as respostas necessárias dependem da capacidade de oferecer maior atratividade e criação de valor no confronto internacional e regional onde Timor-Leste faz parte.

Face à dimensão timorense na economia regional, e até internacional, os recursos que se apresentam ao país oferecem grande confiança no desenvolvimento do país. O acesso a esses recursos dependerá, no entanto, de boas práticas que valorizem a localização de recursos em Timor-Leste e das iniciativas dos timorenses: confiança política e legislativa, erradicação da burocracia, justiça pronta e de investigação, e qualificação e mobilidade profissional.

A libertação de Timor-Leste foi paga pelo próprio povo com custos de vidas elevadíssimos. A sua independência constitui um compromisso (solene) do Estado da RDTL com o seu povo e perante a comunidade internacional. Neste contexto, o desenvolvimento nacional e a afirmação de Timor-Leste

requerem, inevitavelmente, o envolvimento global, integrado e participativo no âmbito do entendimento mútuo com os países vizinhos, com os países próximos e com o resto do mundo. Através do estabelecimento de alianças multilaterais, bilaterais e outras parcerias de cooperação sem restrições geoestratégicas, Timor-Leste conduzirá, em permanência, o exercício estratégico da gestão de conflitos, procurando soluções adequadas para responder aos tipos de ameaças comuns, militares e não-militares, que podem comprometer a segurança nacional e/ou internacional.

Isto vai ao encontro do pensamento de Sun Tzu, que Pezarat Correia cita: “na guerra, a perfeição suprema consiste em quebrar a resistência do inimigo sem combater.”¹⁸⁵ Nesta perspetiva, Timor-Leste necessita de estruturar um modelo de representação externa que, apoiando-se no quadro diplomático de um país que ainda é novo e que tem ainda muita coisa pela frente por fazer, procure projetar a sua imagem nos fóruns regionais e internacionais, e assim ser reconhecido internacionalmente e conseguir associar, de forma criativa, as diversas componentes representativas dos interesses nacionais que se projetam à escala global.

Com as suas águas territoriais de grande dimensão e com uma força armada pouco equipada em termos convencionais, a única via para garantir a soberania do Estado é intensificar a diplomacia. Para tornar eficaz essa diplomacia integrada, importa estabelecer parcerias e modelos de articulação entre as instituições do Estado e as estruturas representativas de outros setores (empresariais, militares, serviços de informação, universidades, etc.), com vista à geração de uma cultura externa comum, interpenetrada por todos esses agentes. Por outro lado, a diplomacia timorense tem de evoluir para um formato de focagem em objetivos muito concretos, libertando-se do modelo de informação generalista que a democratização do conhecimento público torna hoje dispensável. Cada representação timorense no exterior tem de ver a sua ação orientada por um referencial, regularidades e resultados, em estreita conjugação com os diferentes atores, públicos ou privados, relevantes no espaço estratégico em que atua.

É imperativo que Timor-Leste intensifique a cooperação com a Indonésia e desenvolva o diálogo trilateral entre Jakarta, Camberra e Díli. Timor-Leste tem um papel crucial a desempenhar, isto é, alicerçar a parceria triangular com a Indonésia e a Austrália. A Reunião Ministerial Trilateral entre Austrália, Indonésia e Timor-Leste apresenta uma estrutura particular que deve ser considerada para o âmbito da cooperação militar, a começar com as conversações que resultarão, eventualmente, na intensificação do processo de formação e treino e, posteriormente, nos exercícios conjuntos.

Os principais objetivos de segurança regional de Timor-Leste devem ser conduzidos através da criação

¹⁸⁵ Correia, Pedro de Pezarat- (2010) - Manual de Geopolítica e Geoestratégia-Volume I: Conceitos, Teorias, Doutrinas, Série Cosmopolis, p.29.

de um ambiente de segurança externa cooperante e compatível consoante a dimensão do crescimento económico, desenvolvimento social e estabilidade política nacionais. A melhor forma de atingir estes objetivos é fortalecendo as relações com a Indonésia e com a Austrália, e, sempre que possível, aumentando ou alargando a influência diplomática da nação através da entrada em organizações regionais.

Timor-Leste deve cultivar ativamente os laços com outros Estados com influência na região, em especial com a China, o Japão e a Índia; e com os estados da ASEAN, tais como a Malásia, Singapura, Tailândia e Filipinas. Timor-Leste deve intensificar os laços de segurança com os EUA como superpotência do mundo.

Uma componente vital da abordagem de Timor-Leste para garantir a sua segurança no futuro é envolver-se em alianças alargadas e próximas com organizações internacionais e regionais com vista a criar um ambiente onde as questões sejam abordadas de forma dinâmica e significativa nas relações regionais.

A segurança é uma componente fundamental do envolvimento internacional e regional, tendo o foco de muitos fóruns regionais e multilaterais sido alargado de modo a incluir ameaças modernas à segurança, bem como a estabelecer abordagens regionais contra essas ameaças. O grande desígnio de estabilidade e segurança na região obriga Timor-Leste a desenvolver e empenhar-se decisivamente na cooperação internacional e no pressuposto da resolução pacífica dos conflitos.

Assim, o envolvimento de Timor-Leste numa gama alargada de fóruns internacionais e especialmente da região Ásia-Pacífico será uma prioridade. A contribuição de Timor-Leste para a paz e segurança globais passará em larga medida pelo forte empenho e papel ativo no âmbito da ONU e de outras organizações multilaterais, dentre quais se destacarão, conforme determinado pela Constituição, os países da CPLP e os demais países vizinhos e os da região acima mencionada, uma vez que "Timor-Leste mantém laços privilegiados com os países de língua oficial portuguesa" e "Timor-Leste mantém laços especiais de amizade e cooperação com os países vizinhos e os da região".¹⁸⁶

4.2. Relações bilaterais com a Austrália

“O fortalecimento da posição de Timor-Leste nas relações internacionais – fator recorrentemente invocado como essencial para a consolidação do Estado –”, refere Nuno Canas, “é indissociável da promoção de um relacionamento de boa vizinhança com aqueles que são os seus interlocutores preferenciais na região

¹⁸⁶ Constituição da RDTL, Art.º 8º n.º 3. Disponível online em: www.timor-leste.gov.tl.

– a Indonésia e a Austrália.”¹⁸⁷

Se as políticas externas são um instrumento crucial dos Estados para garantir a sua autonomia internacional, nem por isso deixam de ser o lugar eletivo da interação entre as dimensões internas e externas e, nesse sentido, não se podem separar das políticas internas. A extrema vulnerabilidade externa de Timor reclama um Estado forte, com instituições políticas democráticas, legítimas e estáveis, imunes à penetração de forças externas e com condições para unir os timorenses e contratualizar a pluralidade dos seus interesses. Do mesmo modo, o equilíbrio entre o Estado, a Igreja Católica e as forças de defesa parece indispensável para sustentar a coesão interna, bem como para consolidar uma identidade nacional timorense. A decisão anunciada sobre a língua portuguesa como língua oficial do Estado é um contributo importante nesse sentido, marcando a fronteira linguística entre Timor-Leste e os Estados contíguos.

Em 1999, José Ramos Horta¹⁸⁸, futuro Ministro dos Negócios Estrangeiro (MNE) e presidente de Timor-Leste, referia que as opções estratégicas de Timor-Leste deveriam privilegiar o Fórum do Pacífico Sul, dominado pela Austrália e Nova Zelândia. Timor-Leste, em função da proximidade geográfica com a Austrália, tem de estabelecer e manter uma relação privilegiada com este seu vizinho, razão pela qual as relações económicas, comerciais, a maioria da ajuda ao desenvolvimento, e a ajuda humanitária, tem vindo e continuará a vir da Austrália. Timor-Leste tem a sua maior comunidade na diáspora na Austrália, que represente uma fonte de divisas para Timor-Leste, de quadros do futuro e de continuação de lobby na própria Austrália.

É de salientar que no passado Timor-Leste não teve uma boa relação com a Austrália. Por outro lado, é de reconhecer que este país desempenhou um papel central na resolução da crise de 1999 e é considerado um dos principais financiadores de ajuda ao desenvolvimento da capacitação das forças de defesa de Timor-Leste. Este cenário traduz-se no facto de a Austrália manter o interesse estratégico na segurança de Timor-Leste caso aconteça alguma agressão externa, e isso justifica-se através de dois cenários fundamentais: o primeiro está intimamente ligado com a relevância do território para o controle de fontes de energia e o segundo cenário tem a ver com a proximidade de Timor-Leste com o norte do país, o que faz com que o risco de forças hostis usarem o território timorense como base de operações seja um problema de segurança.

A nível interno, depara-se com algum ressentimento da parte da sociedade timorense, que deve ser mais cuidadoso ao estabelecer relações com a Austrália, pois isto está dependente das relações diplomáticas

¹⁸⁷ Mendes, Nuno Canas. (2005) - A Multidimensionalidade da construção identitária em Timor-Leste: Nacionalismo, Estado e Identidade Nacional. Ed. ISCSP-UTL, p.513.

¹⁸⁸ Horta, José Ramos, (1999) "A Política Externa de Timor", In Vários, O mundo em português, Ano I, N° 2 pp. 10-11.

entre Camberra e Jacarta. É importante que Timor-Leste, no entanto, não seja visto como estando demasiado dependente, ou mesmo dominado pela Austrália. É importante salientar que a Austrália também tem interesse em moderar a sua influência, de modo a não prejudicar as suas relações com a Indonésia.

No âmbito das relações bilaterais que Timor-Leste procura desenvolver com cada um dos seus grandes vizinhos, conta-se também com a progressiva relação entre a Austrália e a Indonésia, pois será um fator crucial para a segurança de Timor-Leste e para a estabilidade regional. A justificação em torno desta visão é que o país não tem capacidade suficiente para influenciar esta tendência, que é fortemente influenciada por outro tipo de fatores, como, por exemplo, a situação na Papua, a mais importante fonte potencial de tensão bilateral.

Assim, é possível prever dois cenários de longo prazo alternativos, que exigirão diferentes respostas por parte de Timor-Leste¹⁸⁹. O primeiro é um cenário de competição estratégica entre a Indonésia e a Austrália, com os dois lados a assumirem que têm interesses contraditórios na região e a competirem pela influência numa lógica de balança de poderes. Nessa ótica, Timor-Leste é apenas mais um dado nas relações bilaterais, uma peça num jogo mais vasto de poder, e apenas pode esperar, para proteger a sua soberania, que os seus vizinhos se contenham mutuamente e procurem contrabalançar as ações um do outro.

Se acontecer este cenário, provavelmente será de qualquer forma um equilíbrio precário, que por sua vez causará uma situação muito tensa, e com a sua posição geográfica pouco favorável, Timor-Leste não escapará nos conflitos dos vizinhos. Isto representará uma situação negativa para Timor-Leste, e se o conflito for extenso é provável que exista instabilidade de longo prazo, com implicações complexas para a estabilidade do país. Face a esta situação, é de salientar que Timor-Leste será o mais prejudicado, pois não tem espaço de manobra, o que trará mais vulnerabilidade e insegurança. Assim, neste contexto, cabe a Timor-Leste desenvolver uma política externa mais genuína nas relações bilaterais com Jacarta e Camberra, por forma a não afetar este balanço precário.

Se as condições assim o permitirem, será importante negociar esquemas de segurança paralelos com os dois vizinhos. Nestas circunstâncias, para não estar demasiado dependente da situação das duas potências regionais, Timor-Leste deverá estabelecer um acordo de segurança relevante com uma potência exterior credível, por exemplo, com os EUA, o qual possa oferecer garantias de segurança, se bem que tal seja muito difícil.

O segundo cenário é a parceria estratégica entre a Austrália e a Indonésia, com os dois países a

¹⁸⁹ Relatório, (2002). "A segurança de Timor-Leste no contexto regional-Coordenação: Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, p. 36. Disponível online em: www.dnet.org.br/.../r_timor_lestes_seguranca_tl_contexto_regional. Pdf.

reconhecerem que têm um interesse comum na segurança de Timor-Leste e a estarem preparados para desenvolver ações de cooperação com esse fim em vista, pois esta seria a melhor solução para a garantia da sua própria segurança. É com base neste segundo cenário que Timor-Leste tem vindo a intensificar as relações bilaterais nos últimos dez anos. Obviamente que os políticos timorenses estão bem conscientes da situação, e hoje através da sua política externa, dando prioridade a uma política de boa vizinhança, o país tem vindo a usufruir dos benefícios deste fortalecimento de relações.

Em suma, pode-se dizer que este é o melhor cenário, aquele em que a Indonésia e a Austrália protegeriam juntos a soberania de Timor-Leste e garantiriam a sua segurança em relação a terceiros, desencorajando qualquer ataque. Esta visão da política externa de Timor-Leste, de abraçar os seus vizinhos como parceiros estratégicos e procurando manter relações mais sólidas, trará mais estabilidade e contribuirá para uma situação de segurança mais robusta. Neste contexto, foi possível a Timor-Leste propor e apoiar o desenvolvimento de esquemas trilaterais que produziram mesmo um acordo de promoção da coordenação de respostas a preocupações comuns de segurança, como a pirataria marítima, o tráfico de droga ou a pesca ilegal, em 2008, onde Timor-Leste foi recetor do encontro tripartido com Camberra e Jacarta, em Dili.

Em última instância, é necessário antever um terceiro possível cenário, de convergência negativa ou negligência benigna, no qual a Austrália e a Indonésia convergiriam no afastamento de Timor-Leste, não mostrando qualquer interesse, nem qualquer compromisso, na segurança do novo Estado.

Contudo, exigir-se-á sempre que Timor-Leste mantenha boas relações, procurando maximizar todos os esforços possíveis através de uma diplomacia política mais concertada, dentro dos parâmetros do Direito Internacional, orientada para uma política de boa vizinhança, de coordenação e colaboração com os seus vizinhos.

4.3. Relações bilaterais com a Indonésia

“As relações com a Indonésia serão centrais para os interesses de segurança de Timor-Leste, e os desenvolvimentos políticos indonésios exercerão uma forte influência sobre o teor dos laços bilaterais. Após os acontecimentos de agosto-setembro de 1999, a Assembleia Popular Consultiva de Jacarta reconheceu a separação de Timor-Leste e revogou a sua decisão, de 1978, de integrar o território como a vigésima sétima província indonésia”¹⁹⁰.

Desde que Timor-Leste restaurou a sua independência, em 2002, uma das prioridades da sua política

¹⁹⁰ _____, “A segurança de Timor-Leste no contexto regional” (.....), 2002. P. 24.

externa tem sido esquecer o passado e pensar em desenvolver uma relação mais próxima com a Indonésia, porque em termos económicos e na questão da defesa é provável que possa haver uma inquietação, sobretudo nos primeiros anos de independência, pois Timor-Leste tem fronteiras terrestres, marítimas e aéreas com o país vizinho.

O desenvolvimento das relações bilaterais com a Indonésia é um assunto de grande ponderação, tendo em vista um futuro baseado na confiança e no respeito mútuos, como se espera de países vizinhos, e, ao mesmo tempo, a resolução de um conjunto de assuntos pendentes (fixados no Joint Communiqué entre a Indonésia e a UNTAET, assinado a 29 de Fevereiro de 2000)¹⁹¹, para suavizar um passivo que a memória coletiva dos timorenses registou. Após a independência foi dado um primeiro passo positivo com a criação de uma Comissão Conjunta de Cooperação Bilateral (2 de Julho de 2002), para continuar a discutir os assuntos residuais (regresso dos refugiados, demarcação das fronteiras terrestre e marítima e resolução da reclamação de bens) e para facilitar as consultas e a cooperação entre os dois países em todas as áreas.

Além do mais, a região onde os dois países se inserem precisa de conquistar a estabilidade necessária para garantir a paz e o crescimento, não obstante a pesada herança de um e de outro lado, legada por um período dramático de 25 anos de convivência forçada. Timor-Leste e a Indonésia compartilham agora uma transição política tumultuosa, diversa na sua natureza e efeitos, mas em ambos os casos fruto de nacionalismos ativos e auxiliados por dinâmicas globais que ajudam sempre a repensar, pela força dos exemplos, os equilíbrios e desequilíbrios do poder, bem como as novas configurações das relações internacionais e dos seus atores.

Hoje, na conjuntura da política internacional, a aposta numa via armamentista já não é muito viável. Nesta perspetiva, Timor-Leste procura intensificar ou apostar mais nos canais da diplomacia e da economia, pois são prioritários no bilateralismo que se pretende desenvolver. Existe, da parte de Timor-Leste, a consciência de que pode ter um papel crucial no diálogo mais construtivo entre a Indonésia e a Austrália e, deste modo, potenciar a sua ação na política externa através de uma postura de neutralidade ativa.

A Indonésia afigura-se assim como um interlocutor evidente ao nível bilateral e, simultaneamente, no plano regional. A sua intervenção na ASEAN e na sua eventual reforma é crucial, razão para que também as considerações sobre a integração de Timor-Leste passem pela atitude que a Indonésia tome relativamente ao futuro da organização. Neste cenário, os governantes timorenses estão conscientes de que há uma dependência clara de Timor-Leste em relação à evolução política na Indonésia, de que beneficiou a partir de

¹⁹¹ Saldanha, João M.(2001)-East Timor:Development Challenges for the World 's Newest Nation. Singapore: ISAS, pp.84-96.

1997, após da queda do regime Suharto, e da qual deverá continuar a tirar partido.

Independentemente de ser um caso excepcional, a cooperação bilateral que Timor-Leste procura desenvolver com a Indonésia, no curto e longo prazo, deverá assentar nos aspetos fundamentais para o seu interesse nacional, nomeadamente, no potencial dos seus recursos económicos, como as ameaças tangíveis que existem já em relação à pesca, o outro recurso marinho importante de Timor-Leste. As águas timorenses são presa fácil para pescadores indonésios, chineses, tailandeses e taiwaneses. É necessário proteger os recursos marítimos vivos para que Timor-Leste não perca uma fonte valiosa de alimento e de meio de vida. Casos as águas não sejam suficientemente vigiadas, existe igualmente o perigo de serem vistas como um paraíso para atividades marítimas ilegais, como a pirataria, o contrabando de pessoas e o tráfico de droga.

O tráfico ilegal de pessoas é outra atividade lucrativa das organizações internacionais de crime. Desde o fim da Guerra Fria que o movimento irregular de pessoas se tornou numa questão humanitária e de segurança para a região Ásia-Pacífico. Os destinos são, geralmente, países desenvolvidos, mas outros Estados são usados como pontos de passagem, escolhidos em função da localização geográfica, de procedimentos de imigração e inspeções de entrada relativamente fluxos e da potencial cumplicidade de funcionários locais. Os vizinhos de Timor-Leste da Ásia Oriental abrigam relutantemente entre 2 a 3 milhões de refugiados e deslocados internos, bem como 4 a 5 milhões de trabalhadores migrantes indocumentados, enquanto a sul a Austrália se debate com um fluxo de pedidos de asilo provenientes do Afeganistão, do Médio Oriente e da China.

É inconcebível que os contrabandistas de pessoas venham a explorar a localização estratégica de Timor-Leste, na encruzilhada marítima da Ásia e do Pacífico, como destino de trânsito para indivíduos que procuram asilo e para imigrantes ilegais que querem chegar à Austrália. Isso poderia complicar as relações com Camberra, para além de criar problemas de segurança e de recursos para Díli.

Estados fracos são um ambiente fértil para terroristas, como se vê no sul das Filipinas e, cada vez mais, na Indonésia. Organizações terroristas e grupos criminosos colaboram de forma prejudicial para os Estados que os abrigam e para os seus vizinhos. No entanto, uma avaliação realista indica que Timor-Leste, com uma população na sua esmagadora maioria católica, não é um bom terreno para indivíduos ou grupos ligados às redes terroristas islâmicas.

4.4. Relações com a ASEAN

As prioridades externas de Timor-Leste num plano regional e bilateral¹⁹² são essencialmente com: os países do bloco (ASEAN), Austrália, Nova Zelândia, Portugal e países da CPLP e, num plano mais amplo, com os Estados Unidos da América (EUA) e União Europeia (EU). A Indonésia surgiu e surgirá, de forma gradual, como uma prioridade da política externa, tendo em vista a reconciliação dos dois Estados.

A oportunidade, as valências e os objetivos da integração regional de Timor-Leste são questões de natureza complexa, mas a ponderar neste tempo em que os acontecimentos se sucedem a um ritmo vantajoso.

Por esta razão, já foram expressas algumas opiniões sobre as vantagens de tal vir a suceder num futuro próximo, sublinhando-se que no ordenamento atual das relações económicas e comerciais internacionais, o modelo regionalismo é uma realidade incontornável. A pertença regional será certamente um fator crucial na consolidação do Estado, tornando-se evidente que está em causa uma ponderação estratégica da importância dos vetores geopolítico e geoeconómico que ela representa, o que, naturalmente, exige grande cuidado, dada a posição de charneira que Timor-Leste ocupa no espaço onde se inscreve, entre a Indonésia, o Sudeste Asiático e a Austrália.

Não é de agora a ponderação de uma adesão de Timor-Leste à ASEAN, pois já em 1999 Xanana Gusmão anunciou que o futuro Estado independente adotaria a economia de mercado e não renunciaria “ao firme propósito de se candidatar à ASEAN como contributo mais positivo para a estabilidade regional”.¹⁹³

É de reconhecer que a ASEAN representa um valor estratégico e importante para a política externa de Timor-Leste, quer em termos de segurança, quer em termos de perspetiva económica. É com base nesta análise que os líderes timorenses procuram estabelecer as suas relações bilaterais com os países da ASEAN. A necessidade de encontrar um equilíbrio nas relações externas do país parece não poder prescindir do fator sudoeste asiático. É neste sentido que se situa o périplo de Ramos Horta e de Xanana Gusmão por algumas das capitais de Estados-membros daquela organização logo no início de 2000, com desenvolvimentos até à atualidade. O próprio Ramos Horta admitiria que não iria descurar a ASEAN pois tencionava desenvolver contactos bilaterais privilegiados com países como Singapura, as Filipinas e a Tailândia, cujas experiências no plano económico poderiam funcionar como modelo para Timor-Leste. Mantinha-se a reserva relativamente ao todo – ou pelo menos a certas partes do todo, uma vez que se preferia o diálogo bilateral.

¹⁹² Mendes, Nuno Canas.- (2005) -“A Construção do Nacionalismo Timorense”, In Vários Ensaios Sobre Nacionalismos em Timor-Leste, Coleção Biblioteca Diplomática, Série A, N° 4, Instituto Diplomático do MNE, pp.220-221.

¹⁹³ Magalhães, Barbedo, António,-“Timor-Leste na encruzilhada da transição indonésia”, Lisboa: Fundação Mário Soares-Edição Gradiva, 1999, p. 138.

Para a concretização deste sonho de fazer parte da ASEAN como membro permanente, Timor-Leste precisa de preencher três requisitos fundamentais: o primeiro é sobretudo a questão financeira, o segundo está intimamente ligado com questões de recursos humanos e o terceiro é o estabelecimento no curto prazo de embaixadas nos países da ASEAN.

Atualmente existem, de facto, dificuldades, institucionais e de recursos humanos, para a participação timorense em diversas iniciativas económicas da ASEAN, em particular na ASEAN Free Trade Area (AFTA), na ASEAN Industrial Cooperation Scheme (AICO) e na ASEAN Investment Area (AIA). Com os requisitos estabelecidos pela ASEAN, em termos de recursos humanos e de financiamento da própria organização, o governo tem vindo a prestar uma atenção especial ao desenvolvimento de um grupo capaz de pessoas que possa ser o núcleo do departamento ASEAN no Ministério dos Negócios Estrangeiros timorense. Para a participação timorense nas numerosas reuniões da ASEAN será crucial, por exemplo, a competência na língua inglesa.

A adesão à ASEAN é uma questão de decisão dos Estados-membros da organização. Timor-Leste já tem o estatuto de observador, e faltam apenas alguns arranjos técnicos para formalizar a adesão de Timor-Leste como membro de pleno direito. Nos últimos dez anos, Timor-Leste, através do Ministério de Negócios Estrangeiros, tem vindo a estreitar os laços de amizade com todos os Estados-membros da ASEAN, e uma das prioridades do governo é estabelecer embaixadas nos países que compõem a ASEAN. Apesar de enfrentar alguns obstáculos levantados por alguns países, como a Birmânia e Singapura, que considera que Timor-Leste ainda não tem capacidade suficiente em termos de recursos humanos para aderir à ASEAN, o ex-primeiro-ministro Xanana Gusmão, em conjunto com o Ministério dos Negócios Estrangeiros de Timor-Leste, em 2014, fez visitas oficiais a todos os Estados-membros da ASEAN, por forma a esclarecer aos seus homólogos que o país está apto para integrar a organização.

Como já foi acima referido, alguns membros da ASEAN podem inclinar-se para adotar uma estratégia cautelosa e tentar adiar a admissão de Timor-Leste, baseando-se em preocupações com as consequências imprevistas de prévios alargamentos, a fragilidade da economia timorense e a sua dificuldade em cumprir as obrigações da organização. No entanto, os benefícios de uma rápida adesão excederiam largamente os custos, pois a inclusão de Timor-Leste apresenta claras vantagens políticas para os membros da ASEAN.

Em primeiro lugar, contribuiria para a reconstrução da credibilidade da ASEAN, danificada pela sua incapacidade em responder à crise timorense de 1999. O facto de Timor-Leste, vítima dessa inação, e que tem razões legítimas para questionar a eficácia da organização, querer aderir à ASEAN é o melhor

reconhecimento possível de que a organização ainda é relevante e desempenha um papel útil na manutenção da estabilidade regional.

Segundo, através da adesão de Timor-Leste, a região estará mais bem capacitada para responder às questões transnacionais, como o tráfico de droga, o comércio ilegal transfronteiriço, o tráfico de pessoas, a exploração ecológica e a degradação ambiental, não só porque a área controlada pelo Estado timorense não fica fora do âmbito de uma ação coordenada, mas também porque é provável que Timor-Leste seja um apoiante entusiástico de uma coordenação reforçada em questões de segurança transnacionais. Assim, a própria credibilidade da ASEAN sairia reforçada com a adesão de Timor-Leste, que lhe permitiria lidar, de forma mais eficaz, com questões transnacionais de segurança regional que afetam os mares do Sudeste Asiático.

Em terceiro lugar, a adesão de Timor-Leste será uma oportunidade para a ASEAN diversificar ainda mais os seus laços internacionais e reforçar os contactos diplomáticos com o mundo lusófono, a América Latina, a União Europeia e a comunidade internacional das ONGs, o que aumentaria a voz política e diplomática da ASEAN nas questões internacionais, realçando a sua importância internacional.

Quarto, a normalização das relações entre a Indonésia e Timor-Leste no quadro da ASEAN consolida as relações bilaterais e contribui para uma reconciliação mais sólida. Por outro lado, assegura que qualquer eventual disputa bilateral não será tratada exclusivamente pelos dois Estados, podendo ser mediada e suavizada pelos parceiros regionais. Em suma, a adesão de Timor-Leste serve os interesses da ASEAN na medida em que é um importante mecanismo para mitigar as tensões e sublimar os potenciais conflitos entre Dili e Jacarta, reduzindo assim os riscos de instabilidade regional.

Quinto, a adesão de Timor também proporciona aos membros da ASEAN (com a exceção da Indonésia e do Brunei) que enfrentam crescentes défices estruturais de energia, o que é um dos mais sérios entraves a um crescimento de longo prazo, melhores hipóteses de acesso a fontes alternativas, através de um tratamento comercial preferencial no fornecimento de gás natural e de petróleo.

A maioria destes potenciais benefícios só pode ser real se a decisão de permitir a adesão de Timor-Leste não demorar demasiado tempo a materializar-se. Se a ASEAN for vista como demasiado hesitante e com dúvidas no seu compromisso para com Timor-Leste, não só teria dificuldade em reforçar a sua credibilidade e a sua imagem aos olhos da comunidade internacional como emitiria um sinal negativo para Timor-Leste, forçando o novo Estado a apoiar-se mais na sua relação com a Austrália e, possivelmente, com o Fórum do Pacífico. Este resultado não interessa à ASEAN. A decisão de aprovar a candidatura de Timor-Leste

é, basicamente, de natureza política. Não deve ser determinada por meras razões técnicas, mas pelos benefícios a longo prazo para a estabilidade regional.

A nível bilateral, os países da região devem procurar estabelecer uma cooperação bilateral de segurança produtiva com Timor-Leste, tendo em vista contribuir para o reforço da capacidade de autodefesa do país e de resposta aos desafios de segurança. As relações entre militares superiores e a troca regular de informação de segurança relevante são importantes mecanismos que podem ser desenvolvidos com custos mínimos.

Por outro lado, é vital que os países da região respeitem integralmente a soberania de Timor-Leste, abstando-se de atos que possam gerar tensão, como a ausência de notificação ao governo timorense de exercícios navais perto das suas fronteiras marítimas. Tendo em vista a construção de confiança e contribuir para o treino dos militares timorenses, seria útil que os países próximos convidassem Timor-Leste para participar como observador nos seus exercícios militares próprios ou para exercícios multilaterais que desenvolvam com outros parceiros regionais.

4.5. Relações com o Pacífico do Sul

A adesão ao Fórum do Pacífico Sul¹⁹⁴ não trará qualquer benefício relevante a Timor-Leste, em parte porque esta instituição não tem poder nem recursos. Os atores mais relevantes que historicamente têm interesse no Pacífico Sul, em particular a Austrália e a Nova Zelândia, dão mais importância ao Sudeste Asiático nas suas políticas externa e de segurança. A maioria dos Estados que compõem o Fórum do Pacífico Sul são Estados pequenos, em que as economias dependem apenas do setor do turismo. É lógico que em termos de defesa e segurança também não haverá disputas significativas entre os Estados considerados potentes como a Austrália e a Nova Zelândia. Da mesma forma, o fraco poder comercial dos Estados do Pacífico Sul não lhes permite pressionar países como o Japão e os Estados Unidos para alcançarem termos de comércio mais vantajosos para países insulares ou para aliviar algumas das mais duras consequências da globalização.

Em Abril de 2014¹⁹⁵, Timor-Leste teve a honra de assumir a Presidência da 69ª sessão da Comissão Económica e Social para a Ásia-Pacífico das Nações Unidas. Aproveitando esta presidência, Timor-Leste tem

¹⁹⁴ Relatório, (2002). "A segurança de Timor-Leste no contexto regional-Coordenação: Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, p. 38. Disponível online em: www.dnet.org.br/.../r_timor_este_seguranca_tl_contexto_regional.Pdf.

¹⁹⁵ Gov: "Entrega do processo de governação do Ministério das Finanças 2007-2012" pp. 44-46. Disponível online em: www.timor-leste.gov.tl.

assim o privilégio, para o ano de 2015, de trabalhar com a CESAP e com as nações da Ásia-Pacífico em prol do progresso e da melhoria do desenvolvimento humano.

Esta oportunidade de liderar a Comissão Económica e Social para a Ásia-Pacífico dará uma contribuição significativa para Timor-Leste desenvolver mais de perto as relações bilaterais com os países do Pacífico do Sul. Por outro lado, o envolvimento na CESAP servirá de ponte entre o Sudeste Asiático e o Fórum do Pacífico do Sul. Na medida em que se partilham muitos desafios e oportunidades com as Ilhas do Pacífico, Timor-Leste contribuí fortemente como observador no Fórum anual das Ilhas do Pacífico, no qual está sempre presente.

A solidariedade do país com as Ilhas do Pacífico¹⁹⁶ é sincera. É de salientar que Timor-Leste congratulou o apoio incondicional de Vanuatu aquando da sua luta pela independência. Por outro lado, uma das relações bilaterais que Timor-Leste tem vindo a desenvolver nos últimos anos é com as Ilhas Salomão, para dar resposta à fragilidade de ambos os países. Timor-Leste está também solidário com a República do Kiribati, com as Ilhas Marshall e com Tuvalu, países estes que se estão lentamente a afundar na imensidão do oceano devido aos perigos das alterações climáticas.

Timor-Leste prestará a sua solidariedade em todas as vertentes e quer contribuir com soluções para alguns dos desafios em termos de desenvolvimento humano com que a Ásia-Pacífico se depara. É evidente que isto envolve não só respostas locais e regionais como também compromissos e ações a nível global.

Estes são porventura alguns dos desafios de desenvolvimento que a Ásia-Pacífico enfrenta. Estes desafios incluem a pobreza disseminada e o aumento da desigualdade e da violência contra as mulheres. Infelizmente, estes desafios são comuns em grande parte do mundo. São também os desafios que estiveram na base da formulação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio.

Timor-Leste como nação está atualmente a dialogar com vista a desenvolver a agenda de desenvolvimento pós-2015, para o período a seguir ao fim dos ODMs. Com a Presidência da CEAP, Timor-Leste está, em conjunto com os países do Pacífico, determinado em garantir que as Nações Unidas tomem consciência de que nenhuma nação frágil ou afetada por conflitos atingiu um só Objetivo de Desenvolvimento do Milénio.

Foi por esta razão que, em 2010, Timor-Leste organizou uma conferência internacional sob o tema “Construção da Paz e Construção do Estado”. Um resultado importante da conferência foi a criação do

¹⁹⁶ Gusmão, Xanana, (2014), “Discurso do 1º Ministro da RDTL-Timor-Leste e ASEAN: Perspetivas e desafios. Disponível online em: [timor-leste.gov.tl. /.../timor-leste-e-a-ASEAN_Perspetiva-e-Desafios-2.pdf](http://timor-leste.gov.tl/.../timor-leste-e-a-ASEAN_Perspetiva-e-Desafios-2.pdf).

“g7+”, um fórum internacional que permite a países frágeis falar a uma só voz na defesa de alterações às políticas de desenvolvimento global.

Os países do “g7+” sabem, por experiência própria, que não é possível erradicar a pobreza sem que haja paz e estabilidade. É por esta razão que as nações do “g7+” estão a trabalhar em conjunto para garantir que a agenda de desenvolvimento pós-2015 dê resposta à necessidade de paz e estabilidade e para que as perspectivas dos Estados frágeis sejam centrais no diálogo global. Esta mensagem foi repetida de forma clara e em bom som quando as nações do “g7+”, bem como alguns vizinhos das Ilhas da Ásia e do Pacífico e alguns países da África e do Médio Oriente, se reuniram em Dili, em fevereiro de 2014, numa conferência internacional organizada pelo governo sob o tema “Desenvolvimento para Todos”.

A Conferência resultou no “Consenso de Dili”¹⁹⁷, o qual estabelece as prioridades mútuas e esperanças para a agenda de desenvolvimento pós-2015. O “Consenso de Dili” reconheceu que as abordagens padrão ao desenvolvimento não perceberam que os desafios enfrentados pelos Estados considerados frágeis variam consoante os contextos locais. Isto significa que os problemas e as soluções para alcançar o desenvolvimento humano são diferentes numa nação do Sudeste Asiático comparativamente com uma nação-ilha no Pacífico. Da mesma forma, não será possível erradicar a pobreza na Ásia-Pacífico e no mundo inteiro sem primeiro abordar as questões dos países frágeis afetados por conflitos.

Para além de ser um país pequeno, Timor-Leste é também a nação mais jovem na região da Ásia-Pacífico. Exatamente por ser pequeno, é importante que trabalhe em conjunto com os seus vizinhos de modo a melhorar as vidas de seus povos e a contribuir para o desenvolvimento humano na região. É neste rumo, aproveitando para estreitar os laços de amizade e de boa vizinhança com todos os países do Pacífico através de uma política externa sólida, que Timor-Leste poderá garantir as suas questões de defesa e segurança que são consideradas cruciais para o seu desenvolvimento nacional.

4.6. Relações bilaterais com outros países - Japão, China, EUA e Portugal

Para além das relações bilaterais que Timor-Leste tem vindo a desenvolver com a ASEAN e o Pacífico, o país não poderá ignorar os países do Extremo Oriente, designadamente a China e o Japão, ambos doadores, mas com destaque para o Japão. Como refere Nuno Canas Mendes, “a necessidade estratégica de aproximação a vários tabuleiros políticos por forma a aumentar a sua margem de ação nas relações internacionais, evitando concomitantemente tendências hegemónicas, e a pertença ao mundo dos países de

¹⁹⁷ Gov. (2007). “Entrega do processo de governação do Ministério das Finanças 2007-2012. P. 46. Disponível online em: www.timor-leste.gov.tl.

língua portuguesa é um importante fator político e diplomático que justificou a adesão à CPLP.”¹⁹⁸

Para assegurar a sua soberania na região, Timor-Leste enfrentará muitos desafios no futuro. É neste contexto que procura estabelecer relações diplomáticas com todos os países, servindo esta como uma estratégia política sólida, a fim de ultrapassar todos os problemas que deverão surgir, visto ser Timor-Leste um país novo e frágil em termos geográficos. Com o fim da Guerra-Fria, a aposta armamentista já não é viável para um qualquer Estado atuar dentro das normas do Direito Internacional. É com base na harmonia de relações e no respeito mútuo e na não ingerência nos assuntos políticos de cada Estado que os países devem agir.

Nesta perspetiva, Timor-Leste deve orientar a sua política externa para a diplomacia económica face aos seus parceiros estratégicos. É na diplomacia económica que pode cativar investimentos diretos estrangeiros e usufruir benefícios para sustentar o desenvolvimento da nação e do seu povo.

O IV Governo Constitucional¹⁹⁹ entendia a política externa como sendo um domínio de capital importância para Timor-Leste e por isso propõem-se trabalhar ativamente no sentido de reforçar a credibilidade e efetividade da ação internacional em Timor-Leste, e continuar a cultivar uma política de amizade e cooperação com todos os países do mundo. O governo pretende continuar a promover uma presença ativa na ONU e a fomentar a cooperação multilateral com as diversas agências do sistema da ONU, bem como com as agências de cooperação bilateral.

Neste contexto, Timor-Leste deverá refletir sobre a sua opção no passado, em que, escolhendo a ideologia política errada, teve que pagar com a vida do seu povo os custos dessa má opção ao longo de duas décadas e meia. Em termos económicos, o país também dependerá muito dos países vizinhos, nomeadamente, a ASEAN, a Austrália e a Nova Zelândia. De igual modo, um dos eixos da política externa timorense passa pela participação ativa na CPLP e pelo reforço das relações com a UE. A primeira numa perspetiva de promoção da língua portuguesa, e a segunda porque poderá ter um papel na estruturação da situação política timorense, e funcionar como garantia de abertura de Timor-Leste ao mundo. Outro grupo de países, onde se incluem a Noruega, Irlanda, EUA, Coreia do Sul, Cuba e os países integrantes das instituições já referidas, têm contribuído em áreas determinantes para a consolidação de Timor-Leste.

Por outro lado, Timor-Leste não descurará as relações já empreendidas com outros Estados, e que tiveram no passado um papel importante, tanto para a reconstrução física e económica, como para a

¹⁹⁸ Mendes, Nuno, Canas (2005) "A Construção do Nacionalismo Timorense" In Vários, Ensaios sobre nacionalismos em Timor-Leste, Coleção Biblioteca, Série A, n.º 4, Instituto Diplomático do MNE, pp. 222-223.

¹⁹⁹ Plano do IV Governo Constitucional, (2007-2012), pp. 12-78. Disponível em: <http://www.timor-leste.gov.tl>.

consolidação da democracia. Dentro desses países, encontram-se a China, o Japão e os EUA. Mas também outros países têm demonstrando um interesse em cooperar com Timor-Leste, nomeadamente Cuba, Brasil, Coreia, Tailândia, Malásia, Filipinas, Nova Zelândia, Noruega, Irlanda, Reino Unido e a própria Comissão Europeia.

O Governo pretende consolidar laços de solidariedade, amizade e cooperação entre os países integrantes da CPLP, que, com a língua portuguesa como pano de fundo, detêm uma expressão de universalismo que favorece o relacionamento de Timor-Leste com África, América e Europa.

Ficou definido no Programa do Governo que este orientará a sua política externa na consolidação da sua atual rede diplomática e consular, alargando-a em função do interesse do Estado de Timor-Leste em aprofundar a sua presença em importantes espaços estratégicos – políticos e económicos, regionais e culturais –, como a ASEAN, a CPLP e a União Europeia.

No que diz respeito ao terceiro nível, Timor-Leste tem importantes laços fora da região e tem um interesse óbvio em cultivar essas relações. A cooperação militar com os Estados Unidos e os países europeus, particularmente com Portugal e o Reino Unido, tendo em vista reforçar o treino de oficiais superiores, também ajudaria a diversificar as opções de Timor-Leste e a assegurar os níveis globais de auxílio que serão necessários. Adicionalmente, estes laços também contribuem para as relações entre Timor-Leste e a Indonésia e a Austrália. A situação de Timor-Leste foi e ainda é complexa, pois como sublinhou Adriano Moreira, "Timor é obrigado a dormir com o inimigo, redefinindo a atitude em relação à Indonésia que sacrificou o seu povo, e à Austrália que teve olhares sobretudo para o petróleo".²⁰⁰

Era objetivo de Timor-Leste, após a independência, tornar-se membro de duas organizações regionais, o Fórum do Pacífico Sul e a ASEAN. Contudo, os objetivos prioritários da sua política externa nos primeiros anos após a independência²⁰¹ eram ditados por interesses nacionais ligados à questão da segurança, tendo de passar em primeiro lugar por relações com a Austrália e a Nova Zelândia.

Em termos regionais, Ramos Horta considerava prioritários, em 1999, o Fórum do Pacífico Sul, a União Europeia, e os EUA, por esta ordem. As relações com os EUA são incontornavelmente importantes, tal como o foram no passado, basta recordar que a INTERFET só foi viável quando o Presidente Clinton lançou o ultimato a Jacarta. Timor-Leste recebeu apoio ao longo dos anos, ao nível do Congresso norte-americano,

²⁰⁰ Moreira, Adriano, (2007) "A Diplomacia Portuguesa", In Vários Negócios Estrangeiros, N° 10, p.22

²⁰¹ Horta, José, Ramos, (1999), "A Política Externa de Timor", in Vários, O Mundo Português, Ano I N° 2, p.7.

apesar de, desde 1975, as sucessivas administrações norte-americanas terem sido cúmplices do genocídio em Timor-Leste e de terem vendido armas e tentando silenciar a questão de Timor. Todavia, depois do final da Guerra Fria, os EUA passaram a olhar para Timor-Leste e para a Indonésia de outra forma, em muito devido ao empenho de Portugal, que não se poupou a esforços para manter a questão de Timor-Leste na agenda internacional. Em 1994, o Presidente Bill Clinton, em Jacarta, numa Cimeira da APEC, instou publicamente a Indonésia a dialogar com os timorenses e a dar-lhes mais voz, defendendo igualmente uma autonomia limitada para Timor-Leste.

A cooperação militar que Timor-Leste previa ter com os EUA era muito limitada, em cooperação com a Austrália e Portugal, na formação das forças de segurança de Timor-Leste. Timor-Leste pretendia levar a cabo uma política externa com os países do Terceiro Mundo que pudesse ser útil para os dois lados, o Sul e o Norte. As boas relações com o Ocidente não implicavam um abandono de uma política externa com os países do Terceiro Mundo. Ramos Horta considera que a UE "à medida que se consolida institucionalmente e que a política externa comum ganha forma, pode vir a ter um papel muito mais relevante na região"²⁰²

Era intenção do Governo de Timor-Leste ver a UE, mas também um bloco de países pequenos da Europa, assumirem um pouco o papel de equilíbrio com a Indonésia e Austrália. Dentro desse grupo, estariam, segundo Ramos Horta, Portugal, Irlanda, Espanha e os países nórdicos, formando uma espécie de Clube de Timor, que concentraria esforços na ajuda económica, na ajuda humanitária e na ajuda ao desenvolvimento. Considerava ainda que a UE enquanto instituição deveria também ajudar ao nível bilateral, de forma coordenada, com os países mencionados, de forma a evitar uma dependência económica e estratégica da Austrália. Dentro dos grandes países da UE, o que teria maior presença em Timor-Leste seria o Reino Unido, por ser de entre os países europeus o que já tinha maior presença na região, e dado o desenvolvimento de boas relações desde 1999 entre o Primeiro-Ministro de Timor-Leste, Xanana Gusmão, e os membros do governo inglês. Por essa altura, Timor-Leste já tinha pedido para dinamizar as relações com Portugal.

Ramos Horta considera que "nos últimos anos deve-se muito a Portugal o facto de termos chegado onde chegámos. Portugal batalhou nos grandes palcos internacionais, por vezes sofreu derrotas, foi humilhado pelos seus próprios parceiros", sublinhando ainda que "as relações de cooperação Portugal e Timor-Leste não têm limites. É de admirar que haja dois países no mundo que tenham estas relações tão íntimas".²⁰³ O Governo de Timor-Leste considera, igualmente, que necessita de Portugal para o

²⁰² — "A política externa de Timor-Leste", (.....) 1999, p.8.

²⁰³ — "A política externa de Timor-Leste", (.....) 1999, p. 9.

desenvolvimento da economia, das infraestruturas, e para a formação de quadros. Por outro lado, Timor-Leste pode servir de entreposto comercial na região, e dar acesso mais facilitado aos países da ASEAN, à Coreia do Sul, ao Japão e à China. Timor-Leste, pela sua localização estratégica, pode servir os interesses de Portugal.

Outro do cenário negro marcante na história do país foi a crise político-militar de Timor-Leste em 2006. Mais uma vez, Timor-Leste só tem que agradecer por tudo que Portugal fez no seio da União Europeia em relação à crise. Se, por um lado, a Austrália gostaria de ver um Timor-Leste destruído, para depois ser considerado como um «Estado falhado» na cena internacional, e assim assegurar uma presença no país de longa duração, por outro lado, tocou a Portugal desenvolver todo os esforços através de meios político-diplomáticos junto dos membros da União Europeia, por forma a pressionar Camberra para não interferir diretamente com os assuntos internos de Timor-Leste.

E isto veio a ser conseguido e a Austrália tem vindo a reduzir a sua postura arrogante de potência regional face à crise política e militar que abalou o país. Graças a esta intervenção de Portugal, e ao seu apoio direto na restauração da ordem pública através do contingente militar do GNR, Timor-Leste recuperou a sua estabilidade política e hoje mantém a vontade de não repetir o erro. Todos os dirigentes políticos do país estão conscientes da importância de assegurar a soberania do seu Estado, e foi precisamente em 2007, depois das eleições gerais, que o IV Governo Constitucional²⁰⁴ lançou a ideia «Adeus conflito, bem-vindo desenvolvimento».

²⁰⁴ Pires, Emília, (2011).Orçamento Geral de Estado 2º11, Panorama Orçamento-Adeus Conflito Bem-vindo Desenvolvimento,GabinetMinistério das Finanças. Disponível em: <http://www.mof.gov.tl/wp-content/uploads/2011/05/budget-book-2011-1-por.pdf>

Conclusão

O significado político de Timor-Leste adotar o português como sua língua oficial, está associada em duas razões fundamentais. Primeiro lugar, a escolha da língua Portuguesa abre a Timor-Leste uma janela para o mundo. Em segundo lugar, o português torna Timor-Leste algo diferente e único no Extremo Oriente.

A análise do potencial geopolítico da língua portuguesa para Timor-Leste, teve como suporte um estudo de investigação que foi efetuada no país, em Agosto de 2014. É pois aceitável, no contexto abordado anteriormente, deduzir que o potencial geopolítico da língua portuguesa para Timor-Leste é elevado. O primeiro capítulo confirmou esta dimensão e permite concluir que o português é um idioma de grande importância para Timor-Leste, pois, sendo uma importante língua internacional, pode proporcionar a Timor-Leste vantagens políticas, sociais e culturais e benefícios materiais.

De uma forma geral, os resultados obtidos através das respostas dos 100 inquiridos deste estudo atingiram um nível de confiança muito positiva nos quatro quadros: potencial geopolítico da língua portuguesa para Timor-Leste; constrangimentos; contributo do potencial geopolítico da língua portuguesa para Timor-Leste; e, por último, satisfação do potencial geopolítico da língua portuguesa para Timor-Leste. Estes resultados estão em sintonia com a política do governo timorense nos últimos oito anos.

No âmbito particular deste trabalho, é fundamental destacar dois pontos essenciais para medir os resultados alcançados e analisar os fatores que contribuem para a lentidão na implementação das políticas centradas no setor da educação criadas pelo governo nos últimos dez anos. Assim podemos destacar:

- I. Pontos fortes do potencial geopolítico da língua portuguesa para Timor-Leste;
- II. Pontos fracos do potencial da língua portuguesa para Timor-Leste.

Em relação aos pontos fortes do potencial geopolítico da língua portuguesa para Timor-Leste, é de considerar que não restam dúvidas sobre as suas vantagens. Timor-Leste só tem a ganhar com a opção da língua portuguesa como língua oficial, que, do ponto de vista político e cultural, ajudou muito Timor-Leste a posicionar-se como um Estado independente face aos vizinhos da região, particularmente face à Indonésia e à Austrália, que sempre quiseram impor as suas influências políticas, económicas e socioculturais. Por outro lado, a inclusão de Timor-Leste na CPLP, como único Estado-membro a representar a organização na região do Sudoeste Asiático, também ajuda muito o país de sair do excesso da dependência externa em diversos aspetos políticos, económicos e em termos de segurança e defesa.

Isto justifica-se através do peso que a CPLP tem junto das Organizações Internacionais. Por exemplo: Portugal como membro permanente da União Europeia, na qual tem vindo a desempenhar um papel muito importante, como aconteceu na resolução da crise político-militar de 2006 ocorrida em Timor-Leste. Em termos diplomáticos, Portugal conseguiu convencer os restantes países membros da União Europeia a pressionar a Austrália para não interferir diretamente nos assuntos políticos internos de Timor-Leste. A intervenção da Austrália no país não foi imparcial e teve intenção clara de deixar Timor-Leste cair numa guerra civil, por forma a confirmar Timor-Leste como um Estado falhado, e assim legitimando a sua presença militar no território durante um período indeterminado. Este é apenas um dos casos na história recente de Timor-Leste que ajuda a justificar o porquê do potencial geopolítico da língua portuguesa para o país.

Com a língua portuguesa como elo de ligação entre os seus Estados-membros, e a emergência económica do Brasil, Portugal e Angola, que representam a CPLP nos fóruns internacionais, Timor-Leste passará a ser considerado como uma janela de oportunidades na área económica, nos setores de investimento direto estrangeiro e no setor do comércio dos seus parceiros da CPLP na região, e, por outro lado, procurará inverter os investimentos e negócios dos países da Ásia-Pacífico nos mercados da CPLP.

A posição geográfica de Timor-Leste na região é considerada estratégica e assume um papel com dupla função, isto é, levar os interesses comuns da CPLP para os mercados asiáticos e, por outro lado, funcionar como facilitador dos interesses económicos dos seus vizinhos da região nos mercados da CPLP. Este é um dos objetivos que Timor-Leste procura assegurar, cumprindo os seus compromissos de defender os interesses comuns da CPLP na região. Os ganhos económicos beneficiarão todos os seus membros, o que no fundo contribuirá para o bem-estar dos seus povos, tanto a médio como a longo prazo.

Relativamente ao contributo do potencial da língua portuguesa para Timor-Leste, é evidente que, como língua de ciência do conhecimento e tecnologia dos nove Estados-membros da CPLP, a língua portuguesa oferecerá grandes benefícios à futura geração de jovens timorenses, pois, hoje, muitos jovens formados já em Portugal e no Brasil estão ocupar posições chave nas instituições do governo e a contribuir para o desenvolvimento do país.

Do ponto de vista político e sociocultural, Timor-Leste, ao ter a língua portuguesa como sua língua oficial, tem vindo a contribuir claramente para que o seu futuro não venha a ser determinado pela influência de línguas estrangeiras, como o inglês e o bahasa indonésio.

Outra das vantagens que Timor-Leste deve usufruir com a língua portuguesa é a sua integração na CPLP, pois esta organização está a afirmar o seu peso na cena internacional. A solicitação da Indonésia e da

Austrália para terem estatuto de Estados Associados na CPLP durante a X Cimeira dos Chefes de Estados e Governos em julho de 2014, em Dili, é, do ponto de vista político, benéfica para Timor-Leste, pois com esta solicitação automaticamente diminuirá a pressão política nos assuntos internos do país no futuro, particularmente por parte da Austrália. É com base nesta realidade que se afigura o valor estratégico da língua portuguesa no mundo. Tudo isto serve para justificar, claramente, que o potencial geopolítico da língua portuguesa para Timor-Leste ocupa um papel fundamental e determinante na salvaguarda do seu interesse nacional, quer do ponto de vista político, económico ou sociocultural.

Em relação aos pontos fracos, tal como se verificou com os resultados da investigação, estes estão intimamente associados com a implementação da língua portuguesa nas escolas nacionais. Temos de aceitar que Timor-Leste, como país novo que está a caminho de 13 anos de independência, logicamente se depara com muitas dificuldades para resolver o assunto da educação. Porém, isto não significa que o governo não esteja a desenvolver os esforços necessários para resolver e melhorar o sistema de ensino, particularmente no que concerne ao desenvolvimento da língua portuguesa.

Nos primeiros cinco anos, de facto, o governo tinha a certeza absoluta que o setor da educação, por ser um pilar importante da sociedade, impõe desafios sérios, cujas razões de ser, no caso timorense, são bem claras: o facto de Timor-Leste ter sido vítima de um processo de ocupação longa e, por outro lado, depois da restauração da independência, em 2002, o facto de o sistema educativo representar uma herança pesada deixada pela Indonésia. O papel do governo no início da independência era (1) desmontar o sistema deixado pelo ocupante e definir um novo sistema educativo, (2) criar infraestruturas para as escolas a nível nacional, pois a maior parte destas infraestruturas foram destruídas pela Indonésia, e (3) preparar os recursos humanos, nomeadamente professores, uma vez que estes na sua maioria só dominavam o bahasa indonésio.

Estas dificuldades vão ao encontro das palavras de dois especialistas Suzani Cassiani e Irlan Von Linsingen, desde 2009 coordenadores do Programa de Qualificação de Docentes e Ensino de Língua Portuguesa em Timor-Leste, que consideram que “o ensino do português em Timor-Leste está a avançar lentamente e enfrenta dificuldades a vários níveis, como a falta de adequação dos programas para o ensino e a preparação dos professores”.²⁰⁵

É de reconhecer que as dificuldades existem, mas o governo mantém o otimismo de que a implementação da língua portuguesa é para avançar, e neste contexto, para além da cooperação bilateral que

²⁰⁵ Cassiani, S. & Linsingen, V. Irlan, Entrevistada pela Lusa, sobre o “Progresso de Ensino em Timor-Leste”, Disponível em: www.lusa.pt/sapnoticiasonline, 26 de Novembro de 2015.

Timor-Leste tem vindo desenvolver com Portugal e Brasil nos últimos anos, o investimento no setor da educação continua a ser uma área prioritária para o governo, com grande dotação orçamental.

Esta aposta na educação está em sintonia com as palavras de Haoliang Xu, diretor do Gabinete Regional do PNUD para Ásia e Pacífico, que considera que “para garantir que a força de trabalho é capaz de se adaptar a mudanças rápidas, os governos precisam de fazer investimentos estratégicos na educação e nos cuidados de saúde”.²⁰⁶ Timor-Leste, que está no 133º lugar do Índice de Desenvolvimento Humano, com 0,595, fica a meio caminho: é o país que menor percentagem do seu orçamento destina à área da saúde (apenas 1,3%), mas está no top 10 daqueles que investem maior percentagem do PIB na educação (9,4%).

Com base nas análises e avaliações de diversos autores sobre o tema da educação, é de salientar que o país está a mobilizar todos os recursos existentes para a aposta no setor educativo. Timor-Leste, como Estado independente no século XXI, acha que não está sozinho. É preciso criar políticas reais, atualizadas e que sejam adequadas com os padrões internacionais, direcionadas aos cidadãos, pois a riqueza de um país não se mede nos recursos naturais, mas no seu capital humano, que é considerado um indicador indiscutível, pois apostar nos recursos humanos é ter o seu desenvolvimento à vista.

Do ponto de vista da geopolítica da língua, Timor-Leste, como Estado-membro da CPLP, ao ter o privilégio no espaço e poder do “Centro”, não deixará de ter a responsabilidade de projetar e difundir a língua portuguesa na região. É importante que o governo, através do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Timor-Leste, dê orientações claras aos seus embaixadores sediados nos países da ASEAN no sentido de promover áreas como a cultura e o turismo da CPLP, para ganhar mais espaço e atrair mais pessoas para conhecer a nossa riqueza, quer do ponto de vista económico, quer do ponto de vista cultural, através do património que é nosso, a língua portuguesa.

Outra estratégia fundamental para Timor-Leste é estabelecer uma parceria com o Instituto Internacional da Língua Portuguesa, que tem a sua sede em Praia (Cabo Verde), de forma a alargar a promoção e a difusão da língua portuguesa, não só nas escolas, mas também nas instituições públicas do Estado, tais como: Função Pública, Forças da Defesa de Timor-Leste, Polícia Nacional de Timor-Leste e os Tribunais. Só desta forma se pode alcançar os objetivos e as metas definidas pelo governo.

No futuro, os laços de cooperação com Portugal e Brasil na reintrodução da língua portuguesa em Timor-Leste devem ser reforçadas, pois os dois Estados-membros são considerados os únicos que detêm “soft power”. É necessário rever as áreas de cooperação que já foram executadas e rever em conjunto os

²⁰⁶ Xu, Haoliang, Entrevistada pela Lusa, sobre “Investimento na Educação em Timor-Leste”, Disponível em: www.lusa.pt/sapnoticias-timor-leste online. 14 de Dezembro de 2015.

programas que já apresentaram progressos significativos e o que há para melhorar.

O governo timorense tem todas as condições financeiras para recrutar mais professores/as da CPLP. Isto vai ao encontro das palavras do atual Primeiro-ministro de Timor-Leste, Rui Maria de Araújo, de que são precisos mais meios, incluindo o apoio de parceiros da CPLP, para colocar professores que ensinem português e em português em todas as escolas do país: "Lanço este desafio. Vamos todos apoiar esta ideia: Vamos todos dotar o Ministério da Educação de meios para poder ter professores em todas as escolas de Timor-Leste para ensinar português e em português".²⁰⁷

Por último, importa esclarecer, que os desafios na área de educação para Timor-Leste, particularmente no desenvolvimento da língua portuguesa, ainda têm muito por fazer, o povo está com o governo na vontade coletiva de acelerar o processo. A língua portuguesa permanecerá viva em Timor-Leste no futuro, pois defendê-la, à língua portuguesa e a tudo o que ela representa para Timor-Leste, custou mais de 275.000 vidas timorenses. Se hoje alguns jovens não estão satisfeitos, esta insatisfação representa menos de 1/3 da população, e ninguém poderá culpar esses jovens, pois eles também foram vítimas do processo de ocupação. Os jovens não precisam de recriminação, mas de educação. O povo de Timor-Leste tem grande capacidade de sacrifício, algo que ficou bem patente ao longo da sua luta contra a ocupação Indonésia. Cabe agora aos jovens timorenses o pequeno sacrifício de aprender a língua portuguesa. Assim, saiba Timor-Leste beneficiar com esta língua.

²⁰⁷ Araújo, M Rui, Entrevistada pela lusa, na sua intervenção no Colóquio de Dili sobre o tema: "Uma língua várias identidades" Disponível em: www.lusa.pt.saponoticiasonline, 6 de Maio de 2015.

LISTA DE APÊNDICES

QUESTIONÁRIO E GRÁFICOS

APÊNDICE I: QUESTIONÁRIO



Universidade do Minho
Instituto de Educação

Escola de Economia e Gestão

Departamento de Relações Internacionais e Administração Pública

BRAGA

POTENCIAL GEOPOLÍTICO DA LÍNGUA PORTUGUESA PARA TIMOR-LESTE

(Dirigido a Alunos que frequentam no VIII semestre Departamento do Comércio e Turismo- Faculdade de Economia e Gestão da UNTL, Professores, Membros do governo, deputados do Parlamento Nacional, Representantes da Igreja Católica e da Sociedade Civil)

TRABALHO ELABORADO POR: Lucas de Sousa

ORIENTADOR: Professor Doutor José António de Passos Palmeira

CO-ORIENTADORA: Professora Doutora Sandra Dias Fernandes

DILI, 2014

Este questionário insere-se num projeto de investigação para preparação da Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, subordinado ao tema “**Potencial Geopolítico da Língua Portuguesa para Timor-Leste**”. Como facilitar a imersão na língua portuguesa e potenciar a sua eficácia e atratividade na prossecução dos objetivos comuns da CPLP na região? Que políticas estão a ser implementadas para a promoção do potencial da língua portuguesa e qual o seu impacto real a nível nacional e regional? - sob a orientação do Professor Doutor José António de Passos Palmeira e da Co-orientadora Professora Doutora Sandra Dias Fernandes.

Pretendemos conhecer e analisar as potencialidades e os constrangimentos do potencial geopolítico da língua portuguesa para Timor-Leste. A sua participação é muito importante para conhecermos a realidade em análise. Neste sentido, apelámos à sua atenção para uma resposta atempada, estando conscientes do esforço que isto representa.

Em caso de dúvidas, poderá contactar o responsável através do Correio eletrónico: lucassousa@sapo.tl ou telefone +67078481065.

Instruções de preenchimento

O questionário é composto por quatro dimensões. Integra um conjunto de questões fechadas. Nas questões fechadas deve assinalar com um (x), no respetivo quadrado, a resposta que lhe parece mais adequada à sua opinião e/ou situação. Neste questionário, não há respostas certas nem erradas. Pretende-se conhecer a sua sincera e clara opinião.

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Escola:

1.2. Instituição em que trabalha:

1.3. Quem responde a este questionário:

- Alunos do VIII semestre do Dep. Comércio e Turismo

Faculdade de Economia e Gestão-UNTL

- Professores da UNTL

- Membros do governo/Parlamento Nacional

- Sociedade Civil

- Sexo M/F

2. IDADE

14-15

16-19

20-23

24-27

+28

Os dois quadros seguintes referem-se um às *potencialidades* e o outro aos *constrangimentos* do potencial da Língua Portuguesa para Timor-Leste e sua adesão na CPLP. Solicita-se que coloque uma cruz (x), no local que considere adequado para exprimir a sua opinião.

1. O quadro a seguir contém um conjunto de afirmações que são, por vezes, proferidas por alunos, professores, membros do governo/Parlamento Nacional, Representantes da Igreja Católica e da Sociedade Civil, quando se referem às *potencialidades* da Língua Portuguesa para Timor-Leste e sua adesão na CPLP. Solicita-se que coloque uma cruz (x), no local que considere adequado para exprimir a sua opinião.

Afirmações (potencialidades)	Concordo totalmente	Concordo em parte	Discordo em parte	Discordo totalmente	Não tenho opinião
A língua portuguesa é fundamental para política interna e externa de Timor-Leste					
A opção pela língua portuguesa como língua oficial para Timor-Leste tem importância geopolítica nos domínios políticos, económico e sócio cultural no contexto internacional					
Diferencia a sua identidade como Estado soberano e afasta-se do isolamento político perante as duas potências regionais, a Austrália e a Indonésia					
Promove os conhecimentos científicos e tecnológicos no setor da educação					
O interesse capital da língua portuguesa é o interesse nacional					

No contexto atual, a língua não representa exclusivamente a identidade, mas influencia também os setores do negócio e do comércio a nível internacional					
Vai ao encontro dos interesses nacionais e das necessidades de desenvolvimento do país					
A adesão de Timor-Leste à CPLP foi fundamental					
Valoriza os laços históricos e culturais entre as nações da CPLP					
Estimula a participação pró-ativa de Timor-Leste no seio da CPLP e na política internacional					
Ao assumir-se como Estado-membro de pleno direito da CPLP, Timor-Leste assume naturalmente a importância do valor estratégico que esta estrutura multilateral de Estados confluente falantes de uma língua comum representa					
Respeita e valoriza a contribuição política da CPLP nos fóruns regionais e internacionais para a libertação de Timor-Leste					
A integração de Timor-Leste na CPLP vai no sentido de uma diminuição da dependência de apoio externo					
Do ponto de vista económico, a adesão de Timor-Leste à CPLP expande as redes de comércio na região da ASEAN, no Pacífico e no mundo					
A posição geográfica de Timor-Leste na região abre uma janela de oportunidades de negócio e comércio para os Estados-membros da CPLP					
Portugal, Brasil, Angola e Timor-Leste representam a identidade, a política e economia dos Estados-membros falantes de língua portuguesa nos quatro continentes					
A adesão de Timor-Leste na CPLP representa os interesses económicos dos Estados-membros na região					

2. O quadro a seguir contém um conjunto de afirmações que são, por vezes, proferidas por alunos, professores, membros do governo/parlamento nacional, Representantes da Igreja Católica e Sociedade Civil, quando se referem aos *constrangimentos no âmbito da escolha da Língua Portuguesa como Língua Oficial e a adesão de Timor-Leste à CPLP*. Solicita-se que coloque uma cruz (x), no local que considere adequado para exprimir a sua opinião.

Afirmações (constrangimentos/dificuldades em)	Concordo totalmente	Concordo em parte	Discordo em parte	Discordo totalmente	Não tenho opinião
A influência da Indonésia durante a ocupação de 24 anos trouxe opiniões pró e contra a opção da língua portuguesa como língua oficial de Timor-Leste					
A maioria dos jovens só falam o bahasa indonésio e há falta de interesse em aprender					
A língua portuguesa é falada apenas pelas gerações mais velhas, que representam uma percentagem pequena da sociedade timorense					
A falta de professores e de materiais didáticos de apoio atrasam o desenvolvimento da implementação da língua portuguesa em Timor-Leste					
O governo de Timor-Leste deve reforçar a cooperação com Portugal e Brasil no âmbito de desenvolver a língua portuguesa a nível nacional					
O governo, através do Ministério da Educação, deve criar uma política nacional e comunicar à sociedade a utilização obrigatória da língua portuguesa nas escolas timorenses					
Há falta da socialização da importância da Língua Portuguesa no contexto geopolítico e geoeconómico para a sociedade timorense					
Os políticos devem utilizar a língua portuguesa no local de trabalho, para que sirva de modelo à comunidade					
Deve haver uma expansão de uma socialização intensiva a nível nacional por parte do governo através do Ministério dos Negócios Estrangeiros sobre a importância da adesão de Timor-Leste à CPLP para a comunidade timorense					
O papel do governo deve ser identificar e explorar vantagens políticas e económicas que Timor-Leste pode retirar da integração na CPLP					
No espaço da CPLP, o Ministério dos Negócios Estrangeiros, através das Embaixadas timorenses, deve desempenhar um papel mais pró-ativo na sua política externa					
Em busca de vantagens económicas na região, Timor-Leste, como membro de pleno direito da CPLP, deve procurar explicitar os objetivos comuns da CPLP juntos dos países vizinhos na região					

A falta de recursos humanos implica a lentidão do processo					
Promover e mobilizar os recursos existentes para responder às exigências da política internacional					
Promover o envolvimento e a participação ativa de todos os intervenientes para assegurar o interesse nacional					

A. PRINCIPAIS CONTRIBUTOS DO POTENCIAL GEOPOLÍTICO DA LÍNGUA PORTUGUESA PARA TIMOR-LESTE

Na sua opinião, quais são os principais contributos do potencial geopolítico da língua portuguesa para Timor-Leste? No quadro que se segue, registre os contributos, ordenando-os do mais importante para a menos importante.

1	Reflexão para a afirmação da identidade nacional e reconstruir uma ligação histórica e cultural com todos os países da CPLP
2	Diferenciar-se na região e sair do isolamento político das duas potências regionais
3	Contribui para o conhecimento científico e tecnológico do país na região
4	Desempenha um papel importantíssimo na rede de negócios e de comércio internacional
5	A língua portuguesa como detentora da política externa de Timor-Leste no sistema político internacional
6	Alargamento do espaço económico a nível internacional através da CPLP
7	É um privilégio para Timor-Leste fazer parte da CPLP como Estado-membro de pleno de Direito
8	Alargamento do espaço político e económico na região
9	Ajuda Timor-Leste na diminuição da dependência de ajuda externa
10	Projeção da imagem de Timor-Leste nas organizações internacionais

B. SATISFAÇÃO COM O POTENCIAL GEOPOLÍTICO DA LÍNGUA PORTUGUESA PARA TIMOR-LESTE

Indique em que medida está satisfeito(a) com a implementação da língua portuguesa em Timor-Leste. Faça um sinal de (✓) na resposta com a qual se identifica.

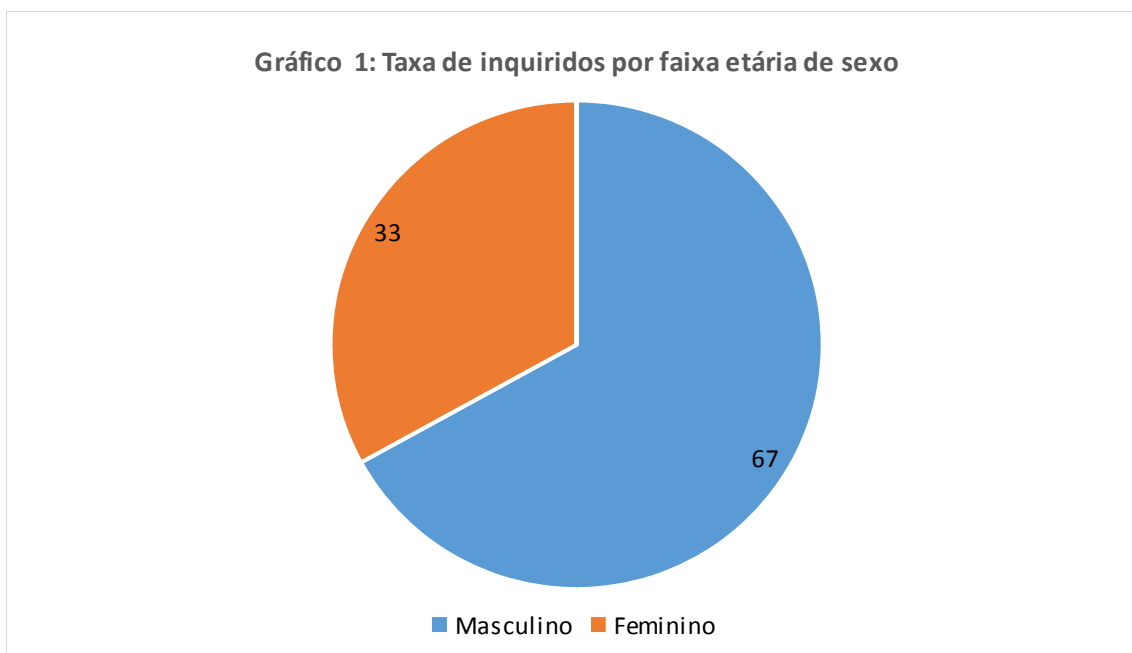
		Muito satisfeito/a	Satisfeito/a	Pouco satisfeito/a	Insatisfeito/a	Não sei
1	Acha que é ideal a opção pela língua portuguesa como língua oficial de Timor-Leste?					
2	Ficou satisfeito com a política do governo da RDTL para apoiar a implementação da língua portuguesa a nível nacional?					

3	Ficou motivado para aprender a língua portuguesa?					
4	A língua portuguesa tem valor e influência geopolítica no sistema internacional?					
5	Sente que desenvolveu competências por usar a língua portuguesa?					
6	O potencial geopolítico da língua portuguesa para Timor-Leste tem a sua dimensão política e económica nas relações internacionais					
7	Acha fundamental que Timor- Leste faça parte da CPLP?					
8	Ficou satisfeito por Timor-Leste presidir à CPLP no período de 2 anos (2014-2016)?					
9	Como membro de pleno direito da CPLP, Timor-Leste terá mais prestígio na cena internacional no futuro?					

Muito obrigado pela sua colaboração

APÊNDICE II:
CARACTERIZAÇÃO SOCIAL DA AMOSTRA

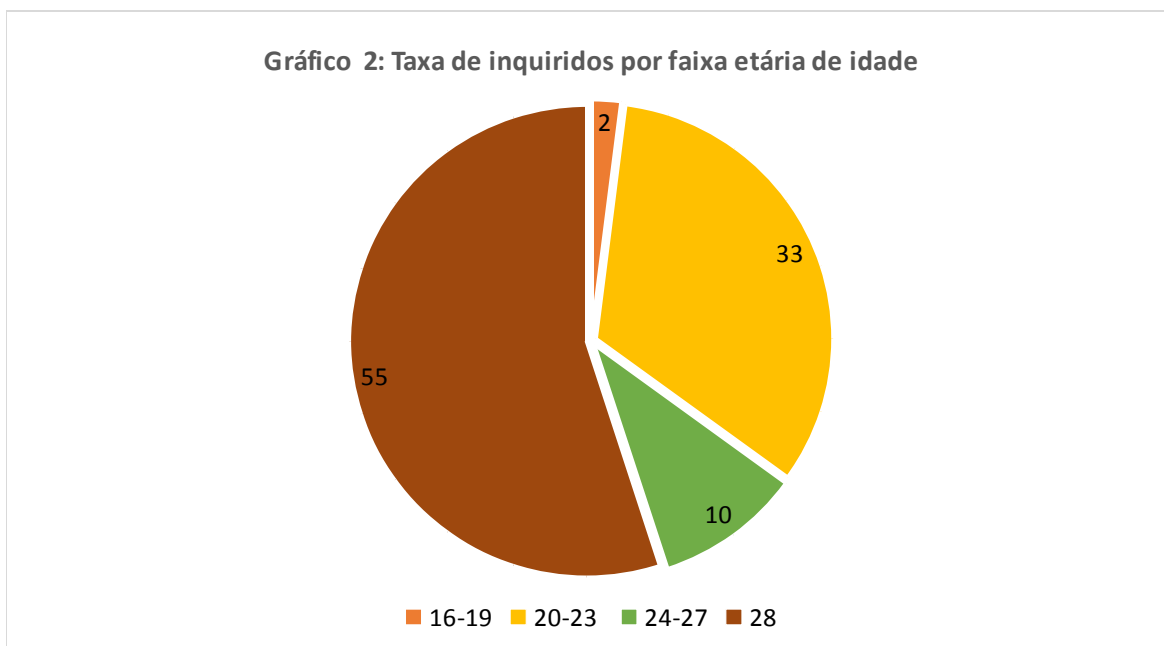
2.4.2.1. Representação gráfica do género dos Inquiridos.



Fonte: Produção própria

No gráfico 1, verifica-se que 67% são do género “masculino” e 33% do género “feminino”. Podemos concluir que a frequência dos inquiridos é predominantemente masculino.

2.4.2.2. Representação gráfica de Idade dos Inquiridos.

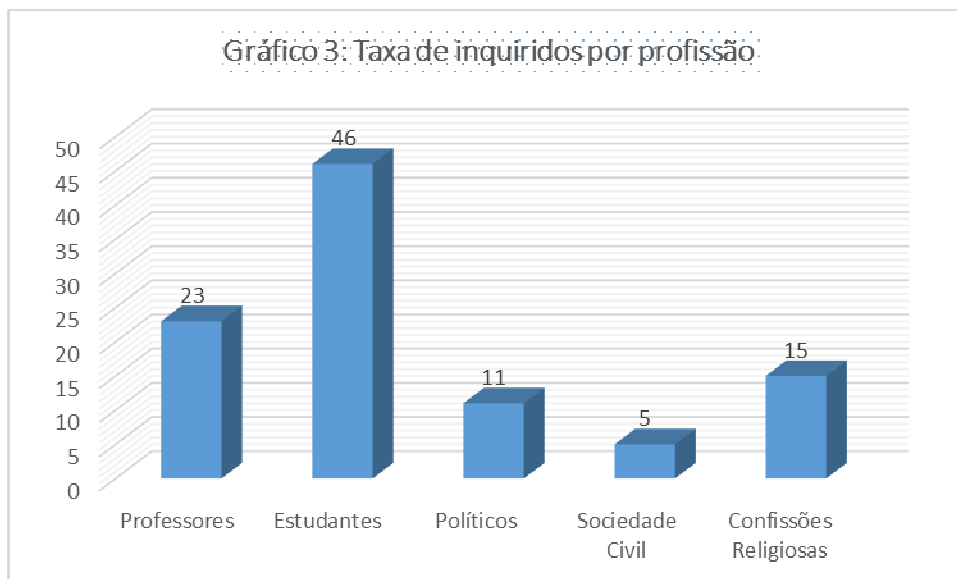


Fonte: Produção própria

No gráfico 2, que se refere à faixa etária, a amostra encontra-se maioritariamente com idade acima de 28 anos (55%). Seguindo dos estudantes com idades compreendidas entre os 20 a 23 anos, correspondendo a 33% da amostra.

Entretanto os estudantes com idades entre 24 a 27 anos correspondem a 10% da amostra. Por último os estudantes com idades 16 a 19 anos ocupam uma percentagem de 2%.

2.4.2.3. Gráfico 3: Representação Gráfica de Identificação dos Respondentes por profissão.



Fonte: Produção própria

No gráfico 3, representa a taxa dos inquiridos por profissão. Dos 100 inquiridos foram distribuídos da seguinte forma:

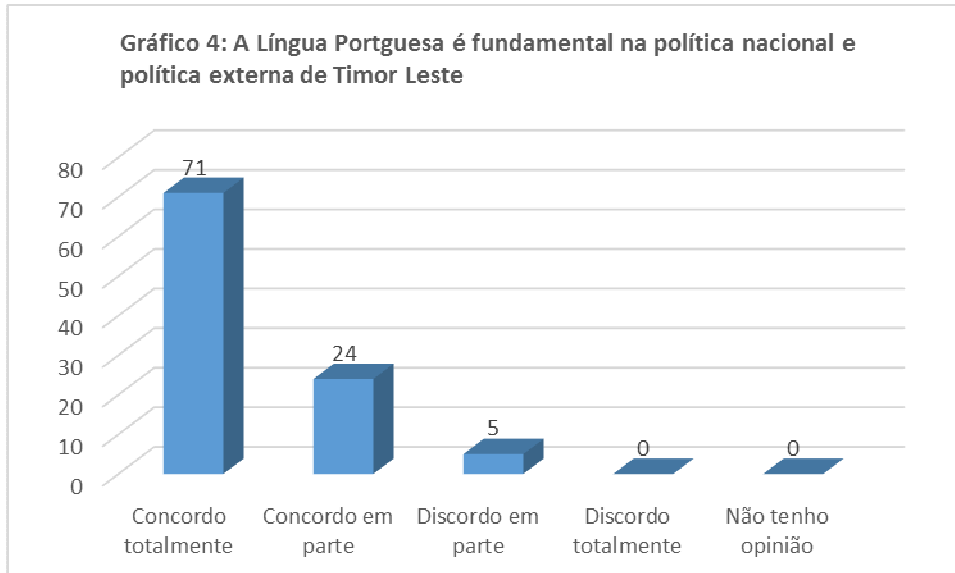
- a) Os professores representam 23%;
- b) Os estudantes representam 46%;
- c) Os políticos representam 11%;
- d) A Sociedade Civil representa 5% e;
- e) As Confissões Religiosas representam 15 %.

f)

APÉNDICE III - POTENCIALIDADES

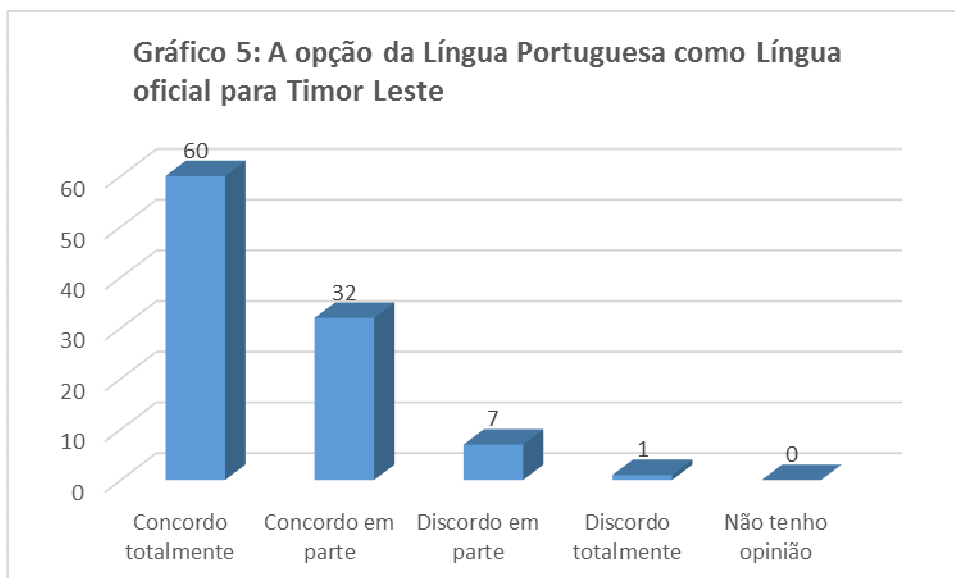
2.4.3. **B. Quadro 1:** Frequência das opiniões dos inquiridos em relação as potencialidades da geopolítica da língua portuguesa para Timor-Leste.

2.4.3.1. Gráfico 4.



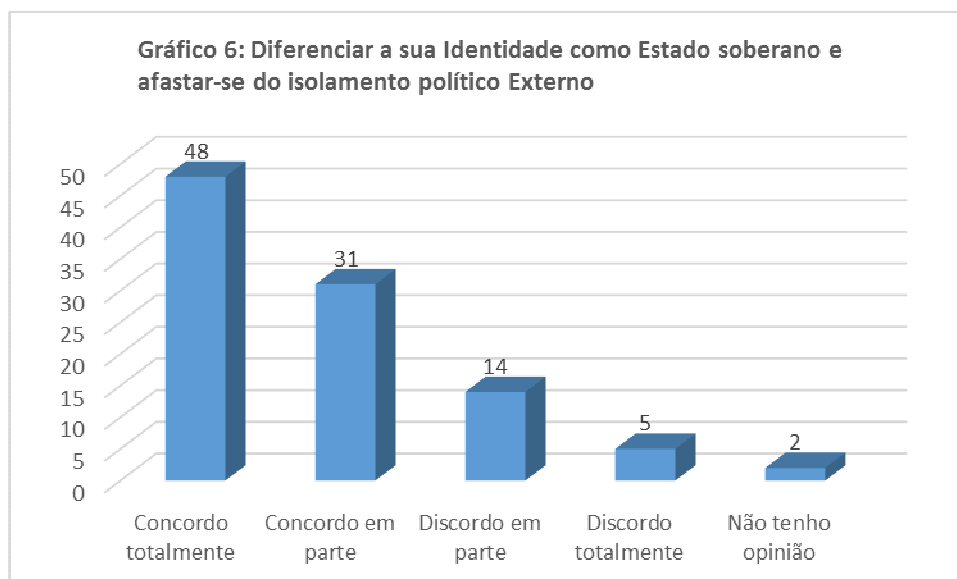
Fonte: Produção própria

2.4.3.2. Gráfico 5.



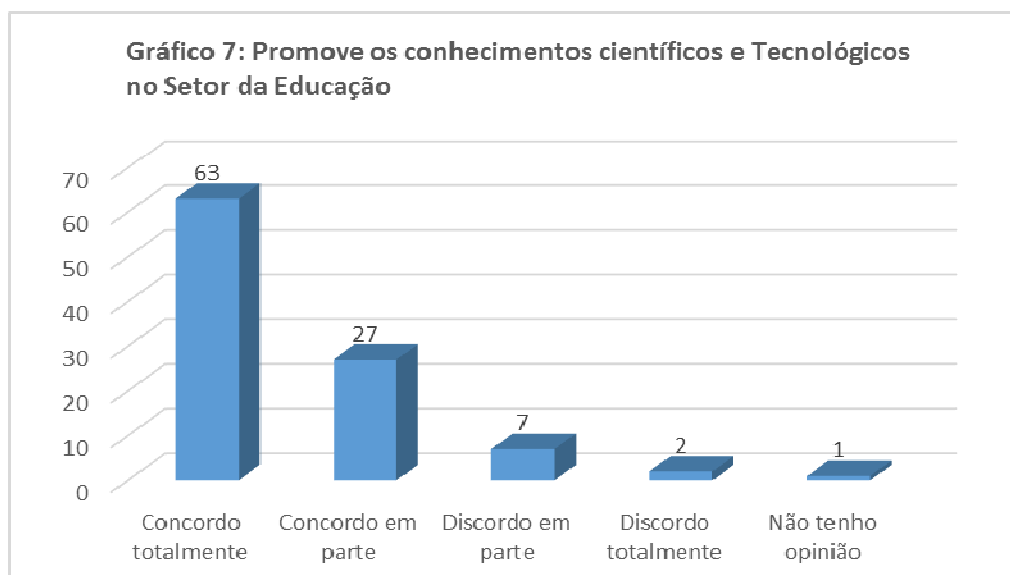
Fonte: Produção própria.

2.4.3.3. Gráfico 6.



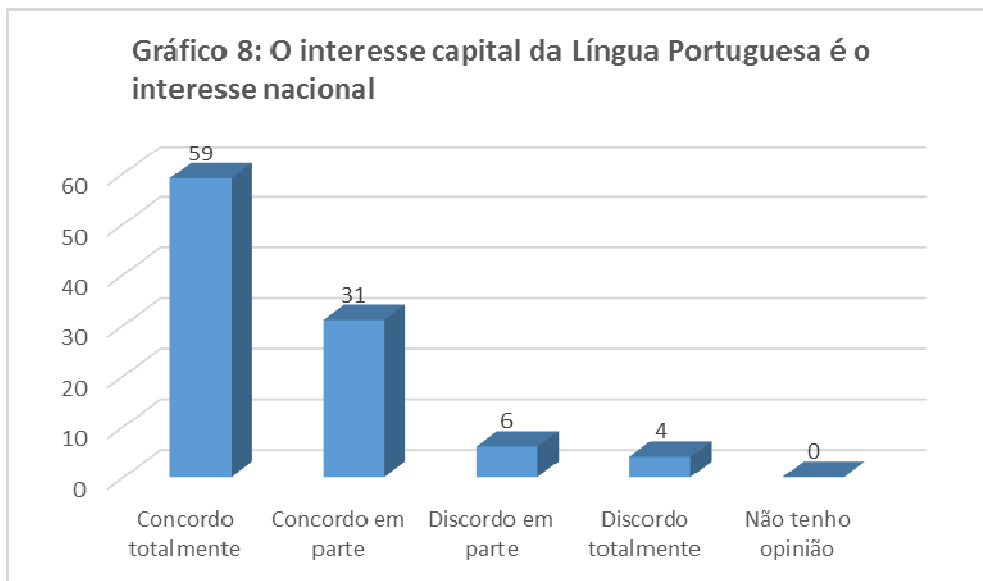
Fonte: Produção própria

2.4.3.4. Gráfico 7.



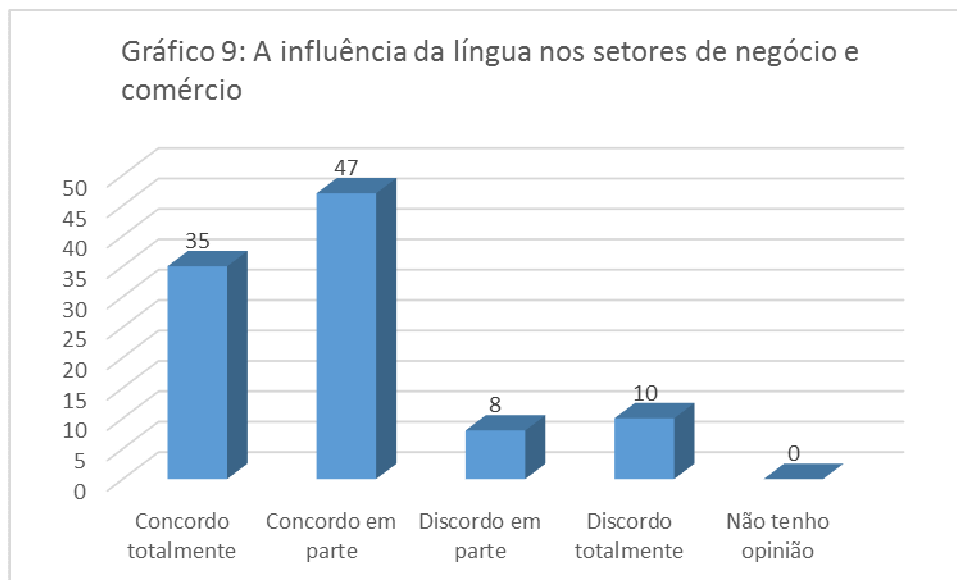
Fonte: Produção própria.

2.4.3.5. Gráfico 8.



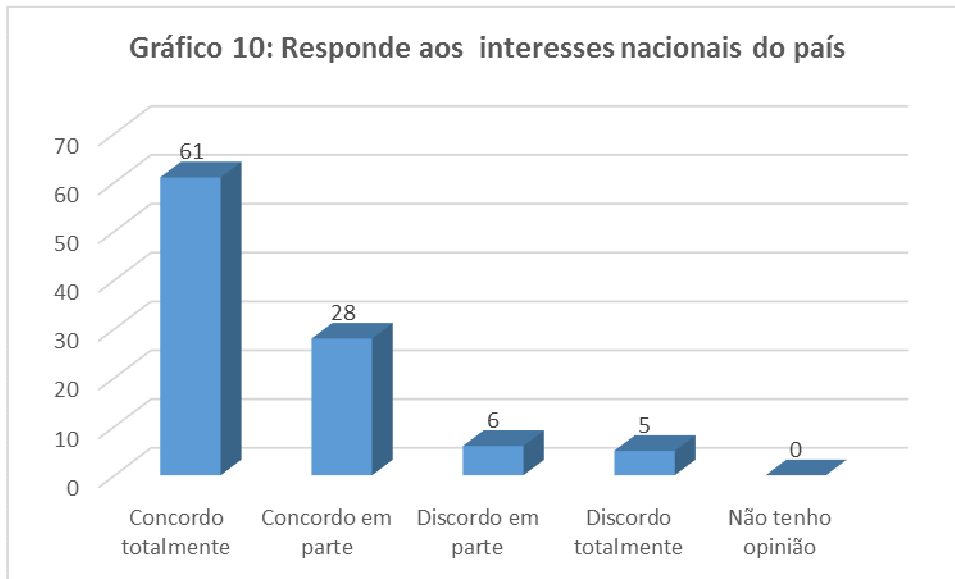
Fonte: Produção própria

2.4.3.6. Gráfico 9.



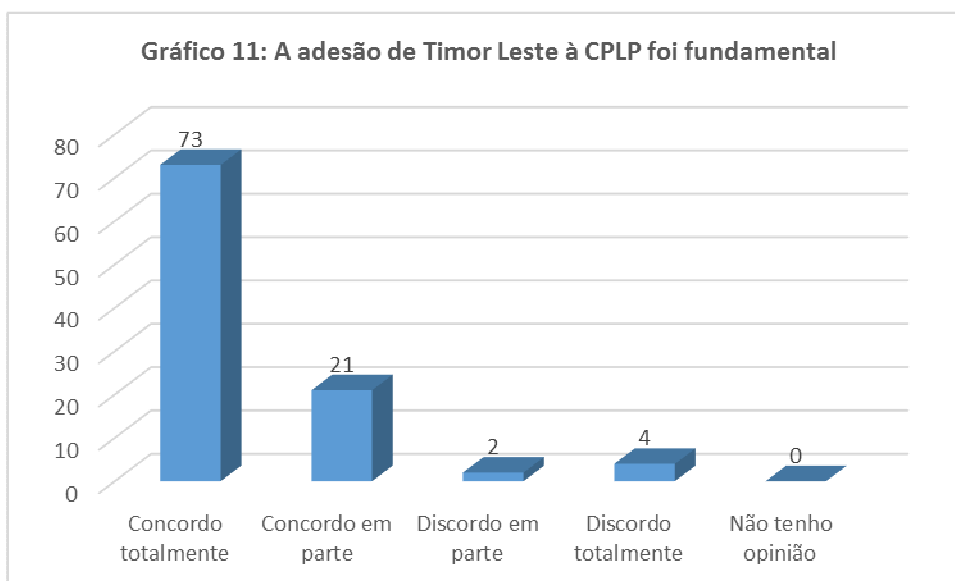
Fonte: Produção própria

2.4.3.7. Gráfico 10.



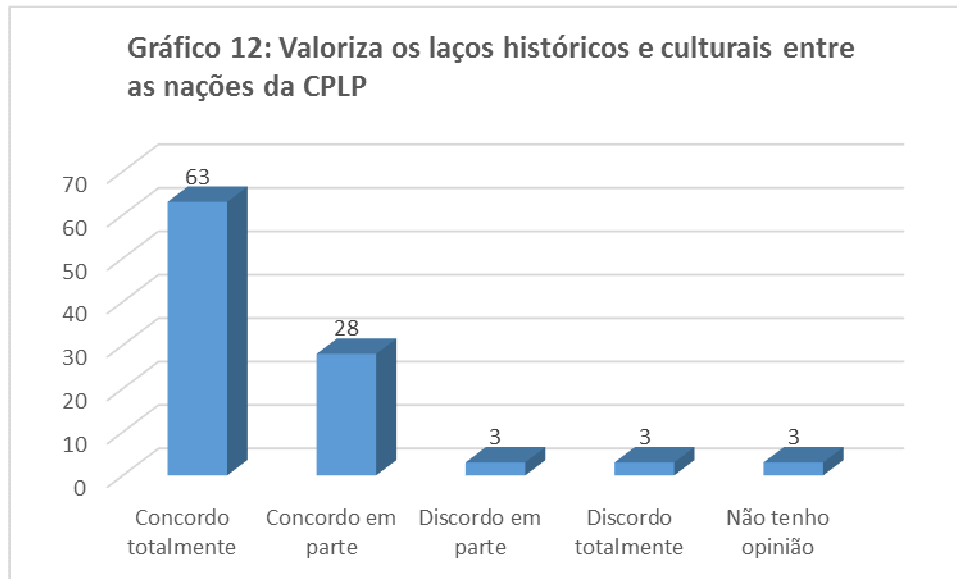
Fonte: Produção própria.

2.4.3.8. Gráfico 11.



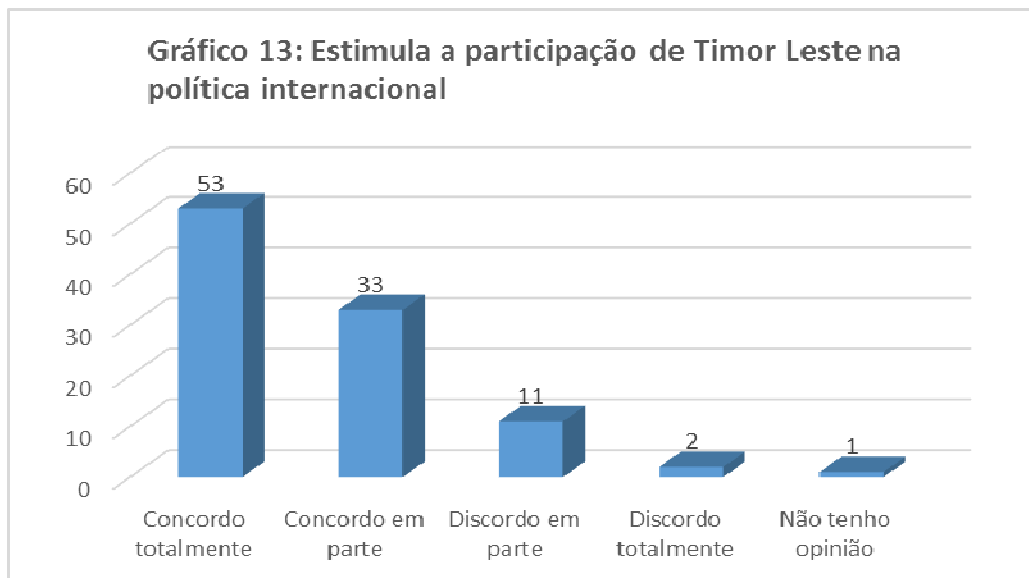
Fonte: Produção própria

2.4.3.9 Gráfico 12.



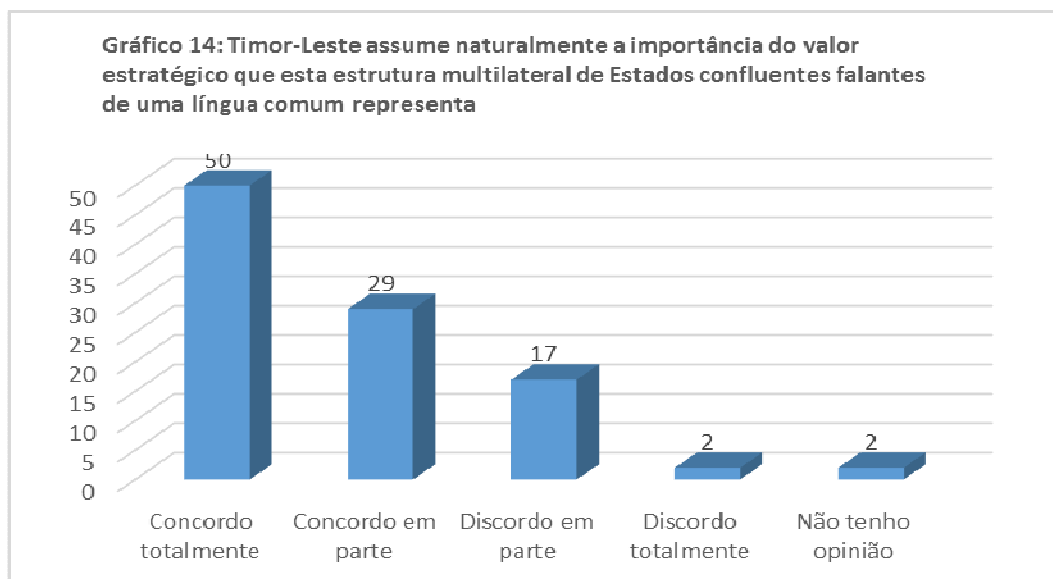
Fonte: Produção própria

2.4.3.10. Gráfico 13.



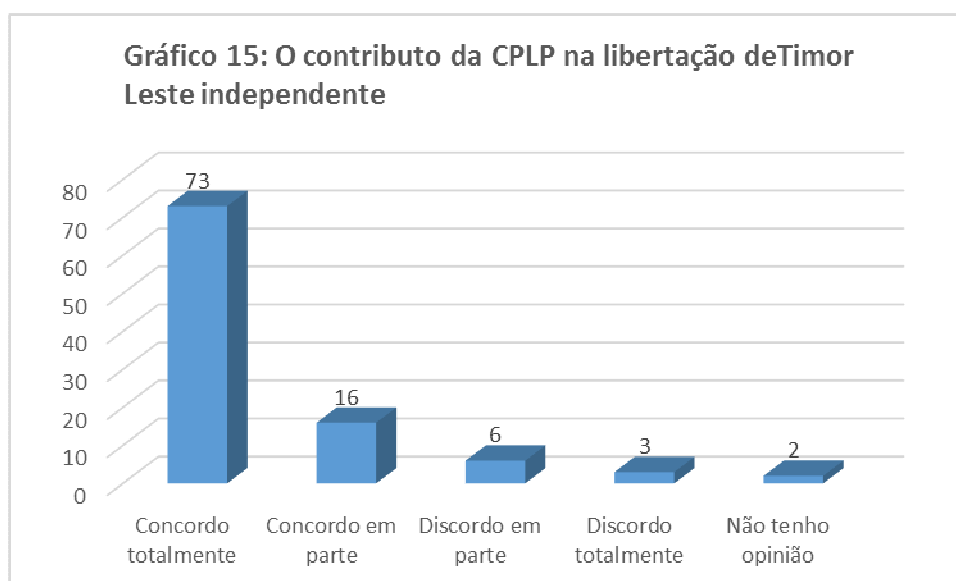
Fonte: Produção própria

2.4.3.11. Gráfico 14.



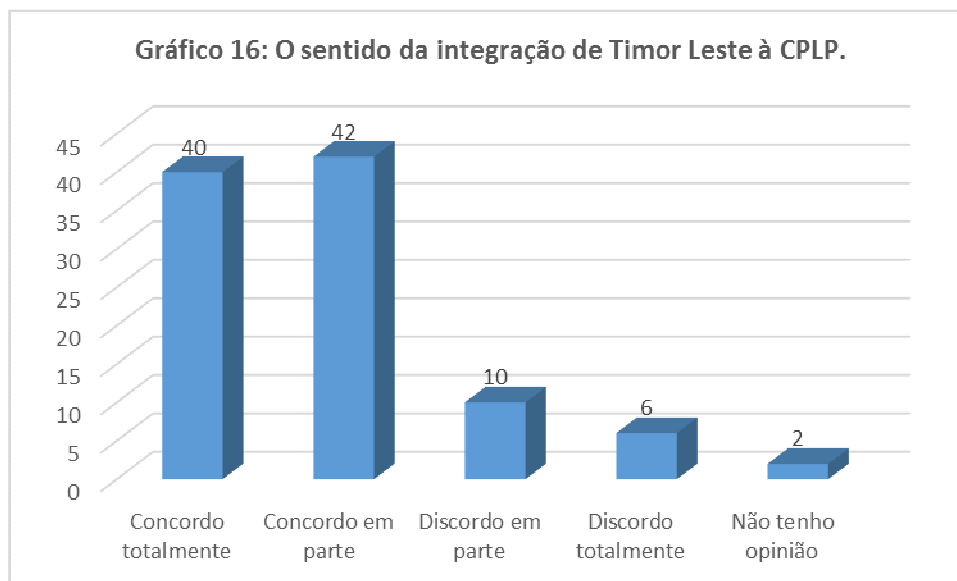
Fonte: Produção própria

2.4.3.12. Gráfico 15.



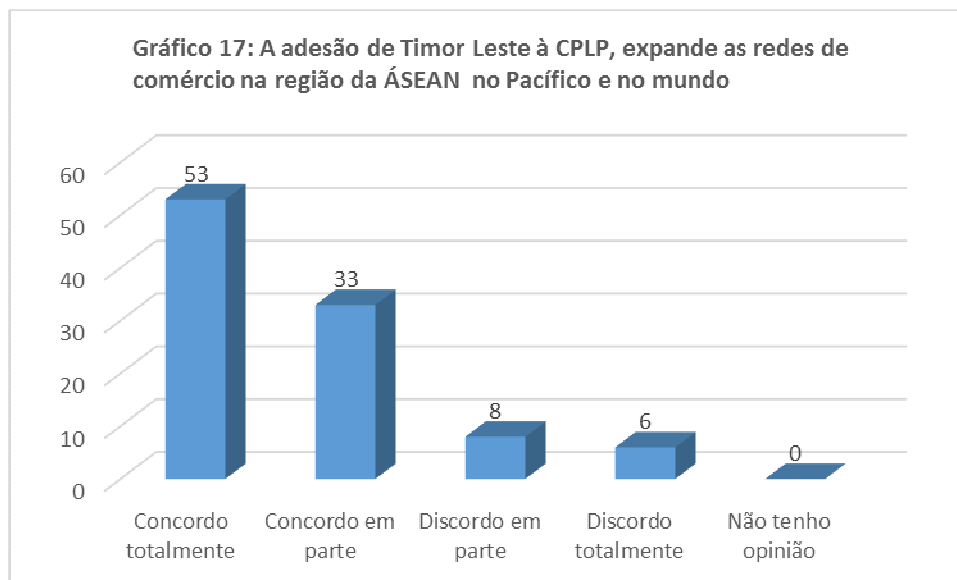
Fonte: Produção própria

2.4.3.13. Gráfico 16.



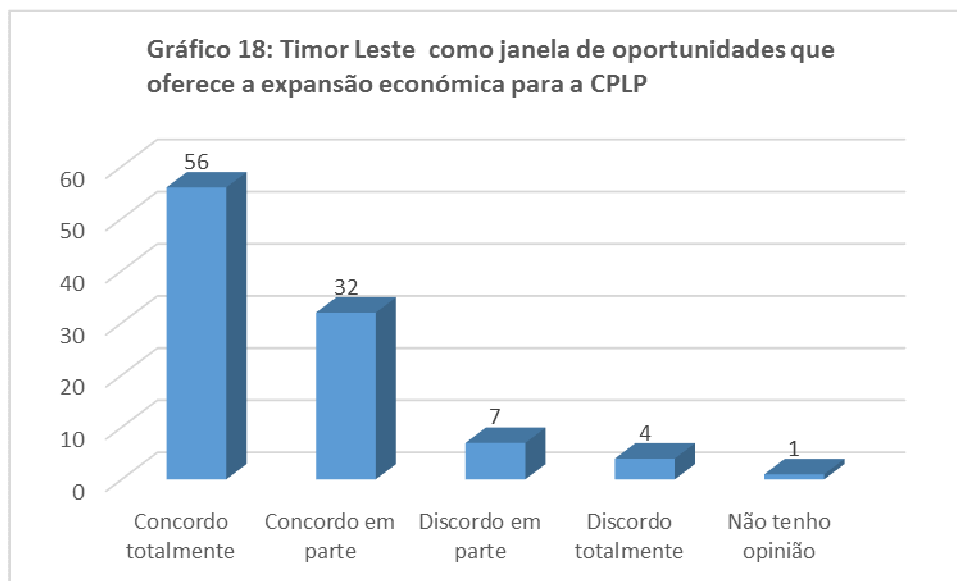
Fonte: Produção própria

2.4.3.14. Gráfico 17.



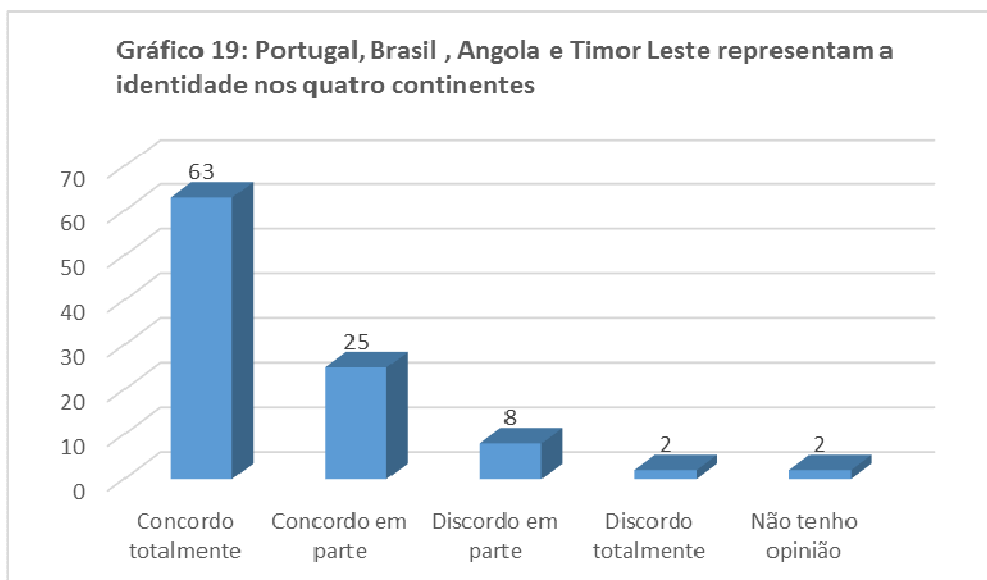
Fonte: Produção própria

2.4.3.15. Gráfico 18.



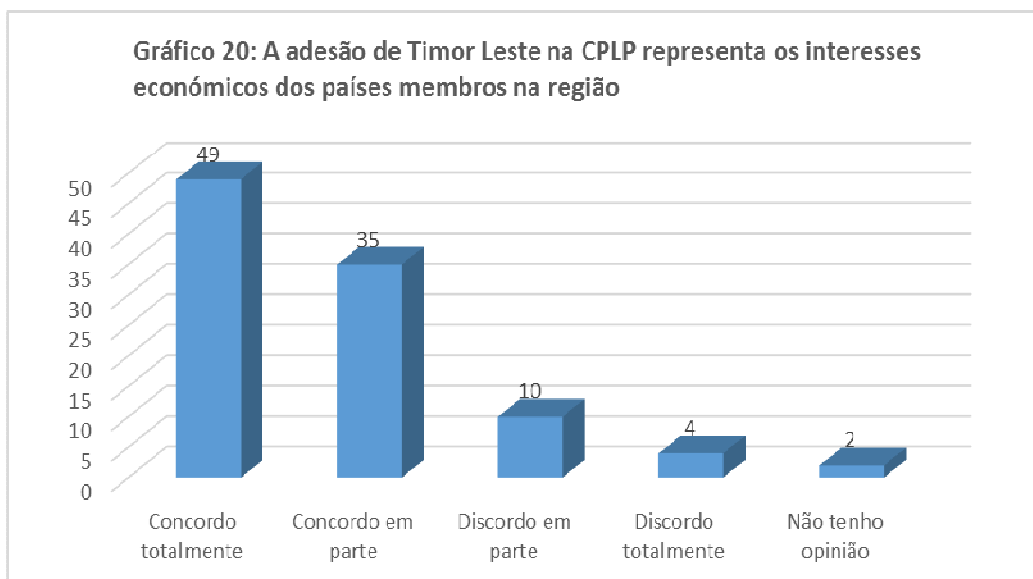
Fonte: Produção própria

2.4.3.16. Gráfico 19.



Fonte: Produção própria

2.4.3.17. Gráfico 20.

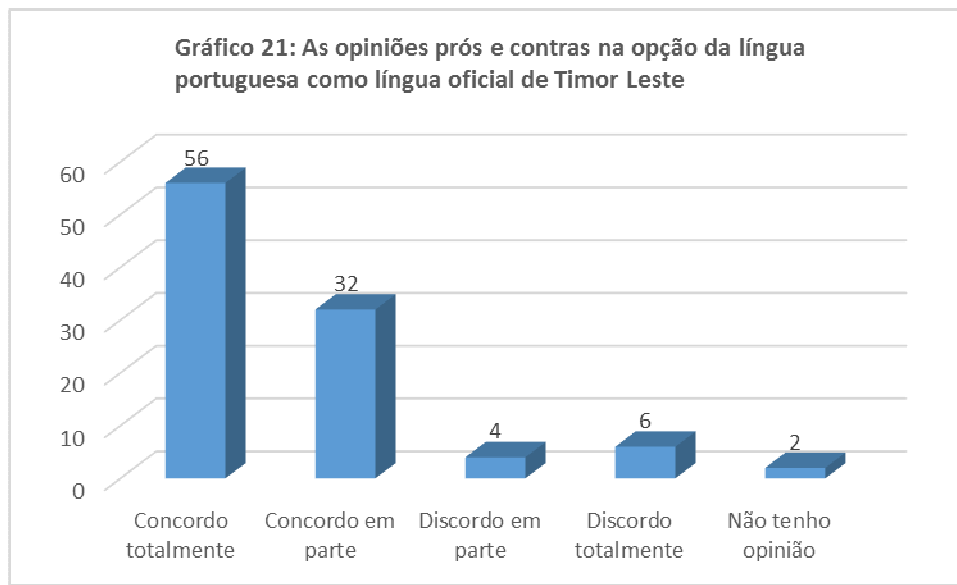


Fonte: Produção própria

APÊNDICE IV: CONSTRANGIMENTOS

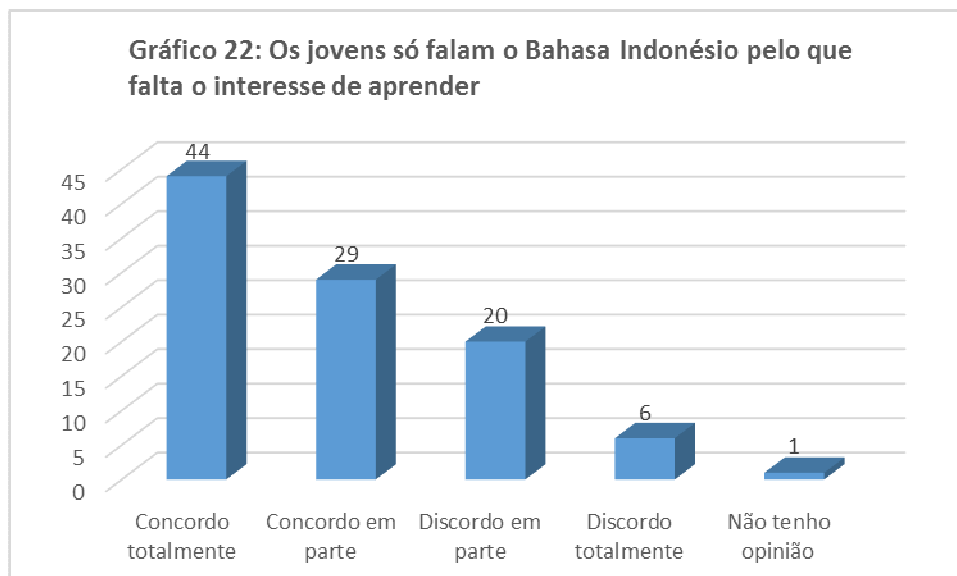
2.4.3.2. B. Quadro 2: Frequência das opiniões dos inquiridos em relação as afirmações sobre os constrangimentos/dificuldades, do potencial geopolítico da língua portuguesa para Timor-Leste e sua adesão à CPLP.

2.4.3.2.1. Gráfico 21.



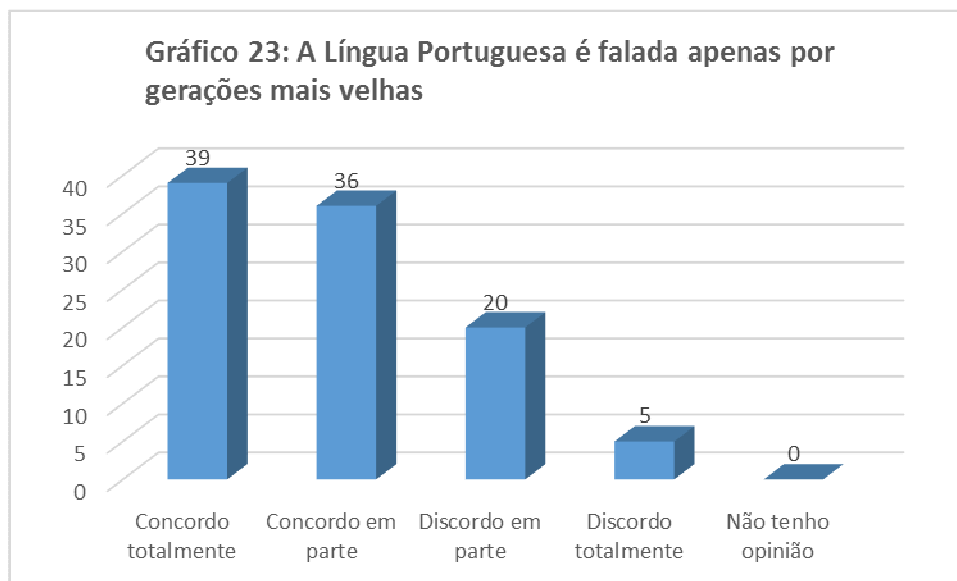
Fonte: Produção própria

2.4.3.2.2. Gráfico 22.



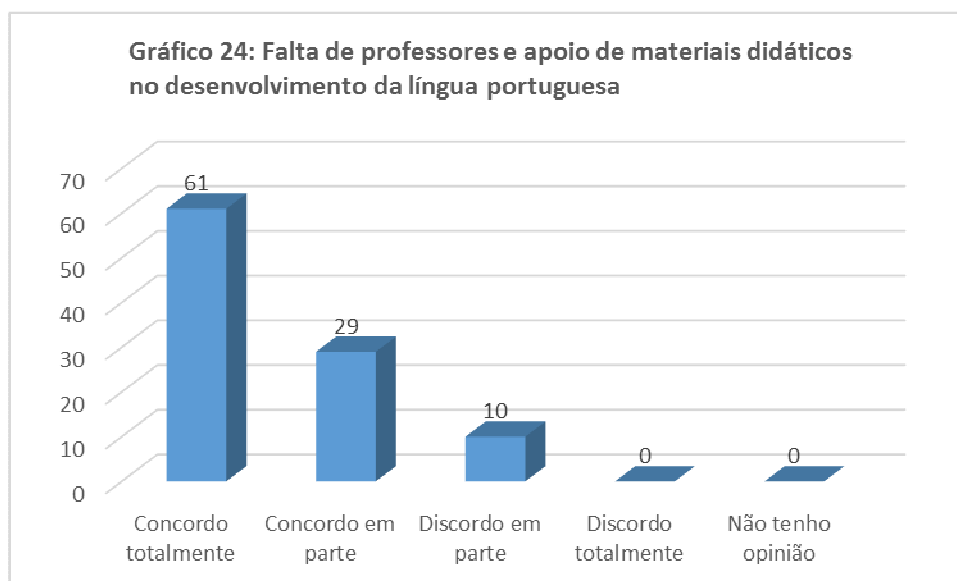
Fonte: Produção própria

2.4.3.2.3. Gráfico 23.



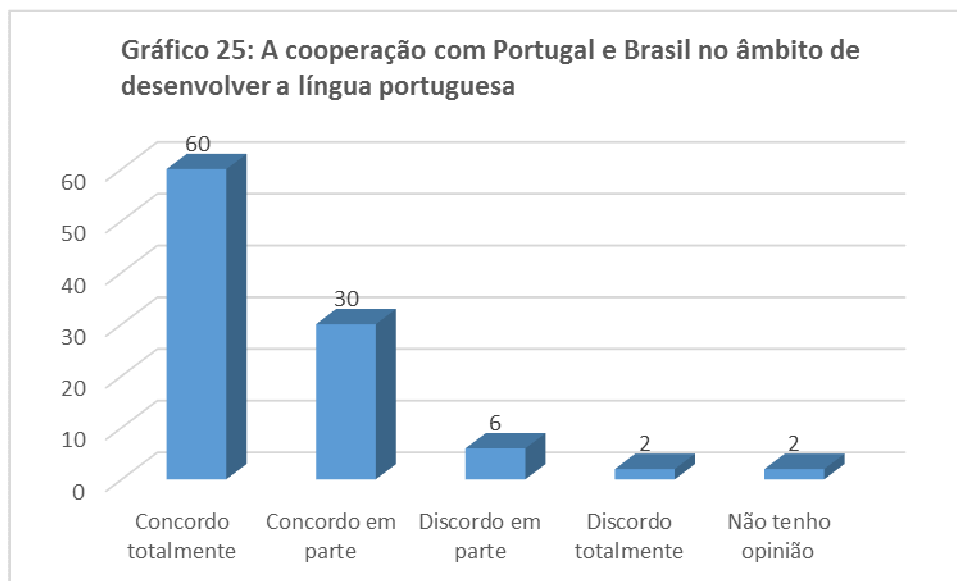
Fonte: Produção própria

2.4.3.2.4. Gráfico 24.



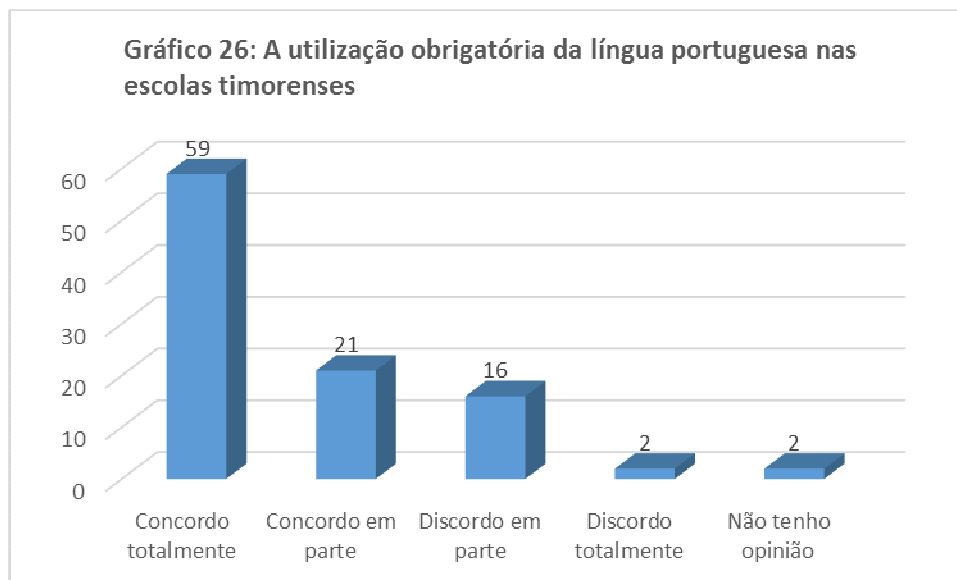
Fonte: Produção própria

2.4.3.2.5. Gráfico 25.



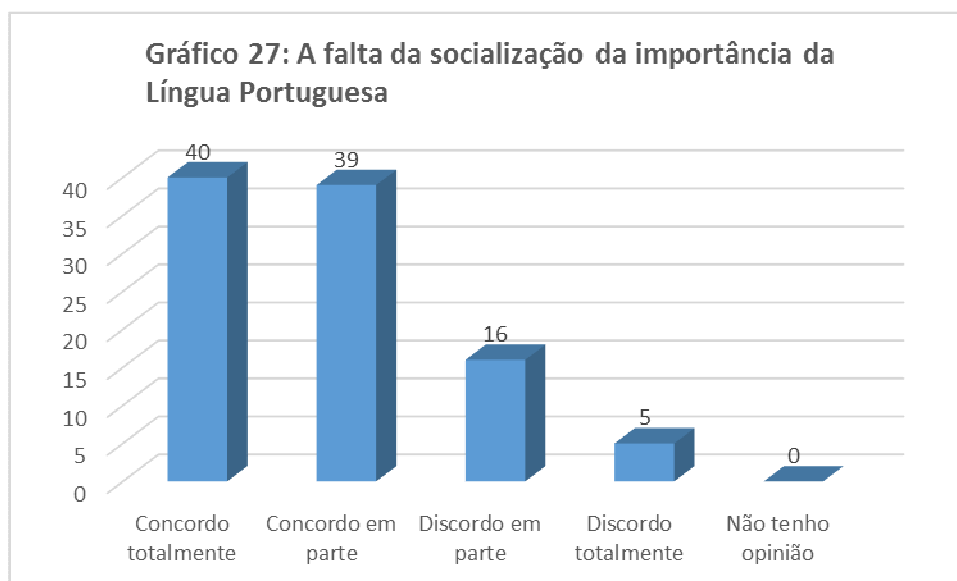
Fonte: Produção própria

2.4.3.2.6. Gráfico 26.



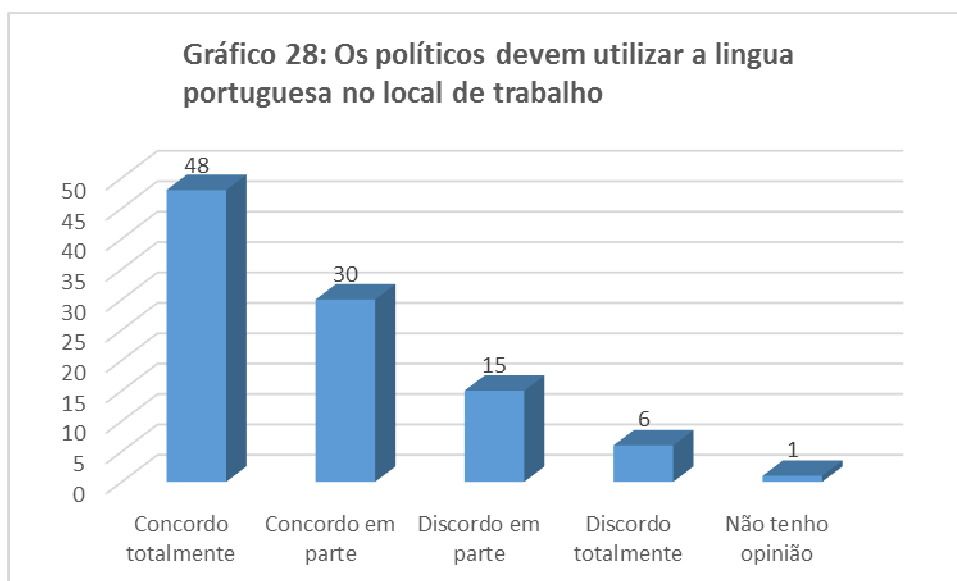
Fonte: Produção própria

2.4.3.2.7. Gráfico 27.



Fonte: Produção própria

2.4.3.2.8. Gráfico 28.



Fonte: Produção própria

2.4.3.2.9: Gráfico 29.



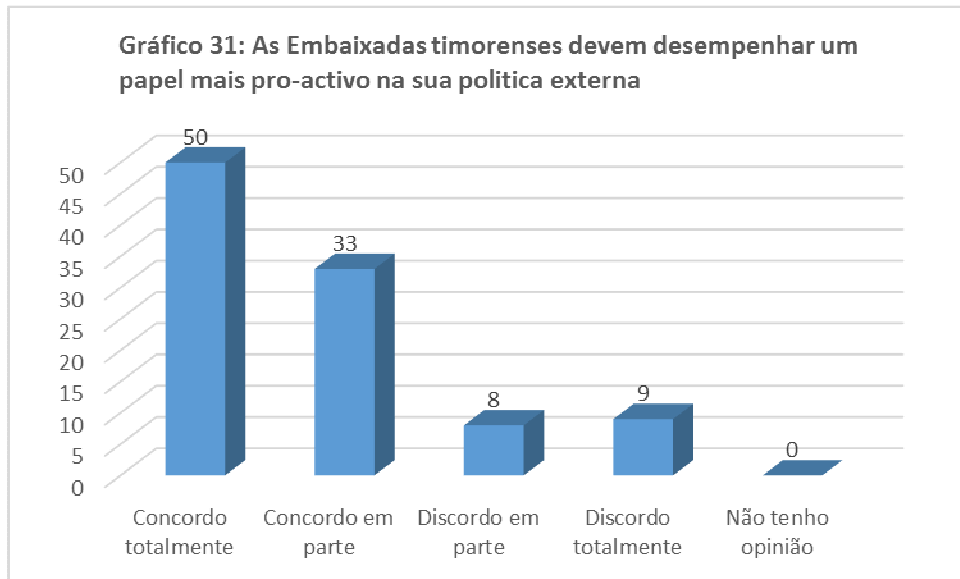
Fonte: Produção própria

2.4.3.2.10. Gráfico 30.



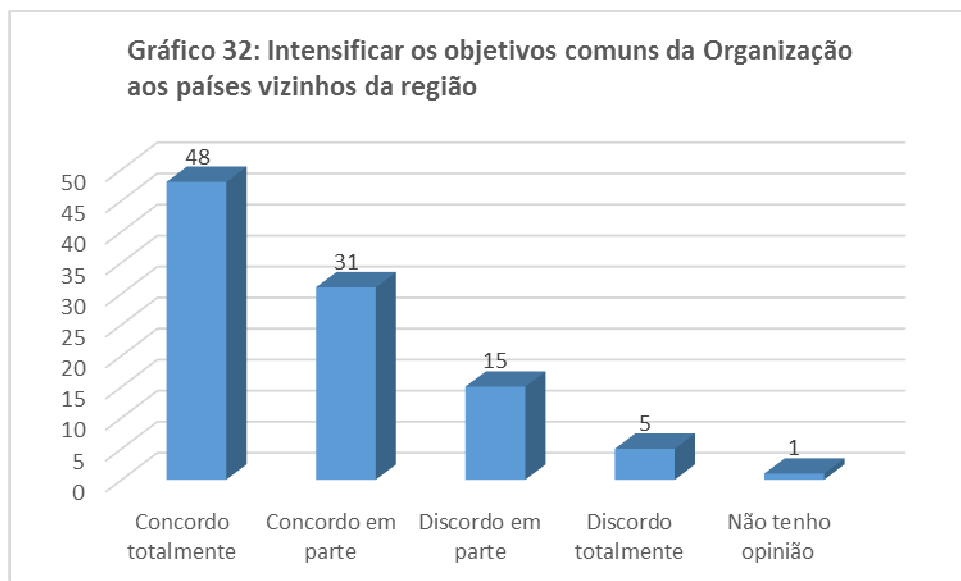
Fonte: Produção própria

2.4.3.2.11. Gráfico 31.



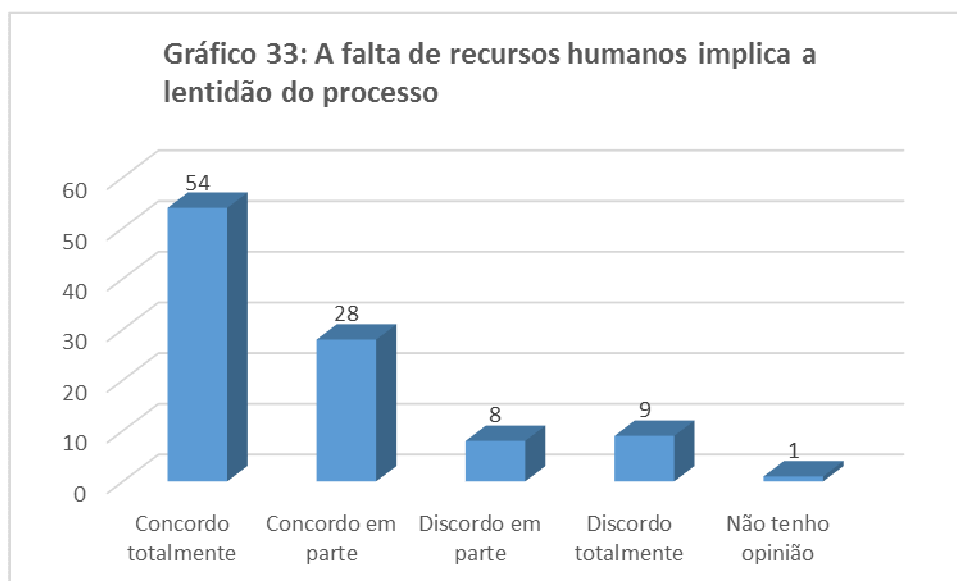
Fonte: Produção própria

2.4.3.2.12. Gráfico 32.



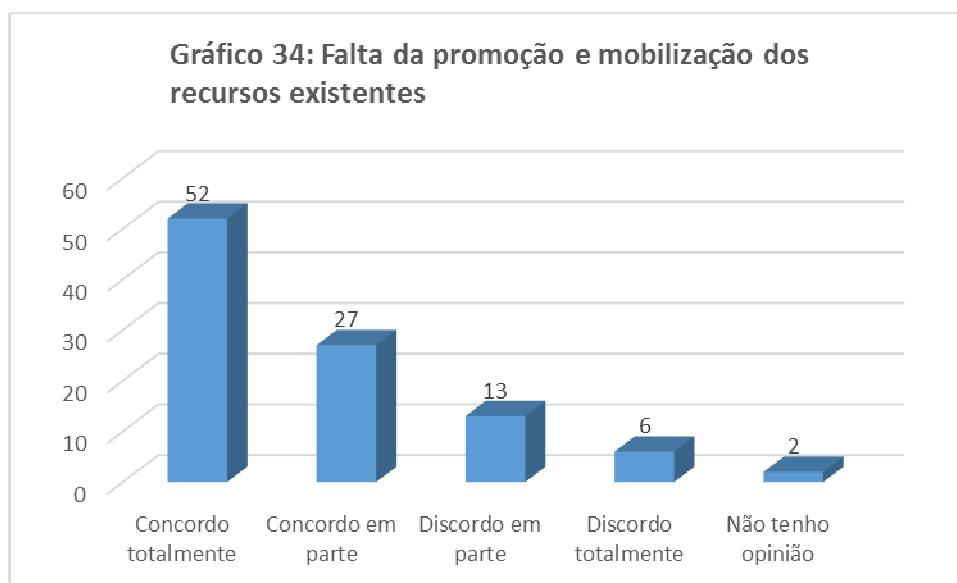
Fonte: Produção própria

2.4.3.2.13. Gráfico 33.



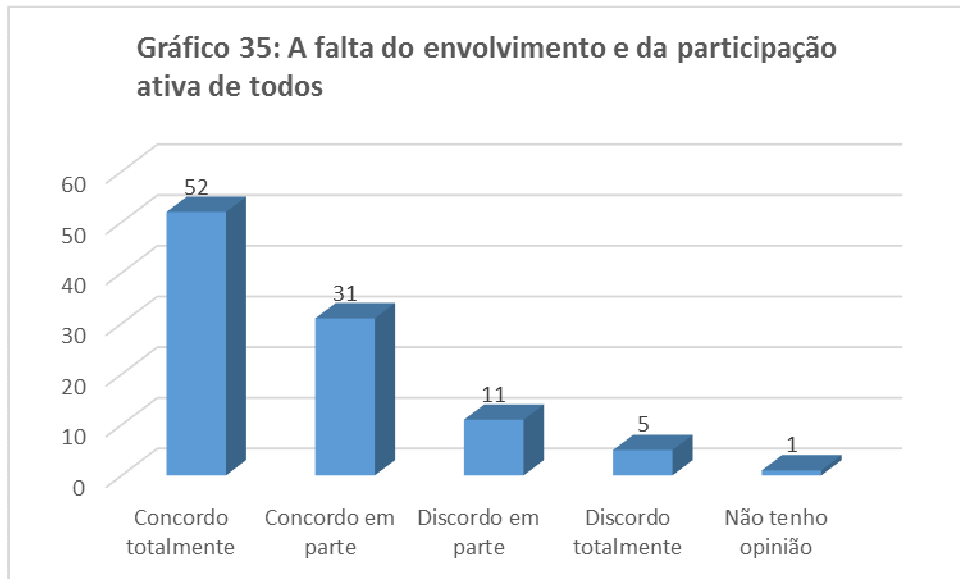
Fonte: Produção própria

2.4.3.2.14. Gráfico 34.



Fonte: Produção própria

2.4.3.2.15. Gráfico 35.



Fonte: Produção própria

APÊNDICE V:
CONTRIBUTOS

2.4.3.3. **C. Quadro 3:** Frequência das opiniões dos inquiridos em relação aos principais contributos do potencial geopolítico da língua portuguesa para Timor-Leste.



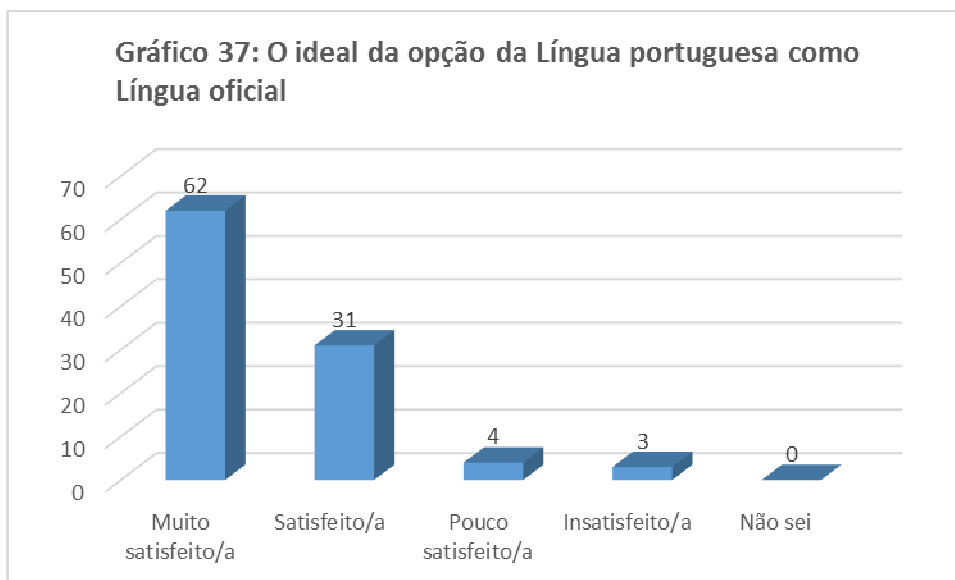
Fonte: Produção própria

APÊNDICE VI:

SATISFAÇÃO

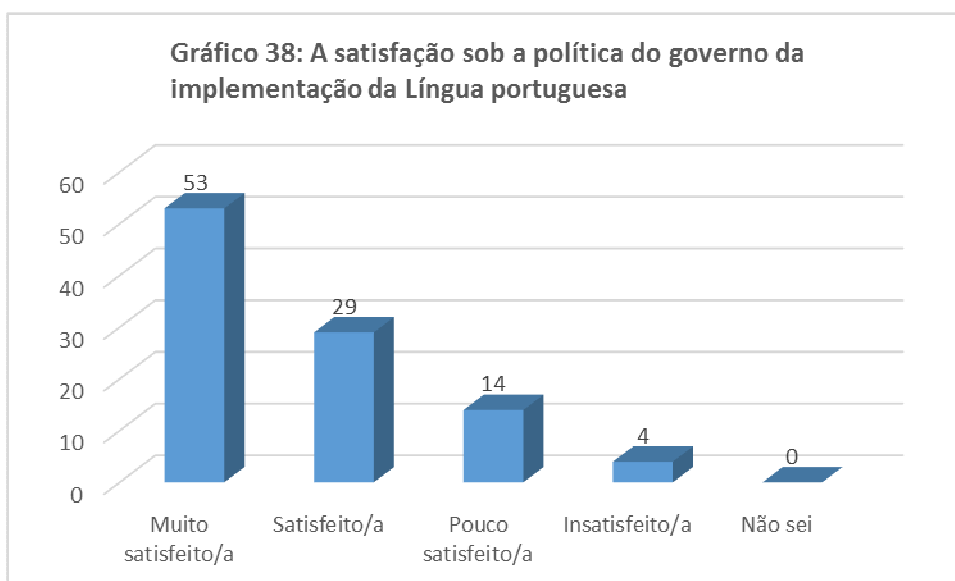
2.4.3.4. D. Quadro 4: Frequência das opiniões dos inquiridos em relação a satisfação do potencial geopolítico da língua portuguesa para Timor-Leste.

4.3.4.1. Gráfico 37.



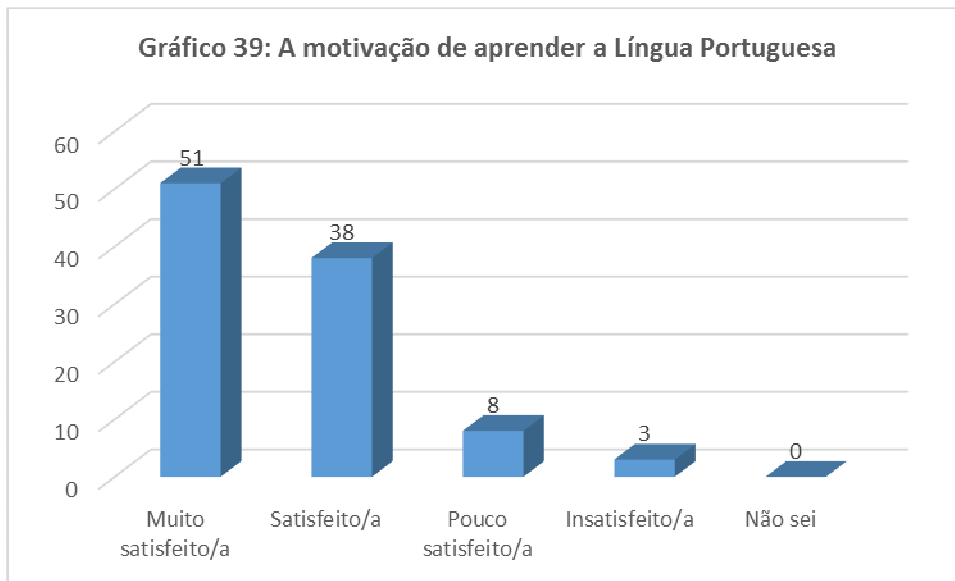
Fonte: Produção própria

2.4.3.4.2. Gráfico 38.



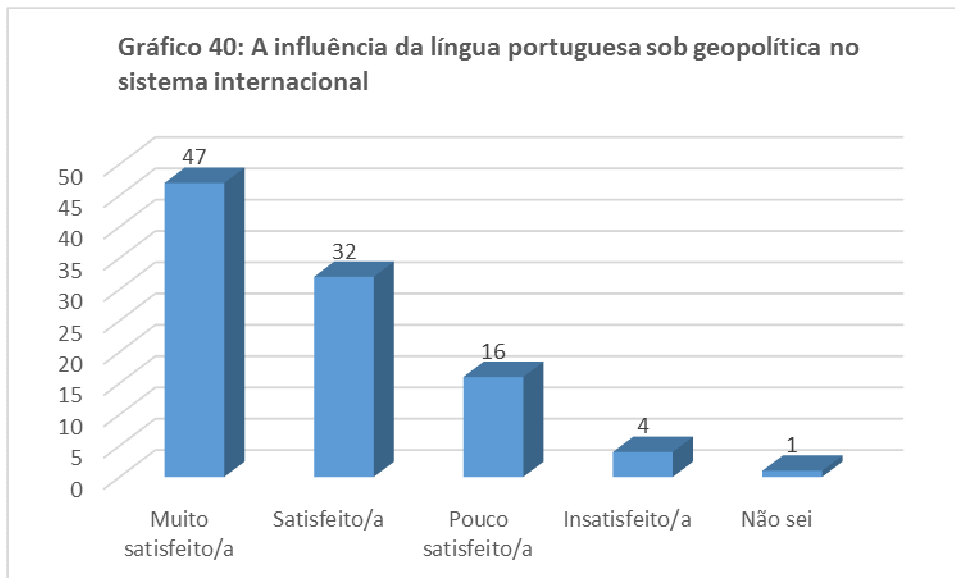
Fonte: Produção própria

2.4.3.4.3. Gráfico 39.



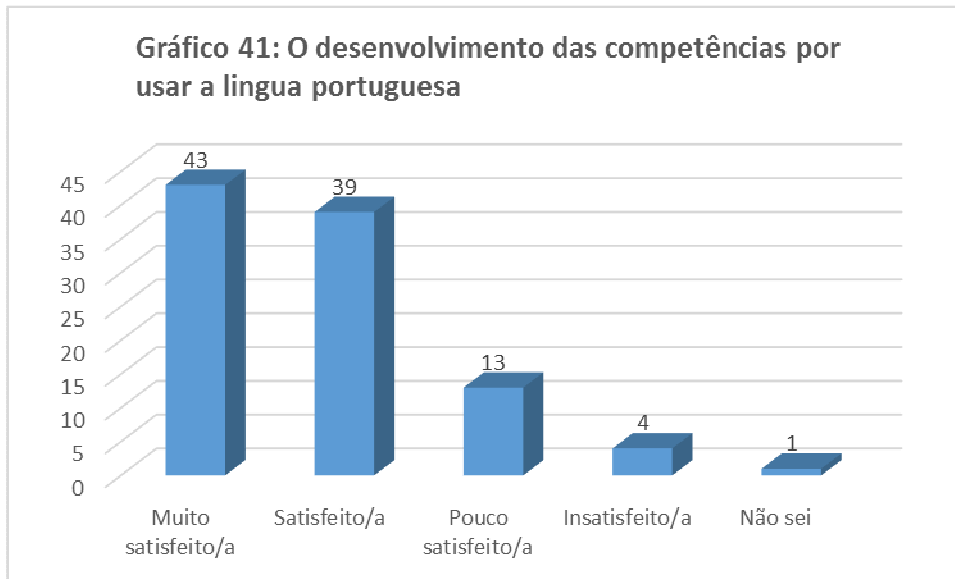
Fonte: Produção própria

2.4.3.4.4. Gráfico 40.



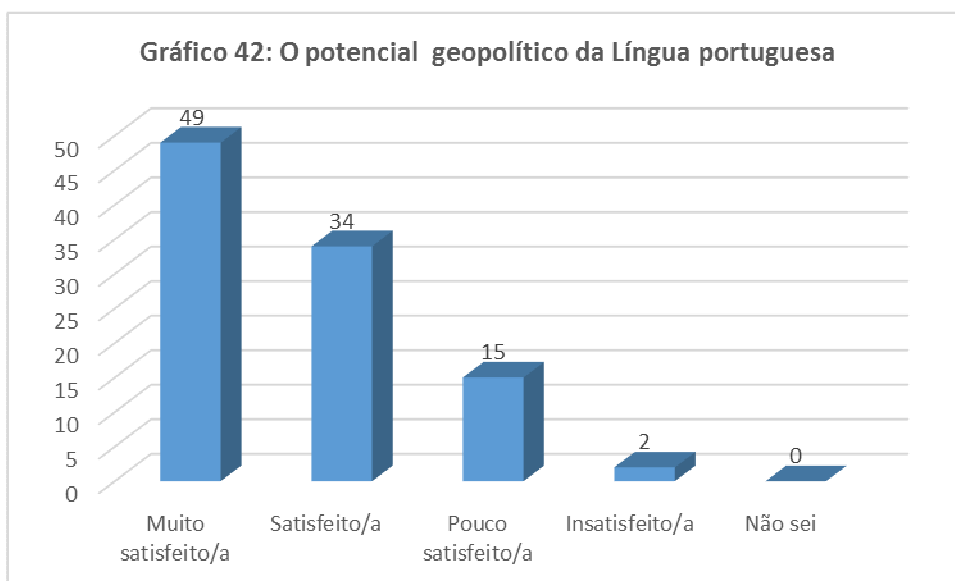
Fonte: Produção própria

2.4.3.4.5. Gráfico 41.



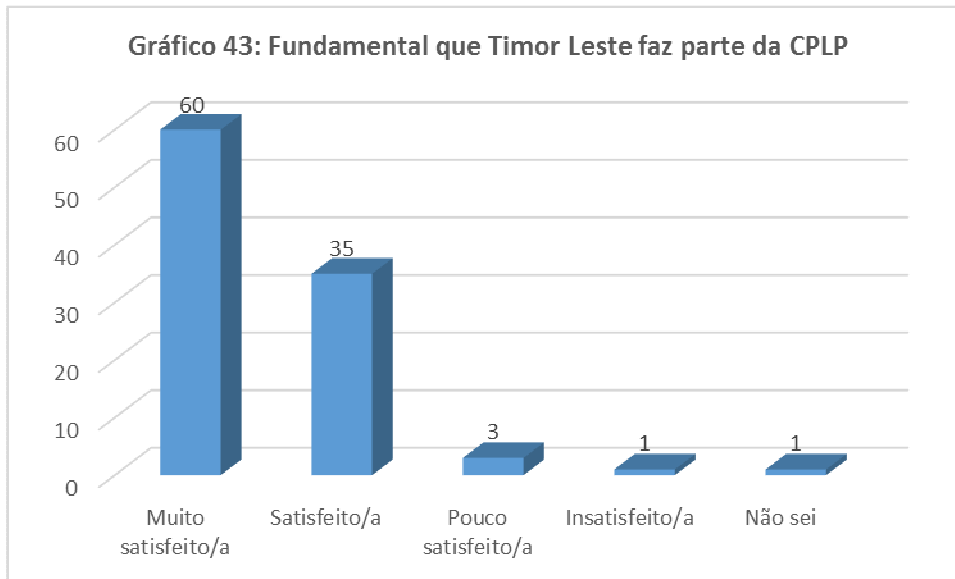
Fonte: Produção própria

2.4.3.4.6. Gráfico 42.



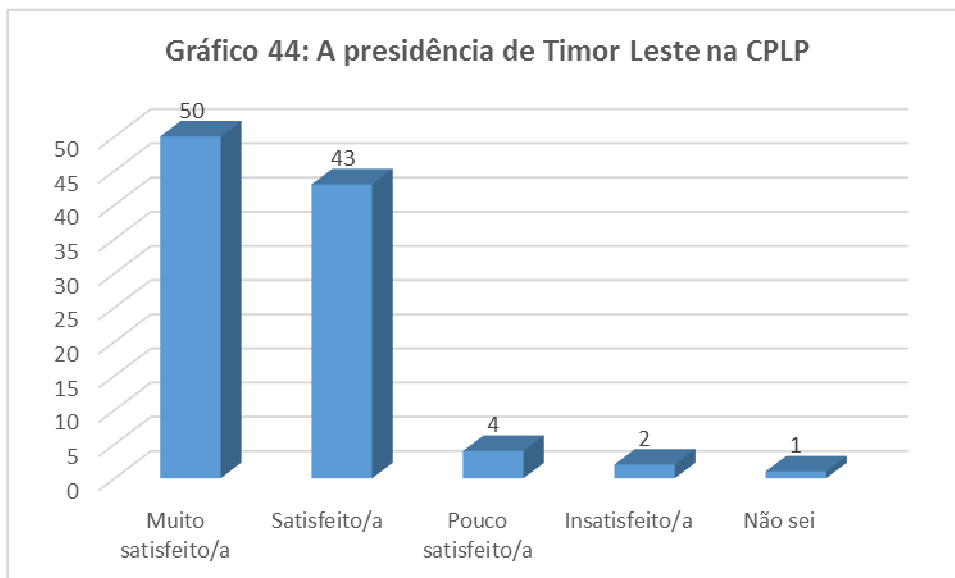
Fonte: Produção própria

2.4.3.4.7. Gráfico 43.



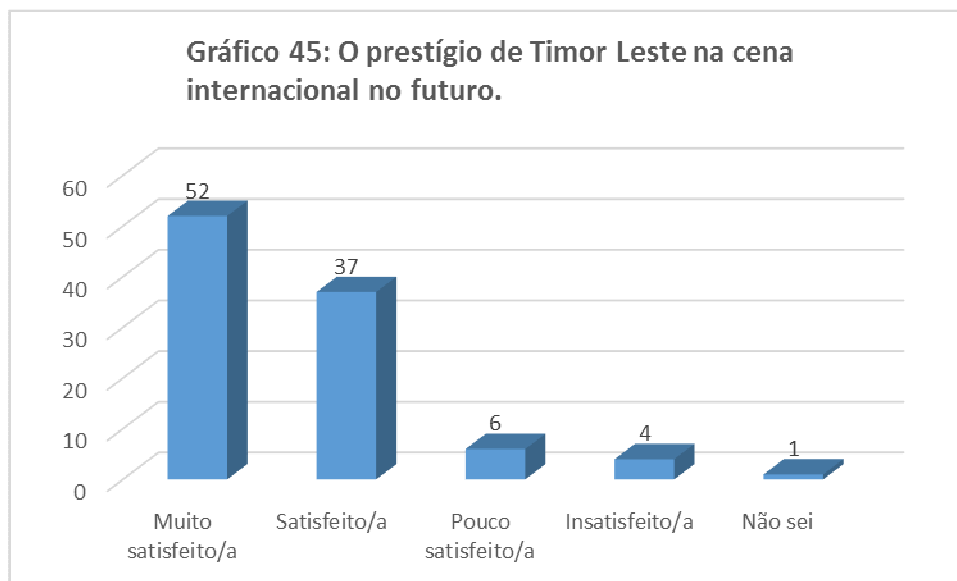
Fonte: Produção própria

2.4.3.4.8. Gráfico 44.



Fonte: Produção própria

2.4.3.4.9. Gráfico 45.



Fonte: Produção própria.

ANEXO I : AULAS SOBRE POTENCIAL GEOPOLÍTICO DA LÌNGUA PORTUGUESA PARA TIMOR-LESTE, NA FACULDADE DE ECONOMIA E GESTÃO-UNTL, 28-10-2014.



BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, N.C. (2011), "A língua portuguesa na Escola: Uma política virtual ou língua portuguesa: Uma ponte para o mundo", in *Comunicação para a (re) introdução da língua portuguesa em Timor-Leste*, III SIMEP, Macau, pp-2-6.
- ALKATIRI, Mari. (2005), "A Construção da Nação Timorense" Edição Lidel Lisboa.
- _____, Mari. "Discurso no II Congresso da Educação de Timor-Leste: Há investidas contra a Língua Portuguesa", Disponível em: blogspot.com/2008_12_10_archive.html.
- BAPTISTA, Cristina Sales & SOUSA, Maria José (Fevereiro 2008) – "Como Fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios, Segundo Bolonha", Edição, Lidel- Edições Técnicas, Ida; pp. 90-93.
- BANCO NACIONAL ULTRAMARINO: (1968). "Estrutura Geográfica Economia de Timor", Segundo Trimestre 2 (74), pp. 1-41.
- BARROSO, José Manuel Durão. (1995),-" Dez Anos de Política de Cooperação", Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, PP. 7-8.
- BATORÉO, H. J. (2009), "A língua portuguesa em Timor: De que forma deve o ensino do Português adaptar-se às diferentes realidades nacionais", in *Estudos Linguísticos/Linguistic Studies*, 4, Lisboa: Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas-Universidade Nova de Lisboa, p. 4.
- _____, H.J. (2010), "Ensinar Português no Enquadramento Poliglóstico de Timor-Leste", in *palavras*, 37, Lisboa: Associação de Profissionais e Português, Primavera, p. 59.
- CAMÕES, Instituto. Disponível (em: <http://www.instituto-camoes.p/informação-institucional/quemsomos>).
- _____, " Programa Estratégico de Cooperação Portugal-Timor-Leste" 2014-2017. Disponível em: www.instituto-camoes.pt .
- CORREIA, Pedro de Pazarat. (2010). "Manual de Geopolítico e Geoestratégia "-Volume I: Conceitos, Teorias, Doutrinas, Série Cosmópolis, p.289.
- COUTINHO, Pereira, Clara. (2011). "Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas", Teoria e Prática. Edição Almedina Coimbra.

CENSOS, (2011). Instituto Nacional de Estatística. Disponível em: www.ine.pt.

CPLP, “Conferência dos Chefes de Estado e de Governo “, 2002. (Disponível em: http://www.cplp.org/estrutura_org_conferencia_IV.asp;

_____, “Conferência dos Chefes de Estado e de Governo”, 2004. (Disponível em: http://www.cplp.org/estrutura_org_conferencia_V.asp);

_____, “Conferência dos Chefes de Estado e de Governo”, 2008. (Disponível em: http://www.cplp.org/estrutura_org_conferencia_VI.asp);

_____, “Conferência dos Chefes de Estado e de Governo”, 2010. (Disponível em: http://www.cplp.org/estrutura_org_conferencia_VII.asp);

_____, “Conferência dos Chefes de Estado e de Governo”, 2012. (Disponível em: http://www.cplp.org/estrutura_org_conferencia_VIII.asp);

_____, “Comité de Concertação Permanente”, 2006. (Disponível em: http://www.cplp.org/estrutura_org_comite.asp);

_____, “Como surgiu a CPLP”, 2006 (em http://www.cplp.org/quemsomos_hist.asp);

_____, “ Conferência dos Chefes de Estado e de Governo “, 2006. (Disponível em: http://www.cplp.org/estrutura_org_conferencia_III.asp).

_____, “ Conselho dos Ministros dos Negócios Estrangeiros e Relações Exteriores”, 2006. (em http://www.cplp.org/estrutura_org_conselho_OI.asp).

_____, “XVIII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, Maputo, Sob Tema “ A CPLP e os desafios do Futuro”, 18 de Julho 2013. Disponível em: http://www.cplp.org/conselho_OI.asp).

_____, “ Declaração Constitutiva” 1996. Disponível em: http://www.cplp.org/documentos_declaracao.asp)

_____, “Declaração de Bissau”, 2006. (Disponível em: http://www.cplp.org/docs/estrutura/CCEG/Declara%C3%A7%C3%A3o_Bissau.pdf).

_____, “Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa”, 2007. (Disponível em: http://www.cplp.org/docs/documentacao/Estatutos_CPLP_REVLIS.07.pdf).

_____, “Reunião dos Pontos Focais de Cooperação”, 2006. (Disponível em:

http://www.cplp.org/estrutura_org_cooperacao.asp).

_____, "Reuniões Ministeriais Sectoriais", 2006. (Disponível em:

http://www.cplp.org/estrutura_org_sectoriais.asp).

_____, "Conferência dos Chefes de Estado e de Governo", 2014. Disponível em:

http://www.cplp.org/estrutura_org_conferencia_X.asp)

_____, "Declaração da V Reunião dos Ministros da Defesa da CPLP, Lisboa, 2002 Disponível em:

<http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=387>.

CRISTOVÃO, Fernando (Abril 2008) – "Da Lusitanidade à Lusofonia", Edições Almedina. Sa Coimbra; p. 28.

FONTOURA, Luís, (2013). "Segurança e Defesa Nacional: Um conceito Estratégico", Edições Almedina, SA. p. 89

FORTIN, Marie-Fabiane. (1999). "O Processo de Investigação" : Da Conceção à Realização, Publicação Loures, Lusociência D.L. p. 41.

_____, Marie-Fabiane. (2003) "O Processo de Investigação" : Da Conceção à Realização, Publicação Loures, Lusociência 3ª Edição, pp. 250-253

FREITAS, Bendito, "Discurso do Ministro da Educação de Timor-Leste na Conferência de Promoção e Difusão da Língua Portuguesa" Universidade de Aveiro 11/4/2014. Disponível em: www.ua.pt/conferenciapdlp/ReadObject.aspx?obj=33507

GAMA, Jaime. (1985) "Os grandes Objetivos da Política Externa portuguesa, 1983-1985", Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Biblioteca Diplomática, Série C, p. 12.

GOVERNO, Porta-voz, do V Governo Constitucional da RDTL: Comunicado de Imprensa 8 de Janeiro de 2015. Disponível em: <http://www.timor-leste.gov.tl>.

_____, "Autoridade Nacional do Petróleo, 2009" Report of ANP.

_____, Direção Geral da Estatística, "Censos Nacional, 2004" Disponível em: <http://www.timor-leste.gov.tl>.

_____, Direção Geral da Estatística, "Censos Nacional, 2010" Disponível em: <http://www.timor-leste.gov.tl>.

_____, (2008). Lei n.º14/2008 de 29 de Outubro – Lei de Bases da Educação. Disponível online em:

<http://www.jornal.gov.tl/?mod=artigo&id=1453>.

_____, (2011). "The Timor-Leste Hydrocarbon Master Plan". Executive Summary. Office of Timor Gap Company.

_____, (2011). Lei n° 14/2011: Lei do Investimento Privado. Disponível em: www.timor-leste.gov.tl.

_____, (2007). Entrega do processo de governação do Ministério das Finanças-2007-2012. Disponível em: www.timor-leste.gov.pt.

_____, (2011). "Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030". Disponível online em: http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2012/02/Plano-Estrategico-de-Desenvolvimento_PT1.pdf

_____, (2011). Recursos Naturais de Timor-Leste que a ser feito com o petróleo, com o gás e com os minerais que existem no país. Disponível em: <http://www.timor-leste.gov.tl/?p=2186&n=1>.

_____, (2004) - Ministério do Plano e das Finanças. Documento de Discussão para Consulta Pública, Estabelecimento de um Fundo Petrolífero para Timor-Leste. Disponível em: <http://www.mopf.gov.tl> e <http://www.timorseaoffice.gov.tl>.

_____, 2002. Constituição da RDTL, Art° 13-A Língua Portuguesa, como Língua Oficial.

_____, (2013). O apoio de Timor-Leste à República da Guiné-Bissau no retorno à ordem constitucional.

_____, (2002). Constituição da RDTL, Art° 8° n° 3.- Política Externa de Timor-Leste.

_____, (2003) Parlamento Nacional- Resolução n° 2/2003, "Ratificação do Tratado do Mar de Timor entre o Governo de Timor-Leste e o Governo da Austrália. Gabinete do Parlamento Nacional.

FERRO, Marc, (1996), "História das colonizações: das conquistas às independências-séculos XIII-XX", Lisboa, Editorial presença.

GUSMÃO, Kay Rala Xanana (2002) -Mensagem do Presidente Eleito de Timor-Leste em Relatório do Desenvolvimento Humano de Timor-Leste, Ukun Rasik A 'n: O caminho à nossa frente. PNUD Timor-Leste.

_____, Kay Rala, "Discurso do 1° Ministro da RDTL, Timor-Leste e ASEAN: desafios e perspetivas", Disponível em: <http://profesdeptemtl.blogspot.com>.

_____, Kay Rala, "Discurso no Seminário Internacional CPLP e a região da Ásia-Pacífico", Díli, 2014. Disponível online em: www.timor-leste.gov.tl.

- _____, Kay R. Xanana, (1994), "Timor-Leste: Um Povo, Uma Pátria", Lisboa: Edições Colibri p. 53.
- GUTERRES, José Luís. (2002). "O mundo em Português", Ano III, N° 33 pp. 4-5.
- HILL, H. (2002), "Stirrings of Nationalism in East Timor, FRETILIN 1974-1978, Oxford Press.
- HORTA, José Ramos (1999). "A Política Externa de Timor", in Vários, O Mundo em Português.
- _____, Jose, Ramos, (2013). "Intervention at the CSIS about the Timor-Leste Official Languages". Disponível online em: <http://www.inthenews.com/news/the-blog/timor-leste>.
- HULL, Geoffrey (2001). "Timor-Leste: Identidade, Língua e Política Educacional", ed. IC. P.6.
- _____, Geoffrey (1999). "Timor Loro Sae 500 Anos", Livros do Oriente- Macau; p.37
- IILP, "Conheça o IILP", (2008). Disponível (em http://www.iilp-cplp.cv/index.php?option=com_content&task=view&id=12&Itemid=54).
- _____, Carta de Maputo-Colóquio de Maputo sobre "A Diversidade Linguística nos países da CPLP", 13-14 de Maio de 2014.
- _____; Carta da Praia-Colóquio Internacional sobre "A Língua Portuguesa nas Diásporas", 12-14 de Setembro de 2013.
- _____, Carta de Lisboa-Colóquio Internacional sobre "A Língua Portuguesa nas Organizações Internacionais", 3-5 de Julho de 2013.
- _____, Carta de Guarimanga-Colóquio Internacional sobre "A Língua Portuguesa na Internet e no Mundo Digital", 23-26 de Abril de 2012.
- LOPES, Luís Ferreira, & SANTOS, Octávio (2006).-"OS Novos Descobrimentos-Do Império à CPLP": Ensaios Sobre História, Política, Economia e Cultura Lusófonas, Edições Almedina, Coimbra;
- MINISTER OF NATURAL RESOURCES. (2007). "By-Laws of Petrotill E.P. Petróleo, Gás e Energia de Timor-Leste". Draft Decreto-Law. Disponível em: <http://www.timor-leste.gov.tl/EMRD/index.asp>.
- MAGALHÃES, Calvet, José. (2001), "Manual Diplomático-Direito Diplomático e Prática Diplomática" 4ª Edição, Editorial Bizâncio, Lisboa, p. 30.
- MAGALHÃES, Manuela e HILL, Andrew (2000) -"Investigação por Questionário" 1ª Edição, Publicação: Lisboa,

Ed. Sílabo p. 83.

MOCO, Marcolino, (2000), - "A CPLP e os Objetivos Estratégicos", In Fernando Santos Neves (ed). A Globalização Social Contemporânea e o Espaço Lusófono: Mitodologias, Realidades e Potencialidades, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, p.305.

MEDEIROS, Eduardo Raposo (1998). " Blocos Regionais de Integração Económica no Mundo", Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa.

MENDES, Nuno Canas, (2005) "A Construção do Nacionalismo Timorense", In Vários Ensaio sobre nacionalismo em Timor-Leste, coleção Biblioteca Diplomática, Série A, N° 4, Instituto Diplomático do MNE. Pp. 222-223.

_____, Nuno Canas. (2005) - A Multidimensionalidade da construção identitária em Timor-Leste: Nacionalismo, Estado e Identidade Nacional. Ed. ISCSP-UTL, p.513.

MENDES, Nuno Canas, & COUTINHO, P. Francisco, (2014), " Enciclopédia das Relações Internacionais" Publicações Dom Quixote, Lisboa.

MILNER, H. "International Political Economy: Beyond hegemonic Stability" Foreign Policy. Washington, Spring 1998.

MOREIRA, Adriano (2007) - A Diplomacia Portuguesa, In Vários Negócios Estrangeiros, N° 10, p. 22.

MORREIRA, Adriano (1999) – 3edição Teoria Das Relações Internacionais - Livraria Almedina-Coimbra;

_____, Adriano (1999). Estudos da Conjuntura Internacional – Lisboa, Publicações Dom Quixote, Lda.;

MNE, (2009). Instituto de Apoio ao Desenvolvimento. Disponível em: <http://www.info.eurocid.pt/files/database/00004816.pdf>.

NEVES, Fernando Santos, (2000) " Para uma Crítica da Razão Lusófona: Onze teses sobre a CPLP" in Fernando Santos Neves (ed.), A globalização Societal Contemporânea e o Espaço Lusófono: Mitideologias, Realidades e Potencialidades, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, pág. 9.

PARLAMENTO NACIONAL, (2003), Resolução n° 2/2003,"Ratificação do Tratado do Mar de Timor entre o Governo de Timor-Leste e o Governo da Austrália. Gabinete do Parlamento Nacional".

_____,NACIONAL, (2005). Decreto-Lei n° 20/2008. Autoridade Nacional do Petróleo (ANP). Jornal da

República. Série I, nº 24. 19 de Junho 2008.

PALMEIRA, José (2006). O Poder de Portugal nas Relações Internacionais, Lisboa-Editora- Prefácio;

PARDAL, Luís & LOPES, Eugénia Soares (2011). Métodos e Técnicas de Investigação Social, Areal Editores;

PARREIRA, N.C. Pedro, (2003). A economia de Timor-Leste: transição e integração regional e mundial. Gabinete de estudos e prospetivos económicos.

PIRES, Emília, (2011).Orçamento Geral de Estado 2º11, Panorama Orçamento-Adeus Conflito Bem-vindo Desenvolvimento, Gabinete do Ministério das Finanças. Disponível em: <http://www.mof.gov.tl/wp-content/uploads/2011/05/budget-book-2011-1-por.pdf>;

PNUD, (2002). Relatório do desenvolvimento humano de Timor-Leste-Ukun Rasik A 'n: O caminho à nossa frente.

PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO: IDN-Timor-Leste, Disponível online em: www.diarioaveiro.pt/noticias/isla-assina-protocolo-com-o-idn-de-timor.

RELATÓRIO, (2002). A segurança de Timor-Leste no contexto regional-Coordenação: Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais. Disponível em: [www.dnet.org.br/.../r Timor-Leste-seguranca.tl.contexto.regional.pdf](http://www.dnet.org.br/.../r_Timor-Leste-seguranca.tl.contexto.regional.pdf).

RELATÓRIO DA GALP ENERGIA, (2011), "Ciência e Inovação/Inovação e Negócio: Importância da Lusofonia no Panorama Energético Mundial-Hidrocarbonetos nos mares da Lusofonia".

ROSECRANCE, Richard, "The rise of the Trading State: Commerce and Conquest in the Modern World. New York: Basic Books, 1986.

RUGGIE, John Gerard Constructing the World Polity: Essays on International Institutionalization, Londres & Nova York, Routledge; 1983.

RUAK, M.Taur,"Discurso da abertura da Cimeira da X Conferência de Chefes de Estados e Governos da CPLP", Dili, Julho de 2014.

SALDANHA, João M (2001). - East Timor: Development Challenges for the World 's Newest Nation. Singapore: ISAS, pp. 84-96.

SANTOS, S, Meryam, (2010),"Os museus brasileiros e a constituição do imaginário nacional", Sociedade e

Estado, Vol. 15 N° 2. 271-302.

SILVA, L.M. (2000), "Descolonização, nacionalismo e separatismo no Sudeste-Asiático: os casos da Indonésia e Timor-Leste", Lusotopie, 359-374.

THOMAZ, L.F.F.R. (2010), "Babel Lorosae: O problema linguístico de Timor-Leste, Cadernos Camões, Lisboa: Instituto Camões. 140.

TAYLOR, John G. (1993), "Timor: a história oculta", Bertrand Editora p.199.

UNDP, (2002). O processo da Educação em Timor-Leste.

18 ANOS CPLP, (2014), "Os desafios do Futuro: aos 18 anos, a CPLP pode olhar o futuro com confiança", p.10.

ARTIGOS EM REVISTAS:

ARAÚJO, V. "Português 2ª Língua Estrangeira: O português em Timor-Leste e os seus desafios," Disponível em: [valentedearaujo-untl- blogspot.com/.../0-português-em-timor-leste](http://valentedearaujo-untl.blogspot.com/.../0-português-em-timor-leste)

BERNARDINO, Luís Manuel Brás (Janeiro 2008): " A Comunidade de países de Língua Portuguesa, Uma Década de Segurança e Defesa";

BRANCO, M.V. Alberto, (2009), "O Nacionalismo nos séculos XVII-XIX-XX: O princípio constitutivo da modernidade numa perspetiva histórico-filosófica e ideológica: Um caso paradigmático: Alemanha. P.13. Disponível em: www.ipv.pt/milenium/36/7.pdf.

CARNEIRO, T. Armando, (2010), "Uma visão geopolítica do espaço da língua portuguesa", Disponível em: www.iscia.edu.pt/.../Uma-visão-geopolítica-do-espaço-da-língua-portuguesa.

CARVALHO, Nelly, "Empréstimos e identidade cultural- O fenómeno linguístico/cultura do empréstimo, Disponível em: <http://www.universia.com.br/materia/materia.jsp?materia=8585>. Acesso em 20 de Janeiro de 2015.

CRISTÓVÃO, Fernando, (2010), "Geopolítica da Língua-Observatório da Língua Portuguesa", Disponível em: www.observalinguaportuguesa.org/geopolitica-da-lingua-portuguesa.

ESTUDO DE MERCADO DE TIMOR-LESTE, (2013). Disponível em: www.ceso.pt/upload/pdf/content-intelligence/.../Estudo_Timor.pdf.

GARCIA, Leandro, (2001) "Povos e Culturas: Timor Hoje", Revista-Faculdade de Ciências Humanas-Universidade Católica Portuguesa, p. 38. Disponível online em: www.fch.lisboa.pt/resources/.../Povos%20E%20CULTURAS_7.pdf.

GROYLEI, Vilela, Mónica, (2013) "Timor-Leste reitera compromisso com promoção da Língua Portuguesa", ONU, Nova Iorque, Disponível em: www.ventosdalusofonia.lusofonia.resing.com/channel-31463051/all.pl.htm.

LUSOFONIA, Económica, (2014), Timor-Leste: Integração Regional na ASEAN e Relacionamento com os países da CPLP, pp. 168-169.

LEANDRO, Francisco José. (2014) "Revista, Univ. Macau"- CPLP a herdeira do Caminho Comum.

MATAN, R. Taur, (2001), "A importância da língua portuguesa na resistência contra a ocupação Indonésia", Camões, Revista de Letras e Culturas Lusófonas, nº 14. Jul/Set, 41-42.

MULLER, Rudolf. "Internet in Brazil booms.Mybroadband", Internet, (25-01-2012), Disponível em: <http://mybroadband.co.za/news/internet/15031-internet-access-Brazil-booms.htm>

PALMEIRA, José (Vol. 1, 11, 2005). "A Segurança Internacional também fala Português" Perspetivas;

_____, José "O Potencial de Timor-Leste na geopolítica da CPLP". Disponível em: http://www.tlstudies/Pdfs/chp_07.pdf

REVISTA PRESIDENTE, (2014), "Povo Livre", pp. 3-7. Disponível em: http://www.psd.ficheiros/povo_livre/ficheiro.1406796896.pdf.

REDONDO, C. João, (2008). A importância de alianças assentes nas similitudes linguísticas: O caso da CPLP.

QUIVY, Raymond & CAMPENHOUDT, Luc Van- Manual de Investigação em Ciências Sociais.

WALDMAN, Maurício. (2003), "Geografia do Timor-Leste: ensaio elaborado". Disponível em: http://www.timorcrocodilovoador.com.br/geografia-mauricio_waldman.htm.

TIMOR-LESTE irá assumir a Presidência da CPLP, pela primeira vez, em Julho de 2014-
http://www.revistalusofonia.pt/politica/artigo.php?id=o_futuro_da_cplp. (p.10).

TIMOR-LESTE EMBAIXADA, (2008). "A Língua Portuguesa: Um património Comum e um Futuro Global.

JORNAIS:

AGÊNCIA LUSA Disponível em: www.lusa.pt

JORNAL DE DEFESA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS, (2013). Disponível em: www.jornaldefesa.pt.

PORTAL TIMOR DIGITAL, Disponível em <http://www.portal.timor.digital.com>

POST-WESTERN WORLD, Disponível em: www.postwesternworld-português-sobreviverá-sudeste-da-asia.

PUBLICO. Disponível em: www.jornalpublico.pt.

SUARA TIMOR-LOROSA'E, Disponível em: <http://www.suara-timor-lorosae.com>

TIMOR POST, Disponível em: <http://www.diariutimorpost/home>

SAPO NOTÍCIAS TIMOR-LESTE,. Disponível em: www.jornalsaponoticias.tl

INTERNET:

Sites consultados em:

2015. <http://www.internetworldstats.com/stats7.htm>

2015. http://www.semioCast.com/downloads/semioCast_half_of_messages_on_twitter_are_not_in_English_20100224.pdf.

2015. <http://www.internetworldstats.com/top20.htm>

2015. <http://www.internetworldstats.com/stats4.htm>.

2015. <http://www.presidencia.pt/comandantesupremo/?dc=354>.

2015. <http://www.asia-turismo.com/mapa/mapa-timor-leste.j.p.g>.

2015. <http://www.cecplp.org/lusograto/imagens/lusofonia.g.f>.

2015. <http://www.presidencia.pt/?idc=10&idi=86186>.

2015. <http://www.plataformamacau.com>.

2015. <http://www.cidadanialusofonia.wordpress.com>.